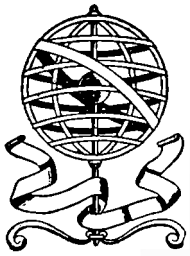
JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR
CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

ESTUDOS DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS

N.º 59

ASPECTOS E PROBLEMAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA

ORLANDO RIBEIRO



LISBOA — 1962

COMPOSTO E IMPRESSO NA EMPRESA INDUSTRIAL GRÁFICA DO PORTO, L.DA — EDIÇÕES «MARANUS»
PRAÇA DA REPÚBLICA, 57 ★ TELEFONE, 2 05 04

À memória do meu Mestre

MANUEL RAMOS

(1862—1931)

que, na Faculdade de Letras de Lisboa, criou e ilustrou a cadeira de «História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa»:

no centenário do seu nascimento.

Reúnem-se neste volume vários ensaios, alguns dos quais revestiram a forma inicial de lições e conferências. Desde uma primeira apresentação de conjunto do assunto, que serve de título a toda a compilação, o tema não deixou de constituir parte importante das minhas preocupações de geógrafo; mas de geógrafo que vê o homem na terra e no tempo e pensa quanto podem ser esclarecedoras as perspectivas abertas pela história — especialmente a nossa, tão ligada ao solar ibérico como à própria vida geral do globo.

Procurei, tanto quanto a extensão de pesquisas pessoais o permitia, encarar o tema comparativamente, alargando e aperfeiçoando o esquema inicial. Daí algumas repetições, difíceis de evitar sem comprometer a sequência dos trabalhos onde se inseriam.

Aos esboços de conjunto acrescentam-se uma síntese da originalidade de Goa, dois apontamentos *com ela relacionados, um estudo analítico dos primeiros tempos da ocupação das ilhas de Cabo Verde e algumas reflexões sugeridas por significativos estudos alheios. Trabalho paralelo ao que se fez para aquelas ilhas teria o maior interesse para a Madeira e os Açores, acerca dos quais é muito mais rica a documentação. Outra vez se tentará . . .*

Melhorando a forma, suprimindo alguns preâmbulos circunstanciais, actualizando números pelo censo de 1960 sempre que foi possível, nada de essencial se alterou. Novas viagens e a ampliação de leituras de cronistas, roteiristas e historiadores permitirão por certo explorar melhor alguns caminhos de pesquisa. A razão de se juntarem em livro estes tentames está na esperança de se não terem talvez errado os rumos essenciais.

Porto, 7 de Dezembro de 1961.

ÍNDICE

	Pág.
Dedicatória	7
Prefácio	9
ASPECTOS E PROBLEMAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA	13
1. Significado e filiação	13
2. Continuidade ou novidade?	15
3. Como se alargou um povo	18
4. Conjecturas acerca da origem dos povoadores	22
5. Difusão de culturas: fortuna do milho	26
6. Enriquecimento do património agrário tropical	29
7. Conclusão: papel da mestiçagem e do milho	31
UM POVO NA TERRA	33
1. Um cais do velho mundo	33
2. Formação de Portugal	34
3. Pródromos da expansão	35
4. O mundo português	36
5. Três regiões maiores de Portugal	37
6. Encruzilhada de civilizações	39
7. Terra pobre...	40
8. ...gente que sobra	43
9. As grandes densidades, o milho e a emigração	44
10. As «ilhas», pontes do ultramar	45
11. Uma rede de cidades marítimas	46
12. Comércio ultramarino e difusão de culturas	48
13. Assimilação e mestiçagem	49
14. Incertezas do futuro	50
O INFANTE E O MUNDO NOVO	53
ORIGINALIDADE DA EXPANSÃO PORTUGUESA	65
1. Um mundo que se descerra	65
2. «Cristãos e especiaria»	68
3. Unidade do mundo português	

Pág.

REFLEXÕES EM TORNO DA EXPANSÃO PORTUGUESA 75

1. Três domínios de navegação 75
2. Os Chineses na costa de África 77
3. Progressos da navegação do Ocidente 81
4. Estímulos da expansão 83
5. Uma civilização integradora 86
6. Elementos de universalidade 90

PANORAMA DA EXPANSÃO PORTUGUESA 93

1. A génese e os instrumentos da expansão 93
2. O Algarve e os pródromos da expansão. As ilhas atlânticas 97
3. O Oceano Índico. Goa: cidade e território 102
4. Brasil. A cidade de Salvador e o Recôncavo da Baía 107
5. A mestiçagem. Problemas africanos 113
6. Reflexos em Portugal. Conclusões 120

PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE 129

1. O descobrimento: primeiras notícias 129
2. Povoamento da ilha de Santiago 132
3. Análise das cartas de doação de capitania 134
4. As primeiras ilhas ocupadas 137
5. O arquipélago nos alvores do século XVI 138
6. Navegação e comércio 142
7. Ribeira Grande, cidade e bispado 145
8. A ilha de Santiago nos meados do século XVI 146
9. A introdução do milho e os seus possíveis caminhos 148
10. Relações com o Brasil 152
11. A mandioca e o milho: preferência do segundo nas ilhas de Cabo Verde 154
12. Papel das ilhas de Cabo Verde na expansão portuguesa 156
13. Remate 159

A ILHA DE SÃO TOMÉ NO QUADRO DA EXPANSÃO PORTUGUESA 161

ORIGINALIDADE DE GOA 173

1. Goa no quadro da expansão portuguesa 173
2. Assimilação e mestiçagem 176
3. Entre dois mundos 181

A CRUZ E O TULÔSSE (Imagens de Goa) 185

A FESTA DE SÃO FRANCISCO XAVIER EM VELHA GOA 191

VIAGENS E NEGÓCIOS DE UM MERCADOR PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII 199

ASPECTOS E PROBLEMAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA [1]

1. SIGNIFICADO E FILIAÇÃO

A expansão portuguesa figura entre os maiores acontecimentos da História Universal. No desenrolar da civilização europeia, foi ela que, essencialmente, «mudou o futuro do mundo» (H. PIRENNE), tornando ubiquistas as suas formas. Mas é também um traço permanente da vida nacional, desde o século XV até aos nossos dias.

Com efeito, dado o vigor com que a população tem crescido, a emigração é aspecto fundamental da nossa demografia. Em meio século, 1 200 000 habitantes deixaram o território português, dirigindo-se na maior força para o Brasil, e depois para a África, para a Argentina, para a América do Norte, para as ilhas Hawai; desse fluxo de emigrantes talvez dois terços não voltaram à Metrópole. Actualmente, se a emigração não possui a importância que tinha há algumas dezenas de anos, quando os Portugueses só por si for-

---

[1] O presente ensaio reproduz a lição inaugural do curso de férias da Faculdade de Letras de Lisboa, em Julho de 1954.

Ao entregá-lo ao leitor, o autor quase nada alterou: o tom oral, a ausência de aparato erudito, a maneira sucinta como os temas são enunciados, numa apresentação de conjunto que exclui tratar com minúcia qualquer deles, tudo foi conservado. O trabalhinho, como é óbvio, não pretende ser mais do que um esboço, um esquema, uma orientação. Desejaria o autor retomar certos assuntos para os estudar com desenvolvimento, o que certamente virá a fazer em futuras publicações. Mas estimaria ainda mais que alguém, com erudição que lhe falta e capacidade de pesquisa arquivística, a que de todo é estranho, pudesse trazer a confirmação de algumas hipóteses ou mostrar a inconsistência de outras. Uma base de discussão: foi o que se pretendeu enunciar neste ensaio, esperando que os estudiosos destas matérias nele encontrem alguma curiosidade ou motivo de reflexão.

A lição, repetida em Vila Viçosa por amável convite do Sr. Dr. António Luís Gomes, presidente da Fundação da Casa de Bragança, foi incluída entre as publicações editadas com tanto esmero sob a sua direcção: Lisboa 1955.

neciam mais de um terço dos contingentes que entravam no Brasil, novas perspectivas se abriram. Aproximadamente 10 000 pessoas por ano deixam o Continente e as Ilhas Adjacentes para se dirigirem às nossas províncias africanas, a Moçambique e principalmente a Angola, onde se está edificando, nos nossos dias e sob os nossos olhos, uma nação branca em África. É de facto a África que absorve hoje quase 45 p. 100 da gente que sai do País. Portanto, quer encaremos esta expansão no plano histórico ou no plano actual, quer a vejamos no quadro amplo da história do mundo ou no quadro restrito da civilização portuguesa, ela é sempre um grande tema de estudo: e como tal se compreende que tenha tentado não apenas os especialistas da História e da Demografia, mas todos aqueles para quem os problemas da terra e dos homens que a povoam são matéria de pesquisa e de reflexão.

Se é certo que muitos aspectos da nossa expansão são bem conhecidos, se é facto que a erudição portuguesa dos últimos cinquenta anos se aplicou a esclarecer alguns deles, especialmente os problemas relativos às minúcias do descobrimento, à arte náutica, ao desenvolvimento da cartografia, ao raconto da história heróica dos Portugueses no Brasil, na África e no Oriente, que podem considerar-se relativamente bem estudados, é verdade também que outros aspectos permanecem obscuros, que a muitas interrogações não se sabe o que se há-de responder, e algumas dúvidas nem sequer se podem pôr duma maneira correcta que permita vislumbrar-lhes próxima solução. Tais são o problema das origens da colonização, o problema dos instrumentos de fixação. Quem foi a gente que colonizou as terras ultramarinas? Donde veio ela? Que reflexos a variedade da sua origem imprimiu nas regiões onde os Portugueses se fixaram? Qual a contribuição mais importante: a da gente do Norte, que tem maior peso na demografia nacional, ou a da gente do Sul, daqueles Algarvios, criados e companheiros do Infante, que certamente foram os primeiros a aprender os caminhos do mar?

A gente grada, os fidalgos, os notáveis, os ricos, seriam em grande número do Norte, porque era aí que a nobreza tinhas as suas terras e os seus solares. É evidente que, com estes homens importantes, iam também os humildes, a sua criadagem, a sua clientela rural. Por outro lado, entre a gente miúda, parece certa a importância dos Algarvios, especialmente dos arredores de Lagos, o primeiro porto donde partiram as caravelas. Mas de muitos ignoraremos porventura para sempre a origem, a naturalidade e o lugar de des-

tino. Portanto, seja qual for a documentação de que os arquivos ainda guardem o segredo, a verdade é que é por outros caminhos que tem de abordar-se este problema. Esses caminhos indicaram-nos apenas dois investigadores. JORGE DIAS[1], num estudo rico de sugestões, que é um modelo de método, sobre a etnografia da ilha da Madeira, analisou diferentes elementos culturais e pôde filiar a maior parte deles no Noroeste de Portugal. É visível, através dos instrumentos de lavoura como através dos instrumentos musicais, a influência do Minho: foi gente dessa província, da Beira Litoral, provàvelmente menos das terras interiores, que marcou a colonização da Madeira, na forma das casas, no arranjo dos campos, na maneira de cultivar as terras e até na expressão espiritual dos seus divertimentos. Por outro lado, MÁRIO T. CHICÓ[2], comparando os monumentos de Portugal, mostrou como foi principalmente a arte do Sul, em plena expansão nessa época (compreende-se, porque o Sul era ao tempo a área onde a vida urbana tinha maior desenvolvimento e mais densidade), que influenciou as grandes construções que, no século XVI, os Portugueses deixaram espalhadas por vários lugares do Império do Oriente. Dois caminhos aparecem assim indicados, um através da análise dos instrumentos da vida quotidiana e humilde, outro através da filiação das grandes obras de arte; os dois resultados preliminares a que conduzem, à primeira vista, apresentam-se contraditórios. Este é um dos problemas em aberto de que me ocuparei no decurso do presente ensaio.

2. CONTINUIDADE OU NOVIDADE?

Outro problema é o das raízes da colonização. A colonização portuguesa, iniciada com a ocupação da ilha da Madeira, a primeira terra onde os Europeus se fixaram fora da Europa, marca de facto o início duma época nova da história da civilização ocidental. Pode dizer-se que, desde o Neolítico, nada se tinha passado de tão importante. Tudo era novo? Não, decerto. Recentemente, um especialista

---

[1] «Nótulas de Etnografia Madeirense — Contribuição para o estudo das origens étnico-culturais da população da ilha da Madeira» (*Biblos*, 1953).

[2] Vid., por exemplo, «A igreja do Priorado do Rosário de Velha Goa, a arte manuelina e a arte do Guzarate» (*Belas Artes*, n.º 7, 1954).

de história económica, CH. VERLINDEN[1], chamou a atenção para os precedentes medievais deste movimento colonial. Insistiu em que, antes da expansão portuguesa e espanhola dos séculos XV e XVI, houve uma expansão de povos mediterrâneos, Catalães, Italianos, que tinha como objecto principalmente as ilhas, em especial as do Levante; mostrou como um produto vai ter na expansão europeia importância que, todavia, a colonização mediterrânea anunciava já também: o açúcar. Portanto, quer pela gente, quer por aquele instrumento económico que vai servir de base e de apoio à fixação, encontra-se à colonização europeia moderna uma raiz medieval cuja importância não é lícito ignorar. O paralelo com as colonizações da Antiguidade é superficial e cortado por um hiato de milénios; este é pertinente, pela sua continuidade. A expansão portuguesa, como era de esperar, revela aspectos semelhantes e é possível encontrar-lhe também uma filiação medieval. O regime das capitanias[2], por exemplo, terras que eram doadas a senhores a quem se transmitiam amplos poderes económicos, jurídicos e administrativos — «de juro e herdade» —, era muito parecido com as doações de bens da Coroa que a magnates e a ordens religiosas se haviam feito no Sul de Portugal, à medida que a Reconquista o ia integrando no conjunto de território nacional. As doações de terras aos colonos, as atribuições de espaço para cultivarem e aí instalarem a sua vida, a sua actividade e as suas casas, faziam-se também por um processo que era corrente no Sul do País. Todas essas doações eram «sesmarias», quer dizer, terras que se ofereciam com amplos direitos de exploração e de posse, mas em que estava implícita a obrigação de as povoar e cultivar num período determinado, geralmente fixado em cinco anos, sob pena de reverterem à Coroa ou aos capitães donatários que neste caso a representavam. A população de carácter urbano, comerciantes, mesteirais, homens importantes, que se congregava em vilas e cidades, recebia, exactamente como as vilas e cidades de Portugal, uma carta de foral, especificando, da mesma forma que entre nós, direitos e regalias, isenções e tributos.

---

[1] Uma pequena brochura publicada pelo «Instituto Panamericano de Geografía e Historia», n.º 70 — *Précédents médiévaux de la colonie en Amérique*, México, 1954, condensa os principais trabalhos do autor.

[2] PAULO MERÊA, «A solução tradicional da colonização do Brasil», na *História da Colonização do Brasil*, tomo III.

Nada disto é novo, portanto; à primeira vista, o governo das terras, a atribuição dos terrenos para cultivar e povoar, a organização das principais povoações, são um prolongamento da colonização do Sul e de instituições medievais que vigoravam em toda a força ainda nos meados do século XV. Todavia, estes factos não devem iludir-nos. Se atentarmos bem no caráter da expansão portuguesa que começou à roda de 1420 ou 1425, não deixaremos de observar que ela é, na história da civilização ocidental, qualquer coisa de inteiramente novo; repito — uma transformação como desde o Neolítico não se havia verificado na Europa. Porquê? Porque essa expansão põe diante dos homens problemas que até aí nunca tinham sido suscitados. A expansão começou pelas ilhas atlânticas, primeiro a Madeira, a seguir os Açores, depois Cabo Verde, dentro em breve São Tomé; ao mesmo tempo que estes últimos arquipélagos, o litoral africano fronteiro, logo o Brasil. Simultâneamente com o Brasil, a Índia, que primeiro absorveu todas as atenções. Ora bem. As ilhas eram não só completamente despovoadas, revestidas de uma vegetação que era necessário extirpar por completo para talhar espaço para instalar as culturas, como ainda desprovidas de recursos alimentares. Num trabalho acerca de uma ilha de Cabo Verde[1], tive a curiosidade de procurar, entre aquilo que actualmente aí se come, qual tinha sido a contribuição indígena. Pois bem: à excepção do peixe do mar e das tartarugas, grandes e saborosas, que já são mencionadas nalgumas relações de viagens do princípio do século XVI, a única coisa que os Cabo-Verdianos de hoje continuam a usar — muito dèbilmente como se verá —, para a sua alimentação, parece que se resume a uma espécie de limonada feita da vagem de uma árvore chamada tamarindo, que tem um gosto ao mesmo tempo adocicado e adstringente e se recomenda para a regularização das funções intestinais, mas não pode de forma nenhuma alimentar uma população, por menos exigente que ela seja. Tudo o resto, mas absolutamente tudo o que um Cabo-Verdiano hoje come, veio de Portugal, da costa africana fronteira, do Brasil e da Índia.

Por outro lado, qualquer coisa de novo também que a expansão portuguesa vai encontrar é defrontar-se, nas regiões povoadas dos continentes, da África, da América e do Oriente, com civilizações

[1] *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*, Lisboa, 1954.

muito diferentes, umas que jaziam num estado rudimentar — os «selvagens» da costa brasileira —, outras que apresentavam, em face aos débeis recursos em gente, em dinheiro e em armas de Portugal de então, organizações políticas e militares consideráveis. Refiro-me não apenas ao poderio turco e aos estados da Índia, mas também aos grandes reinos mandingas e jalofos do golfo da Guiné, cuja história permanece em grande parte obscura, mas que as investigações modernas têm revelado como estando, nesse fim do século XV, ainda no apogeu da força e do domínio. São portanto factos novos, terras desocupadas, terras ocupadas por gente com estilos de civilização muito diferentes, que dificilmente assimilaria os nossos usos ou se prestaria a colaborar na tarefa da colonização; ou povos que tinham os seus estados, as suas instituições, os seus organismos políticos suficientemente poderosos e conscientes de si, para se oporem pelas armas à penetração portuguesa.

3. COMO SE ALARGOU UM POVO

Que gente era esta que, a partir do segundo quartel do século XV, se começou a espalhar pelos territórios que a pouco e pouco se iam descobrindo? Gente escassa: há um «numeramento», um recenseamento, como se diria hoje, de 1527, que dá não a população mas o número de fogos, isto é, de lares, de famílias, apurando um total que se pode converter entre 1 100 000 e 1 400 000 habitantes, correspondente a uma densidade de 12 a 15 por km². É portanto, até em relação ao pequeno território português, uma população diminuta. Dessa população, alguns milhares sairiam todos os anos. Calculou COSTA LOBO[1] que, no apogeu do Império Português do Oriente, eram uns 2400 homens que iam nas armadas; alguns voltavam à pátria, outros fixavam-se nas novas terras, muitos pereciam de doença, em guerras ou em naufrágios.

Por muito conjecturais que sejam os indícios numéricos sobre o valor da população que se espalhava pelas novas terras, uma coisa é certa: que ela era pouca. Portanto os Portugueses encontravam-se com um império que ia desde o interior do Brasil até Malaca (pouco depois até Macau, Japão, Molucas e Timor), abrangendo toda a costa

[1] *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, p. 48.

de África desde o Magrebe até ao Mar Vermelho, todos os litorais do Oceano Índico, e contando ainda os arquipélagos atlânticos dos Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé; é evidente que estes milhares de Portugueses que deixavam o País não bastavam de maneira nenhuma para assegurar a posse destes territórios, muito menos para os ocupar e colonizar. O caminho era um só e seguiram-no eles com toda a deliberação: a mestiçagem. Vejamos, a este respeito, uma série de exemplos típicos.

Quem ler as relações de viagens daquela época nota que forte atracção as mulheres de cor exerciam sobre os navegadores, depois de algumas semanas ou de alguns meses duma dura travessia. Cito apenas um exemplo: a *Carta* de PÊRO VAZ DE CAMINHA, em que dá notícia a El-Rei D. Manuel do achamento do Brasil. A terra pareceu-lhe boa, lavada de ares, muito rica de arvoredo, com boas águas, mas não há da parte do autor nenhuma emoção, nenhum espanto, nenhum reflexo desta grandeza da natureza tropical que pela primeira vez aparecia aos seus olhos. Pelo contrário. Ele traduz a impressão do Nordeste do Brasil, a região pujante da mata atlântica, por uma imagem familiar: os ares temperados fazem lembrar-lhe os de Entre Douro e Minho. Mas há alguma coisa para que ele olhou com muita atenção: foi para os habitantes, especialmente para as mulheres, que iam nuas e consentiam todas as minúcias de observação: «Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas, e tão limpas das cabeleiras, que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha». E nós também não vamos ter. Porque, para além do que pode vislumbrar-se de apetência desenfreada, há aqui uma autêntica e comovedora simpatia humana. Este texto vale como indício de uma atitude, que seria não só a do cronista como a da grande maioria dos seus companheiros e da gente que se lhes seguiu. Eram mulheres como outras, que GABRIEL SOARES DE SOUSA, fidalgo sem prosápias, letrado e abastado «senhor de engenho» no Recôncavo da Baía, pouco tempo depois, acharia mais formosas e atraentes do que as elegantes da Rua Nova de Lisboa.

Sabe-se que D. Manuel deu, a respeito de cruzamentos, instruções precisas a Afonso de Albuquerque, que as cumpriu exactamente como desejava El-Rei: promovendo e encorajando os casamentos de Portugueses com mulheres da Índia, particularmente em Goa, onde, na época em que se enraíza o nosso domínio, eles eram

tão comuns que constituíam de certo modo a regra. Estas mulheres foram trazidas à fé cristã, integradas naquilo que ao tempo se podia chamar a «civilização portuguesa», posto que a religião era o mais forte dos seus indícios; dando origem a uma população dèbilmente mestiçada, aproximaram-se, nos usos e nos sentimentos, dos *descendentes* que haviam de assegurar, até hoje, um prolongamento de Portugal no Oriente.

A colonização de São Tomé fez-se com degredados e Judeus, caídos sob a alçada da Inquisição. A todos se dava, entre os instrumentos de fixação, «uma escrava para a ter e se dela servir, havendo o principal respeito a se a dita ilha povoar». Intenções que não poderiam formular-se com maior clareza...

Ao sentimento espontâneo correspondia um propósito dos governantes, nos ensaios de colonização oficial. E este modo de ver partilhavam-no igualmente os próprios teóricos, filósofos, moralistas. Veja-se, por exemplo, este passo da carta de DIOGO DE GOUVEIA a D. João III sobre a colonização do Brasil: «a verdade era dar Senhor as terras a vossos vassalos, que se há três anos que se Vossa Aleza as dera, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros muitos da terra cruzados com os nossos. É certo que após estes houveram de vir outros muitos».

É portanto nesta base: a atracção das mulheres de cor, onde entra, a par do desejo desenfreado, uma autêntica simpatia humana; a facilidade com que os homens, aventureiros e moços, quebravam as suas amarras familiares quando entravam nas naus para constituírem, nas terras novas, uma família matizada de vários sangues; é com esta gente, que se vai fazer em grande parte a expansão portuguesa. Não é apenas por intermédio da mestiçagem, é também por intermédio da escravatura. Para desenvolver estas terras, não bastavam os escassos trabalhadores idos do Reino. Em muitas delas o clima interditava ao Branco uma acção manual constante e intensa. Então foi necessário recorrer ao trabalho do indígena. A escravatura, sabem-no todos os historiadores da sociedade medieval, não constituía na Europa mediterrânea do século XV nada de novo. Em todo o caso, pode dizer-se que ela estava nesta época em Portugal pràticamente extinta, quando os Descobrimentos a puseram outra vez em voga. Usada em larga escala nas cidades do Continente e em todas as terras ultramarinas, ela seria, por sua vez, um factor de mestiçagem. Muitas mulheres passaram de escravas a amantes e uma prole matizada de filhos legítimos e ilegítimos, criados juntos

a maior parte das vezes, constituía o tipo das famílias portuguesas. No mais representativo dos nossos poetas, pelo lirismo e pelo ideal de expansão que encarnou, encontra-se a mais bela expressão do facto. São as endechas de CAMÕES à «Bárbara Escrava»:

Aquela cativa
Que me tem cativo,
Porque nela vivo
Já não quer que viva.
.....
Pretidão de amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.

Há aqui, por um lado a aceitação da escrava como mulher, a que o poeta se rende de amor, por outro lado uma valorização de um tipo de beleza que sai fora dos padrões habituais do lirismo lusitano — a mulher alva, loura, de olhos claros — porque a «pretidão de amor» valia bem a cor da neve pela graça e a doçura da expressão.

Foram autores brasileiros que puseram em realce o poder genésico dos Portugueses nas regiões tropicais, a grande contribuição que eles deram para o povoamento dessas regiões, notàvelmente para a formação da maior nação branca dos trópicos, o Brasil, através da atracção que sobre eles exerceram as mulheres de cor. Os Portugueses combatiam a nostalgia da pátria e a dureza da vida valorizando-se como homens, refrescando os ardores com as mulheres da terra, a que acabavam por prender-se, por elas, pelos filhos e pelos bens que o seu esforço ia sabendo criar. Vivendo na sobriedade, que é um traço essencial do seu temperamento, não lhes faltava energia para se desmandarem no amor. Os Ingleses, pelo contrário, combatiam a melancolia com os prazeres da mesa e da bebida, que lhes limitavam o apetite e a capacidade de procriar. Puros de todo o contacto «aviltante» com as raças de cor, mas degradados pela embriaguez, acaso representarão uma forma mais elevada da vida? Sejam quais forem as controvérsias que se possam levantar sobre o valor da mestiçagem, a verdade é que, no plano puramente ético e humano, a fusão e o entendimento entre as raças não podem deixar de figurar entre os ideais supremos da humanidade e é uma triste limitação que alguns povos e alguns autores não o tenham compreendido assim.

Foi através deste processo, desta multiplicação do escasso número de Portugueses que deixavam a pátria pelas terras de além-mar, que se criaram núcleos de civilização portuguesa, que se constituiu aquela «unidade de sentimento e de cultura» (GILBERTO FREYRE) que liga hoje os luso-descendentes desde Macau até ao Brasil. Quem, como eu, teve ensejo de passar temporadas largas em Cabo Verde; de conviver com amigos cabo-verdianos, alguns muito escuros na cor, bem negróides na forma do cabelo, nos traços dos lábios e do nariz; de notar como eles reagem, nos aspectos morais, sociais, estéticos, exactamente como reage um Branco da Metrópole do mesmo nível social; observa que espantoso poder de assimilação possui esta civilização e compreende que os luso-descendentes podem representar populações matizadas, heterogéneas na raça, mas em todo o caso fortemente unidas nos sentimentos e na expressão espiritual.

4. CONJECTURAS ACERCA DA ORIGEM DOS POVOADORES

Qual era a origem dos povoadores? De que regiões do País veio esta gente? A este respeito, dada a escassez de documentação histórica[1] ou, pelo menos, a escassez de historiadores a quem o assunto tenha interessado, permito-me apresentar uma hipótese de trabalho, que me ocorreu no decurso das minhas investigações de feição geográfica acerca da expansão portuguesa no mundo tropical.

Entre as várias maneiras tradicionais de moer cereais ainda em voga em Portugal, figuram as azenhas e os moinhos de água, que dominam sobretudo no Norte do País — compreende-se, é a zona mais húmida; os moinhos de vento, que dominam sobretudo na orla marítima — compreende-se também, é a zona mais ventosa; e uns instrumentos de feição muito arcaica, certamente em uso desde a pré-história, que consistem numa mó fixa sobre a qual gira outra mó accionada à mão. Este moinho é típico do Oriente e de toda a zona mediterrânea, tanto nas penínsulas e ilhas da Europa, como na África do Norte muçulmana. Recordo-me de o ter visto em uso no Egipto, nas Baleares e em Marrocos. Pertence portanto a uma destas

[1] Vid. J. MARTINS DA SILVA MARQUES, *Sintra e Sintrenses no Ultramar Português*, Lisboa, 1949.

velhas técnicas que revelam a unidade de civilização rural do mundo mediterrâneo. O moinho de mão usou-se em alguns lugares do Norte de Portugal; hoje só se encontra no Algarve, tanto no litoral como na montanha, onde não representa apenas uma sobrevivência, porque continua a ser, na maior parte das aldeias e das casas rurais, um instrumento de emprego quotidiano. É de crer que o seu uso, embora tivesse outrora maior generalidade, fosse corrente apenas no Algarve e daí o resistir à concorrência de outras técnicas mais poderosas.

Parece-me importante notar que este instrumento passou a alguns lugares de ocupação portuguesa mas não a todos. Nas doações das primeiras ilhas descobertas diz-se expressamente que os donatários têm o exclusivo das explorações das atafonas, movidas por animais, e dos moinhos para moer cereais, dos engenhos para moer a cana-de-açúcar, das serras de água para cortar a madeira, que ninguém pode fazer sem licença deles; mas cada um é livre de construir e utilizar a «mó de braço». Quer dizer, o único instrumento de moenda que ficava isento do monopólio era este, que pela natureza doméstica, pela pequena quantidade de cereal que podia moer, pelo insignificante rendimento que representava, era justo que figurasse, como a cama, como a mesa ou como a loiça, entre os objectos de plena propriedade de qualquer particular, sobre os quais não poisavam os olhos cobiçosos do donatário. A mó de braço (a que se dão diferentes nomes que não vem para o caso mencionar) é corrente nos arquipélagos da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, mas já não se encontra em São Tomé e não existe também no Brasil. E é curioso que as cartas de capitania, que repetem quase *ipsis verbis* os termos das doações feitas aos capitães donatários na Madeira, nos Açores ou em Cabo Verde, omitem no Brasil, entre os instrumentos, a mó de braço[1]. Aí era preciso também moer os cereais, mas a solução adoptada foi outra; em Cabo Verde, já encontramos, concorrendo com a mó de braço, o pilão africano; foi o pilão africano que os escravos negros introduziram no Brasil; e é exclusivamente também ele que se emprega em São Tomé. Quer dizer, a solução tradicional mediterrânea da mó de braço não ultrapassou as ilhas de Cabo Verde.

---

[1] Podem ver-se, respectivamente, em *Alguns Documentos...*, na obra de SENA BARCELOS, tomo I, e no apêndice ao tomo III da *História da Colonização do Brasil.*

Que conclusões podemos tirar deste facto? Eu creio que é lícito ver aqui um indício de que os pródromos da expansão portuguesa se fizeram à custa do Algarve, onde esta mó de braço era de uso corrente, ao passo que mais tarde viria gente do Norte do País, que, por ser uma região mais rica de águas e mais ventosa, conhecia o moinho de vento e não empregava habitualmente essa forma mais tosca, mais primitiva, de moer os cereais. Carecendo de um instrumento simples, caseiro, fácil de construir, adoptou dos escravos negros o seu pilão de madeira. Mas há outros indícios que nos levam a ver a importância sucessiva de duas vagas de colonização, uma de origem algarvia e outra de origem setentrional ou, mais exactamente, do Noroeste.

Nos Açores, por exemplo, a primeira ilha a ser colonizada foi Santa Maria; há documentos suficientes para termos a certeza de que assim sucedeu. A ilha de Santa Maria é uma réplica do Algarve. Nas casas, tanto na aparência externa como na disposição interior, no arranjo dos campos, no aspecto das povoações. A seguir a Santa Maria vem São Miguel. Em São Miguel encontram-se ainda muitos traços do Sul, mas encontram-se de preferência traços do Centro. O aspecto das povoações recorda a Estremadura. Certos pormenores da arquitectura interior das casas lembram o Alentejo. Alguma coisa, na construção das casas e no arranjo dos campos, anuncia já o Noroeste. Nas restantes ilhas dos Açores, que se sabe terem sido ocupadas em época mais tardia, é uma paisagem do Norte de Portugal, do Minho, das montanhas da Beira, que foi quase integralmente transposta para aí. Compreende-se portanto que nós encontremos em Santa Maria, primeira ilha a ser povoada com Algarvios, uma sugestão da paisagem do Algarve e encontremos na ilha do Corvo, por exemplo, uma das últimas a serem ocupadas, uma das mais cerradas e características aldeias de montanha do Norte de Portugal, assente no sopé de um cone vulcânico e situada, paradoxalmente, à beira-mar.

Como conciliar estes factos com os resultados das investigações de JORGE DIAS sobre a ilha da Madeira? Longe de as contrariarem, elas constituem, de certo modo, uma contraprova. A Madeira foi, até uma época tardia de século XVI, a pérola das nossas ilhas. Foi realmente aquela que, pelo vinho e pelo açúcar, representava a peça de maior rendimento dentro das terras ocupadas pelos Portugueses. A atracção que exerceu sobre o povoamento foi sempre muito grande. O número de famílias ilustres que

passaram à Madeira sobe a algumas centenas; entre elas não iam apenas fidalgos portugueses, porque é uma verdadeira *élite* europeia que se interessa pelo seu desenvolvimento. Assim, tendo a colonização da Madeira prosseguido durante o século XVI com grande incremento, compreende-se que o maior número de colonos fosse fornecido pelo Norte e não pelo Sul, e que portanto as marcas do Noroeste, no arranjo das casas, na disposição dos campos, acabassem por suplantar as marcas meridionais, que hoje estão tènuemente representadas, entre outros factos, pela persistência, nos lugares mais remotos e mais primitivos, da mó de braço algarvia. Cabo Verde, que, pelo caráter inóspito do clima e da terra, atraiu muito moderadamente os colonizadores e teve um desenvolvimento cheio de dificuldades, muito mais lento do que a Madeira e os Açores, conservou também mais vivaz a influência da gente do Sul; por isso se encontram aí, em aspectos das suas paisagens humanas e das suas maneiras de viver, paradigmas que pertencem ao Sul e não ao Norte de Portugal.

A partir do século XVI, e por motivo a que já vou aludir, foi principalmente o Norte que começou a pesar nos contingentes fornecidos à expansão. Por isso também as cidades que os Portugueses fundaram nas ilhas atlânticas, no Brasil, no Oriente, são mais parecidas com as cidades do Norte do que com as do Sul. Compreende-se porquê. A cidade só surge como tal quando a terra se valorizou, a população se enraizou, os instrumentos de fixação económica se mostraram eficazes. Fundadas tantas vezes no início da ocupação de uma terra, só no decurso dela, se a fortuna lhes é favorável, se transformam em autênticas formações urbanas. A cidade é assim o símbolo duma população já assente no solo. Tardias em relação ao desenvolvimento das terras, é nas cidades do Norte do País, donde terá vindo principalmente a sua população, que encontram os seus modelos. A este respeito são particularmente demonstrativas as velhas cidades do Brasil. Recordo entre as que conheço: a Baía, São Luís do Maranhão, certos recantos poupados pela renovação do Recife, alguns bairros tradicionais do Rio de Janeiro, aquela encantadora Ouro Preto, talvez a mais sugestiva, para não dizer a mais bela de todas as cidades portuguesas, onde se tem de fazer um esforço para recordar que não se está no nosso país, de tal maneira as suas imagens evocam outras que nos são familiares; mas as semelhanças, a filiação do aspecto das casas, do traçado das ruas, do ambiente das praças, da expressão urbana, evocam muito mais vezes o Norte

do que o Sul. A própria Baía, se, pelo sítio, combinando um recesso do litoral com uma colina fragosa — o porto e a acrópole —, pertence ainda à família das cidades mediterrâneas, pelas fachadas de azulejos das antigas igrejas, a policromia dos velhos sobrados, as varandas e beirais, lembra mais o Porto do que Lisboa.

5. DIFUSÃO DE CULTURAS: FORTUNA DO MILHO

A colonização, feita com Portugueses brancos ou com Portugueses mestiços, necessitava por toda a parte de duas espécies de apoios: por um lado, para se ocupar uma terra é necessário que esta terra renda, que produza coisas que se possam lançar no comércio e que dêem lucro a quem investir os seus capitais numa empresa de colonização. Por outro lado, é necessário alimentar a população. Entre os produtos de rendimento, figuram em primeiro lugar, no início da colonização portuguesa, o açúcar e o algodão. Não se trata, de maneira nenhuma, de produtos novos, posto que eram culturas mditerrâneas, propagadas provàvelmente pelos Árabes, que tomaram grande desenvolvimento nas hortas muçulmanas da Sicília e do Sul da Itália, que se cultivavam tìmidamente nas hortas, há pouco ainda muçulmanas também, do Sul da Península e se introduziram, no início do século XV, no Algarve; ensaiando-se aqui estas culturas, viu-se quais eram as suas possibilidades de êxito antes de as levar para as ilhas atlânticas. O açúcar teve importância primacial na Madeira e no Nordeste do Brasil; o algodão, se não teve rendimento económico comparável, foi em todo o caso o principal produto da agricultura das ilhas de Cabo Verde, e foi também introduzido com vária fortuna na Madeira, nos Açores e no Brasil. Além destes produtos, mediterrâneos mas exóticos em relação ao património agrário português, ou pelo menos de integração recente nele, um era tradicional entre nós: o vinho. O vinho cultivou-se, pode dizer-se, em toda a parte onde o clima o permitia. Recordo apenas alguns exemplos: a ilha do Fogo, em Cabo Verde, cujas encostas no século XVII estavam cobertas de vinhas; alguns lugares do Sul do Brasil — a vinha prosperou à sombra do colégio jesuítico de São Paulo — e principalmente os arquipélagos da Madeira e dos Açores, cujos vinhos generosos (da Madeira e do Pico) tiveram importância comercial que perdurou, pelo menos no caso da Madeira, até aos nossos dias.

Mas, é claro, nem o açúcar, muito menos o algodão, nem sequer

a vinha, por muito que os Portugueses a estimem, podiam formar a base da alimentação. Esta base eram sempre os cereais. E por isso se compreende que, desde o início da colonização da Madeira e dos Açores, os cereais figurem entre os produtos principalmente cultivados. A tal ponto que, enquanto se esforçavam os Portugueses por comprar cereais na Andaluzia e até nas feiras de Flandres, navios idos dos Açores e da Madeira pudessem acudir, por várias vezes, às praças de Marrocos, compensando assim o *deficit* de uma colheita que era impossível fazer-se em estado de guerra e que era interdito comprar ao inimigo muçulmano.

Os nossos cereais tradicionais podiam cultivar-se na Madeira e nos Açores, mas já se não davam do mesmo modo em Cabo Verde. Nesse arquipélago produz-se a inflexão para o regime de chuvas tropical. Às chuvas de todo o ano, embora escassas no Verão, dos Açores, ao regime em tudo mediterrâneo da Madeira, com uma longa estação quente e seca, como na maior extensão de Portugal, sucede aqui um regime diferente, com chuvas escassas e concentradas nos meses mais quentes do ano. Com estas condições era impossível cultivar trigo ou qualquer dos outros cereais de Inverno, cevada ou centeio. Porque, semeado no tempo seco, não nascia ou estiolava; semeado nas águas, as chuvas estragavam-no e o calor fazia desenvolver certas doenças criptogâmicas que até o Sul do País conhece, quando por exemplo o mês de Maio vem ao mesmo tempo com chuvas tardias e calores precoces. Ora, logo desde o início, foi necessário acorrer a este *deficit* de cereais das ilhas de Cabo Verde, introduzindo certo número de cereais africanos, todos eles de qualidade inferior, o milho zaburro (a que hoje se chama sorgo) e outros milhos miúdos e o fundo, «o mais miserável dos cereais», do tamanho de cabeças de alfinetes, que os Negros pilam para comer mas apenas na época mais triste do ano, naquela em que tenham consumido todos os outros produtos da colheita anterior. Claro, nenhum destes cereais podia constituir a base da alimentação duma população europeia; e talvez por isso, o arquipélago de Cabo Verde, descoberto em 1460, era ainda no princípio do século XVI uma terra pela maior parte abandonada.

Houve porém um momento em que a expansão portuguesa colocou os colonizadores em contacto com outro precioso cereal. Era o milho grosso, milho maís ou milho de maçaroca, de origem americana, cultivado largamente por todas as populações indígenas desde o Sul dos Estados Unidos até ao Rio da Prata. Crê-se que foram os Espanhóis que primeiro o conheceram nas Antilhas e intro-

duziram entre as culturas regadas dos arredores de Sevilha; diz-se que foi daí que vieram os primeiros pés para o Campo de Coimbra; mas com certeza também os Portugueses o conheceram quando abordaram o Nordeste do Brasil, e não parece arriscado pensar que a difusão do milho se tenha feito também directamente através deste contacto. Pelo menos, dadas as relações que se estabeleceram entre as ilhas de Cabo Verde e a Baía, que delas recebeu os primeiros gados, é muito provável que estas ilhas tenham conhecido o milho ainda antes da sua introdução em Portugal[1].

O milho é um cereal tropical, semeado durante a época quente e húmida do ano. Cereal cujo ciclo de vegetação está perfeitamente adaptado a esta coincidência, estranha ao nosso clima, de calor e de humidade. Introduzido entre nós, não suportaria o frio do Inverno; mas, uma vez regado, encontra as condições naturais de calor que lhe fornece o nosso Verão e as condições artificiais de humidade que lhe dá a rega, e pode portanto desenvolver-se com rendimento superior e mais regular do que qualquer cereal de sequeiro. Num trabalho elaborado há cerca de vinte anos[2], atrevi-me a intitular um dos capítulos «A revolução do milho», procurando mostrar como a introdução do milho grosso no Noroeste do País e a sua expansão, que, pode dizer-se, prosseguiu desde o segundo quartel do século XVI até que a vida moderna vai impondo, nas vilas e cidades, o preconceito de comer pão branco, produziram, na vida dos nossos campos, a transformação mais importante desde a época romana até aos nossos dias. Quer viesse directamente do Brasil, quer por intermédio de Portugal, o milho propagou-se ràpidamente às Ilhas Atlântidas, onde constitui ainda hoje a base da alimentação nos Açores, na Madeira e, quase exclusivamente, em Cabo Verde. Propagou-se também à África, onde substituiu ou se combinou com os pobres cereais tradicionais, que eram várias espécies de milho miúdo, o sorgo (milho zaburro) e o fundo. Entre nós, foi no Noroeste que ele se enraizou com mais força, alimentando ainda hoje a população rural da área mais densamente povoada do País. São os Portugueses comedores de «broa», cuja área se estende desde o Minho até ao Mondego, que constituem a maior massa de emigrantes que, do

[1] Vid. pp. 148-152, deste volume.

[2] *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico;* vid. também o meu artigo «Cultura do milho, economia agrária e povoamento» (*Biblos*, 1941).

século XVI aos nossos dias, deixou o território nacional. A fertilidade desta população, que um êxodo de quatro séculos não consegue enfraquecer, tem certamente no mais produtivo dos cereais que entre nós se cultivam um dos segredos da sua persistência. Não obstante ter sido a região de Entre Douro e Minho que, tanto quanto se sabe, forneceu os contingentes mais elevados à emigração, ela constituía já em 1527 (data do primeiro censo), tal como nos nossos dias, aproximadamente a mesma percentagem no conjunto da população portuguesa.

6. ENRIQUECIMENTO DO PATRIMÓNIO AGRÁRIO TROPICAL

O milho representa assim um exemplo, porventura o mais eloquente, porque foi de todos os produtos alimentares aquele que teve fortuna mais ampla, da expansão de certas plantas que os Portugueses encontraram no decurso dos Descobrimentos e acabaram por difundir em todos os lugares da Terra onde era possível a sua cultura. Mas não foi apenas o milho. A mandioca, por exemplo, cultiva-se hoje em todo o mundo tropical, constituindo, nas regiões onde se pratica ainda no Brasil uma agricultura de tipo indígena (ou de tipo «caboclo», que nada deve à técnica portuguesa), a base da alimentação. Ela forma o centro de uma policultura, como o inhame ou a batata, que tem como fulcro tubérculos e não cereais, de um tipo desconhecido nas velhas civilizações agrárias do Mediterrâneo, da Europa média ou do Oriente. A mandioca é originária do Brasil. Mas constitui da mesma forma a base da alimentação em muitas sociedades do continente africano ou da Índia. O açúcar, de origem mediterrânea, foi transformado pelos Portugueses numa grande cultura tropical e a ele se deve a prosperidade da Madeira, a colonização de Cabo Verde, de São Tomé, do Nordeste do Brasil; a cana constituiu sempre o grande produto de rendimento, que nos permitiu fazer boa figura nos mercados europeus dos séculos XV e XVI.

Muitas destas culturas novas circularam desde as Molucas até ao Brasil. Recordo apenas alguns exemplos. A mangueira é uma das árvores mais belas das regiões tropicais, que atinge grande desenvolvimento, com um tronco grosso e uma copa vasta e fechada. É árvore de sombra e árvore de fruto, que nalgumas variedades é delicioso. Constitui hoje, em certas regiões da África, uma alimentação de suplemento tão importante como por exemplo as uvas e os

figos entre nós. Estes frutos são a abundância: no tempo deles todos andam gordos, principalmente os meninos; da mesma forma, em certas regiões da África tropical, no tempo das mangas não há fome. A manga veio da Índia, e é hoje tão cultivada na África ou no Brasil como continua a sê-lo no seu país de origem. Uma árvore de origem brasileira, a papaia ou mamão, cultiva-se em todas as regiões tropicais com a mesma fortuna e em todas elas constitui, na sua época, a fruta mais importante ou mesmo exclusiva. Do Brasil veio ainda o cajueiro. Com a polpa do fruto, que é sumarenta e aromática, faz-se uma bebida fermentada, uma espécie de vinho; outra parte do caju, a castanha, de grande poder nutritivo e energético, come-se assada e em doces. Originário do Brasil, o cajueiro cultiva-se hoje com a mesma intensidade aí, na África e no Oriente. Pelo contrário, foi do Oriente que o Brasil e a África receberam os coqueiros que se balouçam graciosamente na areia das suas praias tropicais.

Entre o Brasil e a África as relações são até, de certo modo, complementares. Se é certo que a África ajudou a fazer o Brasil, ou melhor, ajudou a fazer a América, desde o Sul dos Estados Unidos até ao Rio da Prata, através dos escravos pretos que lhe forneceu, a verdade também é que foram os produtos introduzidos da América, particularmente o milho grosso e a mandioca, que vieram mitigar a fome tradicional do continente africano. Dentro dum ponto de vista estritamente humanitário ninguém pode deixar de condenar a escravatura. Dentro de um ponto de vista histórico, que não é de julgar mas de tentar compreender, devemos recordar que, se a América sangrou impiedosamente a África, lhe deu em troca quase metade das plantas de que ela hoje se alimenta e, entre elas, as mais importantes.

Por uma disposição de que os espíritos curiosos se começaram a aperceber no século XVI, os continentes, que aparecem reunidos ou muito próximos no hemisfério norte, estreitam-se e afastam-se no hemisfério sul. Compreende-se portanto que, na Idade Média, fosse possível circular desde o Nordeste da América, ocupada pelos Escandinavos a partir do século X, até ao Oriente, por terra ou por navegações que cabiam dentro dos recursos limitados da técnica de então. Mas foram só os grandes descobrimentos marítimos, com a resolução dos problemas da arte de navegar, para os quais os Portugueses deram contribuição essencial, que permitiram aproximar as três extremidades do mundo, separadas aí por enormes extensões de mar. Foram os Portugueses, navegando desde o Brasil até às

Molucas, dentro do amplo hemisfério que lhes cabia pela partilha do Tratado de Tordesilhas, que contribuíram mais do que qualquer outro povo europeu, e primeiro que todos eles, para estabelecer a solidariedade das regiões tropicais, ligando as três massas continentais por intermédio da navegação, misturando os produtos, deslocando e aproximando os homens.

7. CONCLUSÃO: PAPEL DA MESTIÇAGEM E DO MILHO

Entre os instrumentos desta expansão, insisti em dois que parecem essenciais. Por um lado, a criação de uma população por processos que até aí não eram correntes, aproximando homens de raças diferentes — mais exactamente, aproximando os homens brancos das mulheres de cor —, criando portanto sociedades matizadas onde os preconceitos de raça são insustentáveis pela sua própria natureza, pela sua própria origem; banhando essa gente, seja qual for a sua cor, num mesmo ambiente de cultura, impondo-lhe a mesma religião, fazendo-a viver de maneira semelhante, aceitando das civilizações com que entra em contacto muita coisa, mas imprimindo-lhe a marca mais forte da civilização portuguesa. Por outro lado, encontrando um instrumento de subsistência, porque onde se enraíza a população é necessário não apenas criar um modo de vida, obter produtos de rendimento para assegurarem o comércio, mas, antes de tudo, dar de comer a essa gente que cresce.

Foi o milho, portanto, que veio a ter, quanto a mim, a influência decisiva na expansão portuguesa. E por dois caminhos: por um lado, quando os Portugueses chegaram ao Brasil e encontraram este cereal, que tanto podiam cultivar no Noroeste húmido de Portugal como nas regiões tropicais que iam ocupando, eles depararam com um instrumento de ocupação permanente do solo de inestimável valor. Foi depois da introdução do milho que a colonização de Cabo Verde, hesitante, cheia de altos e baixos, que não saía do mesmo débil passo por onde começara, tomou incremento; e foi ainda o milho que passou a servir de base da alimentação de populações africanas. Por outro lado, também foi o milho que, tendo-se introduzido na região mais húmida e mais chuvosa de Portugal, permitiu o incremento da população do Noroeste: arredando o receio da fome, assegurando-lhe a possibilidade de se multiplicar na certeza de, com um cereal regado, cujo rendimento é muito superior ao dos cereais de sequeiro, ela ter

sempre que comer. Foi essa população que cresceu, que se desenvolveu e que, emitindo vagas sucessivas de emigrantes, apagou, ou pelo menos relegou para lugar secundário, aqueles primeiros traços da vida rural do Algarve, que nós encontramos marcando hoje principalmente os lugares por onde começou a expansão portuguesa.

À força deste conceito humano de que, sejam quais forem as cores do corpo, é a mesma alma que o anima, e à força deste produto que permitiu não só a alimentação da população portuguesa na sua área mais densa, mas a fixação de populações que conservassem hábitos alimentares portugueses em todas as regiões tropicais, se deve em grande parte a nossa expansão. Pouco valor valor terá, em história, o método conjectural; ao imaginar como as coisas se teriam passado em circunstâncias diferentes, não há elementos bastantes para dar segurança a qualquer hipótese. Em todo o caso, pode perguntar-se: quando a expansão portuguesa ultrapassou o trópico, quando os Portugueses se defrontaram pela primeira vez com climas onde não podiam cultivar os seus cereais tradicionais, se não fosse este encontro providencial do milho no Brasil, que destino teria esse movimento?

Tenho a perfeita consciência da fragilidade da construção que apresentei e não desejo, naturalmente, incorrer na pretensão de indicar aos historiadores um caminho a seguir. Apenas quis trazer certo número de dúvidas, de problemas, de interrogações, que os estudos que cultivo, com base na observação e na comparação, suscitaram no meu espírito. Permiti-me apontar alguns caminhos para os resolver. Do valor de uma hipótese de trabalho só a sequência das investigações permitirá fazer ideia.

UM POVO NA TERRA [1]

1. UM CAIS DO VELHO MUNDO

Ao evocar o papel de Portugal na formação do mundo moderno, é impossível deixar de ter em conta a sua posição geográfica. Posição singular, de facto, que tanto colocou esta fachada atlântica da Ibéria entre as finisterras do mundo antigo como fez dela uma espécie de cais, donde partiu o movimento de expansão que garantiu à Europa uma projecção única no resto do globo. Posição singular ainda dentro desta como miniatura de um continente, que é a Península Hispânica: ela própria situada entre a chanfradura profunda do Mediterrâneo, um mar feito para as relações humanas, e um oceano por muito tempo misterioso e inviolado, sob o limite oscilante que separa os climas subtropicais, em que a duração e a secura do Estio marcam uma dominante quase árida, e os climas doces, húmidos e chuvosos, comuns às extremidades atlânticas da Europa.

Duas naturezas diferentes e também dois destinos humanos. Porque a Ibéria, desde as suas mais remotas origens pré-históricas, foi um lugar de encontro de civilizações, tão atractiva para os povos da Europa média, pelo clima doce e soalheiro de alguns tractos do seu território, como para os habitantes dos confins desérticos da África setentrional, que aqui encontravam uma terra menos adusta e portanto mais fértil e mais promissora. Mas este contraponto de influências vem inserir-se num fundo humano comum ao Mediterrâneo e reforçado pelas relações que, estabelecendo-se ao longo deste mar, ligaram estreitamente a última península ao destino dos seus grandes focos de civilização. De todos estes encontros, estimulantes

---

[1] Publicado em *Portugal. Oito Séculos de História ao serviço da Valorização do Homem e da Aproximação dos Povos*, Lisboa, 1958, por ocasião da Exposição Universal de Bruxelas.

pelas trocas que facilitam, de objectos e de ideias, de técnicas e de sentimentos, foi o território português da Europa largamente participante, realizando cedo uma profunda unidade nacional, ao abrigo de uma fronteira de tensão, resistindo a todos os esforços de unificação peninsular e procurando, com o apoio dos portos e das relações marítimas, tanto a estabilidade no xadrez europeu como a expansão em mares e terras desconhecidos. Porque Portugal é, ao mesmo tempo, a formação mais antiga e mais estável do mapa político da Europa, o primeiro país a ter estabelecido nela um sistema de alianças duradouro e a ter procurado, fora dela, um campo à sua expansão.

2. FORMAÇÃO DE PORTUGAL

O embrião do Estado português, no início do século XII, compreendia os territórios da fachada atlântica que iam do Minho ao Mondego, formando um *condado* ou divisão administrativa, provida de governo próprio mas dependente do rei de Leão, que se arrogava o título, ambicioso mas teórico, de *Imperator totius Hispaniae*. Enquanto sobre o resto da Península progrediam a um tempo a Reconquista e a hegemonia dos seus territórios centrais, as tendências separatistas desta faixa periférica conduziam a uma independência de facto e de direito (1140-1143) e a uma frente própria de luta contra os Mouros que, em vez de apoiar-se nos exércitos peninsulares, buscava o auxílio das armadas de Cruzados que, contornando a Ibéria, se dirigiram do Mar do Norte à Terra Santa. Em um século, a Reconquista, progredindo para o sul, incorporava no território português dois terços da sua extensão e deslocava o fulcro da vida política das cidades interiores (Braga, Guimarães, Coimbra) e do burgo marítimo (Porto), em que ele tinha gravitado, para Lisboa — o melhor porto de mar, provido do melhor acesso ao interior. Desde 1249 que (salvo em pormenores insignificantes) a mais velha fronteira da Europa conserva o seu traçado actual. E nunca, nesta história de oito séculos, as lutas internas revestiram a forma de separatismos regionais.

Pelos fins do século XIV, uma crise dinástica pôs em perigo a independência de Portugal; para o conjurar se estabeleceu com a Inglaterra também a mais velha e permanente aliança contraída

entre estados; depois da união pessoal dos dois reinos sob a coroa do rei de Espanha (1580-1640), foi uma vez mais naquele país, que se ia tornando grande potência marítima, que se procurou um apoio contra um vizinho mais ambicioso e mais forte; e não deixa de ser estranho, e reconfortante ao mesmo tempo, que, na fugacidade das relações internacionais, dois países possam invocar amizade e auxílio mútuo garantidos em textos em vigor há quase seis séculos.

3. PRÓDROMOS DA EXPANSÃO

No fim da Idade Média uma época nova começa, que «mudará o futuro do mundo» (HENRI PIRENNE). Sob o impulso de um príncipe, imbuído da ideia medieval de cruzada mas aberto à curiosidade do mundo e sensível ao apelo do lucro, organizam-se as primeiras expedições marítimas, conquista de praças marroquinas, estabelecimento de feitorias ao longo do litoral africano, fixação definitiva e ocupação das Ilhas Atlântidas. Por morte de D. Henrique, a Coroa tomou sob a sua direcção a empresa dos Descobrimentos. No lapso de um século (entre 1419, data provável da ocupação da Madeira, e 1519-1522, da primeira viagem de circum-navegação, planeada por navegadores portugueses a quem se confiaram os principais cargos náuticos), com a contribuição da Espanha, a quem se deve principalmente o descobrimento de parte da América (Colombo, 1492), o mundo alargara-se: conservando embora a importância de três dos centros em que gravitava (o Mediterrâneo, o Mar do Norte e o índico ocidental), todos os mares estavam reunidos, os continentes do hemisfério sul contornados e os três elementos do mundo tropical (África, Oriente e América) ligados entre si por correntes de navegação e comércio que iriam permitir a troca de produtos e o contacto entre os homens. Às armadas portuguesas coube o papel principal nestas relações. O mundo europeu e mediterrâneo, sede de antigas civilizações, entrava pela primeira vez em contacto directo, regular e seguido, com outro velho mundo histórico, o do Oriente. Mas, sacudindo a letargia dos continentes tropicais, um novo campo de expansão se abria à Europa, à sua religião, que ambicionava irmanar os homens, à eficácia das suas técnicas, às necessidades de espaço das suas populações prolíficas, à avidez dos seus mercados e à ambição dos seus capitais.

4. O MUNDO PORTUGUÊS

Portugal é um país pequeno, que ocupa, entre os vinte e seis estados da Europa, o décimo oitavo lugar quanto à superfície (91 970 km²), o décimo terceiro quanto à população (9 100 000 habitantes) e o décimo primeiro quanto à densidade (100 habitantes por km²). Nestes números estão compreendidos os arquipélagos da Madeira e dos Açores (onze ilhas com 3110 km² de superfície total, 619 000 habitantes, 199 por km²), habitados desde o século XV por uma população exclusivamente de origem europeia, que, pela linguagem, modos de vida e fisionomia espiritual, está tão próxima da do continente como, neste, a de umas regiões das outras. A designação de «Ilhas Adjacentes» aplica-se assim, com toda a propriedade, a estes prolongamentos oceânicos da metrópole portuguesa. Mas o império ultramarino tem uma área vinte e três vezes maior do que esta, colocando Portugal no quarto lugar entre os países europeus que conservaram até tarde os seus territórios de além-mar[1]. A soberania portuguesa cobre assim 2 182 000 km² (pertencendo 94 p. 100 à África continental) e abrange vinte milhões de habitantes — menos do que a extensão do antigo Congo Belga e, no Ultramar, pouco menos que a sua população. O terceiro estado do mundo em extensão de território, o Brasil, é um país de língua e de formação portuguesa, recebendo ainda o mais forte contingente da emigração desta origem, que aí representa entre um terço e metade da imigração total e nela a mais elevada percentagem. A língua portuguesa é falada por mais de setenta milhões de pessoas em cerca de 7 p. 100 das terras emersas. Com os territórios espalhados pelas ilhas atlânticas, a África, a Índia, a China e a Insulíndia, profundamente ligado ao Brasil pela comunidade de origem, de expressão e de sentimentos, Portugal, pequena nação da Europa, está presente em quatro partes do mundo e conta-se entre as que inscreveram na zona tropical uma marca mais funda e duradoura: já pela fixação dos seus naturais, já pela constituição de populações mestiçadas e pela influência da sua civilização, através da língua, da religião e dos costumes, em populações de outra origem. Os territórios ultramarinos, tradicionalmente designados por «províncias» como as regiões da Metrópole, formam com esta uma indissolúvel unidade: dois desses territórios

[1] Hoje a bem dizer o único.

(ilhas de Cabo Verde e Goa) singularizam-se por uma participação muito ampla e antiga dos seus habitantes, tanto na administração e na economia locais, como na vida portuguesa da Metrópole e de outros lugares do Ultramar, onde todos os caminhos estão abertos, sem discriminação de origem, à gente de todas as raças.

5. TRÊS REGIÕES MAIORES DE PORTUGAL

A Península Ibérica é um mosaico de contrastes, que provêm quer da sua própria estrutura, quer da posição que ocupa no globo. Os seus contornos pesados, e sua forma maciça, distinguem-na das outras penínsulas europeias do Mediterrâneo e aproximam-na do Magrebe ou da Ásia Menor. A Ibéria pode esquematizar-se como um vasto conjunto de planaltos, atravessados por uma *Cordilheira Central* e cingidos por cordilheiras periféricas, interpostas entre uma estreita faixa litoral e o interior, que as montanhas, paralelas à costa, subtraem a um amplo e directo contacto com o mar. Tanto a costa mediterrânea como a costa cantábrica têm este carácter. A única fachada onde os relevos se inserem obliquamente no litoral e a penetração de influências marítimas é facilitada por esta disposição é a que se estende do Guadalquivir aos confins da Galiza: aqui um litoral rico de articulações (as Rias) mas adjacente a um relevo emaranhado; ali um vale largo e fértil, mas apertando-se para o interior entre terras montuosas, ressequidas e pouco praticáveis. Portugal, que ocupa nesta fachada 800 km de costa, embora pobre de articulações e batida pelos temporais do ocidente, tem assim uma situação de que é possível tirar vantagem: apenas uma área exígua a nordeste se encontra a mais de 200 km do mar e, dos cinco rios principais de Espanha, dois têm aqui a sua foz, banhando as maiores cidades portuguesas, e um serve em parte de fronteira e nela desagua.

Por outro lado, o Portugal do Norte, à excepção de alguns tractos do litoral, é terra de montanhas e de planaltos elevados, cortados por vales profundos e impraticáveis. Estes relevos retalhados dão a cada maciço a sua individualidade, a cada depressão a sua fisionomia e ao conjunto uma tonalidade de isolamento e de arcaísmo. Como os maiores relevos não ocupam a fronteira mas uma faixa em viés do Minho ao Tejo, há no Portugal setentrional contraste nítido entre um conjunto de vales e de montanhas atlânticas e um bloco de terras trasmontanas, planaltos ou bacias deprimidas,

por onde as afinidades com o interior da Península se tornam sensíveis na paisagem. Contraste que o clima exprime e com ele a vegetação e a ocupação humana.

Dum lado a atmosfera carregada de humidade, o Inverno suave e o Verão curto, chuva abundante que permite a rega, intérminos bosques de pinheiro marítimo, entre os quais se insinuam prados regados onde se criam vacas, que no Verão se transformam em campos de milho — o pão do povo. População densa, ocupação intensa do solo, povoamento disperso, caminhos animados da circulação da gente e dos produtos: as mais fortes densidades de população, a agricultura mais intensiva, as cidades mais importantes, tudo articulando-se num litoral animado pelas principais vias de trânsito, onde se navega e pesca e se extrai do mar o adubo com que se conquistaram areais estéreis.

Do outro lado, atrás das montanhas que interceptam a humidade oceânica, um clima contrastado, oscilando entre as frialdades do Inverno e a ardência do Verão, de uma tonalidade árida no fundo dos vales mais orientais, predomínio do matagal sobre o bosque, da seara de trigo ou de centeio sobre o milho de regadio, do gado miúdo sobre o grosso, população menos densa e mais rarefeita, aglomerada em aldeias que ponteiam a solidão dos campos, região entre todas segregada, a última que o caminho de ferro e a estrada abriram à vida de relação, através de vales apertados e de encostas ásperas, por onde flui uma débil corrente de circulação que (à excepção do vinho do Porto, criado nas encostas do Douro) nenhum produto rico alimenta.

Portugal atlântico e *Portugal transmontano* opõem-se, em conjunto, ao *Portugal meridional*. Oposição de clima que o relevo reforça: menor influência das depressões atlânticas cuja trajectória principal se faz ao norte do paralelo de 40°, ausência (ou exiguidade) de relevos que interceptem a humidade oceânica, portanto chuvas menos abundantes e um Estio que se torna, à medida que se caminha para o sul, mais longo e mais seco; população esparsa, grandes vazios humanos, preenchidos nos últimos três quartos de século, em terras pobres e secas, abandonadas ao mato e ao arvoredo ralo, que hoje em toda a parte se combina com a seara de trigo. Às paisagens antigas do Norte contrapõe o Sul o povoamento recente das suas *charnecas*, consecutivo à expansão da cultura deste cereal, à dispersão dos *foros*, às transformações actuais da sua agricultura — mecanização, extensão do regadio, supressão dos pousios, substituídos por

uma rotação em que entram em grande parte leguminosas de sequeiro. Na extensão das planuras os caminhos são fáceis, mas a ocupação humana é ténue: aqui se encontram ainda as mais baixas densidades da população de Portugal. No conjunto desta área articulam-se trechos litorais animados: a um serve de centro Lisboa, fulcro da vida nacional há sete séculos; outro é constituído pelo Algarve, onde uma vida rural intensa se alia à maior densidade de portos de pesca e de pequenas cidades.

6. ENCRUZILHADA DE CIVILIZAÇÕES

Vocações naturais, destinos humanos, estreitamente entrelaçados como em todos os países de antiga civilização. A maior extensão do litoral revelou-se sempre fortemente atractiva para os homens. Encontram-se aqui vestígios de ocupação entre os mais antigos que se conhecem no globo. Uma grande civilização pré-histórica, a dos construtores de dólmenes, teve no Ocidente da Ibéria um dos seus centros de criação e de expansão, e desde essa época, no alvorecer da Idade dos Metais, que é possível surpreender relações marítimas com outras finisterras da Europa ocidental. Feitorias fenícias, gregas e cartaginesas animaram a vida local, suscitando a exploração das minas e o desenvolvimento da agricultura. Mas, por outro lado, o isolamento pesou sobre esta terra extrema, deixando-a numa situação marginal em relação aos grandes centros de civilização e ao caminho dos povos. Sobre um fundo local mal conhecido vêm inserir-se influências de duas origens. Umas provêm da Europa média, através das portas dos Pirenéus, e a sua acção exerce-se do norte para o sul: Celtas, povos germânicos no tempo das grandes invasões, Francos nos primeiros séculos da monarquia portuguesa. Outras provêm da África ou do Mediterrâneo, penetrando através do estreito de Gibraltar e ao longo dos vales do Ebro e do Guadalquivir: colonizações do Mediterrâneo oriental, romanização, ocupação muçulmana. Estas são incontestàvelmente as mais fortes. Por elas Portugal se integra, por um lado, na România, por outro no mundo mediterrâneo, comparticipando com a Espanha de um cambiante especial devido às influências do Islam. Como a ocupação muçulmana foi mais prolongada e mais intensa no Sul, à meridionalidade da natureza, já referida, acresce um como toque de exotismo, que opõe o Portugal setentrional, mais afim da Europa média, ao Portugal meridional, de fisionomia

mediterrânea franca que, por vezes, se carrega de um tom quase africano.

Uma manta de retalhos ocasionalmente reunidos ou uma figura harmoniosa onde todos os elementos concorrem para uma expressão de conjunto? Acima de tudo, um destino histórico comum agrupou três regiões, mais diferentes entre si do que em relação aos seus confins peninsulares. A segregação quanto ao resto da Ibéria, a intensidade da vida marítima, porventura um desses obscuros fermentos culturais que germinam desde a pré-história, permitiram que um dos muitos estados constituídos pelo desmembramento próprio da Europa feudal subsistisse no interior de uma fronteira precocemente definida e estabilizada: ela é não só um limite político mas uma separação linguística quase absoluta. Como o Norte teve sempre maior peso demográfico do que o Sul, foi daqui que a parte do País mais tradicionalmente integrada na comunidade nacional recebeu não apenas alguns dos seus povoadores, mas «as instituições, os usos e a língua» (LEITE DE VASCONCELLOS). A unidade nacional não é assim o resultado de um condicionamento da natureza mas, essencialmente, um produto da história.

7. TERRA POBRE...

Portugal é, além de um país pequeno, uma terra pobre, carácter que compartilha com a maior extensão do mundo mediterrâneo. Sabe-se como, depois de ter sido um dos focos mais fecundos de invenções e de progresso técnico, e sede e campo de expansão das maiores civilizações da Antiguidade, esta área do globo entrou numa espécie de estagnação, distanciando-se cada vez mais dos países da Europa média, que, tendo recebido do Sul os seus elementos superiores de civilização, se encontram hoje em muito melhor postura no que respeita a nível de vida e a apetrechamento técnico. De facto, os fundamentos da vida rural não variaram essencialmente da Antiguidade clássica aos nossos dias e, como disse um perspicaz geógrafo mediterrâneo (J. SION), ao passo que um Alemão dificilmente imagina como viviam os seus antepassados germânicos, um Grego vê, nos portos e nos campos, cenas que Homero descreveu. Por outro lado, a *modernização* da vida no Sul da Europa acompanha um movimento universal e deve-se, na quase totalidade, à aplicação de técnicas que a ciência e a indústria apuraram principalmente na Europa média

e nos Estados Unidos. Será assim a pobreza destes países apenas uma consequência da sua inaptidão para a técnica moderna, de uma espécie de incapacidade para a invenção e o progresso?!

Não virá a despropósito recordar que a solução de um dos maiores problemas do mundo moderno deve muito ao contributo português. O Oceano Atlântico era uma barreira à expansão da Europa porque, não possuindo um regime de inversão de monções como o índico, necessitava de um tipo especial de navio capaz de navegar contra o vento: esse navio foi a caravela portuguesa, estreita, alongada e provida de um velame latino que a tornava leve e fácil de manobrar. Por outro lado, os princípios da navegação astronómica, se encontram o seu fundamento em especulações e observações da ciência grega, e eram conhecidos de outros povos mediterrâneos e germânicos, só então se tornaram simples, práticos e acessíveis aos pilotos de todos os navios. Assim, se a Europa média foi sede de invenções fecundas (rotação de cereais com duas colheitas em três anos e não uma em cada dois, três ou mais; melhoramento da atrelagem do cavalo, que permite utilizá-lo para a tracção de instrumentos de lavoura pesados que penetram profundamente no solo, emprego de moinhos potentes para a moagem e elevação de água, etc.), a maior transformação que precedeu o início da era mecânica e abriu o caminho à expansão europeia eclodiu ainda no ambiente mediterrâneo.

Uma comparação entre Portugal e a Bélgica[1] não deixa de ser sugestiva das vantagens e desvantagens dos respectivos ambientes naturais. Portugal é três vezes maior que a Bélgica, mas a sua população (8 500 000) é inferior em cerca de um milhão à deste país; densidade 96 contra 288, mas, ao passo que no maciço antigo português os limites do povoamento ultrapassaram 1000 m e os da cultura 1600 m, o planalto das Ardennes é, acima de 300 m, uma solidão florestal ou um matagal de urzes abandonado pela gente e pelos gados. A vida rural, a rede urbana, os feixes de circulação, que em Portugal são obrigados a alcandorar-se nas serranias e a utilizar as suas altas portelas, refluem ali à planura e ao vale. Um clima oceânico, de chuvas regularmente repartidas no decurso do ano, assegura a alteração das rochas e a formação de um solo profundo,

[1] Comparação evidentemente suscitada pelas circunstâncias em que este trabalho foi escrito.

a reconstituição rápida ou a preservação da floresta, a regularidade de produção nos cereais, a horticultura sem rega. Nada em Portugal se pode comparar ao solo negro, fundo e fértil da planície de Flandres, às estradas que cortam terras lisas e depressões praticáveis, aos rios de curso tranquilo e aos interflúvios rebaixados que permitem ligá-los por canais uns aos outros. No apogeu da expansão portuguesa, a cultura aleatória dos cereais obrigava a recorrer às feiras de Flandres como uma das fontes de abastecimento; e alguma vez nas armadas da Índia se comeria o biscoito feito com o trigo daquela opulenta planície. Foi esta riqueza agrícola, aliada à facilidade de circulação, que, sustentando uma população numerosa e, portanto, uma mão-de-obra abundante, permitiu a passagem do artesanato à indústria, que, por sua vez, alimentou o comércio e acumulou os capitais. No limiar da era mecânica este país estava maduro para lhe aproveitar os benefícios; mas à riqueza do solo veio juntar-se a do subsolo, precisamente com os elementos em que havia de fundar-se a indústria moderna: a hulha e o ferro. Enquanto Portugal, pobre de minérios de ferro, de qualidade inferior e condições de exploração difíceis, e quase desprovido de carvão, havia de consumir em combustíveis, antes do seu recente apetrechamento hidroeléctrico, parte considerável das suas importações.

Em dois terços da extensão do País os solos pobres, cascalhentos, declivosos e delgados, opõem-se a todas as tentativas de modernização dos processos de cultura e ao emprego de máquinas agrícolas; em muitos lugares, quem não quisesse semear nas pedras não teria outro recurso senão o abandono da agricultura. O clima é aleatório; nos meses críticos da maturação do trigo, a temperatura média varia de uns graus de um ano para o outro, o total de precipitação de cinco ou de dez vezes, o número de dias de chuva o triplo ou o quádruplo, os ventos predominantes mudam de uma direcção à direcção oposta. A longa secura estival limita as culturas ao regadio e restringe a área de prados, portanto a criação de gado grosso. Sem bons pastos não pode haver estrume abundante. Os solos são muitas vezes esqueléticos, descarnados pelas enxurradas e varridos pelo vento no tempo seco; chuvas impetuosas e poeira que levam o melhor da alteração superficial das rochas. Que admira que, no conjunto, os rendimentos de trigo por hectare permaneçam os mais baixos da Europa?! Nas planuras do Alentejo, em solos formados a expensas de rochas cristalinas susceptíveis à alteração, pratica-se já a mecanização, sem que seja possível estendê-la a toda a superfície

cultivada. Uma agricultura racional abandonaria mais de metade dessa área. As ovelhas transumantes da mais alta montanha portuguesa (a serra da Estrela) pastam apenas nos relvados de *Nardus stricta,* pobre gramínea que as ovelhas desprezam na Grã-Bretanha. Nos caminhos de montanha ouve-se ainda a chiadeira do carro de bois de rodas soldadas ao eixo móvel, único veículo capaz de competir com o *jeep*. O caminho de ferro e a camionagem em toda a parte fizeram desaparecer a débil navegação fluvial, condicionada às águas médias, impossível na estiagem e perigosa durante as cheias — os rios portugueses contam-se entre os de maior oscilação de caudal em todo o mundo; e, no fim do Verão, a água dos açudes baixou tanto que deixa a descoberto campos e casas submersas, limitando a rega e obrigando a recorrer a centrais térmicas de reforço. Estradas e vias férreas são forçadas a torcicolos e a desvios para vencer o relevo: basta dizer que a linha de comunicação de Portugal com a Europa sobe a 800 m antes de alcançar a Meseta ibérica, enquanto da porta dos Pirenéus à fronteira belga não há nenhum declive importante a vencer. Poderiam multiplicar-se os exemplos: estes bastam para mostrar que muitas técnicas tradicionais ainda vivas não podem ser suplantadas, que um país de fraco rendimento agrícola, sem matérias-primas para a indústria e desprovido de combustíveis, não pode acompanhar os países da Europa média no seu desenvolvimento industrial. Com uma densidade de população moderada, um solo inteiramente ocupado (excepto alguns cimos mais elevados e areais da beira-mar), uma agricultura pobre e uma indústria reduzida, a população portuguesa vive dentro de horizontes de trabalho muito apertados: em relação aos recursos a pressão demográfica é muito forte e a emigração aparece como o seu inevitável remédio.

8. ...GENTE QUE SOBRA

A população portuguesa aumentou sete vezes em relação ao começo do século XVI, duplicou em menos de um século, aumentou 50 p. 100 em quarenta anos, a despeito da sangria emigratória de 1 200 000 pessoas em meio século, só excedida pela Irlanda em percentagem na população total, nos seus anos de ponta. A evolução demográfica recente, se, por um lado, é sensível à tendência geral de abaixamento da natalidade com elevação das condições de vida, por outro revela apreciável diminuição da mortalidade, devido a esse

melhoramento e aos progressos da salubridade e da higiene; assim, o saldo fisiológico actual (8 p. 100) é um pouco mais elevado do que há 50 anos e coloca Portugal entre os países férteis.

Como em todos os países mediterrâneos, a população permanece ainda principalmente rural, embora a tendência geral para a concentração urbana se vá fazendo sentir. Apenas duas cidades grandes, Lisboa (800 000 habitantes) e Porto (300 000, meio milhão com as vilas dos arredores e densos subúrbios semi-rurais); estas duas cidades, que há um século reuniam 6 p. 100 da população, agrupam hoje 14 p. 100. Meia dúzia apenas de cidades ou vilas entre 20 000 e 45 000 habitantes; 18 entre 10 000 e 20 000; um pouco mais de dois terços da população vive disseminada ou reparte-se por aglomerações de menos de 2000 almas, limite geralmente considerado para a população rural. O *campo* é assim um elemento muito vivo na paisagem humana; mas, enquanto se não esvaziar, o seu nível de vida permanecerá muito baixo, aqui e além (principalmente no Norte) roçando pela miséria. É sobretudo para fugir a ela que o Português emigra.

9. AS GRANDES DENSIDADES, O MILHO E A EMIGRAÇÃO

A população reparte-se de maneira muito desigual no território. A orla atlântica até à foz do Sado, com os seus prolongamentos interiores de terras húmidas, e o Algarve, contam seis milhões, isto é, 70 p. 100 da população em um terço da superfície total; aí têm assento 21 das 28 cidades com mais de 10 000 habitantes. Esta repartição revela, por um lado, a atracção do litoral, dos seus portos e dos seus modos de vida, por outro lado uma sensível influência do clima, através da abundância de chuvas, que assegura, com a maior alteração das rochas, solos menos pobres, e sustenta uma agricultura intensiva com base na rega. De facto, as maiores densidades de população coincidem com a área do milho como cultura predominante entre os cereais. Singular fortuna a desta gramínea exótica, que os Espanhóis encontraram largamente cultivada nas Antilhas e os Portugueses no Brasil; introduzida em Portugal por intermédio da Espanha, ràpidamente se difundiu a toda a área onde um sistema de rega permitia intercalar a sua cultura estival em prados que no Inverno continuariam a dar pasto; o calor do Verão permite a cultura de um cereal tropical; a rega, estabelecida para a erva, ministra-lhe a humidade de que carece. Dentro deste clima semiartificial, que o homem

regula, os rendimentos são mais altos e mais regulares. O milho é um cereal pobre mas assegura a abundância, com ele desapareceram as fomes tradicionais da Idade Média. Do milho tudo se aproveita: o grão para o pão e alimento do gado e das aves; as bandeiras, as folhas e as canas usam-se como forragem, o carolo como combustível, as folhas secas para os colchões da cama. É a sua cultura que aguenta as mais fortes densidades de população rural, que nalguns lugares ultrapassa 400 habitantes, sendo a área que, no passado, enviou maior número de povoadores para as ilhas atlânticas, o Brasil e a Índia. 92 p. 100 da emigração do último meio século pertencem ao Norte, e nele vieram do Minho os contingentes mais avultados e mais antigos, tanto a fidalguia que aqui tinha os seus solares, como a clientela rural que nalguns lugares difundiu a sua maneira de organizar o campo, os seus instrumentos e técnicas agrícolas. Do mesmo modo as cidades que a expansão portuguesa espalhou pelo mundo têm no Norte os seus paradigmas : bairros poupados pela renovação do Recife, da Baía ou mesmo do Rio de Janeiro recordam o Porto, e aquela encantadora Ouro Preto, velha capital de Minas Gerais, preservada por milagre na sua fisionomia do século XVIII, é uma cidade do Minho ou da Beira Alta, num quadro de montanhas que a mineração desarborizou e de jardins de uma exuberante flora tropical.

10. AS «ILHAS», PONTES DO ULTRAMAR

Primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece: ilhas vulcânicas que emergem no vigoroso perfil dos seus relevos, formadas pela acumulação de produtos eruptivos, ora com formas frescas de cones e caldeiras, ora vigorosamente entalhadas pela erosão que nelas abriu fundos barrancos e recortou arribas alterosas. Terras inóspitas à primeira vista, de grandes declives e trechos de costa inabordáveis, que na época do descobrimento estavam revestidas de matagais impenetráveis e não possuíam uma única planta alimentar e, como animais utilizáveis, apenas os peixes e as aves marinhas. Tudo aí é novo, portanto: o milho e o feijão, trazidos da América, e a batata doce, do Oriente, que hoje formam a base da alimentação; os terrenos de cultura que, na Madeira e nalgumas ilhas dos Açores, são sustentados por

uma imensa escadaria de socalcos; os gados e as pastagens que, graças à humidade do ar e à abundância e regularidade das chuvas, ocupam os lugares altos dos Açores, semeados no lugar dos bosques derrotados pela derruba e pelo fogo; as *levadas*, canais de extensão computada em mil quilómetros, que, na ilha da Madeira, onde domina um Estio mediterrâneo longo e seco, desviam as águas da encosta setentrional, chuvosa e íngreme, para a meridional, mais árida e menos áspera e, portanto, mais ocupada.

A agricultura e criação de gado bovino são as ocupações predominantes: intimamente associadas na Madeira, onde o estrume e a rega sustentam a grande intensidade da cultura, totalmente dissociadas nos Açores, onde a zona de formação das nuvens (acima de 300 a 500 m) a interdita mas favorece a pastagem sem rega. A Madeira é mais rica na sua exportação: depois do açúcar, que alimentou o seu comércio nos primeiros tempos da colonização, hoje totalmente desaparecido, o vinho generoso (um dos mais antigos e afamados), actualmente a banana e as rendas; os Açores exportam gado e lacticínios.

Estas ilhas foram uma rude escola de *colonização*. Cedo ocupadas nos seus lugares menos desfavorecidos, viram a população crescer, brutalmente limitada pela enorme extensão de cumeadas vulcânicas e de declives impraticáveis, e alcançar a saturação: tornaram-se por seu turno áreas emissoras de gente, constituindo os seus emigrantes e descendentes núcleos importantes no litoral sul do Brasil, nos planaltos do Sul de Angola, na Califórnia, nas ilhas Hawai, na Venezuela e Curação.

Os Açores têm 337 000 habitantes, a que corresponde uma densidade de 146 por km²; a Madeira, 282 000, com densidade muito elevada, 335, mais de 1100 se a calcularmos em relação à sua exígua superfície agrária. São ilhas pletóricas de gente, que, com pouco mais de meio milhão de almas, contribuíram, em proporção muito superior à do Continente, para a expansão dos Portugueses no mundo.

11. UMA REDE DE CIDADES MARÍTIMAS

A despeito da sua pequena área, das condições naturais desfavoráveis, da exiguidade da sua população e do baixo nível dos seus recursos técnicos, Portugal conta-se entre os países que suscitaram no mundo maior variedade de contactos, que deixaram em lugares

distantes marcas mais perduráveis da sua acção, que mais contribuíram, em suma, para quebrar o isolamento dos mares e a separação dos continentes e ajudaram a criar uma civilização verdadeiramente universal.

Como se exerceu essa acção? Por meio da navegação e do comércio marítimo, através de uma rede urbana espalhada por quatro partes do mundo e banhada por três oceanos. As rotas correntes da navegação passavam à vista da Madeira e de Cabo Verde, aproveitando a regularidade dos *ventos gerais* ou alísios, que levavam as armadas em direcção ao Brasil; aproavam daí à costa africana, à latitude de Angola, ou contornavam-na directamente pelo Cabo, passando pelo canal de Moçambique a tempo de estarem no índico no começo da monção de Verão; no regresso, aproveitando a monção de Inverno, tornava a andar-se o mesmo caminho, com um desvio para as latitudes médias do Atlântico, que permitia tocar nos Açores e aproveitar os ventos predominantes do oeste. Malaca, portuguesa de 1511 a 1641, onde ainda a comunidade cristã local fala um crioulo português, Macau, ocupada em 1557 no litoral da China, constituíram as portas do comércio com o Extremo Oriente, drenando as suas riquezas para o índico, a que Goa servia de centro. Esta cidade, de que restam apenas igrejas e ruínas, foi, na época do seu apogeu, no século XVII, mais extensa e opulenta do que Lisboa: rodeada de um território de várzeas feracíssimas e de uma população que há quatro séculos e meio abraçou o Cristianismo e, com ele, outras influências portuguesas e a sua herança indiana, criou uma civilização original, que, enriquecendo a humanidade de mais uma experiência, merecia ter sido preservada[1].

Procurando um estuário ou um recesso do litoral, ocupando um lugar alto — a acrópole mediterrânea — donde se domina o porto, apinhando o casario em torno das elevações onde se erguem a massa pesada dos conventos e a silhueta das torres de igrejas, desenvolvendo na margem uma planta descerrada por onde a horta e o jardim se insinuam nas construções, admitindo à convivência gente de todas as origens, sem que as raças se segreguem em bairros distintos, todas estas cidades têm um ar de família e evocam de modo impressionante os seus paradigmas lusitanos.

---

[1] Vid. o ensaio *Originalidade de Goa*, neste volume.

12. COMÉRCIO ULTRAMARINO E DIFUSÃO DE CULTURAS

Foi o comércio marítimo que fez a fortuna destas cidades, ou porque elas ocupassem em relação a correntes anteriores uma posição favorável, ou porque os Portugueses trouxessem consigo o produto que haveria de fazer a sua prosperidade. Assim, vemos introduzir o açúcar sucessivamente na Madeira e nas outras ilhas do Atlântico, até que os canaviais do Recôncavo da Baía inundam os mercados da Europa, transformando esta cultura, escassamente difundida no Mediterrâneo pelos Árabes e Italianos, no primeiro produto das plantações tropicais; em todas as ilhas se difundiu a vinha, chegando alguns vinhos a ser afamados (Madeira e Pico, nos Açores); o algodão, o pastel (uma planta tintureira), foram ensaiados, com vária fortuna, nos Açores, na Madeira, nas ilhas de Cabo Verde.

Na África procurou-se principalmente o acesso aos mercados de mão-de-obra e do ouro. A escravatura, ao contrário do que muita gente pensa, não foi uma invenção portuguesa, nem os Portugueses faziam directamente a captura de escravos. Eram os potentados do interior africano que encaminhavam estes tristes rebanhos humanos para as feitorias do litoral, onde eram *resgatados,* isto é, adquiridos a troco de cavalos, sal, tabaco, aguardente de cana, panos e quinquilharias. As necessidades de mão-de-obra dos canaviais e dos *engenhos,* onde se fazia o complicado preparo do açúcar, suscitaram um rápido desenvolvimento deste tráfico, sob o apelo das terras que se iam desenvolvendo; e vale a pena recordar que não é esta a única vez que, à custa de pesados sacrifícios humanos, se sacode a letargia das áreas de economia tradicional. O ouro da Guiné, conhecido nas feiras da África do Norte, onde chegava por intermédio das caravanas que atravessavam o Sáhara, o do Monomotapa, que se procurou alcançar na origem ao longo do Zambeze, o marfim, um pouco de malagueta, constituíam os principais produtos e incentivos do comércio africano. Mas a grande riqueza eram as especiarias do Oriente: pimenta, canela, cravinho-da-índia, massa, noz moscada, gengibre, etc. Por elas se empreendeu uma espécie de polícia marítima do Oceano índico, desviando a favor dos Portugueses e dos seus aliados locais a corrente comercial antes organizada pelos Muçulmanos. No século XVII apareceriam o tabaco no Brasil, o chá, que uma rainha portuguesa introduziu na corte de Londres e se divulgou na Europa, no século seguinte o ouro e os diamantes das Minas Gerais.

que serviram de incentivo a ocuparem-se largos tractos do sertão brasileiro.

A par com este comércio, ora de produtos locais ora de plantas introduzidas, a fixação dos Portugueses nas suas cidades litorais suscitou por toda a parte a constituição de uma agricultura de subsistência. Nuns lugares com base na tradição agrária mediterrânea, principalmente no trigo: Madeira (esta ilha chegou a exportar trigo para o Continente e a acudir às fomes das praças portuguesas de Marrocos), Açores; noutros aproveitando os recursos da agricultura local: o milho e a mandioca no Brasil, o arroz e o coco na índia. Sabores novos, a que se ia acostumando o paladar dos Portugueses, temperados em toda a parte com as especiarias do Oriente: ainda hoje no Brasil se chama «pimenta-do-reino» ao grão trazido outrora pelas armadas. Estes contactos suscitaram a troca de plantas, contribuindo para certa uniformidade da flora cultivada nos três domínios do mundo tropical. O Brasil forneceu o milho, o feijão, a mandioca, o caju, a papaia, o ananás; a índia, o arroz, o coco, a jaqueira e a ata, grandes árvores de fruto e de sombra, a batata doce; a África, a despeito da originalidade das suas policulturas alimentares, nada deu de importante, recebendo pelo contrário o milho e a mandioca, que nalguns lugares suplantaram o sorgo e outros cereais indígenas e os inhames locais. Estas repercussões estenderam-se ainda para além da zona tropical, posto que nas ilhas atlânticas e num terço do Continente o milho constitui a base da alimentação e o eixo de toda a vida rural, sustentando o acréscimo de população e as mais fortes e repetidas vagas de emigrantes.

13. ASSIMILAÇÃO E MESTIÇAGEM

Pode computar-se em torno de 1 200 000 almas a população portuguesa no apogeu da expansão. Para a navegação, a defesa e o comércio de territórios que se estendiam do litoral do Brasil às ilhas de Sonda, não bastavam os dois ou três mil homens que cada ano embarcavam nas armadas da índia. Era preciso multiplicar essa população e dois caminhos se ofereciam a esse propósito: a assimilação e a mestiçagem. A forte atracção exercida pelas mulheres de cor, o amor aos filhos destas ligações de acaso, as escravas promovidas não raro à intimidade do leito, os laços afectivos que ligavam

esta prole matizada permitindo a ascensão social dos rapazes mestiços e remetendo para a Europa algumas moças, que aqui seriam educadas na esperança de um casamento pobre mas «honesto», tudo deu às populações desta origem um colorido especial, onde o velho mundo cristão de Portugal forma o quadro dos sentimentos, da língua e dos costumes, ambiente moral que integra o afluxo de sangue estranho e variado. Neste processo apenas Goa faz excepção, e essa mesmo singularmente esclarecedora. Aqui deparam os Portugueses com uma barreira difícil de transpor, o sistema das castas, que a população cristã, convertida em massa, herdou do Hinduísmo sem modificações essenciais. Repelido delas como intruso, o Português penetrou por meio de elementos marginais da sociedade: as bailadeiras, que exerciam a função ritual de hetairas, e as viúvas, que os usos locais condenavam à perpetuidade do seu estado. Mas, a despeito desta infusão débil de sangue, que a sociedade indiana repeliu, os Goeses cristãos, no uso da língua ou de termos que o falar local adoptou, na intensidade da vida religiosa, assegurada por um clero local, nos sentimentos e no apego à cultura e às maneiras do Ocidente, formam um exemplo, único no quadro destes contactos humanos, de assimilação sem mestiçagem.

Mestiços ou assimilados não constituem uma população marginal, antes participam da vida portuguesa, quer na organização das suas terras de origem, quer nas restantes parcelas do Ultramar ou até na Metrópole. Português não é assim um conceito de raça, mas antes uma «unidade de sentimento e de cultura», que aproximou homens de várias origens sem suscitar entre eles essas dolorosas e irredutíveis separações hereditárias que, noutros países novos de formação europeia, constituem um angustiante problema.

14. INCERTEZAS DO FUTURO

Que papel reservará ainda o mundo dos nossos dias a este país pequeno e a esta população reduzida? A utilização dos seus recursos hidroeléctricos permitirá um melhor equipamento industrial, criando nos campos saturados, com uma forma de energia essencialmente maleável, novos horizontes de trabalho. Os progressos da mecanização, o emprego de trigos precoces, subtraindo-os à influência decisiva dos meses críticos do clima, a divulgação de leguminosas de sequeiro que suprimam os pousios sem esgotar os solos, o encontro de um

produto de rendimento que torne compensadora a cultura regada, podem melhorar muito os baixos rendimentos da agricultura.

Para além das reservas de cobre, estanho e volfrâmio, os minerais radioactivos e o melhor aproveitamento de jazigos de ferro poderão alimentar indústrias, enriquecer a exportação e aligeirar certas importações de matérias-primas. Mas nada aparece no horizonte económico de Portugal que lhe permita vir a alinhar com os países altamente industrializados e dotados por isso de elevado nível de vida.

Dentro do vigoroso ritmo de crescimento da sua população, parece ainda reservado ao Português largo papel no mundo tropical, quer servindo de elo duma cadeia entre a produção local e as grandes correntes de comércio, quer como colono, ele próprio cultivando a terra, criando gado ou pescando. Essa emigração, tradicionalmente dirigida para o Brasil, onde a atraem a língua comum, a mesma formação espiritual e o grande surto da vida moderna, toma, a caminho dos territórios africanos, cada vez maior incremento. Fazendo «reinar a paz étnica onde flutua a sua bandeira» (A. SIEGFRIED), chamando as populações locais a participar numa civilização comum, compreende-se que Portugal tenha suscitado muito menos o despertar de fictícios nacionalismos, dirigidos contra o peso da sua soberania, do que a aproximação e o entendimento entre os homens. Caso único entre os estados da América, a independência do Brasil não passou de uma espécie de «revolução palaciana», pois foi o herdeiro da coroa portuguesa quem a proclamou e defendeu, sem quebrar nenhum dos laços morais que ainda hoje ligam estreitamente os dois povos. Lição que vale a pena meditar quando se deseje compreender o paradoxo aparente destas ilhas de paz que os territórios portugueses da África e da Ásia representaram até há pouco, na agitação, superficial mas perigosa, das paixões e ambições políticas, produzida em nome das massas, mas a que elas, pela própria índole, se conservam em grande parte estranhas e indiferentes.

O INFANTE E O MUNDO NOVO [1]

Como geógrafo, sou um *curioso do mundo;* pela inevitável necessidade de limitar um âmbito de pesquisa, tenho dedicado grande parte da actividade à compreensão das marcas que a expansão portuguesa nele deixou. Da minha formação inicial de historiador pouco mais resta que a nostalgia da juventude. Contudo, através do mundo que se vê, e que é pròpriamente o meu campo de trabalho, muitas vezes a história está presente, tanto nas formas que persistem na vida de cada dia, como em vestígios materiais que chegaram até nós. É nessa perspectiva que me coloco e o meu trabalho encontrará justificação.

Antes de entrar no assunto, e como exergo para ele, desejava recordar um dos passos que me parecem mais significativos da emoção que, entre os homens capazes de reflectir, despertou o conhecimento do mundo novo iniciado com as navegações henriquinas. Entre a seca enumeração de DIOGO GOMES e a narrativa prolixa de ZURARA, que sempre faz alarde de erudição, CADAMOSTO exprime-a com mais frescura e vigor:

«Tendo eu, Luís de Cadamosto, sido o primeiro da nossa nobre cidade de Veneza que se resolveu a navegar o mar oceano para fora do estreito de Gibraltar, contra as partes do Meio-Dia, nas terras dos Negros da Baixa Etiópia, nem por memórias nem por escrituras, nunca dantes navegado e, neste meu itinerário, havendo visto muitas coisas novas e dignas de alguma notícia, para que aqueles que de mim vierem a descender possam saber qual tenha sido o meu ânimo em haver-me posto a procurar diversas coisas em vários e novos lugares (pois, na verdade, o nosso viver e os nossos costumes e luga-

[1] Conferência proferida a 25 de Março de 1960 na Universidade de Lisboa, em sessão comemorativa do centenário da morte do infante D. Henrique. Publicada no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 1961.

res em comparação com as coisas por mim vistas e sabidas outro mundo aqui se poderiam chamar)» — está perfeitamente expressa a diferença entre um mundo familiar e um mundo exótico com o qual se entra pela primeira vez em contacto —, «certo, pois, de bem merecer, determinarei dar alguma notícia disso: pois assim como a memória me há-de servir, assim com a pena tratarei das coisas sobreditas, as quais, se por mim não forem tão ordenadamente postas como a matéria requer, pelo menos, não faltarão de inteira verdade em todas as partes. E isto, sem dúvida, mais depressa dizendo a menos, que além da verdade alguma coisa narrando. É pois de saber que aquele que foi o primeiro inventor de mandar navegar esta parte do mar oceano contra o Meio-Dia das terras dos Negros da Baixa Etiópia (a qual desde o nosso primeiro pai Adão até hoje não se sabe nem se acha que fosse nunca navegada a não ser no presente) foi o ilustre senhor infante D. Henrique de Portugal, filho que foi do sereníssimo rei D. João, rei de Portugal, o qual senhor infante D. Henrique, ainda que dele muitas coisas notáveis se pudessem dizer, tudo passo».

A exemplo de CADAMOSTO, abstenho-me de tratar do Infante e vou principalmente ocupar-me do mundo novo a que ele está indissolùvelmente ligado. Mas, a propósito da sua figura no quadro mais vasto da expansão e das controvérsias nem sempre serenas que tem suscitado, desejava aqui deixar uma palavra de bom senso e essa vou extraí-la de um dos mais recentes e notáveis historiadores dos Descobrimentos — TEIXEIRA DA MOTA: «Entretanto, esperemos que as anunciadas comemorações de 1960 não venham criar novos mitos henriquinos, encabeçando no Infante ideias e propósitos que ele não teve». Esta criação de mitos é inevitável, porquanto o Infante, a sua obra e a sua gente, o descobrimento do mundo no seu tempo, são a raiz de uma árvore que ràpidamente cresceu, a tal ponto que nem sempre é possível separar o tronco dos ramos. E sem cair nos mitos que a todo o trabalho sério da História repugnam, o Infante, símbolo de um povo e símbolo de uma época, ficará ligado a um dos maiores factos da história humana de todos os tempos — e por história entendo o sentido mais amplo da evolução da humanidade desde que ela existe. Qualquer coisa como a invenção do fogo nos seus alvores, como a criação da agricultura no começo do Neolítico, como o aparecimento do pensamento racional na Grécia, ou a desintegração da matéria e a conquista dos espaços interplanetários em que, com a ajuda do Diabo, os homens actualmente estão prosseguindo.

Sem entrar na discussão, a que até alguns homens de ciência são sensíveis, de saber se o mundo foi criado para o homem ou se este apareceu ocasionalmente, numa geral criação de tudo o que existe, a disposição da face da Terra não era, até certa altura da evolução humana, favorável ao convívio de todos os povos. Houve um momento, no fim da era primária, em que todas as terras tropicais, desde o Brasil à Austrália, se encontravam reunidas num bloco único, a que os geólogos chamam continente de Gondwana. Simplesmente, nessa altura, nenhuma forma de vida superior tinha aparecido. Os primeiros mamíferos estavam longe e, com eles, muito mais longe ainda os primeiros homens. E assim, até ao século XV, até ao início das navegações que refizeram esta unidade de uma remota história do globo, o mar encontrava-se dividido em três domínios de navegação. O mais vasto de todos abrangia a maior extensão do índico e do Pacífico e ia do litoral africano até à perdida ilha de Páscoa, através de um admirável instrumento de navegação que é a almadia[1] com flutuador. Já outra vez tive ocasião de desenvolver este ponto e de mostrar como tal mundo se perdeu por falta de uma civilização superior, de uma organização política, de uma língua comum, e caiu no inevitável isolamento de cada ilha. O domínio da navegação mais rico era o do Oceano índico, porque aí se encontrava, por um lado, o navio de quilha usado pelos navegadores árabes, turcos e persas, o junco chinês, que tem a propriedade de, sendo de fundo chato, rodar sobre si como um disco e entrar em todos os portos, mesmo nos que têm pequeno calado, e, finalmente, a almadia com flutuador, que todos os conhecedores de Goa se recordam de encontrar aí ainda representada. Finalmente, o terceiro domínio da navegação era o mais restrito de todos, mas era também o mais capaz de invenção e de progresso: o ocidental. Do Mediterrâneo receberam-se os navios a remos, com que ainda se navegou no Atlântico, a bússola e uma fruste arte de navegar pelos rumos, o portulano, que, embora sem respeito da escala e sem exactidão de ponto, dava com muito pormenor aquilo a que os marinheiros chamam as «conhecenças dos portos». Da Europa média, do Mar do Norte, da Escandinávia, do mundo germânico, veio muita coisa para a navegação, como mostra a origem das palavras portuguesas *mastro, qui-*

[1] O mesmo que «piroga»: é a palavra usada pelos nossos clásicos, ainda viva no português de Moçambique.

lha, leme. Foi aí provàvelmente que se inventou o leme de cadaste — o leme que roda num prolongamento da quilha e faz o navio virar com facilidade sem empregar a força dos remos, e que lhe permite portanto aligeirar-se da numerosa tripulação necessária para os manejar. Finalmente, no litoral peninsular, mais particularmente no litoral português, apareceram a caravela, com um tipo de velame que torna possível avançar contra o vento, navegando *à bolina,* a arte náutica, que punha ao alcance de qualquer piloto encontrar fàcilmente a posição do seu navio e rumar a ilhas perdidas no meio do oceano. Foi a caravela portuguesa que permitiu resolver os dois grandes problemas que, nesse tempo, se punham à expansão da navegação: a possibilidade de navegar contra os ventos gerais (a que hoje é costume chamar alísios) e de fixar para sempre a posição de umas vagas ilhas de São Brandão, que ora se achavam, ora se perdiam, de que talvez a Antiguidade tivesse conhecimento, que certamente no fim da Idade Média se voltaram a encontrar, mas que só entraram no mundo das relações humanas graças às navegações e à efectiva ocupação portuguesa.

Até essa época, os três domínios viveram separados. No índico, os Árabes haviam organizado em seu proveito navegação e comércio. No Pacífico, para além das ilhas da especiaria, não havia nada que interessasse. E quando a expansão chinesa, que por curiosa coincidência se situa na altura da génese da expansão portuguesa, numa série de navegações entre 1405 e 1431, atingiu a costa da Somália e Mogadoxo, vinha à procura de coisas vagas e míticas e essas navegações cessaram porque os mandarins entenderam que se tratava apenas de expedições dispendiosas e sem utilidade.

O Atlântico era assim, em relação a esta época, o maior fosso que se opunha às relações humanas. E este fosso estava realmente desfavorecido pela natureza. Porque, embora no Atlântico existam arquipélagos verdadeiramente oceânicos, longe das terras continentais, que poderiam portanto constituir pontes de passagem num devassar progressivo do oceano, eles nada tinham que interessasse aos homens. À excepção do sal em Cabo Verde, da urzela um pouco por todos eles — quer dizer, produtos naturais obtidos por meio da recolecção —, à excepção dos peixes, das aves, de camarões de água doce e de tartarugas nos arquipélagos tropicais, nada neles se podia aproveitar. Cobertas de matagais inextricáveis, rodeadas de costas abruptas e emergindo do mar como montanhas — «são terras altas e fragosas e serão más de andar», disse DUARTE PACHECO

PEREIRA — completamente desprovidas de plantas alimentares ou de animais susceptíveis de domesticação.

Com as navegações que, no tempo do Infante, começaram de maneira sistemática, é um novo mundo que se abre à expansão portuguesa primeiro, depois à expansão ibérica, e, finalmente, arrastada nesta corrente impetuosa, a toda a expansão do Ocidente. Em que consistia este mundo novo, quais as suas novidades, quais os espectáculos que os homens pela primeira vez contemplavam, quais os problemas com que pela primeira vez se defrontavam?

Era a costa de África, além do Cabo Não. Conta DIOGO GOMES, na sua *Relação*, que certo navegador do Infante, ao voltar das Canárias, encontrou entre as ilhas «grandes inundações do mar — a que os Portugueses chamam correntes»; foram essa espécie de rios no oceano que geraram as lendas limitativas, as lendas do mar tenebroso e o consabido provérbio: «Quem passa o Cabo de Não tornará sim ou não». Mas passaram-no os navegadores do Infante e tornaram até com a boa nova de encontrarem, para além daquelas «grandes inundações», «mar tranquilo e sereno» que se podia navegar como qualquer outro.

Era o contacto com o litoral desértico da África, com um «mar arenoso» (é a expressão de DIOGO GOMES), imensa praia de areia, sem árvores nem ervas, que divide os homens brancos e pretos uns dos outros. Então como hoje, o Sáhara constituía a última barreira do mundo mediterrâneo e a divisória entre duas raças humanas. Mas, à medida que se caminhava para o sul, à medida que as areias se iam cobrindo de árvores e ervas, apareciam os portos e, através deles, o contacto com as caravanas do ouro, caravanas de mais de 700 camelos, que iam a Tombocutu recolher o ouro do Sudão, que atravessavam toda a largura do Sáhara em 37 jornadas e que o vinham depois vender nas praças do Norte de África. E, através das notícias destas caravanas, o primeiro conhecimento das riquezas da Guiné, que mais tarde se vai chamar Costa da Mina, chamando-se Casa da Mina a repartição administrativa (como hoje diríamos) com que a Coroa intentou disciplinar a pujança deste comércio.

Qual era o seu fundamento? O ouro, a malagueta e os escravos. Os escravos, que se começam a registar por 1441 e a cuja apartação de gado humano o cronista ZURARA consagrou, sem dúvida, a mais emotiva das suas páginas. Trata-se de uma partilha feita em Lagos em 1444.

«No outro dia, que eram 8 dias do mês de Agosto, mui cedo pela manhã por razão da calma, começaram os mareantes de correger seus batéis e tirar aqueles cativos para os levarem segundo lhes fora mandado; os quais, postos juntamente naquele campo, eram uma maravilhosa cousa de ver, e entre eles havia alguns de razoável brancura, fermosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como tiópios, tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo.

«Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela companha? Que uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céus, firmando os olhos em eles, bradando altamente como se pedissem socorro ao padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se tendidos em meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quais, posto que as palavras da linguagem aos nossos não pudesse ser entendida, bem correspondia ao grau de sua tristeza...

«Quem poderia acabar aquela partição sem mui grande trabalho? Que tanto que os tinham postos em uma parte, os filhos, que viam os padres na outra, alevantavam-se rijamente e iam-se para eles; as madres apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe não serem tirados! E assim trabalhosamente os acabaram de partir, porque além do trabalho que tinham com os cativos, o campo era todo cheio de gente assim do lugar como das aldeias e comarcas de arredor, os quais leixavam em aquele dia folgar suas mãos, em que estava a força do seu ganho, sòmente por ver aquela novidade».

A tudo isto assistia o Infante «ali em cima de um poderoso cavalo», com aquela dureza de que muitas vezes é necessário revestir-se um homem que tem de passar por cima dos outros para levar para a frente a sua missão. Se há neste caso toda a crueza do incremento do tráfico da escravatura, há, por outro lado, a profunda compaixão humana do cronista e até — facto da maior importância — a pronta aceitação dos escravos no conjunto da sociedade portuguesa. Continua ZURARA mais adiante:

«E algumas viúvas honradas que compravam algumas daquelas, umas as recebiam por filhas, outras lhes leixavam em seus testamentos de suas riquezas, por que se ao diante muito bem casavam, havendo-as de todo por livres. Abasta que eu nunca vi a nenhum daquestes ferro como aos outros cativos, e quase nenhum que se tornasse cristão e que não fosse mui docemente tratado. E fui já rogado de seus senhores para seus baptismos e casamentos, nos quais aqueles, cujos servos eles ante eram, não faziam menos solenidade que se foram seus filhos ou parentes.

«E assim que onde ante viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrário: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da santa fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis, que eles não sabiam que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa, e o que pior era, a grande ignorância que em eles havia pela qual não haviam algum conhecimento de bem, sòmente de viver em uma ociosidade bestial».

Claro que há aqui, inevitàvelmente, aquela incompreensão do Ocidente pelos valores das civilizações com que entrou em contacto. Mas há — e este facto parece-me digno de ser posto em relevo — a pronta aceitação com que, perante a novidade, a sociedade portuguesa reagiu: aquelas viúvas que encontravam nas escravas uma filha, aqueles homens que libertavam os seus servos dedicados e, na altura dos casamentos, não distinguiam a festa com que os recebiam da que faziam com os próprios filhos.

De certo modo mais novo ainda do que este mundo do litoral africano é o mundo das Ilhas Atlântidas, de que apenas, parece, as Canárias foram conhecidas ininterruptamente desde a Antiguidade. Ilhas a que os Gregos chamavam Macaronésia ou ilhas Afortunadas, por uma ilusão de extraordinários dons naturais e de uma fertilidade que só se consegue à custa de grande esforço. As Canárias jaziam nesta época no estádio de uma civilização neolítica, com afinidades berberes e algumas influências africanas. Madeira, Açores, Cabo Verde, se uma ou outra vez foram visitadas, do que há vagas notícias e incertas representações nos portulanos anteriores ao século XV, nunca tinham sido acupadas, pela simples razão de que eram absolutamente destituídas de todas as bases que poderiam permitir uma ocupação permanente. E essas bases foram criadas pela gente do Infante, foram criadas pelos primeiros donatários, pelos primeiros imigrantes portugueses, por aqueles homens entre quem

se repartiam as terras de sesmaria, tudo sob o olhar vigilante do Infante, que providenciava para que nos navios seguissem sementes, animais e instrumentos de lavoura e que, a cada passo, se ia informando da maneira como a terra prosperava.

Quais são essas bases? Os cereais: os cereais cultivados de tal forma que, ao fim de vinte e cinco anos, algumas terras da Madeira já davam indício de cansaço. O vinho, espalhado em todas as ilhas (os Portugueses chegaram a tentar cultivar a vinha na ilha de São Tomé, sob o equador); vinho que, com a importação de cepas italianas, começou a ganhar fama de tal forma que, no meado do século XV, CADAMOSTO, como italiano bom conhecedor, os encontrou *assai buonissimi*. Era o açúcar, mencionado por VALENTIM FERNANDES entre as «frutas de Portugal» porque, até à inflação que a cultura do Brasil introduziu no mercado, o açúcar tanto foi cultivado nas Ilhas como no Continente. No fim do século XV, no lugar dos arrozais do Mondego, estavam grandes canaviais, e GIL VICENTE, falando das charnecas de Coruche, exclama: «Oh que terras para pão» — que seriam os cimos do planalto — «e canas açucaradas» — que seriam os fundos dos vales. Eram ainda as plantas tintureiras, umas espontâneas e, portanto, objecto de simples recolecção, como a urzela, e outras cultivadas, como o pastel. Nesta exportação, portanto, duma paisagem agrária familiar, há um elemento que se não consegue acomodar à atmosfera saturada das ilhas — a oliveira —, substituída, segundo os hábitos alimentares da metade setentrional do País, por outra gordura, esta de origem animal — a banha de porco.

Além da introdução das plantas alimentares, nas ilhas menos favorecidas ou logo no início da ocupação de todas, para que os navios tivessem alguma forma de conseguir refresco dos seus mantimentos, meteram-se gados. E em certas destas ilhas faziam-se grandes carnagens, que certamente persistiram, porque, nas cartas de capitania, se distingue sempre com toda a clareza o gado bravo que cada um podia apanhar à sua vontade — «caçar» seria o termo — do gado manso, adonado, que era mantido no maior resguardo, salvaguardando-se a propriedade dos seus donos.

Um notável especialista de história económica, o professor CH. VERLINDEN, da Universidade de Gand, lançou uma sedutora hipótese de trabalho, que consistia em considerar a colonização ibérica como um prolongamento da expansão mediterrânea em que certos povos peninsulares participaram (Catalães) mas em que participa-

ram, em mais larga escala ainda, Italianos, colonização feita sobretudo nas ilhas do Levante. Ora, esta colonização mediterrânea, seja qual for a sua importância, parece-me que representa, de certo modo, o reverso da medalha cunhada pela colonização ibérica. Vou extrair de F. BRAUDEL a própria definição da colonização mediterrânea, para se ver como ela era profundamente diferente: «Coloniser... c'est avoir les mêmes arbres, les mêmes plantes, les mêmes paysages devant les yeux, les mêmes nourritures sur la table; c'est vivre sous le même ciel, retrouver les saisons familières». E creio que poderíamos acrescentar: entrar em contacto com a mesma humanidade, porque, para além das distintas crenças, não se vê que entre um Português do Sul ou um Andaluz haja qualquer sensível diferença de raça que o separe dum Berbere do Magrebe. Ora a expansão portuguesa e, dum modo geral, a expansão ibérica, percorre toda a escala dos factos de colonização na sua extraordinária amplitude.

Valorização de terras novas, quer se tratasse de ilhas desertas, como as ilhas perdidas no meio do oceano, quer se tratasse de terras que jaziam numa economia atrasada, como o Brasil, de que, através da *Carta* de CAMINHA, temos notícia de ser habitado por indígenas que «não lavram, nem criam, nem têm nenhuma alimária que acostumada seja ao viver dos homens». Eles lavravam mas, efectivamente, uma das grandes fraquezas das civilizações americanas era a ausência de qualquer mamífero doméstico. É nestas terras atrasadas que se vai praticar uma agricultura nova, com a introdução do açúcar, por exemplo, ou incrementada, com a utilização e a divulgação do fumo ou tabaco, que através de Jean Nicot, embaixador da França em Lisboa, havia de fazer a sua fortuna na Europa, primeiro como rapé de cheirar. Valorização de terras novas, ainda pela ligação de todas elas a uma rede de comércio que, pelo lado português, ia de Solor e Timor e, englobando os litorais do índico e do Atlântico, pelo Brasil até Lisboa, e, pelo lado espanhol, compreendia todo o resto da América e ainda aquela famosa viagem do galeão de Manila, que saía de Callao de Lima e todos os anos assegurava a solidariedade das Filipinas com o grande e rico vice-reinado do Peru. Valorização das minas, mais cedo na América espanhola (e daí, creio eu, a aparência de prosperidade e de apogeu que a expansão ultramarina dá logo à Espanha, em comparação com a moderada riqueza que afluía a Portugal), mais tarde no Brasil, qualquer coisa como a libertação daqueles milhões cativos nas entra-

nhas da Terra desde a sua criação, que João Gabriel Borkman, no famoso drama de IBSEN, sonhava pôr ao serviço da humanidade.

Transferência de populações, expansão da Europa pelas ilhas atlânticas, pela América, em menor escala pelo Oriente. Mas transferência também de Africanos para a América, de Negros para um novo mundo que necessitava de mão-de-obra — e aqui é justo recordar que, se a África foi ferozmente sangrada na sua carne humana, recebeu da América a maior parte das plantas que lhe permitiram matar a fome crónica: o milho, a mandioca, o amendoim, a papaia, por exemplo. Troca de plantas que se difundem através destes continentes separados por três mares, constituindo as bases de uma agricultura verdadeiramente pantropical. Os grandes centros de emissão parecem ter sido o Brasil e as Antilhas, com o milho e a mandioca, o Brasil com o caju, Goa com o arroz, a manga, a jaca e outras árvores de fruto. Mas, principalmente, contactos humanos. Conhecimento de uma nova humanidade, que, jazendo num estado de civilização diferente, era naturalmente considerada como selvagem e bestial, mas humanidade extremamente atractiva, porque, quando esta gente se torna cristã, era-o tão bem como qualquer outra. «São todos Pretos, mas sòmente neste acidente se distinguem dos Europeus», notou o padre ANTÓNIO VIEIRA, a propósito da população de Santiago, entre a qual se contavam clérigos e cónegos da Sé da Ribeira Grande, «tão negros como azeviche», que o surpreenderam pelo seu saber e compostura, que fariam inveja aos de muitas sés do Reino; «homens baços e pretos» para quem os procuradores do concelho da mesma cidade pediam o acesso ao grémio municipal, porque daí só viriam benefícios para a terra. Foram gerais a adopção dos mestiços e dos filhos naturais e a atracção das mulheres de cor, a cujo respeito não me furto a recordar, uma vez mais, aquele passo da obra mais original e emotiva que entre nós suscitou o contacto com uma terra nova: a *Carta* de CAMINHA sobre o achamento do Brasil[1].

Por volta de 1420, alguns anos depois da conquista de Ceuta, a expansão portuguesa, sistemàticamente, começa a desvendar um mundo novo, coroado pela primeira viagem de circum-navegação e pela ocupação de terras que vão desde Macau e Timor até ao litoral do Brasil. Mundo novo edificado com sangue e com fé. Porque, em quase todas as coisas de proveito, Portugal é ràpidamente excedido.

---

[1] Vid. a citação a p. 19.

Excedido nos meios técnicos: a talassocracia do índico durou apenas enquanto não chegaram os grandes galeões dos Holandeses e dos Ingleses. Excedido nos meios financeiros, porque foram os banqueiros flamengos, italianos, alemães, que cedo começaram a tirar proveito de negócios tão arriscadamente conseguidos. Excedido nos próprios meios humanos: cerca de 1 200 000 habitantes, dos quais, segundo o cálculo de COSTA LOBO, partiam por ano, nas grandes armadas da índia, cerca de 2400 homens. Nada que se compare, portanto, à colonização inglesa que começa no século XVII, por efeito dum êxodo rural de múltiplas causas: a transformação dos campos abertos, onde se cultivavam cereais, em pastagens rodeadas de renques de árvores, o declínio da pequena cultura, o aparecimento da indústria mecânica e, portanto, a libertação de mão-de-obra manual. Nada disto se passou em Portugal. Poucos e pobres. E, no entanto, o mundo tropical foi-se enchendo de dois símbolos de domínio: as fortalezas e as igrejas. As fortalezas, que representam afinal a necessidade de fazer respeitar — não raro com violência, uma ou outra vez com crueldade — o que era a nossa invencível fraqueza: um punhado de homens e um domínio esparso e distante. As igrejas, que, sejam quais forem as discussões suscitadas em torno dos motivos essenciais da expansão, constituem um incontroverso testemunho de que, procurando dilatar o Império, se tinha também em vista dilatar a Fé.

Qual é a razão deste milagre que representa para o globo ter-se começado a organizar sob a égide de um pequeno povo? Eu creio que ele reside, essencialmente, num amor das coisas novas que se iam encontrando. Um amor da terra que fazia que, muitas vezes, perante o exótico, se recorresse sempre aos paradigmas familiares para o exprimir: Melinde, que o roteirista da frota de Vasco da Gama acha «se quer parecer com Alcochete», o litoral do Brasil, onde aportou a armada de Cabral, que apareceu aos olhos de CAMINHA como terra de grandes árvores e boas águas e de ares muito lavados, que faziam lembrar Entre Douro e Minho. Quer dizer, estes homens traziam nos olhos o seu mundo familiar, e esta identificação do exótico ao habitual é, creio eu, uma maneira de o integrar na mesma concepção da vida. E era, por outro lado, a atracção das raças de cor, o convívio com as mulheres da terra, a prole matizada e abundante que daí resultou. Há um mapa do Brasil, do século XVII, que representa o sertão por meio de vários desenhos com legendas: aqui morreu Fulano que foi frechado pelos índios, ali Sicrano padeceu febres e se finou, acolá ficou Beltrano «povoando». Estes homens

que ficaram *povoando*, que se ligaram à gente da terra e, por meio da assimilação, da conversão e da mestiçagem, souberam alargar os quadros da nossa acção, integraram na escassa gente que possuíamos alguns dos nossos mais leais e mais profícuos colaboradores.

Assim, por estes caminhos da sua pobreza, simples e directos, um dos mais pequenos povos trouxe à história do mundo uma das contribuições essenciais. Tornando ubiquistas os conceitos do Ocidente, abrindo o mundo à curiosidade e à ganância (que é o inevitável corolário dela), chamando ao convívio humano todas as raças, tornou possível a universalidade de uma civilização ou, antes, a constituição da única civilização capaz de se tornar verdadeiramente universal. E isto é, creio eu, para além do mundo dos instintos e dos sentimentos, uma vitória da inteligência e da vontade, que o mesmo é dizer, dos mais nobres atributos do espírito humano.

ORIGINALIDADE DA EXPANSÃO PORTUGUESA [1]

1. UM MUNDO QUE SE DESCERRA

Para se avaliar o que a expansão representa de original, de inteiramente novo, novo não apenas na nossa história mas na própria história universal, é preciso recordar o que era o mundo de relação, pequena porção da Terra onde os homens se conheciam e que apenas estava aberta à curiosidade dos viajantes nas rotas consabidas do princípio do século XV. O Mediterrâneo, o mais *histórico* de todos os mares, onde entravam em luta, por vezes, e por vezes em contacto fecundo, duas grandes civilizações: a cristã e a muçulmana; o mundo das finisterras atlânticas, o litoral português, a Bretanha, as Ilhas Britânicas, a Noruega, porventura já percorridos pelas remotas navegações dos alvores da Idade dos Metais, reencontrados na Alta Idade Média pelas rotas do vinho, à medida que o Cristianismo ia caminhando para norte e as suas necessidades litúrgicas [2] propagavam o uso desta bebida; o despertar da Europa média, principalmente com seus grandes centros de comércio, as ligas de cidades opulentas, as feiras da Flandres, onde se regulava o preço de toda a mercadoria que circulava no tráfico internacional.

Neste horizonte estreito apenas despontavam alguns caminhos novos. Os Vikings haviam chegado à Islândia, à Groenlândia, provàvelmente ao Canadá, abrindo para o mundo de relação as solidões do Árctico; mas eles constituíram aquilo que o grande pensador da História, A. TOYNBEE, chamou «uma civilização abortada». O «desafio» do ambiente era superior à técnica que o poderia dominar: aquelas frialdades e distâncias invencíveis fizeram com que este povo, cujas

---

[1] Conferência inaugural da Semana do Ultramar, proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 14 de Maio de 1956. Publicada no *Boletim* desse ano.

[2] Recorde-se que então ainda a comunhão dos fiéis se fazia sob as duas espécies.

primícias pareciam cheias de vigor e vitalidade, soçobrasse na sua expansão. Por outro lado, o Oceano Índico tinha relações indirectas com a Europa, frequentado como era por Italianos, Levantinos e Berberiscos. Quando os Portugueses lá chegaram encontraram com surpresa, no litoral africano, cidades muçulmanas que de certo modo lhes recordavam o seu mundo familiar da Península: Mombaça, que, com seus eirados e jardins, parecia uma cidade espanhola; Melinde, que, segundo as palavras do autor do Roteiro da viagem de Vasco da Gama, «se quer parecer com Alcochete». Em Calecute esperava-os outra surpresa: Mouros que os saudavam numa algaravia de palavras italianas, espanholas e portuguesas. Mas, até essa memorável viagem, não havia outra forma de chegar à Índia ou ao litoral oriental da África, que mantinha relações comerciais constantes com ela, senão atravessando o Egipto e as plagas inóspitas do deserto. Por outro lado, o mundo das Ilhas Atlântidas, aquele mítico continente submerso que imaginou PLATÃO, ou as Ilhas Afortunadas pelos dons da sua natureza, de que falavam os autores gregos, era, neste começo do século XV, talvez tão desconhecido como na própria Antiguidade. Portanto, a órbita da civilização ocidental era estreita: a primeira originalidade da expansão portuguesa consistiu em alargar esta área, que gravitava em torno do Mediterrâneo e da Europa média, lançava uma tímida ponta para o mundo polar e outra para o esplendor do Oriente, tornando-a verdadeiramente universal e abrindo-a, por meio de rotas oceânicas regulares, a uma vida de relação até aí insuspeitada e em breve desenvolvida à escala do próprio globo. Antes ainda de os Turcos se derramarem pelo Oriente da Europa, precedendo de quase quarenta anos a queda de Constantinopla, os Portugueses foram o primeiro povo europeu que se aguentou em África e as praças de Marrocos a primeira lança vigorosamente cravada no flanco do Islam, o primeiro episódio da vindicta peninsular contra os seus dominadores de oito séculos.

Não eram porém apenas a luta e os descobrimentos, mas a ocupação efectiva das terras que suscitavam problemas inteiramente novos. Alguns historiadores estrangeiros têm procurado chamar a atenção para as raízes medievais do movimento da expansão europeia, para colonizações mediterrâneas que precederam a colonização portuguesa, mas esta apresenta em todo o caso qualquer coisa de inteiramente novo. Porque pela primeira vez, desde o Neolítico, os homens se defrontaram com lugares que nem animava a presença de qualquer habitante nem possuíam uma única planta comestível, que pudesse

servir de base de subsistência aos seus estabelecimentos. A colonização das ilhas do Oceano Atlântico pôs a civilização do Ocidente europeu em contacto com problemas duma novidade absoluta. Por outro lado, como as terras continentais não eram despovoadas, a expansão portuguesa colocou esta civilização em contacto com outras, suscitando entre elas toda a sorte de reacções. Recordo os potentados muçulmanos do litoral oriental da África, os reinos da costa da Guiné, particularmente esse opulento Benim e os estados do índico, com que tantas vezes a fraqueza portuguesa teve de defrontrar-se, com a maior astúcia ou com o maior heroísmo. Em menos de um século, desde a conquista de Ceuta até à viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, Portugal abrira o mundo a uma vida de relação até esse tempo completamente desconhecida da história.

Falam os geólogos num remoto continente, que supõem ter existido no hemisfério sul e era constituído pelo Brasil e pela maior parte da África, por Madagascar, pela índia e pela Austrália. Esta enorme extensão de terras ligadas, a que deram o nome de continente de Gondwana, no fim da era primária começou a separar-se, ou porque se afundaram as porções que hoje são mares e separam esses elementos, ou porque eles se foram afastando uns dos outros, como navios que divergem flutuando na água. Seja como for, esta unidade, perdida milhões de anos antes do aparecimento do homem sobre a Terra e separada assim em blocos independentes e cerrados sobre si, foi reconstituída pelas navegações portuguesas e só então integrada na órbita da civilização universal.

Um sugestivo trabalho da historiadora VIRGÍNIA RAU[1] conta a vida aventurosa dum negociante português do século XVII, cujos interesses o levaram, e por varias vezes, às ilhas de Cabo Verde, ao Brasil, a Angola, a Moçambique, à índia, a Batávia, a Macau, a Solor e a Timor. Tive ocasião de traçar, para esse trabalho, as muitas rotas que este homem seguiu. Elas mostram de uma forma eloquente que, uma vez desvendados os mares, nunca mais as terras que eles bordam deixaram de estar em permanente contacto: o alcance do exemplo é tanto maior quanto se trata de um homem de negócios e não de um marinheiro, que apenas navegou aproveitando as derrotas correntes. Se o mundo tropical é o que é

[1] Vid., neste volume, *Viagens e negócios de um mercador português do século XVII*.

hoje, se tantas analogias da sua natureza e tantas convergências das suas condições físicas se encontram reforçadas por semelhanças humanas, se podemos encontrar produtos idênticos desde o Brasil até ao Oriente, isso deve-se precisamente à facilidade com que eles circularam, uma vez que este mundo foi aberto, pelas grandes viagens do século dos Descobrimentos, à vida de relação.

2. «CRISTÃOS E ESPECIARIA»

Como se fez a expansão portuguesa? É preciso considerar que, no momento culminante dos descobrimentos e conquistas, a população da Metrópole não alcançava milhão e meio de habitantes. Portanto, para aumentar estes homens que se gastavam por tantos lugares, era necessário encontrar uma solução: multiplicá-los. Os processos da multiplicação foram dois: a assimilação e a mestiçagem. A base da assimilação era aquele elemento que ao tempo constituía certamente o símbolo mais vivo duma civilização — a religião. Em toda a parte onde os Portugueses chegaram, as suas ambições evangelizadoras foram amplas, o seu proselitismo foi ardente. Em toda a parte este proselitismo fez conversões, os homens que foram integrados pelo caminho da religião na civilização nova, fossem eles de qualquer raça, fossem eles de qualquer cor, eram iguais aos Portugueses que lhes tinham aberto este caminho. Recordo a cena, narrada com tanta cor pelo cronista JOÃO DE BARROS, das festas solenes e aparatosas que se fizeram em 1489 em Palmela, para receber um príncipe jalofo, «sendo sempre servido em tôdalas coisas, não como príncipe bárbaro, e fora da lei, mas como podia ser um dos senhores da Europa costumado às polícias, e serviços dela». Rodeou-o a primeira fidalguia do Reino; doutrinaram-no na fé cristã teólogos reputados; teve como padrinhos de baptismo o rei e a rainha e daquele tomou o nome de D. João, precedido da mesma partícula que se reservava ao soberano e às primeiras figuras da sua nobreza; recebeu, como estas, o grau de cavaleiro e brasão, que tinha por orla as quinas de Portugal; como qualquer príncipe cristão, mandou ao Papa «sua obediência em forma». Vinte e quatro homens da sua comitiva receberam também o baptismo, prolongando-se por muitos dias as festas e sinais de regozijo; e uma tranquila vila provinciana viu, pela primeira vez em Portugal, misturarem-se aos jogos e folganças tradicionais os vivos exercícios da cavalaria sudanesa. Dois

anos depois, eram igualmente baptizados um tio do rei do Congo e seu filho, «o qual baptismo foi o primeiro que naquelas partes da idolatria se fez», em presença de 25 000 vassalos que pareciam dispostos a receber o mesmo sacramento. Àquele se concedeu de igual modo o tratamento de Dom e se atribuiu o nome de Manuel, irmão da rainha e primeiro senhor da corte portuguesa. De futuro, receberiam os reis do Congo o mesmo título nobiliárquico, tratando-se por «primos» com o soberano português até à extinção da monarquia.

Quando Vasco da Gama largou em Calecute, para estabelecer o primeiro contacto com a terra, um dos degredados que levava a bordo das naus, e a quem se confiavam as missões mais arriscadas, este ficou surpreendido por ter encontrado um Mouro que lhe falava meio em português, meio em espanhol, e lhe perguntou quem eram, donde vinham e o que vieram fazer tão longe. E este homem simples, este colaborador obscuro de quem nunca saberemos o nome, respondeu realmente por toda a armada: — *Vimos buscar Cristãos e especiaria*. Era o objectivo comercial, mas era também o objectivo religioso. Quando D. Manuel mandou preparar a armada seguinte, entre as instruções minuciosas que deu a Pedro Álvares Cabral para a sua acção na Índia figurava a cristianização. A frota compunha-se de treze velas, a maior que até então se armara, e ia provida de armas materiais, mas ia provida também de armas espirituais, alguns frades franciscanos e alguns curas, a quem se recomendava que admoestassem as populações, fizessem ver o erro em que viviam os Mouros, os heréticos e os gentios, e, se a admoestação não chegasse, então — palavras textuais do cronista — «lhe pusessem ferro e fogo e lhe fizessem crua guerra». Compreendia-se neste tempo assim a evangelização. Os que a levavam a cabo eram homens duros, que se sentiam obrigados a fazer partilhar a outros homens a única doutrina de salvação em que profundamente acreditavam.

Ao lado da assimilação, pelo caminho da religião, está a mestiçagem. Não me detenho no que já mostrei em trabalhos anteriores acerca da forte atracção que as mulheres de cor sempre exerceram sobre os Portugueses[1]. Os exemplos abundam: o passo tão vivo da *Carta* de PÊRO VAZ DE CAMINHA, mostrando todo o encanto físico das índias que andavam nuas pela praia; a nota que o roteirista da

[1] Vid. principalmente pp. 19-22 deste livro.

viagem de Vasco da Gama insere a propósito da *Terra da Boa Gente*, ao sul de Moçambique, homens pretos «de bons corpos» e moças «que nesta terra parecem bem». As determinações régias no sentido de que os homens, na Índia, se não desmandem mas tomem por legítimas esposas as mulheres da terra; os esforços de Afonso de Albuquerque para constituir em Goa uma população verdadeiramente mestiçada, uma população luso-indiana; os conselhos de pensadores, como o célebre doutor ANDRÉ DE GOUVEIA, escrevendo a D. João III que, se mais cedo tivesse mandado homens para o Brasil, eles certamente se agradariam das mulheres de lá, e teríamos então uma população mais numerosa e com ela se poderia garantir o êxito na luta contra os primeiros ataques dos corsários franceses.

Estes mestiços, ao contrário do que sucedeu em outras colonizações europeias, não constituíram nunca uma população marginal e desprezível. Pelo contrário, eles tiveram acesso a todas as situações, a todas as honras, e são muitas vezes os mais fiéis, os mais representativos defensores dos interesses portugueses. Lembremos que o maior prosador da nossa língua, o padre António Vieira, não era homem de sangue limpo: era um jesuíta moreno, porque lhe corria nas veias o sangue de uma avó mulata. Lembremos que o Aleijadinho, o famoso escultor das cidades de Minas Gerais, que a par da sua vigorosa personalidade de certo modo entronca na tradição dos santeiros do Minho, era filho duma escrava escura. Lembremos que foi o célebre «governador mulato» que, no princípio do século passado, gastou generosamente a saúde, a fortuna e o prestígio, para defender o domínio português na Guiné e, sem a sua nobre e desinteressada acção, aquilo que nos resta seria ainda mais exíguo. Lembremos ainda que era, no princípio do século XIX, um Preto ou Mulato da Baía que na fortaleza de São João Baptista de Ajudá, na costa do Dahomé, desempenhava o importante cargo de *chá-chá*, isto é, de «governador dos Brancos». Lembremos finalmente que o primeiro cardeal da América Latina, o cardeal Arcoverde, era um caboclo, descendente dum tronco português paterno e duma mãe índia ou mestiça de índio.

Em toda a parte onde os Portugueses se estabeleceram, cruzando-se com as mulheres da terra, criaram-se espontâneamente sociedades crioulas. São mestiços que constituem a maioria da gente de Cabo Verde, que pontuam todas as áreas de colonização antiga do Brasil, como a Baía e o Recife, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais; a mestiçagem criou em São Tomé, de certo modo, a *élite* da sociedade

local, produziu-se amplamente em Angola, em Moçambique e em Macau. Só na Índia os Portugueses esbarraram contra o sistema hermético das castas, uma vez que não pertenciam a nenhuma daquelas que se reconstituíram mesmo entre os Cristãos e estes receberam quase intactas do Hinduísmo; em todo o caso é curioso notar que a palavra que no concanim cristão serve para designar o «descendente» é perfeitamente expressiva : *mestice*. Apenas em Moçambique, e sobretudo nos nossos dias, uma aberração que não pertence à tradição lusitana tende a estremar a população branca da população negra e mestiça. A tradição portuguesa foi realmente multiplicar-se, não fazendo diferença entre gente branca e gente de cor, porque uma vez que estes homens adquirissem a dignidade de Cristãos, com ela de mais nenhuma careciam para ascender a qualquer nível social.

Outro elemento do maior relevo na expansão portuguesa foi o comércio. *Cristãos e especiaria,* na síntese do degredado da armada de Vasco da Gama. Cristianizar e negociar eram assim, mesmo para os mais humildes colaboradores dessa obra, dois objectivos essenciais. Já vimos que meios se usaram para obter o primeiro. Para alcançar o segundo procuraram os Portugueses difundir certo número de produtos, começando por introduzir, por exemplo, o açúcar e o vinho em todas as ilhas do Oceano Atlântico, mesmo naquelas onde difìcilmente este se podia aclimatar. Introduziram ainda o algodão em Cabo Verde, nos Açores, na Madeira, no Nordeste do Brasil; introduziram o pastel, um produto de grande importância, usado em tinturaria, nos Açores, e sobretudo negociaram com a pimenta e outras especiarias do Oriente e com o ouro da Guiné, Monomotapa e de Minas. Se em qualquer vila ou cidade portuguesa, por mais modesta que seja, é raro não se encontrar uma igreja ou palácio manuelino ou barroco (do tempo de D. João V), se o desenvolvimento das nossas povoações principais está marcado por estas duas épocas de apogeu económico, foram as especiarias do Oriente que sustentaram a primeira, foi o ouro de Minas que sustentou a segunda.

3. UNIDADE DO MUNDO PORTUGUÊS

A existência duma população que se multiplica, já porque os Portugueses alargam a sua sociedade a todos os que quiserem ou forem compelidos a abraçar o Cristianismo, já porque se lançam àvidamente à conquista das mulheres de cor; de uma população que

passará a ocupar certo número de cidades-escalas como Ribeira Grande, a que sucedeu a Praia, em Cabo Verde, a Baía, Olinda, que depois se desenvolveu no Recife, Luanda, Moçambique, Goa, Malaca, Macau, etc., para através destas bases fazer circular as armadas e os produtos, carece também de procurar um sustentáculo, uma maneira de subsistir, por meio de culturas alimentares. O fundamento das nossas culturas alimentares tradicionais são os cereais, e são eles, particularmente o trigo, que se vão introduzir nos Açores, na Madeira, em Cabo Verde, onde já difícilmente este último poderia ser cultivado, e em São Tomé, onde foi um completo fracasso. Porque, quando os Portugueses ultrapassaram as ilhas subtropicais do Oceano Atlântico e entraram no regime de chuvas próprio das regiões tropicais, em que o período de maior precipitação coincide também com o período de maior temperatura, foi necessário introduzir outras plantas alimentares, recebidas, por via de regra, das próprias regiões que pouco a pouco iam sendo descobertas. Assim, temos que, no Brasil, se estabeleceram regimes alimentares que possuem como centro o milho e a mandioca (a mandioca é aí tão importante que *farinha* significa pura e simplesmente a farinha do tubérculo) e na índia toda a população, mesmo a de origem portuguesa, conserva como base de alimentação o arroz e o caril de coco e «pimenta». Por toda a parte o Português adoptou cozinhas locais: há uma cozinha típica africana, há uma cozinha baiana, que é em grande parte ainda uma cozinha africana, há uma cozinha do Norte do Brasil que é em grande parte de herança índia, há uma cozinha goesa, que é hindu na sua origem. Em toda a parte, com o milho, a mandioca ou o arroz e caril, o Português aceitou os produtos da agricultura local, sempre que não pôde introduzir as suas plantas familiares.

Houve neste intercâmbio ou nesta combinação de produtos dois focos principais: o Brasil e a índia. Estes deram, a África recebeu, mas deu também alguma coisa em troca. Do Brasil, por exemplo, vieram a mandioca, o milho, certos frutos como a papaia, o ananás, a goiaba; da índia, o arroz, o coco, a manga, a ata; e todas estas plantas se difundiram no mundo tropical, a tal ponto que a mangueira é uma árvore tão característica à roda das casas de Goa como é característica à roda das chácaras, isto é, das quintas de prazer, do Brasil tropical, e as frondes dos coqueiros, graciosamente agitadas pela brisa, ensombram do mesmo modo as praias indianas, africanas e brasileiras. A África recebeu tudo isto e por meio da mandioca, por meio do milho, mitigou a penúria dos seus pobres cereais tradi-

cionais. Mas em compensação deu os escravos, escravos que levaram dois caminhos: uns foram para o Brasil, outros para o Oriente. No tempo do apogeu de Velha Goa, parte da população era de origem portuguesa, outra seria luso-indiana, outra seria finalmente indiana; mas em torno da população de origem portuguesa o número de escravos africanos era certamente elevadíssimo, como elavadíssimo era em Lisboa ou em Évora, na Baía ou em Pernambuco. Portanto, nesta troca de homens e de produtos, nesta maneira às vezes violenta, brutal e cruel, de compelir as populações ao trabalho ou à aceitação de uma religião para a qual não estavam preparadas, houve em todo o caso um poderoso factor de unificação do mundo, mas sem impor a todo ele os mesmos padrões. Nenhum exclusivismo. Em toda a parte o Português procurou recolher aquilo que lá encontrou de bom; e uma vez integrados estes elementos locais no conjunto da sua civilização, a que o escritor brasileiro GILBERTO FREYRE chama, duma maneira expressiva, «luso-tropical», todas estas coisas circulavam duma ponta à outra, desde o Extremo Oriente, desde Macau ou Timor, até ao interior do Brasil.

Recordo apenas alguns exemplos: os telhados estreitos e de beiral revirado, independentes para cada compartimento da casa, que são característicos ainda de algumas construções da nossa província e até de algumas bonitas casas velhas que escaparam à implacável demolição a que está sendo submetida Lisboa, são de origem oriental. Mas há uma cidade portuguesa que os mostra com tal profusão que a silhueta é quase uma silhueta exótica: Tavira, que foi porto importante até ao século XVIII e hoje está morto, poupada pelo terramoto de 1755, cidade de gente aposentada, quase sem vida, e que portanto conserva, à medida que se vai renovando, este aspecto tradicional das suas casas brancas rematadas por telhados do Oriente[1]. O arroz é a base da alimentação em Macau, na índia, numa grande parte do Brasil, é a base da alimentação ou de certos pratos muito condimentados da nossa cozinha africana e é um prato quase quotidiano na cozinha dos burgueses tão conservadores do Porto. O ambiente das casas, a maneira de ser das pessoas, certas reacções da gente, quer ela seja branca, quer seja mulata ou indiana ou mesmo negra, recordam estranhamente qualquer dos lugares portugueses.

[1] Deste assunto tratei desenvolvidamente no meu livro *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Lisboa, 1961, pp. 142-215 (com muita ilustração).

Tive ensejo de visitar casas de gente ilustre de algumas aldeias de Goa e não sabia se estava ali, se no Brasil, se nalguma remota vila da nossa província, de tal maneira os ambientes, as mobílias, a maneira como as pessoas se apresentavam, a timidez das mulheres, a profusão e o apreço em que eram tidas as louças chinesas, toda esta série de pequenas coisas que são índices reveladores duma «aculturação», duma mistura de elementos de diversa proveniência, em todos estes lugares portugueses se apresentam estranhamente semelhantes. Por outro lado, foi Portugal que difundiu no mundo certo número de produtos inseparáveis da nossa civilização: o açúcar, o chá, o tabaco, a princípio sob a forma de rapé, as laranjas, que constituem a principal provisão de vitaminas em povos de elevado nível de vida.

A pequena casa lusitana transformou-se hoje, na realidade, em *um povo na Terra*. Mais de setenta milhões de pessoas falam a nossa língua. Persistem nalguns lugares há muito abandonados pela dominação portuguesa crioulos com base nela. Por toda a parte onde o Português se instalou difundiu o Cristianismo e com ele costumes e maneiras de ser especìficamente lusitanas, por toda a parte criou uma civilização especial, com elementos lusitanos e tropicais, a tal ponto confundidos que só a análise cuidadosa permite separar uns dos outros. Se Melinde «se quer parecer com Alcochete», uma álea de palmeiras que ensombra o principal passeio desta pequena vila do estuário do Tejo não deixa de recordar a silhueta duma cidadezinha do litoral africano. Nesta semelhança está o símbolo de uma civilização essencialmente receptiva que, ao alargar-se, fundiu no seu cadinho originário gente, usos e produtos: o que, até aí, nunca em tão larga escala acontecera.

REFLEXÕES EM TORNO DA EXPANSÃO PORTUGUESA [1]

1. TRÊS DOMÍNIOS DE NAVEGAÇÃO

No princípio do século XV, quando a expansão portuguesa se inicia, havia três focos onde a navegação tinha adquirido tal desenvolvimento que qualquer deles poderia porventura ter sido ponto de partida para um descobrimento total do mundo. Estes focos são os seguintes. Um resolvera o problema da navegação por meio do navio de quilha movido a remos ou à vela e, neste caso, provido de leme; provàvelmente de raiz mediterrânea, o navio de quilha existia em toda a Europa ocidental e na periferia setentrional do Oceano índico. Outro foco era o do Extremo Oriente, com o junco chinês: o junco é um navio de fundo chato, que apresenta a vantagem de não exigir senão pequeníssimo calado, de permitir assim o acesso a muitos portos onde o navio de quilha não pode entrar e, ainda por cima, de virar como um disco, com toda a facilidade, mas tem contra si o grande inconveniente de só poder navegar com vento de feição, quer dizer, com vento de popa, e portanto tem em relação a ele um ângulo de utilização muito pequeno. Outro foco de navegação, que foi o mais importante de todos pela área que veio a cobrir, utiliza a almadia com flutuador. A almadia com flutuador é uma embarcação estreita e comprida, que seria instável se se lhe não tivesse adaptado um dispositivo que a equilibra com outro instrumento apenas destinado à flutuação. Há dois tipos: a almadia com flutador único, a almadia com flutador duplo; seja como for, utilizando também apenas o vento de popa, a almadia permitiu a maior difusão através do mar jamais conhecida antes das navegações portuguesas. Um

[1] Conferência proferida no Liceu de Pedro Nunes, de Lisboa, em 16 de Março de 1960. Publicada na revista *Palestra*, n.º 6, desse ano.

símbolo desta difusão é a ilha de Páscoa, onde, como recordou o historiador TOYNBEE, se encontra, além da população actual, completamente decaída e incapaz de qualquer progresso e praticando uma navegação rudimentar, uma estranha população de pedra — as suas gigantescas estátuas, que só podem ter sido feitas por muitas gerações de trabalhadores. Portanto, desde a ilha de Páscoa, que é o ponto mais oriental alcançado pelas navegações da Polinésia, através da maior extensão do Oceano Pacífico e de toda a extensão do Oceano Índico, até à costa oriental da África e, na Índia, aproximadamente até à latitude de Goa, este sistema de navegação assegurou aos povos desta área uma difusão que não tem nada de comparável até às grandes navegações modernas.

Mas os Polinésios, com a sua arte de navegar, representam (mais uma vez me sirvo da simbologia e da terminologia de TOYNBEE) uma «civilização imobilizada», uma civilização que, alcançando incontestável mestria no domínio do mar — e portanto a possibilidade de se difundir através de um mundo constituído por ilhas distantes umas das outras —, a certa altura foi incapaz de qualquer progresso. Tudo faltava para que esse progresso continuasse. Em primeiro lugar, o carácter incompleto desta técnica. De toda a maneira, toda a forma de navegar que apenas utilize como propulsão o vento de popa — o vento favorável — pode assegurar uma viagem de ida, nunca pode facilitar uma viagem de retorno. E, provàvelmente, muitas gerações de Polinésios chegaram até à ilha de Páscoa, construíram as suas gigantescas estátuas, mas nenhuma destas vagas de emigrantes pôde voltar da ilha de Páscoa para as numerosas ilhas da Polinésia donde teria saído. Em segundo lugar, faltavam as formas que sustentam as civilizações superiores: por um lado a organização política, que permite estender os mesmos padrões de vida e de cultura a uma área extensa, e por outro lado o alfabeto, que permite, dentro dela, a comunicação a distância entre os homens. E assim, a despeito do incontestável progresso que representa a invenção desta maneira de navegar, a civilização da Polinésia imobiliza-se, os contactos fazem-se apenas de ilha em ilha, esta navegação transforma-se numa espécie de cabotagem, cujo raio de acção vai cada vez mais diminuindo, e, pouco a pouco, os elementos comuns dissolvem-se no localismo de cada ilha, quer dizer, a uma civilização imobilizada corresponde, verdadeiramente, uma expansão «abortada».

2. OS CHINESES NA COSTA DE ÁFRICA

Vamos agora examinar outro exemplo, que me parece muito mais pertinente para a comparação com o caso português: o da navegação chinesa.

Vimos que o junco, possuindo várias condições a seu favor, tinha de vencer uma grande dificuldade, não podendo navegar com ventos contrários. Mas todos sabem que o Oceano índico e a parte do Oceano Pacífico que banha as costas da Ásia se caracterizam por uma grande regularidade na inversão do regime dos ventos: há uma monção que permite aos navios partirem de terra para o largo e há outra monção, em sentido contrário, que permite aos navios navegarem do largo para terra. Portanto, há um vento de ida e há um vento de volta, o que significa que uma viagem dura necessàriamente um largo lapso de tempo — aproximadamente dois anos — mas, desde que o navegador não tenha pressa, a ida é tão possível como o regresso. Desta facilidade do Oceano índico para a navegação beneficiou Vasco da Gama quando achou em Melinde um piloto que, com toda a segurança, o levou ao sítio onde ele queria chegar na costa fronteira.

Havia muito que a China mantinha relações comerciais com o Ocidente. Todos os historiadores conhecem a importância do caminho da seda, por onde o Ocidente importava este precioso tecido do Oriente, e todos os historiadores conhecem também a importância das relações da China com a África. Era daí que a China importava, durante a Idade Média, certas matérias-primas destinadas às suas indústrias de luxo, às suas indústrias finas, àqueles objectos que se obtêm graças a uma habilidade manual extraordinária e a uma paciência que se qualifica muito justamente de «chinesa», principalmente o marfim, os chifres de rinoceronte, as pérolas, o incenso e outros aromas. A tal ponto que, no fim do século VII, se constituiu em Cantão uma alfândega essencialmente destinada a taxar e cobrar os direitos sobre a importação destes produtos africanos. Esta alfândega sabe-se que foi reorganizada no ano de 971 e, pouco tempo depois, o incremento deste comércio foi de tal ordem que, no período entre 1049 e 1053, se importaram em média 53 000 unidades destes vários produtos e em 1175, só num ano, se importaram mais de 500 000 unidades. A China exportava para a África, pelo Oceano índico, ouro, prata, cobre, moeda, porcelanas. Eram principalmente os navios árabes, navios de quilha, que asseguravam este comércio, navios grandes, que às vezes chegavam a ter uma tripulação de 500 e mesmo de 1000 homens,

movidos a remos, oito, dez, vinte, cada remo accionado por quatro remadores. Portanto, por intermédio desta navegação, que estava na mão dos Muçulmanos ainda quando os Portugueses chegaram ao Oceano índico, as relações comerciais da China com a África faziam-se com intensidade. E, através dessas relações, encontra-se nas memórias chinesas algum eco do conhecimento do litoral africano, principalmente do litoral árido da costa da Somália, acompanhado sempre de estranheza e incompreensão perante as civilizações alheias, pois alguns tratadistas chineses referem a sujidade dos Negros que habitam esses lugares e a sua impureza e selvajaria, atestada por comerem carne e não conhecerem nenhum dos cinco grãos em que assentava a agricultura chinesa, e que correspondiam a uma marcada preferência dos Chineses pela alimentação vegetal. Chegaram lá notícias relativas a Melinde, que era uma grande cidade muçulmana — a mesma que Vasco da Gama foi encontrar —, a Zanzibar, provàvelmente a Madagascar, e, durante toda a Baixa Idade Média, havia milhares de escravos negros que todos os anos eram vendidos na China. Com este comércio marítimo se relaciona provàvelmente a invenção da bússola, que teve vários focos de origem ou foi recebida da China, no Oceano índico, pelos Árabes, donde terá passado ao Mediterrâneo. Em todo o caso, no fim do século XI já os Chineses parece terem utilizado a forma mais simples de bússola — uma agulha magnética suspensa por um fio de seda; o seu uso era corrente nessa época entre os agrimensores, cujo papel era importante num país de propriedade tão produtiva, valiosa e parcelada, e daí teria passado à navegação.

Mas, o mais interessante é que, além destas relações indirectas que passavam por intermédio do comércio árabe no Oceano índico, se estabelecem a partir de certa altura relações directas. Com o domínio mongol na China, a relativa unidade do mundo das estepes, que permitia portanto um fluxo do comércio de certos artigos preciosos da China para o Ocidente e de certas matérias-primas do Ocidente para a China, estancou-se. Os Chineses construíram a sua muralha, procuraram defender-se da intromissão dos nómadas na sua vida interna, o comércio externo ressentiu-se deste isolamento, e o comércio externo tinha, apesar de tudo, os seus atractivos: o lucro que proporcionava aos negociantes particulares, os direitos alfandegários que proporcionava aos rendimentos do Estado e o amor que uma civilização requintada, como a civilização chinesa, sempre revelou pelo que é fino, pelo que é raro, pelo que é objecto de um

trabalho difícil e se pode transformar numa pequena obra-prima. Contra este comércio externo levanta-se a concepção confuciana, que por esta altura começa a alastrar pela China e a dominar toda a mentalidade chinesa, que considera toda a forma de permuta com lucro como uma actividade sórdida e indigna. Mas, ainda mais uma vez a favor, há o prestígio do «filho do Sol», que era aumentado pela submissão que bárbaros, estranhos portanto aos limites do império chinês, por ele manifestavam.

Sobre a expansão chinesa para o ocidente há grande penúria de fontes, porque parece que a primeira expedição foi comandada por um eunuco; pouco tempo depois deu-se na China uma reacção contra os eunucos, particularmente muçulmanos, que estavam a tomar papel preponderante na organização da vida chinesa, e uma parte, portanto, dos testemunhos destas navegações foi destruída. Chegou a falar-se em 72 navios que armavam 37 000 soldados. DUYVENDAK, professor da Universidade de Leyden, num sugestivo estudo, *O Descobrimento da África pela China*[1], reuniu em todo o caso algumas notícias curiosas sobre sete expedições que se escalonaram entre 1405-1407 e 1431-1433 (os dois anos portanto que levava a alternância da monção a permitir a viagem de ida e a viagem de regresso).

Seria extremamente curioso (eu próprio gostaria de encontrar vagar para o fazer) o cotejo entre as fontes chinesas e as descrições dos primeiros cronistas e roteiristas portugueses do Oceano índico. As terras referidas são as mesmas: Java, Sião, Ceilão, Calecute, Cochim, Ormuz, Adem; uma espécie de prefiguração daqueles grandes centros comerciais sobre que o génio político de Albuquerque intentou fundar o seu império sem território. Mas, além desses lugares do litoral da Ásia, aparece uma clara referência a Mogadoxo, que os Portugueses se acostumaram a visitar, no regresso das armadas da índia, e provàvelmente a Mombaça, que viria a ser um dos grandes portos da costa africana oriental. Referências à aridez desta costa, referências a estranhos animais que ali existem — o «pássaro camelo», que é simplesmente o avestruz —; um paralelismo entre os degredados, que sempre iam nas armadas portuguesas e a quem se confiavam missões arriscadas, e o recrutamento que, nas armadas

[1] *China's discovery of Africa*, London 1949, donde extraí as notícias relativas à expansão chinesa.

chinesas, se fazia muitas vezes entre a mesma qualidade de gente; e até uma descrição do fogo de Santelmo («Vi claramente visto o lume vivo») que se podia pôr em paralelo com a de CAMÕES. Estas viagens escalonam-se por um período de quase vinte e cinco anos e, curiosa coincidência, este período alcança precisamente os primeiros e decisivos passos da expansão portuguesa.

Qual era o interesse destas viagens? Procurar curiosidades e, entre as curiosidades, a certa altura (e parece esse o motivo por que as últimas se fizeram) a principal era a girafa. Porquê esta curiosidade pela girafa? Por uma razão muito simples: o nome árabe da girafa, transliterado para caracteres chineses, confunde-se com o nome chinês de um animal mítico — o licorne ou unicórnio — que, tanto na China como no mundo ocidental, era o símbolo da felicidade. Como a felicidade é coisa que os homens procuram e geralmente não encontram, compreende-se que a posse deste animal, que assegurava a felicidade não só individual mas do próprio império chinês, fosse o principal interesse destas viagens. E, então, algumas girafas vieram da África para a China, e os poetas palacianos dirigem os mais extraordinários e ditirâmbicos elogios a este animal, que representava não só uma garantia de felicidade para a nação chinesa, como uma grande glória para o imperador que a tinha conseguido obter. «A sua voz harmoniosa soa como um sino ou um pífaro»: toda a gente sabe que a girafa é muda. A girafa perdeu o valor real, transformou-se no símbolo de um animal que «em toda a Antiguidade só foi visto uma vez»; a girafa é um símbolo da perfeita virtude, do perfeito governo, da perfeita harmonia do Império e do Universo, e com razão DUYVENDAK escreve que «raramente tão extravagantes e cósmicos louvores se escreveram em linguagem tão requintada em relação a qualquer animal vivo». E, a certa altura, ou porque as girafas se acabaram, ou porque se acabou o entusiasmo por este animal dispensador de uma felicidade que não vinha, as viagens acabaram também, e, oficialmente, foi dito que elas eram dispendiosas e sem interesse. E, portanto, o descobrimento do caminho marítimo da Índia, que os Chineses parecia que estavam a ponto de tomar pelo seu lado mais fácil, porque entravam pelo oceano onde se multiplicaram as experiências de navegação, onde coexistem as três soluções que apontei, não prosseguiu porque lhe faltava uma raiz de curiosidade, de interesse e de visão superior que lhe servisse de incitamento.

Não há dúvida que a China tinha sobre a Polinésia uma grande vantagem: a existência de uma escrita ideográfica em que, fosse qual fosse a diferenciação dialectal, os símbolos valem sempre o mesmo, e a experiência da organização do maior espaço contínuo e do maior número de homens que até então qualquer estado reunira. Quer dizer, o mundo poderia ter sido chinês, a civilização universal poderia ter tido uma raiz chinesa, se os Chineses soubessem superar a curiosidade por um animal mítico e tivessem verdadeiramente o desejo de fazer alguma coisa de perdurável, construindo para o futuro.

3. PROGRESSOS DA NAVEGAÇÃO DO OCIDENTE

Entretanto, quase pela mesma época, iniciava-se a expansão portuguesa. Este facto é, não raro, apoucado pelos historiadores que se colocam numa perspectiva universal. Contra esta tendência várias vezes recordei a expressão lapidar de HENRI PIRENNE, extraída da sua *História da Europa,* escrita no cativeiro[1], longe de quaisquer recursos eruditos e apenas valendo-se da memória e, por isso, abrangendo a perspectiva dos grandes cimos: com o Infante e o movimento que ele inicia «é uma época nova que começa e que, esta, mudará o futuro do mundo».

Porque é que esta época, e não a expansão chinesa que se desenvolveu quase pela mesma altura, mudou o futuro do mundo? São as condições deste triunfo que brevemente gostaria de analisar.

Havia em primeiro lugar uma conjugação favorável de meios e de condições técnicas.

O barco de quilha. Não está provado que o barco de quilha tenha uma superioridade incontestável sobre a almadia com flutuador ou sobre o junco de fundo chato; o barco de quilha corta as águas, tem, portanto, um instrumento que lhe permite fluir no sentido contrário àquele em que as águas correm. Mas, como se diz expressivamente numa monografia chinesa de Macau, do século XVIII, «os barcos (dos estrangeiros), devido ao tamanho, difícilmente conseguem virar quando dão em sítios de pouco fundo e arenoso; colam-se como se tivessem caído em grude ou encalham, despedaçando-se de

[1] O grande historiador era professor da Universidade de Gand e daí foi deportado para a Alemanha durante a primeira guerra mundial.

encontro aos recifes». A vantagem do junco é, aos olhos dos Chineses, manifesta.

O barco de quilha é uma invenção muito antiga, mas, sobre ela, começam a pouco e pouco a enxertar-se certo número de notáveis aperfeiçoamentos técnicos que vão dar à navegação do Ocidente superioridade sobre todas as outras. Um destes aperfeiçoamentos é o leme de «cadaste» — o leme preso a uma peça que prolonga a quilha do barco e permite portanto rodar sem esforço, virando sem remos. O leme de cadaste pensa-se que nasceu algures na Europa média; a maneira como ele se articula no prolongamento da quilha supõe a existência de uma metalurgia relativamente aperfeiçoada e, provàvelmente, apareceu no século XIII e ràpidamente se difundiu em todo o mundo ocidental. Esta invenção é preciosa e decisiva. Os remos passam a ter papel secundário desde que se obtenha um modo de propulsão vantajoso e, com a simples viragem do leme, todo o navio pode virar e, portanto, dispensam-se aquelas enormes tripulações que constituem provàvelmente um dos mais sérios motivos que, num dado momento, imobilizam a navegação mediterrânea. Navegação que, no dizer, por exemplo, de JOÃO DE BARROS, se fazia indo de costa em costa, de porto em porto, almoçando num, jantando noutro, que exigia um número muito grande de homens imobilizados na manobra dos remos, e quem diz homens diz a sua alimentação, e quem diz alimentação diz, portanto, a necessidade constante de reabastecimento em terra.

Outra invenção, encontrada em focos diferentes ou provàvelmente recebida do Oriente, é a bússola, que, a partir do século XIII, aparece no mundo mediterrâneo (aproximadamente na altura em que aparece o leme na Europa ocidental) e ràpidamente se difundiu também a toda a navegação do Ocidente.

E, sobre isto, duas técnicas portuguesas, um sistema de velame e um navio delgado que pode navegar com ventos contrários — a caravela —, e uma série de processos de navegação astronómica, pela altura da Estrela Polar primeiro, pela altura do Sol depois, que, se não eram de um extremo rigor, eram pelo menos extremamente práticos, fáceis de utilizar, ao alcance de qualquer piloto, e permitiam com toda a segurança afastar-se para o mar largo sem perder completamente a posição.

Quer dizer, dentro desta série de condições favoráveis, o barco de quilha, o leme de cadaste, o abandono dos remos, a existência de um velame que permite a bolina, a invenção da bússola, a navegação

astronómica, duas foram realizadas pelos Portugueses, mas não nos esqueçamos de que provàvelmente uma e outra se filiam em tentativas anteriores: caravela (de *carab*, palavra árabe) correspondia provàvelmente a um tipo de navio que se procurou noutros lugares; e o sistema de navegação astronómica tem uma raiz grega, passou por intermédio dos Árabes ao Ocidente e teve na Idade Média, na Península, a larga colaboração destes fecundos intermediários entre as duas civilizações peninsulares que foram os Judeus.

4. ESTÍMULOS DA EXPANSÃO

Quais eram os estímulos que levavam portanto este povo, dotado de um instrumento de navegação, a expandir-se no globo, a utilizar esse instrumento e, sobretudo, a fazer dele um elemento de progresso e desenvolvimento que não mais parou?

É claro que, se reflectirmos sobre as múltiplas causas que se têm apontado como estando na raiz deste movimento, encontramos que parte delas parecem aceitáveis e exactas, outra parte é inteiramente falsa, e outra parte ainda assenta no equívoco que consiste em apresentar como causa aquilo que os homens, actores de um certo drama, imaginavam eles próprios serem os seus motivos. É evidente que os homens desta época, dizendo que o Infante queria tal ou tal coisa, não nos dão as raízes profundas da sua acção: o Infante não é mais do que um símbolo, aquilo a que o historiador GROUSSET chamou uma «figura de proa», levada em parte pelo vento impetuoso duma grande tendência histórica. Vejamos ràpidamente essas razões.

As riquezas figuram em lugar de relevo. Quando um dos degredados, que ia na armada de Vasco da Gama, chegou a Calecute e encontrou um Mouro que falava uma algaravia, na qual entravam palavras italianas, espanholas e portuguesas, coisa que muito o emocionou («tão longe da nossa terra encontrarmos alguém que entendia a nossa língua»), e esse Mouro lhe perguntou o que vinham de tão longe ali procurar, ele respondeu — e a resposta vale como um símbolo: «vimos buscar Cristãos e especiarias». O proselitismo, por um lado, e, por outro, o nervo do negócio, que permitiria sustentar um proselitismo que, a breve trecho, se iria revelar profundamente dispendioso. Essas riquezas eram as especiarias da Guiné (malagueta), especiarias da Índia e especiarias da Amazónia, porque, provàvelmente, a fundação de uma cidade na foz do Amazonas, Belém,

no século XVII, representa uma forma de reacção contra a perda do monopólio do comércio das especiarias no Oceano índico, nesta altura disputado já por Ingleses e por Holandeses, e então os Portugueses vão na miragem dum outro mundo capaz de lhes proporcionar as drogas preciosas e criam essa cidade para ser o centro e a drenagem desse comércio. O ouro, o ouro do Sudão, conhecido porque chegava através das caravanas do Sáhara aos portos do Mediterrâneo, o ouro do Monomotapa, conhecido porque chegava ao Oriente através das navegações árabes, e, principalmente, em toda a África, escravos — os escravos que um autor do século XVII diz serem as «minas» e o «marfim negro» de Angola, terra que, além disso, não produzia coisa que valesse a pena referir.

A partir deste estímulo das riquezas, há incontestàvelmente uma intenção de proselitismo. Um geógrafo, para quem as necessidades da vida material constituem o primeiro objecto das suas reflexões, e que vê o homem muitas vezes despido de todos os seus ouropéis espirituais sob a premência dessas necesidades, não pode deixar de impressionar-se, através da observação, pelo que esta ambição evangelizadora dos Portugueses representa nas paisagens que eles criaram no mundo tropical. Certamente que em todos os sítios por onde os Portugueses passaram se encontram dois sinais perduráveis da sua presença: igrejas e fortalezas. Ambição portanto de dilatar «a Fé e o Império» e, sobretudo, este sinal contrário que é o ódio ao Mouro, tão vivo nalguns dos mais representativos cronistas da nossa expansão: antagonismo que tinha sido tão profundo na nossa história que eles nunca foram capazes de superá-lo com uma compreensão larga e humana.

A par destas razões, que parecem definitivamente assentes e aceites, invoca-se às vezes uma pressão demográfica completamente falsa. A população portuguesa, no princípio do século XVI, orçava entre 1 100 000 e 1 400 000 almas; a maior parte do País era uma charneca em pousio: «aldeias e desertos» é como RUI DE PINA descreve grande extensão de Portugal. E a emigração por saturação demográfica, que é um facto na história da Inglaterra a partir do século XVII, aparece na história de Portugal apenas no terceiro quartel do século XIX. Outra razão, a falta de trigo, é igualmente falsa. É claro que já DAVID LOPES mostrou como era impossível comprar trigo em Marrocos quando as praças viviam em som de guerra contra todo o campo que as rodeava, e a ideia de ir cultivar trigo nos Açores ou na Madeira só surgiria na mente das pessoas que não conhecessem

os profundos declives, o carácter difícil e inóspito destas ilhas. A cultura do trigo começou, aí, pela necessidade de alimentar a população que lá se fixou, mas, rigorosamente, nos Açores, na Madeira, em Cabo Verde e em São Tomé, nos primeiros tempos da colonização, não havia nada que valesse a pena ir buscar. Uma espécie de gosto de colonizar sobre o qual nada tenho visto escrito e que portanto me permite um pouco insistir sobre este aspecto. Há como que um desejo de se fixar numa terra por mais dura, por mais hostil, por mais difícil que seja. E esta fixação faz-se com uma extraordinária energia e a despeito das decepções provocadas pela preocupação de transpor para estes lugares um mundo rural que nos era familiar. Cultiva-se nas ilhas atlânticas o trigo, cultiva-se o milho. Em Cabo Verde já não é possível cultivar o trigo porque há uma conjunção desfavorável do tempo mais quente com o tempo das chuvas; em São Tomé ainda se tentou cultivá-lo, o trigo deu palha mas já não deu grão e, portanto, este cereal, que era base da alimentação, não se consegue implantar em certas regiões de clima tropical e, no entanto, os Portugueses aferram-se a esses lugares e intentam por todas as formas não deixar a sua ocupação.

Este gosto de colonização manifesta-se assim quer em transpor, principalmente para as ilhas do Atlântico, um conjunto importante de plantas agrárias familiares, quer em desviar em proveito próprio certo número de correntes de comércio já existentes: a acção portuguesa no Oriente é essencialmente a de substituir ao monopólio muçulmano o monopólio português. Foi o sonho de Albuquerque fundar verdadeiramente uma talassocracia, um império sem território, apenas constituído por certo número de bases, e foi também o fracasso do seu sistema aquele cerco frustrado de Adem, porque, não conseguindo dominar este porto, não dominou a entrada no Mar Vermelho. E BRAUDEL mostrou como, durante o século XVI e ainda no século XVII, na rota clássica das especiarias que chegavam às cidades italianas, particularmente a Veneza, afrouxou o seu tráfico mas nunca se estancou por completo.

É, sobretudo, o desejo de ocupar diversos lugares, de ocupar terras novas mediante a transposição de produtos velhos ou a adopção de produtos novos. Por exemplo, VALENTIM FERNANDES, quando fala das ilhas de Cabo Verde, diz que se cultivam aí várias «frutas de Portugal», entre as quais menciona o açúcar. Quer dizer, a cana-de-açúcar, que parece ter sido introduzida em Portugal um século antes, figura portanto entre aquelas plantas já completamente acli-

matadas, que foram levadas para a Madeira, para os Açores, para Cabo Verde e para São Tomé, exactamente como foram levados o cereal e a vinha. Por outro lado, a adopção de plantas novas, o fumo ou tabaco no Brasil, a partir do século XVII, quando ANTONIL escreve a *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas* e contrapõe a importância das drogas (o açúcar e o fumo) ao valor aleatório e à cobiça e à degradação humana que muitas vezes acompanham a ambição das verdadeiras minas. A ocupação faz-se principalmente por meio de feitorias. Se nós procurássemos um perfil clássico do emigrante português, encontraríamos que ele se recruta principalmente numa população de rurais, mas de gente extremamente pobre, para quem o trabalho da terra é uma espécie de condenação que nunca conduz à prosperidade. E daí certa mentalidade criada entre os que fogem à miséria rural, que em tudo vê saída menos no trabalho da terra: essencialmente uma mentalidade de traficante, de bufarinheiro. O Português é o homem da quitanda, da tendinha, o homem da compra e venda; umas vezes profundamente honesto, outras astucioso até à desonestidade, sóbrio, sofredor, ambicioso mas contentando-se com pouco, capaz, por isso, de se isolar nos lugares mais recônditos, e que hoje tem um concorrente, ainda mais sóbrio mas mais sórdido também, vindo de outros países igualmente pobres, no Sírio e no Libanês.

5. UMA CIVILIZAÇÃO INTEGRADORA

A atitude que mais importa realçar na expansão portuguesa, e que contribuiu para organizar o mundo sob a égide da civilização moderna, foi a aceitação de coisas novas, exóticas, diferentes. A aceitação dos produtos da terra. Há uma alimentação no Oriente que tem a sua raiz hindu, e, como entre os Hindus, tem por base o arroz; mas o arroz passa a ser também a base da alimentação duma parte do litoral africano, onde até aí não era cultivado, passa a ser um dos elementos principais da alimentação dentro das próprias cidades do Continente, principalmente no Porto. No Brasil, a mandioca, cujas excelências gabam alguns autores (GABRIEL SOARES DE SOUSA, por exemplo, na sua descrição do Recôncavo da Baía), procurando pô-la acima do «trigo do mar», quer dizer, do trigo que vinha do Continente pela navegação. O milho: o milho do Brasil, que é introduzido em Cabo Verde e constitui a base alimentar destas ilhas; o milho que é introduzido na Madeira e principalmente nos

Açores e, mais ainda, que é introduzido no Noroeste de Portugal como cereal de regadio, escapando portanto ao carácter aleatório do nosso clima, que tanto traz anos bons, anos de fartura, como anos de penúria, e permitiu o desenvolvimento daquela massa de população que constitui, desde o século XVII até ao tempo presente, a maior corrente emigratória portuguesa.

Mas, além desta aceitação dos produtos da terra, há a aceitação das próprias pessoas com quem os Portugueses entraram em contacto. E, de entre elas, aceitaram particularmente as mulheres. Várias vezes me tenho servido de alguns exemplos significativos, que não reproduzo aqui, mas dos quais valia a pena fazer um apanhado para mostrar a atitude de curiosidade, de interesse, de autêntica simpatia humana que os Portugueses têm para com as mulheres de cor. Uma ou outra vez, em Calecute, por exemplo, o roteirista de Vasco da Gama nota com desagrado: «aqui as mulheres são feias e de pequenos corpos»; mas, ao passar por certo lugar da África do Sul, as Negras, embora muito escuras e com enfeites extravagantes, o levaram a escrever: «as mulheres aqui parecem bem». Toda a gente conhece as minúcias de descrição a que chega a *Carta* de CAMINHA[1] em relação a certas índias que andavam nuas pela praia e não ocultavam os seus encantos do olhar destes homens, tornados cobiçosos pela castidade das grandes travessias. Escrevendo com mais serenidade, GABRIEL SOARES DE SOUSA, por exemplo, falava das mulheres da Baía, índias ou mestiças, que sofriam perfeita comparação com as mais formosas que passeavam pela Rua Nova de Lisboa, que era uma espécie de Chiado da elegância do século XVI. E quando o sistema hermético das castas hindus interpõe entre este amor das mulheres estranhas e a sua estrutura social uma barreira, os Portugueses procuram uma brecha e, através das bailadeiras, que possuem a profissão de mulheres públicas e a indignidade social que anda geralmente ligada a ela, e através das viúvas, constrangidas à perpetuidade do seu estado pela religião hindu, eles encontram também maneira de se mestiçarem e de se introduzirem, portanto, na sociedade que os repudia.

O resultado é a produção, em larga escala, de uma população mestiçada. É claro que a mestiçagem é um facto geral quando duas raças de compleição física diferente entram em contacto e há eviden-

[1] Citada a p. 19.

temente mestiços de Portugueses, como os há de Espanhóis, de Franceses e até de Ingleses. Mas o facto que me parece constituir novidade e relevância no conjunto da expansão portuguesa é a integração precoce e total destes mestiços no mundo português : solicitação dos vereadores do concelho de Santiago para que os «homens pardos» possam fazer parte da assembleia municipal, pelos muitos benefícios que daí adviriam à terra; cónegos, «tão negros como azeviche», que o padre ANTÓNIO VIEIRA encontrou no cabido da sé da mesma ilha, e que se avantajavam em saber e em compostura aos da maior parte das sés do Reino. Muitas mestiças são enviadas para Portugal a fim de receberem uma boa criação e de poderem casar «honestamente», isto é, com pessoas acomodadas e em boa posição social.

Esta aceitação levar-nos-ia muito longe e o próprio Continente a reflecte. Lembrarei, além do caso já apontado do milho, apenas os telhados múltiplos e inclinados — telhados de pagode — que vieram do Oriente, e se encontram nos velhos portos do Algarve, que desapareceram em Lagos porque o terramoto de 1755 arrasou completamente a cidade, que são raros em Faro porque o terramoto também não a poupou, mas que se conservam, para estranheza do visitante, coroando as elegantes construções de Tavira — coisas que vieram da Índia e da China e que foram aceites pela cidade portuguesa como um dos seus prestigiosos ornatos[1]; a araucária, vinda do Brasil, que encontramos tanto nos nossos jardins e quintais, e quase sempre em residências opulentas, no Brasil como no Continente, nos Açores como em Goa; o dragoeiro, curioso arbusto originário das Ilhas Atlântidas e que parece ter-se tornado uma das espécies ornamentais mais vulgares da velha Lisboa.

Se agora passarmos do mundo das coisas materiais e comezinhas para o mundo mais elevado do espírito, eu diria que, ao contrário dos mandarins chineses que procuravam apenas a aquisição da felicidade através de um animal fantástico e não souberam ver a girafa como ela era, mas apenas viram nela o símbolo ou o mito, ao invés, portanto, desta atitude, há uma espécie de curiosidade, de amor cósmico, que leva os Portugueses a olharem para o mundo, a descreverem-no como ele é, a tentarem compreendê-lo.

De princípio esta atitude está muito longe das preocupações científicas. Muitas vezes se cita, desligado do contexto (e uma frase

[1] Vid. p. 73 e o livro aí citado.

desligada do contexto serve para tudo), um famoso passo de DUARTE PACHECO PEREIRA no *Esmeraldo de Situ Orbis*: «A experiência, madre das coisas, nos desengana e toda a dúvida nos tira» — e se pretende ver nele como um apelo à experiência contraposto à autoridade dos antigos, uma atitude lógica e científica. Mas vale a pena ler o que está para diante para vermos como, apesar de tudo, DUARTE PACHECO, insigne roteirista, admirável navegador, homem perfeitamente sensível às particularidades locais, não tinha o espírito e a capacidade de síntese que são necessários para a elaboração da ciência. Porque logo a seguir nos conta que em certos rios do Senegal nascem umas cobras com um quarto de légua de comprido, e cabeça e corpo todo na mesma proporção; mas o corpo é tão mole que muitas vezes os passarinhos, com as garras e com o bico, lhe arrancam grandes pedaços; e estas cobras assim como nascem nos rios se vão aproximando do mar e, quando entram nele, ao fim de pouco tempo se dissolvem. É certo que ele diz também que é coisa muito custosa de acreditar para quem não viu, mas acrescenta isto de estranho: «eu vi». E este homem, a quem D. João II mandou descobrir a terra que estava para além, passada a largura do mar oceano (donde alguns autores inferiram que DUARTE PACHECO ou foi ou recebeu o encargo de ir ao Brasil), este homem, que fez um roteiro que alcança o Oriente, que contornou a África, que tinha uma experiência directa do imenso mar que se abria nessa altura às navegações portuguesas, ao discutir o enigma da geografia grega — se os continentes eram ilhas no meio de um grande oceano ou se os oceanos eram lagos no meio de um grande continente —, decide-se pela segunda alternativa: «convém que seja isto que se acredite» e fundamenta esta estranha crença na autoridade de uma série de geógrafos antigos. De modo que esta raiz de pensamento medieval só foi superada muito mais tarde, por um D. JOÃO DE CASTRO, que foi excelente observador das coisas do mar, por um PEDRO NUNES, que procurou os fundamentos teóricos de uma astronomia náutica, ou por um GARCIA DE ORTA, que contrapôs a sua experiência vivida à autoridade de todos os seus clássicos e que pôde imprimir pela primeira vez um livro importante (*Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, 1563) num grande foco de cultura portuguesa que então se tinha constituído — a cidade de Goa. Apenas com eles se caminha para uma universalidade que CAMÕES exprime de uma maneira já tão elevada e tão completa que não parece necessário insistir nela.

6. ELEMENTOS DE UNIVERSALIDADE

Quais são os elementos de universalidade que permitem considerar os Portugueses entre os principais fautores duma civilização constituída na verdade à escala humana?

Uma religião para todos os homens. Ao contrário das outras religiões chamadas superiores ou monoteístas (não está averiguado que o monoteísmo seja uma superioridade mas aceitemo-la como corrente): o Judaísmo e o Islam. O Judaísmo é essencialmente religião dum povo eleito, que quer guardar esse carácter e portanto só em certas épocas, e sempre de uma maneira limitada e incompleta, pretende estender aos outros homens o benefício da verdadeira fé. E o Islam, que fez a originalidade da civilização de metade da Península Ibérica na Idade Média, com um brilho que os obscuros estados cristãos nascidos da Reconquista nunca lograriam alcançar, pois em todos os sentidos, tanto na vida material como na vida do espírito, se lhes avantajava, o Islam ficou, apesar de tudo, uma religião da aridez, uma religião de nómadas e de horticultores em torno das grandes cidades e de traficantes nas grandes aglomerações que nascem bruscamente no encontro das pistas das caravanas. Entre o Islam e a estepe e o deserto há um inegável paralelismo e é neste ambiente que ele adquire a maior e mais perdurável força de expansão. O Cristianismo tornou-se uma religião de todos os povos, de todas as latitudes, que o mesmo é dizer, de todos os climas ou ambientes.

O pensamento racional, de raiz grega. A uma religião universal junta-se assim uma forma de pensamento que rompe os limites próprios a cada civilização, para permitir aos homens entenderem-se no único plano inteligível. Mas, por outro lado, da parte dos Portugueses, acresce a estes dois elementos uma aceitação do exotismo, da gente de cor, da mistura das raças, que está no reverso das atitudes rígidas tomadas pelos povos que, a partir do século XVII, suplantaram os Portugueses na expansão tropical.

Não há muito que se dizia, num estado depressionário da curva da nossa história, que os Portugueses em África eram a vergonha da Europa. Eram a vergonha da Europa porque os seus territórios estavam, como ainda estão, atrasados, porque o País era pobre de meios técnicos, sobretudo porque não guardavam a decência dos limites da raça branca, se deixavam prender e atrair pelo encanto das mulheres da terra e se mestiçavam profundamente em todos os lugares onde se encontravam. À tara da mestiçagem não escapava

a própria Metrópole. Conta-se que um dos veneráveis patriarcas da ciência que cultivo, RECLUS, passou por Lisboa e julgou a população baixa da cidade duma maneira depreciativa, principalmente pelo número elevado de Negros e Mulatos que encontrou, parte dos quais eram trabalhadores do porto, que se mascarravam ao descarregar o carvão dos navios. É o mesmo autor, aliás com admirável talento literário, mas com uma precipitação na generalização das coisas que viu ou imaginou ver (portanto isto de ver cobras com um quarto de légua de comprido, mesmo nos homens de ciência modernos, por vezes ainda acontece...), que nos descreve, por exemplo, os Valencianos armados de enormes navalhas que empregam em rixas mortais, e depois serenamente limpam às calças para cortar grandes nacos de pão com que se alimentam!

Evidentemente que a colonização portuguesa, comparada com a daqueles povos que logo seguem a nossa expansão, comparada mesmo com a da Espanha, foi uma colonização feita com uma grande escassez de meios técnicos. Daí a razão por que as grandes frotas da Holanda e da Inglaterra, menos de cem anos depois do descobrimento, dominam já o Oceano índico. Foi uma colonização feita com grande escassez de meios financeiros. São banqueiros alemães, flamengos, italianos, que se começam a interessar nos negócios portugueses, que certamente os ajudam, mas que os ajudam sempre como toda a gente de dinheiro que intervém nos negócios alheios, essencialmente para garantir o seu proveito próprio. Mas foi sobretudo uma colonização feita a despeito da própria exiguidade dos meios humanos — pouco mais de um milhão de habitantes —, que escassamente podiam alimentar as armadas da índia e assegurar um império sem território, cujos centros nodais, as cidades costeiras, se estendiam desde o litoral do Brasil até Macau, Solor e Timor. Mas, à parte esta escassez de condições materiais, sobra na expansão portuguesa aquilo a que poderíamos chamar um verdadeiro *humanismo,* que se manifesta pelo amor das mulheres estranhas, pela aceitação dos filhos naturais. Há certo fidalgo na índia que, no momento dum cerco difícil, vale a um mulato que todos diziam ser seu irmão, numa verdadeira fraternidade, não só de sangue, como da posição de risco em que ambos se encontravam. É a participação dos naturais no governo dos territórios locais, são os «pardos» que, a partir do século XVI, em Cabo Verde valem tanto como os Brancos. Em Cabo Verde *gente branca* e *preta* não tem nada que ver com a cor — mas com o estado social — e entre a *gente branca* há Negros quase retin-

tos. É a Índia, onde, desde o tempo de Albuquerque, os Brâmanes alimentam o clero local e asseguram a administração, a ponto de um deles poder dizer com desvanecimento e com verdade: «Em Goa mandaram os Muçulmanos, depois mandaram os Portugueses, mas através de todos os que mandam somos sempre nós que dominamos».

São estes aspectos que, perante o problema da organização actual do mundo, adquirem a maior relevância. Está em moda conceder aos povos exóticos uma importância que é o reverso do desprezo com que até há pouco eram vistos; está em moda dar à gente de cor uma aceitação que é o contrário de uma sistemática repulsa de que durante tantos séculos foram alvo, e é evidentemente nessa repulsa que está a raiz deste racismo ao invés, a consciência que os povos de cor hoje estão tomando do valor das suas próprias culturas e, mais ainda, das suas próprias possibilidades, e não perdoam em regra ao Branco ter minimizado uma e outra coisa. Afinal, os grandes do mundo pouco a pouco se aproximaram de conceitos que, entre nós, eram correntes e antigos.

É com este amor por todas as mulheres, sejam quais forem as cores da sua pele, com esta aceitação de todos os filhos, sejam quais forem as mães de que nasçam, com esta verdadeira *humanidade*, que se temperam a cobiça, a brutalidade, a grosseria, o fanatismo, a incompreensão, sobre os quais a história oficial discretamente se cala, mas de que há inúmeros exemplos e constituem o triste e inevitável reverso de uma medalha gloriosa.

PANORAMA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Esquema de um curso[1]

1. A GÉNESE E OS INSTRUMENTOS DA EXPANSÃO

Na época actual os territórios de soberania portuguesa cobrem pouco mais de 2 milhões de quilómetros quadrados (94 p. 100 na África continental) e abrangem 20 milhões de habitantes. Com o Brasil, a língua portuguesa é falada por mais de 70 milhões de pessoas em 7 p. 100 das terras emersas. Uma emigração considerável (metade a um terço dirigida ainda para aquele país) dispersa Portugueses pelas ilhas Hawai, a Califórnia, o Canadá, a Venezuela, o Cabo. Cerca de 70 navios à vela (com motor auxiliar) pescam bacalhau nos mares frios da Terra Nova e da Groenlândia, cada vez mais para o norte, à medida que os processos modernos de captura fazem rarear o peixe. Se não pelo número, ao menos pela área que ocupam, os Portugueses contam-se ainda como um dos grandes povos do globo; mas foram também um dos grandes povos da história.

A expansão portuguesa marca o início da época moderna, «mudou o futuro do mundo» (H. PIRENNE) e está na raiz da organização actual dele. A sua originalidade no conjunto da expansão europeia consiste não apenas em marcar nela a primeira fase, mas

---

[1] Súmula das lições proferidas no primeiro curso de férias no Ultramar, organizado pela Universidade de Lisboa em Lourenço Marques e em Luanda, respectivamente em Agosto e Setembro de 1960. Publicadas no *Arquivo da Universidade de Lisboa*, 1961. A maior parte do assunto fora já abordada num «Curso de Altos Estudos Geográficos» na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) em 1956, e numa série de lições proferidas no Colégio de França (Paris) em 1959.

em ser a única que se fez principalmente no mundo tropical (a Inglaterra criou futuros estados de núcleo extratropical: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, União da África do Sul; a França, uma parte do Canadá; a Espanha apoiou-se nos planaltos andino e mexicano, que, pela altitude, escapam em grande parte ao clima das «regiões quentes e húmidas»). Foi também a que provocou mais fundos reflexos no próprio território metropolitano: a «revolução do milho», que transformou a vida rural e alimentou a área da grande emigração. Realizou-se com impressionante fraqueza de meios técnicos, financeiros e humanos (1 200 000 a 1 500 000 habitantes na primeira metade do século XVI), percorrendo toda a escala dos *factos de colonização:* 1) valorização de terras *novas*, transferência de populações, quer da Europa para as Ilhas, o Brasil, a África e o Oriente, quer da África para o Brasil e Antilhas; 2) criação ou acréscimo de bens de comércio (açúcar, especiarias, escravos, minas); 3) contactos de civilização (influências exercidas ou sofridas, generalização *pantropical* de certos elementos depois de integrados no património português); 4) contactos humanos (assimilação e mestiçagem) mais profundos e gerais do que em relação a qualquer outro povo europeu. Foi assim uma experiência nova e variada — a maior que a história conheceu até então.

As colonizações mediterrâneas medievais, onde alguns autores procuram a raiz da expansão ibérica (ela utiliza um elemento comum de comércio — o açúcar), fizeram-se dentro do mesmo ambiente e puseram em presença uma humanidade semelhante. A expansão portuguesa estabelece contactos *novos*, com ilhas despovoadas (os arquipélagos atlânticos), com civilizações superiores mas repulsivas (o Oriente), com selvagens estranhos e primitivos («gente bestial»), com raças de cor, cujas mulheres, em toda a parte, prenderam os Portugueses pelo desejo e pelo amor.

Do Brasil a Macau e a Timor estendia-se um espaço marítimo imenso a organizar e, pela primeira vez, os três focos — do navio de quilha, do junco chinês de fundo chato e da almadia com flutuador — haviam-se imbricado apenas no Oceano Índico, que era, por isso, o único dos mares «dantes navegados». A almadia com flutuador, difundida da Polinésia ao litoral leste-africano, cobria uma área muito vasta e não serviu de veículo a nenhuma grande civilização; as navegações chinesas (1405-1431), que precederam de pouco a expansão portuguesa e estiveram a ponto de tomar ao invés o caminho marítimo da Índia, começaram não se sabe como e acabaram não

se sabe porquê[1]. O fosso atlântico, transposto apenas pelos Vikings onde ele se estreita junto do círculo polar, manteve a separação e o isolamento dos três grandes domínios tropicais, que as caravelas, naus e galeões ibéricos haviam de reunir e integrar nas relações regulares da navegação e do comércio.

Compare-se a expansão portuguesa com a britânica, por exemplo. Nesta, à transformação do *openfield* em *enclosures* (isto é, do campo aberto para cereais na pastagem fechada por sebes), causa da ruína do pequeno proprietário rural e do camponês, e do artesanato na indústria mecânica, sucedeu uma libertação de braços; a emigração maciça que se segue a estas fases (que pràticamente se sobrepõem nos efeitos) é em grande parte uma fuga à miséria e ao desemprego. Em Portugal, houve até ao fim do século XIX falta de braços, terras por arrotear (charnecas, areais), um movimento de colonização interna no Sul, que a bem dizer durou até aos nossos dias, e a emigração por saturação demográfica é um fenómeno pela maior parte contemporâneo. Atracção das riquezas, das matérias-primas, dos produtos finos ou exóticos (como em parte nas navegações chinesas ao longo do litoral leste-africano)? Como, se as primeiras terras ocupadas, as ilhas atlânticas, eram não só despovoadas como desprovidas de recursos, e tudo aí foi preciso *criar?* Um gosto de navegar, de descobrir, de ocupar, mal explicado e que permanece uma das incógnitas da história do mundo...

Condições favoráveis à expansão existiam no próprio território da Metrópole, marcado por contrastes de natureza e de civilização entre o Norte e o Sul: a montanha que favorece o isolamento e a planura a circulação, a terra húmida e por isso mais fértil e as charnecas das áreas de longa secura estival, o isolamento e arcaísmo do Norte e o Sul mais aberto às influências de civilizações superiores (mediterrâneas), maior peso demográfico do Norte atlântico, atracção exercida pelos desertos humanos do Alentejo; dum lado uma sociedade de senhores rurais com a sua clientela de camponeses, muitos deles pequenos proprietários, numa terra densamente ocupada, do outro uma rede urbana mais apertada, mas latifúndios incultos na maior extensão (terras de fidalgos e bens de mão-morta das ordens monásticas e militares da Reconquista), carência de mão-de-obra rural e um problema que se arrastou até ao fim do século passado — o de

[1] Vid., neste volume, «Reflexões em torno da expansão portuguesa».

«povoar» o Alentejo. A atracção das áreas vazias do Sul, as doações dos bens da Coroa que nelas se podiam talhar à larga (modelo das capitanias do Ultramar), as sesmarias que também ali se usaram, a instituição de concelhos com o fim de congregar a população em núcleos de vida urbana (tal como no Brasil ou em África), estimulam uma autêntica *colonização*, no seu amplo sentido de valorização de terras novas, de deslocamentos de população (os *foros* em que se transformaram muitas arroteias, abrindo a charneca à policultura e à disseminação do povoamento), de contactos de civilização entre o Norte, mais fiel a tradições locais e à herança romana e mais aberto a influências europeias (Bárbaros, Francos), e o mundo muçulmano do Sul. Não é de mais salientar a importância destas experiências, que preparam (e de algum modo explicam) a expansão ultramarina, embora com ela surgissem novos problemas e os velhos tomassem insuspeitada amplitude.

Os instrumentos essenciais desta expansão foram três:

1) A criação de uma rede urbana ligada pela navegação e alimentada pelo comércio marítimo: nas ilhas, com base numa agricultura inteiramente introduzida — o açúcar, o vinho, as plantas tintureiras (pastel), o próprio trigo — e destinada à exportação; na África, o «resgate» do ouro, do marfim, da malagueta e principalmente dos escravos; no Brasil, depois da simples recolecção do pau que lhe dera o nome, sucessivamente o açúcar, o fumo (as «drogas») e as «minas»; no Oriente, a especiaria e os produtos admiráveis da mais requintada das civilizações — a chinesa: porcelana, charão, leques, biombos, móveis, etc. O exemplo de um mercador do século XVII (estudado por VIRGÍNIA RAU[1]), que não teve nas suas inúmeras viagens de Lisboa ao Brasil, a Luanda, Moçambique, Goa, Cochim, Macau, Batávia, Solor e Timor, qualquer intuito de descobrir ou explorar, mas apenas de negociar (às vezes a coberto de funções administrativas), é em extremo esclarecedor. Com a regularidade de um fenómeno de circulação natural, as navegações ibéricas, que alcançaram as Molucas por leste (Portugal) e por oeste (Espanha), fechavam, nos oceanos, um circuito completo;

[1] Vid., neste volume, *Viagens e negócios de um mercador português do século XVII*.

2) A fixação de população de origem e de civilização europeia nas cidades e, consequentemente, o desenvolvimento, à roda destas, de uma agricultura de subsistência, transposta do mundo mediterrâneo nas ilhas extratropicais, em grande parte adoptada em Goa (arroz e caril) e no Brasil (mandioca), que num e noutro lugar substituem o pão;

3) Aumento da população por necessidade de quadros e de mão-de-obra. Neste caso recorreu-se ao tráfico de escravos, naquele à assimilação («fazer cristandade») e à mestiçagem, geral em todos os estabelecimentos portugueses (dificultada na Índia, onde se lhe opunha a barreira das castas), como é geral a aceitação do mestiço na sociedade portuguesa do Ultramar (e até da Metrópole), integrando-se nela e alargando os seus quadros e a sua acção.

2. O ALGARVE E OS PRÓDROMOS DA EXPANSÃO. AS ILHAS ATLÂNTICAS

A conquista de Ceuta (1415) marca o início da expansão portuguesa: é uma empresa militar preparada em segredo em diversos portos e interessa todo o País. Mas as primeiras navegações, que têm como porto de apoio Lagos, e provàvelmente a primeira vaga de povoamento nas ilhas, da Madeira a Cabo Verde, estão inteiramente ligadas ao Algarve, a que vale a pena dedicar alguma atenção.

O Algarve, a última parcela que a Reconquista integrou no território nacional, representava nessa época a região mais «civilizada», aquela onde se haviam acumulado, desde a Antiguidade, mais experiências (colonizações fenícias, gregas, púnicas, influências da civilização de Tartessos, no Guadalquivir, romanização profunda, vida económica intensa). Na baía de Lagos insere-se uma várzea e a maré insinua-se pelas ribeiras, levando pela terra dentro a exploração de sal e a navegação. Silves, porto de estuário, foi o centro do Algarve muçulmano, com a sua horta e a produção de figos reputados pelo sabor, o seu rico bazar, as serranias cobertas de bosques donde se extraía a madeira para a construção naval, habitada por Árabes do Iémen e doutros lugares que se exprimiam com eloquência numa linguagem muito pura. A pequena distância, uma serra «onde há muito pasto e águas correntes», que é um verdadeiro «depósito de água» no meio de terras pobres e semiáridas, atraiu os Berberes montanheiros, que nela implantaram um sistema de

arboricultura, socalcando e regando os seus barrancos (Monchique). Lagos era assim não apenas o mais vasto ancoradouro do Algarve, mas o que possuía o mais rico e variado *hinterland*.

A isso não será estranha a sua escolha pelo infante D. Henrique, que a lenda ligou a Sagres, apenas um refúgio de isolamento e meditação. Mas o Algarve possui no seu clima de Inverno doce e de Verão seco e longo um toque quase tropical: a alcagoita (amendoim), a batata doce, a banana, cultivam-se aí como outrora se cultivaram o algodão e o açúcar, importante cultura mediterrânea que a expansão ibérica havia de transformar na primeira grande «plantação» tropical. A horta de Loulé, que exportava por um porto desaparecido na evolução da restinga de Faro, foi, para ela, um autêntico «campo de ensaio». A sua origem directa parece ser a Itália, donde vieram os primeiros «mestres de engenho» genoveses.

Os vestígios de uma primeira vaga de colonização algarvia conservam-se ainda em traços da vida rural das ilhas do Porto Santo e de Santa Maria, as mais secas, mais pobres e por isso menos arborizadas e mais abordáveis, dos respectivos arquipélagos, mais conservadoras também quando se ocuparam as ilhas próximas. A *mó de braço*, a que aludem as cartas de doação de capitania, é instrumento tão vulgar no Algarve como na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde, onde interfere com o pilão africano, mas já não penetrou em São Tomé ou no Brasil: indício da primeira colonização *cerealífera* (agricultura de subsistência de tipo mediterrâneo), que se opõe às soluções tropicais dos últimos territórios.

O início da ocupação dos arquipélagos atlânticos parece poder seriar-se assim:

Madeira	1422
Açores	1439
Cabo Verde	1462
São Tomé	1485

Estendendo-se do equador a 38° de latitude norte, correm toda a gama de climas, do equatorial até ao europeu atlântico, com chuvas todo o ano (Açores e São Tomé), do Outono à Primavera (Madeira) e de Verão (Cabo Verde). Apenas estas não estariam revestidas de densos bosques, que em São Tomé formam uma autêntica *selva*, análoga à do Congo ou à da Amazónia. Têm de comum a natureza vulcânica e o relevo vigoroso («são terras fragosas e serão más de andar», diz DUARTE PACHECO PEREIRA das ilhas de Cabo Verde) e

serem desprovidas de recursos alimentares de origem vegetal. O peixe, as tartarugas, os camarões de água doce, as aves marinhas, não dispensavam a introdução de uma agricultura que, desde muito cedo, toma a dupla feição de subsistência e de comércio.

A trilogia mediterrânea — pão, vinho e azeite — não pôde ser totalmente introduzida nos dois arquipélagos *europeus* porque o clima marítimo não convém à oliveira; a banha de porco, em uso na maior extensão do País, substituiu este como gordura. O clima de Portugal, com grande variação no mês de Abril, torna aleatório o rendimento do cereal; assim, quando as armadas necessitavam de biscoito, feito de farinha de trigo (base da alimentação a bordo), procurava-se obtê-lo na Andaluzia e na Flandres, em Marrocos e também na Madeira e nos Açores. Aquela ilha, que primeiro exportou trigo, sacrificou-o depois a culturas mais rendosas: açúcar e vinho.

Os vinhos da Madeira eram exportados já em 1460 («assai buonissimi», diz CADAMOSTO), os do Pico foram tão famosos como eles, o Fogo vendeu vinho para o Brasil no século XVII; apenas em São Tomé as parreiras produziam mal. O açúcar está representado em todos os arquipélagos, e até à primeira crise, quando o mercado é inundado pelo açúcar do Brasil, obtido com trabalho escravo e, por isso, mais barato, o da Madeira tem a preponderância, ficando depois com a qualidade.

Todos os grupos de ilhas formavam um conjunto solidário, ligado pela navegação atlântica. Madeira e Cabo Verde ficavam na rota da Índia, que, na ida, aproveitava o *geral* (alísio) *de nordeste;* no regresso, a «volta pelo largo», à altura dos ventos prevalecentes de oeste, fazia-se pelos Açores (desde a viagem de Vasco da Gama). Estimuladas pelo comércio atlântico, vão-se estas ilhas desenvolver e povoar (até à saturação), contribuindo, por seu turno, para engrossar os contingentes de emigrantes. São Tomé, à margem deste conjunto, era contudo a «estalagem do oceano» para a navegação no golfo da Guiné, do Congo e de Angola, permanecendo inocupada a ilha maior (Fernando Poo), em virtude da sua posição interior.

As *Ilhas Adjacentes* são, com toda a razão, consideradas como províncias da Metrópole. A sua população, apenas branca, é de 619 000 habitantes; a densidade, de 146 habitantes por km² nos Açores e de 335 na Madeira, onde sobe a 1100 em relação à superfície cultivada — uma das mais altas densidades rurais do mundo ocidental. Uma emigração considerável e antiga dirige Açorianos para a Califórnia («Calafões»), onde se dedicam à criação de gado,

à arboricultura, à pesca do cachalote. Sem o dinheiro e os auxílios dos emigrantes o nível de vida seria mais baixo nas ilhas, pobres pela exiguidade da superfície cultivada, pela enorme massa rural que se acumula nela, pela falta de horizontes de trabalho, além da agricultura, da criação de gado, da pesca e de bordados pagos de rastos e vendidos caríssimos e que, por isso, apenas asseguram a prosperidade dos negociantes...

A agricultura é afim da mediterrânea (trigo), com influências tropicais (milho, inhame *Colocasia*, batata doce). O vinho da Madeira foi o único que subsistiu, a banana ocupa nesta ilha o lugar dos antigos canaviais (o «andar tropical», até 200-300 m) e abastece todo o mercado do Continente, a carne e os lacticínios constituem o principal produto de exportação dos Açores, sacrificando-se à pastagem as próprias culturas alimentares.

Quanto à criação de gado, adoptaram-se duas soluções opostas: na Madeira ela é, com os socalcos e a rega, uma das bases da agricultura, a que fornece o estrume. As vacas estabuladas são uma máquina de produzir excremento e leite, quase não há vida pastoril e os seus cimos estão vazios. Nos Açores, a zona soalheira, onde se cultiva a vinha, a bananeira e o trigo, limita-se às fajãs (planuras) à beira-mar; a meia-encosta milho e batata doce, base da alimentação; nos cimos, envoltos em nuvens desde 400-600 m, pastagem em substituição da mata primitiva, mas separação total entre o pastoreio e a agricultura.

Em Cabo Verde, o clima tropical (chuvas só de Verão) impediu a propagação da agricultura mediterrânea e dificultou a ocupação das ilhas. Em vez de azeite, gordura de porco (a palmeira *dendém*, com os seus admiráveis recursos, não se dá neste clima de longa estação seca), em vez de trigo os cereais africanos (sorgo e fundo, este hoje relegado às ervas daninhas). Numa primeira fase, em que Santiago e o Fogo funcionaram como entreposto de escravos, a economia das ilhas (as outras por «povoar») é dominada pela recolecção: sal, urzela (líquen usado em tinturaria), algodão e gado bravio, introduzido nas ilhas desertas, onde se faziam, de vez em quando, grandes «carnagens», aproveitando-se os coiros e pêlos, o sebo, a carne seca ao sol para alimento das tripulações. O encontro de um cereal cultivado na época quente e chuvosa — o milho, introduzido directamente do Brasil, e vários feijões associados a ele já pelos índios — veio permitir a ocupação das restantes ilhas. Mas aqui a gente é outra. Terra pobre, sujeita a «esterilidades» (secas, segui-

das de fomes), não atrai os Brancos, que apenas enquadram numerosa escravaria. Depois libertos, os seus descendentes formam, por mestiçagem, a parte principal da população de Cabo Verde:

Mestiços	69 p. 100
Pretos	29 p. 100
Brancos	2 p. 100

Santiago, a ilha maior e menos pobre, que teve mais agricultura e, por isso, mais mão-de-obra servil, é a única onde a população negra predomina (60 p. 100).

Estas ilhas, «crioulas» pela cor da sua gente, são «brancas» pelos quadros sociais, pela língua («uma experiência românica nos trópicos» lhe chamou BALTASAR LOPES), pelos sentimentos e pela expressão espiritual (*Chiquinho,* admirável novela do mesmo autor), por uma agricultura onde o cereal prevalece sobre os tubérculos, pelo arranjo do campo, pelo ambiente da casa e da vida de intimidade. A 16° de latitude N, elas constituem *o derradeiro eco da Europa* e uma das mais curiosas e atraentes soluções do encontro de raças: a cor da pele nada tem a ver com o nível social e a gente da terra não só participa largamente na sua administração como desempenha, em todo o mundo português, lugares de relevo correspondentes à sua capacidade.

São Tomé é outro mundo. Clima equatorial de chuvas abundantes, apenas cortado por uma curta *gravana* seca, quando sopra o *geral de sueste.* O ar húmido sobe nas encostas, que se cobrem de nuvens às primeiras horas do dia, e a convecção, com o aquecimento, provoca grandes chuvadas. Vinho não se pôde fazer, o trigo só deu palha. A ilha orientou-se, desde cedo, para uma economia de plantação e para uma típica ocupação do solo: a *roça.* Os donos, ou os seus representantes (administradores), auxiliados por capatazes, dirigem o trabalho dos *serviçais,* que substituíram os escravos. Libertos *(filhos da terra)* praticam uma pequena agricultura de subsistência, como os *Angolares,* descendentes de um *quilombo* de escravos de Angola refugiados na ilha, que também se dedicam à pesca. A monocultura prevaleceu, em ciclos sucessivos (às vezes com alguma interferência), da cana-do-açúcar, do café, do cacau, da copra. A *roça,* com analogias com o *monte* alentejano e a *fazenda* do Brasil, orienta a produção apenas no sentido do comércio. É outra economia, esta verdadeiramente tropical e própria de terras novas.

3. O OCEANO ÍNDICO. GOA: CIDADE E TERRITÓRIO

O Atlântico era, além das Canárias, um mar vazio, onde foi fácil estabelecer o monopólio da navegação e do comércio marítimo. Uma provisão régia de 1480 determina que todos os navios que aí forem achados sem licença sejam apresados e as tripulações lançadas ao mar, «para que morram logo, naturalmente». Quando, pela primeira vez, uma nau de velas de pano, muita cordagem e convés coberto, lançou ferro em Moçambique, encontrou aí zambucos abertos, com velas de olas (fibras de palma entrançadas), que regularmente navegavam entre a costa da África oriental e a índia. Dois domínios de navegação, separados por um vazio até aí intransponível, entravam assim em conctato.

O índico, graças ao regime das monções, era um mar organizado, com os seus pilotos e roteiros (o mais célebre guiou Vasco da Gama de Melinde a Calecute) e uma rede de rotas comerciais que abrangiam: 1) o Mediterrâneo, pelo Mar Vermelho e o Egipto (a rota clássica da especiaria), de que Adem constituía a chave; 2) o litoral leste-africano, alcançado, como vimos, pelas navegações chinesas e em cujos portos se encontravam, antes das navegações portuguesas, negociantes mouros e *Baníanes* (casta hindu), e onde se «resgatavam» ouro, marfim e escravos; 3) pelo estreito de Malaca — outra posição-chave — o Extremo Oriente (produtos chineses) e as ilhas da especiaria (Molucas). Por um lado, a influência muçulmana propagara-se ao longo da costa de África e dava um ar de família às suas cidades («Melinde se quer parecer com Alcochete» diz o diário da viagem de Vasco da Gama). Por outro lado, os grandes centros comerciais da índia eram alcançados por mercadores árabes, levantinos e até italianos antes dos Portugueses. Com grande surpresa, encontraram os marinheiros de Gama um Mouro «tão longe de Portugal, que nos entendesse a nossa fala».

Com a viagem de Pedro Álvares Cabral inaugura-se o envio anual e regular de uma grande armada para a índia e toda a navegação portuguesa se organiza em torno deste supremo objectivo.

Primeiro cuida-se apenas de assegurar a supremacia marítima, um jogo de alianças nos portos principais, algumas feitorias onde, durante a monção, se acumula a especiaria e se fabrica o biscoito à espera da próxima armada. Um *cartaz (navicert)* assegurava a liberdade da navegação aos navios das cidades aliadas; cruzando a costa do Malabar e as paragens do estreito de Bab-el-Mandeb, a frota

portuguesa interceptava (às vezes por métodos brutais) os navios que procurassem iludir a vigilância. De 1500 a 1510 viveu-se assim, a maior parte do tempo a bordo das naus, mais seguras do que as feitorias fortificadas, abrigando-se da monção nos estuários de um país sempre pronto à hostilidade.

O plano de Albuquerque compreendia, por um lado, a posse de todas as posições-chaves dos estreitos (Ormuz, Malaca, malogro do cerco de Adem, grave brecha no sistema, por onde a especiaria continuava a chegar a Veneza); por outro, a criação de uma autêntica cidade portuguesa, que servisse de capital a este império sem território.

A conquista de Goa corresponde a uma escolha feita com deliberação e acerto. A meio da costa do Malabar, era a melhor posição para vigiar o Oceano índico; os seus estuários entre ilhas constituíam, para os navios, óptimo lugar de invernada; por ela se fazia, ao longo do sulco erosivo que marca o limite dos *trapps* do Decão, o comércio com o interior da índia, importando-se por esta porta cavalos persas e mercadorias, em longas boiadas que, até à construção do caminho de ferro de Mormugão, lentamente galgavam a barreira dos Gates.

Goa, sucedendo a uma cidade sagrada hindu, foi tomada aos Muçulmanos, implacàvelmente expulsos ou exterminados. Mas, honrando os Brâmanes, respeitando os usos locais, favorecendo por todos os modos os casamentos mistos, convertendo os Hindus que não queriam perder bens e proeminências, arrasando os pagodes e conspurcando os lagos das abluções rituais, impondo à força e em massa outra religião e colocando estes Cristãos de fresca data e fé incerta debaixo do olho implacável da Inquisição, conseguiu-se fazer de Goa a maior cidade portuguesa dos séculos XVI e XVII, três vezes mais extensa que Lisboa e com mais do triplo da sua população, computada, muito por alto, em 300 000 habitantes.

Com a concorrência marítima dos galeões holandeses, a cedência de Bombaim aos Ingleses, o aumento da tonelagem das naus, que já subiam com dificuldade o rio, a cidade foi declinando e, afrouxando a vigilância sanitária, ganha pela malária e as «febres podres» (tifóides), é lentamente abandonada, caindo em ruínas as casas de taipa e explorando-se como pedreiras a cantaria dos seus palácios. Uma cidade de igrejas sem fiéis no meio de um palmar deserto, tal era a impressão que deixava antes de se aquartelarem nos seus conventos alguns contingentes militares. Na solidão da Sé, o cabido,

todo indiano, reza as horas canónicas e a velha povoação desperta cada ano da letargia para a novena e a festa de São Francisco Xavier. Contudo, em torno desta cidade morta, organizou-se na índia um território original.

Dois traços surpreendem o observador que aborde Goa com espírito comparativo: a escassa difusão da língua portuguesa e a reduzida mestiçagem. Aqui, como no Peru, a Igreja deparou com civilizações superiores que era preciso integrar no seu seio, penetrando nelas através da língua local. Em Goa, conservou-se o concanim como nos planaltos andinos o quéchua, mas ao passo que em Goa se constituiu desde cedo, com gente das castas superiores, um clero local, e a Inquisição perseguiu ferozmente os suspeitos de Hinduísmo, no Peru o clero era de origem espanhola e os índios, embora convertidos, foram considerados «inocentes» e escaparam assim à perseguição. Com a religião penetraram na sociedade local muitos traços de influência portuguesa que o dialecto concanim cristão revela na vida de intimidade: palavras como *pai, mãe, família, casamento, sacramento, missa...*

«As mulheres aqui são feias e de pequenos corpos», diz displicentemente o autor do roteiro da viagem de Vasco da Gama a propósito de Calecute; mas, poucos anos depois, já Albuquerque trazia algumas moças na câmara do leme da sua nau, com as quais ia dormir a ocultas um fidalgo que pagou com a vida os seus ardores. A verdade é que o sistema das castas, que tem como caracteres fundamentais a comensalidade e o casamento apenas dentro da mesma casta, se opunha à penetração de estranhos. E assim, contra a doutrina igualitária da Igreja, ele persiste na sociedade indiana convertida, onde se aceita comer mas não casar fora da casta. Brâmanes, Chardós (equivalentes segundo uns aos Kxatrias ou guerreiros, segundo outros aos Vâichias ou artífices e negociantes) constituem as castas superiores, que disputam entre si a predominância; Sudras ou camponeses, Corumbins ou trabalhadores braçais, conservam-se muito próximo do Hinduísmo; até os Farazes (esfoladores de vacas mortas de inanição e por isso «intocáveis») estão representados na profissão repelente de coveiros dos cemitérios cristãos.

Os Portugueses, que em nenhuma outra parte cuidaram de conservar a pureza do sangue, chamam-se aqui «descendentes» e tiram orgulho da sua estirpe. Com a extinção do exército da índia, onde formavam os quadros, a sua importância social declinou. Em muitos os cabelos cor de azeviche e a tez bronzeada denunciam

a origem que um dos nomes por que são conhecidos em concanim (*frìngi* ou francos, isto é, ocidentais, e *mestice*) claramente revela. Por que debilidade da estrutura social penetraram os Portugueses nesse sistema aparentemente hermético? Casando com as bailadeiras, a que está reservada a função ritual de hetairas e assim se viram «honradas», e com as viúvas, que, no Hinduísmo, devem perecer na pira funerária do marido ou conservar perpètuamente a indignidade do seu estado. Mesmo assim, a mestiçagem foi reduzida em comparação com a assimilação profunda no catolicismo exercido com piedade, nos costumes, na língua (as pessoas das castas superiores de Salsete usam, mesmo em família, o português), na facilidade em correr a aventura da emigração. «O Hindu faz da casa o seu mundo, o Cristão faz do mundo a sua casa» (SANVORDENCAR). Um cento de milhares de *Goeses* cristãos espalhados pela Índia, Paquistão, regiões petrolíferas do Médio Oriente, África Oriental, Ultramar Português, e até Metrópole, constituem cerca de um quinto da população deste território exíguo e são a causa da sua surpreendente irradiação. Com os mesmos direitos que os Portugueses desde 1761, a cidadania estendeu-se, com a proclamação da República (1910), a todos os filhos de Goa, sem distinção de raça ou de crença.

Goa tem a extensão e população de um distrito do Continente (3500 km², 550 000 habitantes, 152 por km²). Mas na pequenez deste território coexistem harmònicamente dois mundos.

As Velhas Conquistas possuem, em 22 p. 100 do território, 59 p. 100 da população. Elas formam como que o alfoz rural da antiga urbe, com as suas várzeas no fundo dos largos vales, onde se fazem duas colheitas de arroz, as suas aldeias disseminadas entre palmares de coqueiros (o arroz e o caril de coco apimentado constituem a base da alimentação), apertadas entre planaltos de laterite, que são uma consequência da degradação irremissível do solo pela exploração intensiva em torno da grande cidade. Em Bardez, ao norte da ilha de Goa, a maior extensão da laterite constrange as várzeas e aponta aos camponeses o caminho da emigração. Em Salsete, os fundos aluviais da margem dos rios e da beira-mar são mais amplos, a população mais estável e conservadora. «Estas terras são mui férteis e tidas pelas melhores do Concão», diz um tombo de 1595; ainda hoje são consideradas como o celeiro de Goa. Quer o viajante venha de fora, quer do interior da Índia, não deixam de surpreendê-lo os «testemunhos exteriores do catolicismo, junto a influências da cultura latina que aqui ganhou raízes» (N. KREBS). Nesta paisagem

marcada pelos sinais de uma religião estranha — igrejas, ermidas no alto dos montes, cruzeiros e nichos nos caminhos, nas várzeas, nas fontes — está o mais forte e perdurável da influência portuguesa.

As Novas Conquistas, ocupadas durante os séculos XVII e XVIII, correspondem não a um desejo de expansão, mas a uma necessidade de segurança, quando, por um lado, o poderio naval português declinou, e, por outro, o império marata cingiu pelo interior o minúsculo território de Goa. Próximo do rebordo dos Gates, que constitui a sua fronteira natural, o terreno eleva-se, as várzeas são menos extensas, as terras mais pobres; faltando as várzeas faltam também as ricas comunidades de aldeia e os Brâmanes que as administram. Os Maratas (Kxatrias) permaneceram senhores do país *(dessai)*, administrando-o segundo uma sorte de feudalismo; o «código de usos e costumes hindus» reitera-lhes o respeito da religião e da maneira de viver.

Dois mundos físicos e humanos, justapostos mas interpenetrados: há uma expansão cristã, efectuada pelos Sudras, que arrotearam várzeas longe das comunidades de Brâmanes e, melhor alimentados (sem as interdições do Hinduísmo), são trabalhadores que competem vantajosamente com os Hindus. Os Brâmanes hindus, movidos pelo natural desejo de preponderância no funcionalismo e no comércio, são atraídos pelas quatro cidades, todas nas Velhas Conquistas. Em três quartos de século inverteu-se a percentagem de Cristãos (42 p. 100) e de Hindus (58 p. 100) em desfavor dos primeiros, desfalcados pela emigração, de que apenas alguns retornam enriquecidos.

Goa é, no conjunto dos territórios de formação portuguesa, um caso original. Primeira entre as cidades-portos, foi sede do comércio marítimo mais rico e mais prestigioso. O seu alfoz foi, depois do Brasil, o maior centro emissor de plantas cultivadas (manga, coqueiro — o coco foi chamado «noz-da-índia» —, jaqueira, etc.) e, excepto o caju, adaptado à pobreza dos terrenos lateríticos, nada recebeu em troca; a sua agricultura de subsistência sofria vantajoso confronto com a mediterrânea e não carecia de milho, feijão e mandioca. Os Sudras e Corumbins, castas inferiores, asseguravam a mão-de-obra rural e os Pretos foram importados apenas como escravos domésticos. Combinando harmoniosamente elementos de «um duplo tesouro de civilizações» (P. GOUROU), Goa cristã é tudo o que resta dos *fumos da Índia* — a grande miragem da história portuguesa.

4. BRASIL. A CIDADE DE SALVADOR E O RECÔNCAVO DA BAÍA

Estudámos sucessivamente a ocupação de terras inabitadas e o contacto com uma civilização superior e repulsiva. O descobrimento do Brasil determina, a bem dizer, o primeiro encontro em larga escala com a África negra e com a vida indígena da América. Três civilizações tão diferentes, duas estranhas a esta terra nova e imensa, vão-se fundir numa das mais harmoniosas sínteses que o mundo moderno conheceu.

A primeira notícia do Brasil acompanha o seu «achamento»: a admirável *Carta* de PÊRO VAZ DE CAMINHA a D. Manuel, donde ressuma intensa simpatia humana por este mundo novo e por esta gente estranha. Ares lavados, boas águas, grandes arvoredos, que fazem lembrar Entre Douro e Minho; papagaios e araras; pau-brasil, vermelho como brasa, que havia de dar o nome à Terra de Vera Cruz; populações em extremo atrasadas, sem agricultura (nisto se exagerou) nem criação de gado, que se alimentavam dum «inhame» ou raiz (mandioca, a que se dá primeiro um nome africano), mas dóceis, servindo os homens de «pajens» aos marinheiros, imitando os gestos rituais da missa e mostrando inclinação para abraçarem o Cristianismo; mulheres atraentes na sua formosa e limpa nudez, que pouco depois seriam comparadas com vantagem às elegantes de Lisboa; e uma situação privilegiada que fazia do Brasil, no outro lado do Atlântico, «uma pousada» para a navegação da índia, a que sempre ficará ligado.

De início a ocupação do Brasil limita-se ao litoral, é frouxa e inorgânica. Portugueses espalhados pelo mato apanham pau-brasil e algodão silvestre, «felizes por terem quatro índias por mulheres e comerem das coisas da terra» (GABRIEL SOARES DE SOUSA). Foi a cobiça francesa e as alianças perigosas que os intrusos começaram a estabelecer com tribos índias que decidiram a Coroa a intervir, mandando fundar uma cidade à entrada duma chanfradura profundada do litoral (1534). Instituíram-se capitanias, por um sistema análogo ao das doações de bens da Coroa no Sul de Portugal, e os capitães donatários distribuíam aos «colonos» terras de sesmaria, com a obrigação de as cultivarem e aí fazerem casa, sob pena de perdimento. O local da cidade foi cuidadosamente escolhido: numa eminência que domina um porto acessível, provido de um *recôncavo* interior — sítio mediterrâneo que não deixa de ter analogias com Lisboa e o estuário do Tejo e com Goa e os seus rios e canais. O fun-

dador da cidade do Salvador, Francisco Pereira Coutinho, herói da Índia, gastou na empresa todo o lucro que ali alcançara e quando pereceu às mãos dos Tupinambás deixou a família na miséria. Algum tempo depois, nova fundação, em sítio mais fácil de defender, rodeando-se desta vez a cidade de um muro de taipa e colocando-se aí a sede de um governo-geral (1549). Até 1763 foi Salvador a capital do Brasil, que nesse ano se mudou para o Rio de Janeiro, à entrada de outro *recôncavo* (Guanabara) e mais perto das Minas Gerais, que haviam de marcar nova fase de opulência da colónia.

Como os índios se revelassem rebeldes para o trabalho forçado e sempre dispostos a sumir-se na espessura das suas matas familiares, mais do que neles se recrutou entre os Pretos a escravaria. As ideias humanitárias do século XIX levaram sucessivamente à abolição do tráfico (1854), à lei do *ventre livre* (1871) e à abolição da escravatura (1888). Uma forte imigração, atraída pelo desenvolvimento de um país novo e rico de possibilidades, compensou largamente esta fonte de mão-de-obra aos poucos estancada. Três épocas marcam essa corrente gigantesca, em que predominam sucessivamente Alemães, Italianos e Japoneses; mas, «correndo como um rio sereno por baixo destas trombas de água episódicas» (FERNANDO CARNEIRO), a imigração portuguesa (cerca de milhão e meio no último meio século) é ainda um terço da emigração estrangeira — se assim se pode considerar o *Portuga*, que o Brasileiro sempre distinguiu do *Gringo*. Os grandes centros de atracção são porém as metrópoles (Rio, São Paulo) e, dum modo geral, os estados do Sul. A Baía permanece à margem e representa bem o Brasil tradicional, tìpicamente tropical e português, com a sua forte coloração africana. Salvador, como Goa, vai-nos servir de exemplo de como uma cidade organiza uma região, combinando elementos de civilizações de vária procedência.

O desenvolvimento da Baía havia de revelar todas as condições favoráveis da posição de Salvador e o acerto da sua escolha.

O Recôncavo resulta de um abatimento tectónico N-S e, por via dele, desenha no litoral tropical do Brasil um dos mais profundos recessos. Uma série de estuários não colmatados permitem à navegação prolongar-se para o interior das terras. No fundo do compartimento abatido aflora o Cretácico, cujo solo de alteração profunda («massapê»), coberto de mata densa até à ocupação agrícola, conservou até hoje excepcional fertilidade. No prolongamento deste acidente abaixa-se o rebordo da escarpa atlântica (que a admirável intuição dos cronistas designou por *Serra Geral*), permitindo um

acesso fácil ao *sertão*. (Foi ainda a mesma ondulação tectónica que tornou possível a existência do petróleo, matéria de que não terei de ocupar-me). Às vantagens do relevo juntam-se as do clima, com a temperatura amenizada tanto pelo *geral de sueste* como pelo afluxo de ar polar do interior e chuvas regularmente distribuídas no decurso do ano. Uma área *privilegiada*, portanto.

A economia do Recôncavo organizou-se em torno de quatro elementos que estudaremos sucessivamente.

1) Uma cultura de rendimento — a cana-de-açúcar — introduzida há mais de 400 anos da ilha da Madeira, donde vieram os primeiros «mestres de engenho», mas praticada aqui em muito mais larga escala. O «senhor de engenho» é um potentado, que habita a «casa grande», com capela anexa, às vezes uma álea de palmeiras imperiais ou outro sinal exterior de importância. Os «engenhos reais» eram os mais valiosos: situados à beira de água, recebiam da corrente a força motriz (para accionar as rodas que moviam os cilindros de esmagar a cana) e escoavam pela navegação o açúcar para a cidade. Numerosa escravaria ocupava-se na lavoura e no corte da cana e no preparo do açúcar, caldeado na fornalha («uma visão de inferno» segundo ANTONIL) e posto a purgar em formas de barro donde saíam os *pães*. A plantação mantém-se de 5 a 8 anos, às vezes até 12, a que se seguem 2 ou 3 de pousio pastoril, antes de ser refeita. Executadas por mãos de Pretos, as técnicas rurais são portuguesas: lavoura segundo as curvas de nível feita com arado de carrela (introduzido pelos Suevos no Norte de Portugal, juntamente com a cultura do centeio?) e transporte em carros de bois de roda de eixo móvel. Como as madeiras tropicais são pesadas e o massapê um barro espesso e aderente, são precisas várias juntas de bois para puxar uns e outros. Como as melhores terras canavieiras estão a leste, é no lado oposto que se farão as culturas de subsistência.

2) A sua base é a mandioca, largamente usada pelos índios em toda a América tropical. Ela vai servir tanto para a alimentação dos escravos (os senhores de engenho são obrigados a plantar tantas covas por cabeça) como dos Brancos da cidade e até para o preparo do *biscoito* das armadas — melhor que o «trigo do mar», que não raro chegava deteriorado no fundo dos porões. O seu uso generaliza-se a ponto de substituir o pão, e *farinha* passa a designar a mandioca preparada para o consumo. Nesta cultura prevalecem as técnicas

indígenas: lavoura *cabocla,* ao correr do declive do terreno, num *roçado* aberto no mato pelo abate e a queimada; durante cinco anos a mandioca fica na terra, em produção desde o segundo ano, associada ao milho e feijão — típica policultura tropical centrada por um tubérculo; depois abandona-se o terreno, que fica de *capoeira* (renasce a mata, mais cerrada ainda), até nova derruba. Nazaré das Farinhas é o centro desta cultura e daí partem, com as brancas velas enfunadas pela brisa da tarde, os *saveiros* que levam os cabazes e sacos aos mercados populares de Salvador.

Se a cultura da roça é indígena, o património agrário do quintal enriquece-se com as árvores que as navegações ibéricas tornaram pantropicais: ao lado da papaia brasileira, a manga, a jaca e a ata vindas da índia, a fruta-pão da Oceania, a banana da África ou do Oriente, o coco ou noz-da-índia, a palmeira dendém, árvore providencial da Guiné, donde se extrai o azeite da polpa do coquino, o vinho ou seiva fermentada, o palmito ou rebento, comido em salada. O coco e o azeite dendém, misturados com especiarias que espalham nos mercados populares do Brasil odores comuns aos bazares da índia e do mundo muçulmano, são os ingredientes principais da típica cozinha baiana.

3) Como se sabe, os animais domésticos eram totalmente desconhecidos dos índios do Brasil e nenhum mamífero existia na América do Sul que pudesse ser utilizado na lavoura ou no transporte, excepto o lama dos planaltos andinos e só para pequenas cargas. Mas as fazendas de cana careciam de animais para a lavoura e o carreto e de pastos distantes, deixando a monocultura apenas alguns trechos em pousio, insuficientes para a sua criação. Os primeiros bois foram para a Baía das ilhas de Cabo Verde e adaptaram-se admiràvelmente à secura da *caatinga.* O Sertão semiárido, mal coberto de arbustos espinhosos, onde a cultura é aleatória, vai ser o domínio da «vaqueirice» e marcar, na sua evolução rural, uma autêntica «época do couro» (CAPISTRANO DE ABREU). Com o boi vem o cavalo, e é de cima dele que se vigia a boiada. Os índios e Caboclos (mestiços de índio), revestidos de couro como as suas montadas, vão-se ligar a este modo de vida, que favorecia o seu amor atávico à liberdade e à deambulação. Feira de Santana, fundada no começo do século XIX, não é mais do que um enorme mercado de gado, onde se articula a economia do Recôncavo e do Sertão e donde

arranca a *estrada real* que as boiadas seguem para os açougues de Salvador.

4) No começo do século XVII, o uso do tabaco ou erva-santa, primeiro para cheirar e depois para fumar, vai espalhar-se na Europa e em África e faz a fortuna desta planta, cultivada pelos índios de várias regiões americanas. Em breve o *fumo de corda*, entrançado de folhas de tabaco, se usará em África como moeda no «resgate» de escravos.

Entre o sector da cana e o da mandioca, na parte central do Recôncavo, a mais afastada do mar e mais próxima do sertão pastoril, em solos arenosos, leves, frágeis e de pouca fertilidade natural, desenvolveu-se a cultura do tabaco, em campinhos ou *malhadas*, onde se junta o gado durante duas ou três semanas, para os estrumar abundantemente. O fumo cultiva-se em alternância com plantas alimentares (milho, feijão, mandioca), às vezes associado a elas. Ao sol das paredes e ao abrigo das varandas das casas, secam-se as folhas, que toda a família prepara em cordas para venda. Hoje, pequenas fábricas de fumo manipulam, em todas as cidades e vilas desta área, os afamados charutos baianos. Esta agricultura tropical, sem rega e sem pousio, graças ao emprego regular do estrume, conservadora e enriquecedora de um solo em si inferior, sustenta a maior densidade rural do Brasil (cerca de 100 habitantes por km²) e surpreendeu, pela perfeição das suas técnicas, um especialista de Geografia agrária (L. WAIBEL). No próprio nome dos sítios onde se cultiva o fumo — *malhadas*, no mesmo sentido que os pastores portugueses empregam para os lugares onde *amalhoam* ou juntam o gado — se revela uma forte influência europeia.

Três povos, três civilizações, entraram assim em contacto no Brasil. O contributo português, se não foi o mais numeroso, foi o mais importante. Na lavoura da cana, na criação do gado, no emprego do estrume, está a marca da agricultura minuciosa do Noroeste (a Baía era «uma colónia do Minho, no fim do século XVIII»). Mas em todos os aspectos da vida brasileira, na língua, na tradição, nos sentimentos, a influência portuguesa, incessantemente renovada pelo afluxo de imigrantes, permanece preponderante.

Computou-se num milhão o número de escravos que a Baía recebeu em três séculos; são os seus descendentes mestiçados que fazem de Salvador uma cidade africana, afim de Luanda, antes da

profunda e tantas vezes desacertada renovação material e social desta cidade. Mas a influência africana ganhou todo o Brasil, na técnica comum da construção da casa rural (às vezes da casa das cidades!), com o esqueleto de madeira revestido de barro atirado contra ele *(casa de sopapo)*, na agricultura de quintal ou chácara, no sincretismo religioso que mistura os santos católicos com as divindades animistas ao ritmo alucinante de danças rituais africanas, «em tudo o que é expressão sincera da vida» (GILBERTO FREYRE) e se recebeu com o leite da *mãe-preta*, do muleque com quem se brincou em menino, da mulata que despertou e satisfez o primeiro desejo de homem. Fundindo-se lentamente na população, os descendentes de escravos trazem, como toda a gente de cor, para o seio da sociedade onde se integram, o seu desejo e a sua capacidade de ascensão social.

Do índio recebeu o Brasileiro o uso geral da farinha, da rede de dormir, uma experiência profunda do sertão que ele ajudou a desvendar. Tocado no sangue e nos usos pela influência portuguesa, o *Caboclo*, às vezes nas feições um índio puro, menos numeroso que o Mulato, constitui, no mundo dos mestiços, um elemento que se dilui, e, por isso, mais se apreciou. Não faltariam exemplos tradicionais de uma estratificação social baseada na cor, no cimo o Branco, com todos os privilégios, sucessivamente o Caboclo, o Mulato e, no degrau ínfimo, o Negro boçal e máquina de trabalho. Não há fumo sem fogo, mas o fogo da discriminação racial apagou-se há muito e o próprio fumo se esvai. O Brasil, aliás, com o afluxo de imigração em lugar do tráfico de escravos, é um país que «embranquece»:

	1915	1950
Brancos	51 p. 100	62 p. 100
Pretos	14 p. 100	11 p. 100
Mestiços	33 p. 100	26 p. 100
Índios	2 p. 100	1 p. 100

Com mais de metade da sua população contada nesta raça de limites imprecisos, o Brasil é, no mundo tropical, a única nação branca, o Rio — ainda a sua capital *natural* — a maior cidade branca dos trópicos. Porém, Branco não significa aqui privilégio étnico, antes marca de origem. Neste sentido o Brasil, exemplo da coexistência pacífica de raças, do seu entendimento já antigo e da sua lenta fusão, é uma vitória da nossa civilização e o mais nobre legado de Portugal ao mundo de hoje. Vitória conseguida pela

integração de elementos estranhos, aceites e não desprezados, por um amplo convívio humano em vez de separação em grupos cerrados no seu orgulho, timidez ou ressentimento, pela ausência de tensões raciais numa sociedade essencialmente plástica, em cujos estratos a capacidade, a audácia, a sorte, e não a cor, levantam ou abaixam os homens. Para uma comunidade de gente diversa (como a que Portugal forma com o Ultramar) uma grande lição a meditar, que eu desejava estivesse bem presente no espírito dos alunos quando passarmos à matéria da aula seguinte.

5. A MESTIÇAGEM. PROBLEMAS AFRICANOS

O material reunido ao acaso de leituras permite, mesmo assim, concluir que o processo da mestiçagem, amplamente praticado no auge da expansão portuguesa, corresponde tanto a uma atitude espontânea dos homens brancos como a um propósito dos dirigentes, que, neste sentido, viram largo e seguiram resolutamente o único caminho possível.

As primeiras notícias do contacto com a humanidade negra ascendem ao século XV: a comovente cena do primeiro apartamento de escravos, realizado em Lagos sob o olhar impassível do Infante (1444), descrita numa página incomparável de ZURARA, que, compadecido com a dureza do seu destino, mostra como muitos deles são tomados por viúvas que lhes ganham afeição e, no tratamento, os confundem com os próprios filhos. Pretos aceites e educados na corte de D. João II, remanescentes de várias embaixadas trazidas ao Reino, como a de um príncipe jalofo, acolhido com todas as honras e que depois recebeu o baptismo, com vinte e quatro companheiros; projectos de casamento de infantes de Portugal com princesas etíopes, num desejo de estreitar os laços de amizade e aliança com o Preste João; não é de estranhar por isso que, nos últimos anos do século, numa embaixada ao Négus fosse já «um mulato de Coimbra». Pelo caminho da assimilação, que tinha como símbolo a conversão religiosa, integrava-se esta gente estranha na sociedade cristã, quer com a ideia de constituir com os homens uma *élite* local, quer trazendo ao Reino moças mestiças, onde fariam um casamento «honesto», isto é, decente. O rei do Congo, estado criado pelos Portugueses a partir dum régulo com quem se aliaram, tratava-se por primo com o rei

de Portugal: em 1520 foi sagrado bispo de São Salvador um filho deste rei, certamente o primeiro bispo preto da igreja católica.

A carta de capitania da ilha de São Tomé (1493) determina que «se desse a cada morador uma escrava para a ter e dela se servir, havendo o principal respeito a se a dita ilha povoar». As intenções não podem ser mais claras. Por isso DIOGO DE GOUVEIA, humanista de espírito europeu, recomendava a D. João III que desse as terras do Brasil aos seus vassalos (1532), porque se o tivesse feito haveria já «quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros muitos da terra casados com os nossos». Destes mesmos propósitos se havia inspirado ALBUQUERQUE, por indicação do rei, convicção e consenso geral, embora olhado com desdém por alguns fidalgos de mais prosápia do que compreensão: «parece coisa de Deus desejarem os Portugueses tanto de casar e viverem em Goa» (1512).

Os olhos ávidos dos *descobridores* pousavam com interesse nos corpos bem feitos das mulheres de todas as raças. O roteiro da viagem de Vasco da Gama, a *Carta* de CAMINHA, porventura o mais expressivo documento destes encontros, e tantos outros, mostram como a simpatia e a atracção sobrelevam a estranheza: Pretinhas «que nesta terra parecem bem»; índias do Brasil «bem moças e bem gentis», Abissínias «de corpo galante», a que a admirável nudez tradicional das populações tropicais só aumentava o encanto. A este sentimento geral deu CAMÕES a mais alta expressão literária, nas endechas «a uma cativa com que andava de amores na índia». Por toda a parte os homens sós tomavam mulheres da terra; outras vezes, ao lado da esposa branca, as amantes de cor disputavam-lhes o coração e os sentidos.

Facto de grande relevo é a aceitação dos filhos destas uniões de acaso, que nunca constituíram um elemento marginal e desprezado da sociedade, a despeito de certa reserva que algumas vezes também se surpreende. Um bastardo de fidalgo, tido em pouca conta «por ser pardo nas cores», logo foi havido por cavaleiro a primeira vez que se bateu com bravura, no cerco de Socotorá (1507, segundo JOÃO DE BARROS). Desde 1546 que o concelho da Ribeira Grande, capital das ilhas de Cabo Verde, faz ver as vantagens da participação dos homens «pardos» na administração municipal. Na Sé da mesma cidade havia cónegos «tão negros como azeviche» desde os meados do século XVII: o padre ANTÓNIO VIEIRA, ele próprio descendente de mulata, nota a sua piedade e compostura, que faria inveja aos de muitas sés do Reino. Em Angola, no princípio da ocupação regular,

«todos... se acomodaram com mulatas, filhas de homens de bem... havidas de suas escravas e outras em negras forras; e ainda hoje há descendência muito honrada e nobre» (CADORNEGA, 1681), resultante dessas uniões. Tal como em Cabo Verde, onde Branco e Preto designam antes situação social do que cor, a própria noção de raça se confunde com a de assimilação: «nos sertões de Angola apelidam Brancos aqueles Negros cujo trato e distinção os põe ao alcance de andar calçados» (E. A. DA SILVA CORREIA, 1782). No princípio do século XIX era *xáxá* ou «governador dos Brancos» da fortaleza de São João Baptista de Ajudá um Preto baiano; pouco depois, o «governador mulato» (Honório Barreto) defendia, com o seu prestígio e à custa da sua fazenda, o direito de Portugal à posse da Guiné, contra as pretensões francesas e inglesas: exemplo de lealdade e patriotismo num homem de cor, que só é pena ser único entre os que ocuparam as mais altas posições da administração ultramarina.

Enquanto outros povos não viam mais, no mundo tropical, do que territórios a «partilhar», áreas a desenvolver, fontes de matérias-primas ou futuros mercados, Portugal soubera olhar com interesse para a sua humanidade, abatendo barreiras de raça e criando, com os seus mestiços, um elo de ligação entre elas. Por isso, em relação a preconceitos correntes no fim do século XIX, se dizia que a nossa presença em África era «a vergonha da Europa». Como mudaram hoje os valores...

No entanto, este continente permanecia, para o povo que primeiro o ocupara, em grande parte impenetrado. Num vasto império marítimo, Moçambique, na sua ilha minúscula à ilharga da terra firme, como um navio ancorado, era uma escala na rota da Índia, de que o futuro território da província até tarde dependeu. O nome «Guiné de Cabo Verde» exprime bem a subordinação do território africano ao seu arquipélago próximo. Uma corrente de comércio se estabelece entre o Brasil e Angola, fornecedora de escravos e importadora de fumo de corda e jeribita (aguardente de cana): por isso a «restauração» do território africano se fará por iniciativa de gente vinda do Brasil. No vasto império marítimo, Atlântico e Índico formam dois conjuntos solidários. E quando Portugal acorda para as viagens de «Angola à contracosta», encontra a tolherem-lhe decididamente o passo rivais poderosos, que a revolução industrial tornava os novos senhores do mundo.

Várias causas se têm apontado para este *atraso* da ocupação europeia em África. Entre as de ordem física, as formas maciças e pesadas do continente, quando a América do Sul não é mais franjada; as suas escarpas litorais, onde nada se compara à gigantesca barreira dos Andes, que não impediu os Espanhóis de ocuparem o coração do império dos Incas; os seus rios cortados de cataratas a pouca distância da foz, quando o Amazonas e o São Francisco foram primeiro descidos do que subidos. O Zambeze constitui o principal caminho das expedições que procuravam alcançar o ouro do Monomotapa, e o Zaire, separado da costa pela escarpa do planalto (que não é mais inacessível do que a Serra do Mar, atrás da qual se abriu a maior «boca de sertão» donde partiram as *bandeiras* paulistas), possui uma grande bacia navegável.

A explicação tem de procurar-se por outros caminhos. 45 p. 100 das plantas alimentares utilizadas hoje na África negra são importadas, a maior parte delas da América: o milho, a mandioca, se não suplantaram totalmente os cereais miúdos, avantajaram-se a eles em rendimento. A África, embora não desprovida de recursos, era, dos três blocos tropicais, incontestàvelmente o mais pobre, o que mais recebeu (do Oriente, do Mediterrâneo e da América) e o que menos tinha para dar em troca. As endemias tropicais revestem em África aspectos especialmente graves, que só os recentes recursos da medicina permitiram debelar: febres biliosas e perniciosas de decurso fatal, em contraste com formas mais benignas de malária na América, tripanossomíase, que ataca a gente e os gados. Fulas pastores e cavaleiros, instalados no interior da Guiné portuguesa, viram em pouco tempo dizimados os seus rebanhos e montadas, dedicando-se, depois da sua perda, a cultivar e vender cabaças para recipientes. Entretanto a *vaqueirice* instalava-se no sertão americano como um modo de vida novo mas perfeitamente ajustado ao ambiente, dominando a criação de gado grande parte da sua economia. À frequência das doenças se deve a má reputação do clima africano, os preconceitos contra os perigos do sol e do cacimbo e a mentalidade *de pouca permanência* que caracteriza, até aos nossos dias, a ocupação branca.

A África, mais do que a América (com excepção dos impérios inca e asteca) possuía organizações políticas, evanescentes é certo, mas por momento poderosas, cujos nomes prestigiosos a vaga de nacionalismo negro procura restaurar: Gana, Mali... Ora o Islam, muito mais do que a Europa, soube ver o mundo negro com compreensão e com interesse: organizando o comércio de escravos mas

difundindo elementos de civilização superior, como o alfabeto e uma religião que não se opõe à poligamia, base da economia e da organização familiar da maioria da África negra. O Sáhara, que só um povo de nómadas e caravaneiros saberia organizar, permitia um contacto mais amplo com ela do que as poucas e distantes feitorias portuguesas do litoral. Na costa oriental, a ocupação portuguesa defronta-se com o seu inimigo tradicional. Na costa ocidental, só depois da barreira da floresta se encontrou uma semelhança de organização na qual se pudesse fazer cristandade e aliança: o reino do Congo, em grande parte uma criação de base frágil.

O «resgate» vai dominar as relações económicas da África com o resto do mundo português: ouro, marfim e principalmente «o marfim negro e as minas de Angola» — os escravos. A escravatura existia como instituição nas sociedades africanas e os Mouros haviam organizado o seu comércio e sabido tirar dele todo o proveito. Em consequência das expedições chinesas, os escravos pretos eram numerosos em Cantão, onde não faltaria mão-de-obra local. Por um paradoxo do destino, a América, de património agrário mais rico do que a África, tinha escassa população — escassa e fugidia, porque conhecedora das suas matas impenetráveis. Ao insistente apelo das plantações americanas, nas Antilhas ou no Brasil, e depois das suas minas, o tráfico amplia-se e toma proporções até aí insuspeitadas. Do Mississipi ao Rio da Prata, sob o impulso da colonização europeia, a África transfere-se para o outro lado do Atlântico. A Guiné, a Mina, Angola, o Congo, Moçambique, com um sertão que permanece na maior parte por devassar e organizar, são essencialmente constituídas por feitorias litorais onde se «resgatam» escravos como mercadoria mais valiosa. Entretanto, o milho, o feijão, o amendoim, a mandioca, a papaia, a manga, a jaca, a fruta-pão, enriqueciam as lavras e os quintais e facilitavam o incremento da população, que depois iria cultivar os mesmos produtos na terra alheia...

Para compreender a evolução humana dos territórios portugueses de África é necessário colocá-los à luz dos problemas não só desse continente como do conturbado mundo dos nossos dias.

Acima de civilizações e de fronteiras, de modos e de conceitos de vida, a maior porção da humanidade reparte-se, além das *terras em equilíbrio*, por dois tipos extremos:

1) *Terras de emissão de gente:* os formigueiros rurais da Ásia das monções (índia, China, Japão), que alimentam hoje uma

das mais fortes correntes migratórias para a América, a Oceania e a África oriental; as terras pobres do mundo mediterrâneo — pobres e exíguas, incapazes de se adaptarem às condições da agricultura moderna por causa do relevo — donde saem, em vagas sucessivas, Portugueses, Espanhóis, Italianos, Gregos, Sírios, Magrebinos...; os países onde a evolução industrial e agrária (concentração, mecanização) liberta mão-de-obra: a emigração inglesa foi neste sentido a mais típica e, mais ou menos, toda a Europa média pertence aqui.

2) *Terras atractivas*, pelos seus elevados padrões de vida e necessidades de mão-de-obra (Estados Unidos, Canadá), pelos surtos da sua indústria (Venezuela: petróleo) ou da sua agricultura comercial (outros estados da América do Sul), que bruscamente exercem sobre o mercado de trabalho um aliciante e insistente apelo.

Uma visão serena e objectiva, que se eleve acima do puro desejo de dominar ou de sacudir o jugo, mostra que a África negra, ou a África ao sul do Sáhara, como hoje é costume chamar-lhe, se poderia em grande parte aproximar deste tipo.

Uma cidade como Lourenço Marques, onde se contam Indianos de todas as crenças — Goeses cristãos (funcionários e empregados), Hindus, Mouros e Cojás ou Ismaelitas (no geral comerciantes) —, Chineses que negoceiam em formosos produtos orientais e abastecem de verduras o mercado, Gregos, etc., é bem uma imagem deste encontro da África com a Ásia, anterior, nesta costa, como se viu, ao encontro com a Europa. Mas estes grupos diferentes, que o cadinho brasileiro fundiria num tipo comum, mantêm-se não só separados entre si como sobrepostos à população negra, em geral presa à terra ou exercendo nas cidades os misteres mais humildes.

Os Pretos (intencionalmente emprego a designação tradicional, que deve soar como um termo descritivo — como Brancos — sem o menor ressaibo pejorativo) e não Africanos, porque os há hoje de todas as raças, formam, em toda a África ao sul do Sáhara, a grande massa da população e a sua maior reserva. Ao olhá-los como gente de outra raça, deve-se ver neles apenas uma raça diferente, e não uma raça inferior — porque a cor branca, só por si, não confere qualquer privilégio. É preciso contar com eles, com o seu desejo e capacidade de ascensão social pela inteligência, com o seu direito à terra que lhes pertenceu (GOUROU mostrou como os Kikuyu se lançaram num movimento feroz e clandestino depois da espoliação das áreas onde podiam fazer as lavras, como homens desesperados que

nada mais têm a perder), com a espontaneidade que representam, no domínio das convenções sociais, a sua simplicidade, a sua doçura («coração» é a palavra mais usada nos seus discursos), a sua alegria: aquele ritmo contagiante do batuque, que há vinte e cinco anos despertava por toda a parte o silêncio da noite africana e hoje cada vez se ouve menos...

«Destribalizados» por força de imperativos económicos tanta vez estranhos ao seu mundo familiar — a concentração urbana, o trabalho nas plantações e nas minas —, carecem, mais do que tudo, de educação e amparo. Libertos de sobas cruéis, que exerciam um poder discricionário e caprichoso, e do mundo de feitiçaria que os tolhia, foram arrancados também à solidariedade do seu povo e da sua aldeia, da família e da classe de idade, sem nada encontrar em troca onde firmar o seu *status* social. Os *indígenas* têm sido olhados mais vezes como um elemento fundamental da economia do Ultramar do que como seres humanos que é preciso persuadir em vez de compelir ao trabalho; criando novas necessidades pela elevação social, o trabalho virá como a única forma de as satisfazer.

Mas em África estão também os Brancos, e os Portugueses há quase meio milénio, é certo que numa colonização principalmente de cidades e de comércio. Um país como Portugal é hoje solidário com o destino dos seus territórios africanos, não para explorar o Preto, mas para colocar parte dos seus camponeses pobres — aquele milhão de pessoas que sobra ao nosso campo e que é preciso repartir entre a emigração e novos horizontes de trabalho na indústria e nas cidades. Terra quanta precisem, e nem só assistência técnica, mas também educação e amparo, porque também eles de certo modo são «destribalizados», também eles desejam e merecem elevar-se socialmente e não constituir uma «casta» rural, também eles são olhados como boçais e ignorantes, quando a ignorância está em quem os enquadra pretensiosamente sem nada ter compreendido do seu mundo, nem nada ter feito para lhes minorar as dificuldades de adaptação. Uma colonização de subsistência pouco resolve e o problema dos colonatos oficiais afigura-se, antes de tudo, um problema de organização, pela escolha de produtos de rendimento e pela certeza da sua colocação. A colonização dirigida é uma obra cara e, se não consegue elevar substancialmente o nível de vida dos camponeses em relação àquele donde vieram, nada a justifica.

Um último problema a aflorar — e esse no puro domínio das relações humanas. A mestiçagem, traço característico da colonização

portuguesa e que, no Brasil, tanto fez para um verdadeiro encontro e compreensão das raças, não é hoje mais que uma sobrevivência. Pelo contrário, para quem teve a fortuna de conhecer a África há um quarto de século, as tensões raciais parecem ter sofrido uma espécie de endurecimento. Sente-se em muitas coisas a influência perniciosa da União da África do Sul — o país que até hoje, com os Estados Unidos, pior resolveu o problema das relações raciais — e, para quem foi capaz de construir o Brasil, o exemplo dos caminhos a evitar.

A África precisa de técnicos, é corrente dizer-se e está certo: mas precisa também de cultores desinteressados de Ciências da *compreensão humana* e só com a ajuda deles se poderá construir o mundo com que sonhamos: uma terra ampla onde todas as raças vivam em paz, na dignidade e no respeito mútuo, baseados na tolerância e na equidade[1].

6. REFLEXOS EM PORTUGAL. CONCLUSÕES

A este quadro da geografia da expansão portuguesa faltou um elemento importante, que ainda não tive a fortuna de poder estudar: Macau, cidade e território minúsculo, onde a civilização portuguesa entrou em contacto com a chinesa e, uma vez mais, dois povos se mestiçaram.

Esta expansão marca o início da civilização moderna e representa, para o pequeno povo que a iniciou, um enorme esforço.

Os meios técnicos que empregou foram rudimentares, como era geral no Ocidente antes da revolução industrial que se produziu entre 1779 e 1825. Os Portugueses serão ultrapassados pelos Holandeses, Ingleses e Franceses, porque estes possuíam frotas mais poderosas e, vindos mais tarde, puderam em larga parte beneficiar de novas técnicas de domínio da natureza e de organização do espaço.

Mas, ao contrário destes países, que haviam sabido acumular riquezas, os meios financeiros de Portugal eram também rudimentares e a penúria tradicional da Coroa teve de socorrer-se de banqueiros alemães e flamengos e de mercadores italianos, flamengos

[1] Estas lições foram proferidas no Verão de 1960 e redigidas segundo as notas então utilizadas. Os acontecimentos posteriores de Angola em nada podiam portanto influir no pensamento do autor; hoje mesmo, não o alterariam no conjunto.

e judeus — homens de negócio que se expunham pouco e tiravam os lucros mais avultados.

Mais surpreendente ainda é a escassez de meios humanos — 1 200 000 a 1 500 000 habitantes num país em grande parte coberto de brenhas. O açúcar foi cultivado no Algarve e no Campo do Mondego, como o podia ser nos fundos aluviais do Ribatejo; a vinha do Douro é posterior de mais de dois séculos à da Madeira, e até ela apenas em Portugal tinham fama os vinhos do Sul; o trigo que se foi cultivar nos Açores e na Madeira só se generalizou no Alentejo no fim do século XIX: tudo terras que se podiam ter rompido em vez de criar fora, em clima diferente e num solo desfavorável, novas culturas.

A maioria das vilas e cidades portuguesas conserva no geral vestígios, nas suas igrejas, castelos e palácios, de duas épocas de prosperidade — pausas fugazes no sangradouro de vidas e de dinheiro por que se saldou a expansão: o manuelino e o barroco, um alimentado pelo comércio da especiaria do Oriente, o outro pelo ouro do Brasil. Amplo, profundo, duradouro, foi um efeito de retorno, que modificou completamente a vida rural da área mais densamente povoada do País: «a revolução do milho».

Segundo investigações recentes, há dois focos de difusão do milho *(Zea mays)*, cultivado largamente na América tropical e subtropical à chegada dos Europeus. Na América Central e nas Antilhas cultivava-se uma variedade de grão duro, que os Espanhóis introduziram na Península e daí se espalhou pelo Mediterrâneo, África do Norte e Próximo Oriente. O milho de grão mole era cultivado no Brasil, donde passou às ilhas de Cabo Verde e à África tropical. A origem africana defendida por certos autores (JEFFREYS) baseia-se em argumentos inconsistentes e assenta na confusão com outra planta vulgar na Guiné — o *milho zaburro*, ou sorgo *(Andropogon sorghum)* — donde alguns autores portugueses antigos pretendem que foi trazido.

Introduzido no Campo de Coimbra entre 1515 e 1525, parece que do vale do Guadalquivir, é pouco depois descrito minuciosamente, como planta nova, nos arredores de Lamego. Em 1533 suplantava nos mercados cereais tradicionais (milho miúdo, cevada, centeio) e apenas o trigo se vende por preço superior. No meado do século XXVII era «o mais comum mantimento da gente de Entre Douro e Minho e Beira» (SEVERIM DE FARIA). De então para cá, elevando-se na montanha, internando-se pelas depressões interiores, ocupando o

chão areento da beira-mar e as charnecas do Sul à proporção que se iam arroteando, a sua difusão continuou até alcançar o máximo no terceiro quartel do século XIX:

	1870	1957
Área semeada de milho	49 p. 100	38 p. 100
Área semeada de centeio	25 p. 100	14 p. 100
Área semeada de trigo	26 p. 100	48 p. 100

A generalização do trigo como cereal de pão é facto próprio das cidades e, em parte do nosso campo, posterior à última guerra: mas a maior massa rural (Minho, Beira Litoral e Beira Alta) permanece fiel à *broa* ou pão de milho.

Sendo a sua cultura mais rotineira que a do trigo, o seu rendimento é muito mais elevado:

	Rendimento por hectare (kg)		Rendimento por semente		
	Médio	Máximo	Médio	Máximo	Mínimo
Milho	784	1500-2000	22	30-40	10-12
Trigo	747	1300-1500	7	15-20	4-5
Centeio	612	1400-1500	6	10-12	3-4

Se o rendimento por hectare não parece muito superior ao do trigo, é-o na realidade, por duas razões. Por um lado, o milho constitui o centro de uma policultura regada, associada ao feijoeiro (como na América antes do descobrimento), à couve galega, à abóbora, e alterna com o lameiro ou pastagem, e assim, o mesmo terreno dá vários cortes de feno de Inverno e combina o campo com a horta no Verão; se o campo é semeado de centeio (usado para dar coesão à farinha de milho), leva em seguida uma cultura de *milho de estivada*, variedade de mais rápido desenvolvimento; dividido em retalhos minúsculos, rodeiam-no sebes de árvores de fruto e outras, onde se enrola a vinha de enforcado; enriquecido pela rega e pelo estrume do gado grosso, este sistema de cultura sustenta as mais elevadas densidades rurais do País (mais de 300 habitantes por km²). Por outro lado, até há pouco, o centeio e o trigo eram cultivados em afolhamento, alternando, no Norte, um ano de cultura com outro de pousio e, no Sul, com dois, às vezes seis ou sete; estas folhas devolutas, assim como os restolhos, constituem o pasto dos gados, bem ressequido e magro durante o longo Verão. Assim, apenas metade

da área em exploração, um terço, ou ainda muito menos, era efectivamente cultivada cada ano, ao passo que o campo-prado-horta do Noroeste produz contìnuamente, às vezes mais de uma colheita, sempre alguns cortes de feno no Inverno.

As consequências desta transformação na vida rural — a mais profunda desde a época romana — repercutiram-se, por seu turno, na própria expansão. O milho, cereal regado, escapou às grandes flutuações da produção nos cereais de sequeiro, a sua policultura constitui um sistema agrário incomparàvelmente mais rico, capaz de alimentar muito mais população. O campo, onde há mais que comer, satura-se de gente, escoa o seu excedente para longe. A partir da segunda metade do século XVI predominam os emigrantes do Noroeste, do Minho e da Beira atlântica, na maior força saídos pela barra do Douro. A sua influência será decisiva no arranjo do campo (Madeira, Açores), nas técnicas agrárias (Recôncavo da Baía), na fisionomia e na ambiência das cidades, no geral mais próximas do Porto do que de Lisboa, das aglomerações do Norte do que das do Sul.

A uma primeira fase de colonização do Brasil, feita com elementos oriundos de todo o País, segue-se outra com predomínio de gente do Norte. Assim, no século XVIII, a Baía era «uma colónia do Minho», entre as famílias principais contavam-se 61 que tinham os seus troncos no Norte e apenas 26 do Sul; em Vila Rica (Ouro Preto), capital de Minas Gerais, 23 contra 3.

Mas a própria expansão, acumulando gente em lugares desfavoráveis, criou outros focos de irradiação, na Madeira, nos Açores, nas ilhas de Cabo Verde, no sertão do Brasil tropical, flagelado pelas secas, donde os «retirantes», numa fuga à fome e à miséria, tanto ganham a imensidade da Amazónia como São Paulo, a cidade promissora e atractiva no seu espantoso desenvolvimento.

A emigração portuguesa é consequência inevitável da saturação do campo, do aumento da população rural numa terra pobre e arroteada em encostas íngremes, areias estéreis e charnecas de solo delgado e apenas produtivo à custa de longos pousios ou de uma adubação que os seus rendimentos não compensam.

Em 120 anos (1841-1960) a população do Continente passou de 3 400 000 para 8 500 000 habitantes, a densidade subiu de 38 para 96 por km². O excedente de nascimentos sobre óbitos (12,3 p. 100) coloca Portugal entre as nações produtoras de gente, acima da Espanha (10,8) e da Itália (8,3), também países de forte emigração, e, naturalmente, muito acima de países como a

França (6,4) e a Inglaterra (5), onde a elevação do nível de vida se acompanhou de uma moderação de natalidade. Em meio século (1890-1940) saíram de Portugal 1 200 000 emigrantes, 92 p. 100 originários do Norte, 83 p. 100 destinados ao Brasil. Trabalhador ordeiro, sóbrio e resistente, nos ofícios mais humildes da cidade, no pequeno comérco, às vezes elevado à prosperidade por um golpe de fortuna tão típico dos países novos, num mundo ávido de lucro, impõe-se ainda mais pela seriedade do que pela astúcia. Com um cento de milhares de Portugueses, o Rio é a terceira cidade *portuguesa* do mundo.

Nos últimos anos esta corrente ganhou Angola, o mais atractivo dos territórios ultramarinos. A diferença entre o número de passageiros com destino e em proveniência desta província dá ideia da ordem de grandeza na fixação: 1400 pessoas em 1944, 10 000 em 1957, das quais ainda 70 p. 100 originárias do Norte do País.

Repartindo o número de emigrantes pelas profissões de origem, temos que 60 p. 100 pertencem ao sector primário, 24 p. 100 ao secundário, 16 p. 100 ao terciário. A emigração é ainda um fenómeno que afecta principalmente o mundo rural, que reflecte a pobreza e aperto da terra, a falta de horizontes de trabalho no campo saturado de gente. Ora o camponês é o menos «qualificado» entre os emigrantes ou os que procuram trabalho nas cidades e na indústria, o mais inapto a mudar de profissão, o mais desfavorecido portanto. Daí a importância dos «colonatos», como forma de absorver o excesso de gente rural do País: das leiras minúsculas e saturadas do Norte, dos largos campos do Alentejo e do Ribatejo, favoráveis à mecanização que, na cultura do trigo, reduz a um décimo a mão-de-obra tradicionalmente empregada. Uma tentativa como a de Cela, acerca da qual tenho notícias contraditórias e nada desejo dizer sem ver com os próprios olhos, é experiência de grande alcance e significação. Angola — catorze vezes e meia a área de Portugal, metade da sua população — é imagem presente no espírito de muitos. A ciência possui hoje maneira de prever os êxitos e fracassos de empreendimentos que se não podem fazer por palpite, à mercê de caprichos da fortuna. Imagem... não miragem, como outras de que é rica uma história que nos empobreceu!

Ao mito da riqueza do mundo tropical sucedeu a noção clara e exacta da fragilidade dos seus solos, dos males que afligem os seus gados, da vigilância sanitária de que carece a sua população. Segundo a conhecida teoria de um dos mais eminentes tropicalistas (GOUROU), este ambiente não foi favorável às civilizações superiores.

Aquelas que, na Ásia das monções, se elevaram às mais complexas técnicas de domínio da natureza e da organização do espaço, formaram-se noutros lugares e propagaram-se para o sul. A cultura itinerante, precedida da derrubada e da queimada, utilizando a cinza como adubo à força da depredação de matéria orgânica, só possível intercalada com largos pousios florestais (sistema praticado mais ou menos por toda a parte nos trópicos húmidos), não sustenta grandes densidades de população e parece incompatível com formas de vida superiores. Uma única excepção — a civilização maia no Yucatan — declinou por esgotamento dos solos, em consequência do encurtamento dos pousios, e pela enorme distância a que ficavam as *milpas* ou campos em relação às aglomerações, à medida que estas aumentavam. O sistema, quando não impedia o progresso, tinha neste a causa da própria ruína. O exemplo do *fumo* na Baía, onde se pratica uma agricultura sem pousio e sem rega em solos frágeis mas enriquecidos pelo estrume, o exemplo de Goa, onde a monção e a rega permitem utilizar as várzeas em duas colheitas, mostram como, mesmo com técnicas tradicionais, o mundo tropical se pode transformar e, se não é o *Eldorado* com que se sonhou, constitui, pela sua vastidão e escassa população, uma das grandes reservas do globo, capaz de receber, como o tem feito a América, parte da gente que vive apertada nos velhos ambientes rurais.

O despertar da «consciência africana», a formação de países novos nos limites de antigas colónias, teriam as mais tristes consequências se cerrassem a África ao homem branco. Uma vez mais a compreensão humana é necessária, passando por cima das culpas de todos, dos justos ressentimentos que são o reverso da medalha do desprezo e da humilhação com que tanta vez se continua a tratar a gente de cor.

Os Portugueses, talvez por serem os primeiros a entrar em contacto com ela, revelaram mais aptidão para abater as barreiras de raça, mais capacidade de assimilar, mais gosto de se mestiçarem, de aceitarem muitas das maneiras de viver locais, enriquecendo com estes contactos o património da sua própria civilização. Esse processo, de que o Brasil testemunha os felizes resultados, está hoje comprometido. Uma colonização só de homens não resolve o problema da pletora rural, deixando no campo os seus elementos menos produtivos; uma colonização de famílias traz inevitàvelmente o fim da mestiçagem, às vezes um endurecimento das relações raciais — um desvio da nossa mais pura e mais *humana* tradição ultramarina.

A expansão portuguesa constitui um facto do maior relevo na história e na geografia do mundo. Obscura nas origens e nos motivos, desenvolveu-se como um fim em si, que não recuou diante de obstáculos e os venceu com meios técnicos e financeiros rudimentares. Nesse sentido, ela está hoje ultrapassada, mas abriu o caminho da expansão europeia, reuniu os três blocos do mundo tropical até aí isolados, ligou pela navegação os oceanos separados, aproximando terras e homens; «fazendo reinar a paz étnica onde flutua a sua bandeira» (SIEGFRIED), trouxe um contributo essencial à universalidade de uma civilização, ou à constituição de uma civilização verdadeiramente universal.

A compreensão dos povos estranhos à comunidade do Ocidente, tão necessária ao equilíbrio do mundo, não pode depreciar ou esquecer o que eles próprios devem a esta civilização: processos de distribuir e de produzir que podem matar a fome ao mundo; ciência de curar a doença e de conservar a saúde, válida em toda a parte e entre toda a gente, superando as forças mágicas e ocultas das várias medicinas tradicionais; meios de transporte que devassaram os últimos recessos e aboliram distâncias, tornando possível a consciência da unidade do mundo; alfabeto mais simples, com que se escrevem línguas que nunca o tiveram — o suaíli só por meio dele alcançou a difusão que hoje tem na África oriental; formas de vida social e política que permitem aos povos de cor fazer ouvir a voz dos seus anseios; uma religião aberta à fraternidade de todos os homens, que já é muito se afirme embora nem sempre se pratique. Estes valores positivos têm também o seu trágico reverso: pervertida pela força da sua capacidade de progresso material, a civilização do Ocidente constituiu-se uma implacável rasoira de tudo o que no mundo era vário, típico, local, destruído pela sensaboria da vida moderna, encetando os últimos redutos da natureza, empobrecida nas suas florestas devastadas, nos seus animais sacrificados à segurança das culturas, ao prazer ou à ganância, reduzindo perigosamente a própria «margem humana», de que um admirável romance recente de ROMAIN GARY encontrou o símbolo nos largos espaços africanos onde os elefantes deviam poder continuar a viver em paz e liberdade...

A matéria deste curso conduz assim a grandes motivos de meditação — essência da vida dos homens de estudo. Com ele desejei trazer-lhes um exemplo: exemplo de patriotismo, escolhendo um aspecto do maior relevo na vida nacional, que procurei esclarecer

à luz de observações e reflexões pessoais, servindo a ciência sem deixar de ter em conta que a compreensão da terra e da gente de Portugal serve sempre os interesses do País; exemplo de humanismo científico, através dos métodos objectivos de uma ciência ao mesmo tempo de base e de convergência, que considera o homem no mundo e no tempo e, a partir das suas necessidades materiais, se eleva às supremas criações do espírito; exemplo do amor e da emoção com que, tratando de coisas vivas, procuro que elas não morram ao transpô-las para as aulas e para o papel. Por outro lado, não teria desmerecido a atenção com que me escutou a gente de diferentes raças, se estas lições reflectissem não apenas um ideal de saber, mas um anseio de compreensão humana.

PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE[1]

1. O DESCOBRIMENTO: PRIMEIRAS NOTÍCIAS

O achamento das ilhas de Cabo Verde está ainda envolto em certa obscuridade[2]. Aceita-se geralmente que foram encontradas em dois grupos, por expedições diferentes. E assim, o primeiro diploma que se lhes refere (carta régia de 3 de Agosto de 1460)[3] apenas menciona cinco ilhas: «e da ylha de Sam Jacobo (Santiago), e Fellipe (Fogo)[4], e da ylha dellas Mayaes (Maio) e da ylha de Sam Christovam (Boa Vista), e da ylha Lana» (*llana, lhana,* chã, isto é, do Sal, que, de facto, aparece como a mais plana e baixa do arquipélago). O diploma seguinte (carta régia de 19 de Setembro de 1462) acrescenta às cinco ilhas citadas no anterior[5] a «jlha Brava e a jlha de Sam Nycollao e jlha de Sam Vicente e a jlha Rasa e a jlha Bramca e jlha de Santa Luzia e a jlha de Sant Atonio» (Santo Antão),

---

[1] Publicado na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1955.

[2] Os textos relativos ao descobrimento das ilhas de Cabo Verde encontram-se reunidos e lùcidamente comentados por VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1956, cap. V.

[3] Os documentos citados e utilizados no texto podem ver-se em SENA BARCELOS, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, t. I, Lisboa, 1899 (na íntegra, em extractos ou sumariados), e em *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892, procurando-os pelas datas respectivas; os que adiante serão citados e não estiverem nestas circunstâncias levarão sempre a indicação do lugar onde se encontram.

[4] Sobre a separação das duas ilhas mencionadas em conjunto vid. as reservas de DAMIÃO PERES, em *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, 1948, p. 186, n. 17, e as minhas observações em *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*, Lisboa, 1954, p. 92, n. 3.

[5] «... a jlha de Santiago e a jlha de Sam Felipe e a jlha das Mayas e a jlha de Sam Christovam e a jlha do Sall...».

incluindo portanto todas as ilhas e os principais ilhéus que constituem o arquipélago. Entretanto, fizera-se o reconhecimento do interior das ilhas, como mostra a mudança de nome da ilha do Sal: ilha «chã» para quem a vê do mar, mais do que esta particularidade do relevo (notado igualmente no ilhéu Chão, do grupo das Desertas, e no ilhéu Raso, do arquipélago de Cabo Verde), impressionariam os viajantes as grandes crostas salinas do interior da cratera (depois chamada Pedra de Lume) e da extremidade meridional da ilha. E o nome de Sal prevaleceu.

Sem nos embrenharmos na questão da prioridade do descobrimento, importa procurar, através das duas relações coevas (de CADAMOSTO[1] e de DIOGO GOMES[2], navegadores que nele colaboraram com António de Noli), qual seria a fisionomia das ilhas antes da ocupação humana. Ambos os autores se referem apenas ao grupo encontrado em primeiro lugar.

Ao abordar casualmente (1456?) uma ilha (Boa Vista), depois de a correr algum tempo à vista de terra, mandou CADAMOSTO desembarcar um pequeno grupo para ver se ela era habitada; mas não só não viram gente, como em balde procuraram caminhos ou outros sinais da presença do homem; por isso, puderam apanhar à mão e com cacetes muitos pombos que lá havia; de um lugar alto, avistaram três outras grandes ilhas[3] ou talvez mais, que a distância não permitia distinguir; estas, e as que ao depois se vieram a descobrir, eram todas «desabitadas, não encontrando nelas senão pombos e infinitas aves de espécie estranha, e grande pescaria de peixe». Daqui, navegando para o sul e bordejando uma delas, «que parecia abundante de árvores», descobriram a boca de um rio; e, seguindo a margem, «acharam alguns uns bocados de sal muito branco e excelente» e água, que colheram. Também aí apanharam grande quantidade de tartarugas, de sabor delicioso, que comeram e salgaram para levar como provisão durante a viagem. Pescaram na boca do rio, que era largo e fundo bastante para nele entrar um navio carregado,

---

[1] Citada na nota 4 da p. anterior.

[2] Em latim no *Manuscrito «Valentim Fernandes»*, citado adiante, tradução de GABRIEL PEREIRA no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, t. XVII, pp. 285-286.

[3] Indubitàvelmente o Sal, «pela parte do norte», e Maio e Santiago, «encarreiradas uma com outra na direcção do sul».

de 150 tonéis, quantidade incrível de peixe. Aí se demoraram dois dias, matando muitos pombos e fornecendo-se de refrescos.

À primeira ilha que avistaram deram por isso o nome de Boa Vista; à outra, «que nos parecia a maior de todas quatro», chamaram de Santiago, «porque no dia de São Felipe e Tiago (1.º de Maio) fomos a essa ilha lançar âncora».

Há nesta narrativa várias confusões que, se justificam a reserva em aceitar o depoimento de CADAMOSTO, não permitem invalidá-lo totalmente. Mesmo que lhe não caiba a prioridade no descobrimento e que tenha sido propositadamente adiantada a data que atribui à sua viagem, não há dúvida que ele cruzou estas paragens e o seu testemunho vale como o de um dos primeiros navegadores que visitaram o arquipélago. Escrevendo alguns anos depois dos sucessos que narra, o seu livro não é um diário de bordo, mas umas memórias, onde certos factos podem aparecer obliterados e alguns pormenores confundidos pelo tempo.

Assim, se o rio de boca larga não pode ser senão em Santiago, os bocados de sal estariam na ilha deste nome ou na de Maio. O texto parece indicar que no rio teriam feito aguada, o que é impossível. Um estuário acessível a navios estava necessàriamente invadido pela água do mar; mas nada impede que, entrando à boca do rio, tivessem colhido água de fontes ou de qualquer afluente. Por outro lado, durante o tempo das brisas, em que sopra com regularidade o geral de nordeste, detendo-se algum tempo naquela ilha, é natural que buscassem os surgidouros abrigados de sudoeste: e daí avistariam a alta e estranha silhueta da ilha do Fogo, designada no diploma de 1460 pelo nome de São Felipe, o outro santo do dia do achamento.

DIOGO GOMES, partindo em companhia de António de Noli da costa africana a caminho de Portugal (1460), avistou ilhas no mar; como a sua caravela era mais veleira, alcançou primeiro uma delas, lançando a âncora num bom porto onde se via areia branca. À ilha chamou Santiago, nome que se conservou; entretanto, chegando a outra caravela, quis DIOGO GOMES ser o primeiro a desembarcar e assim fez: «nenhum indício de homem vimos aí».

A descrição coincide com a de CADAMOSTO: rio de água doce, aves estranhas que se deixavam matar com paus, grande pescaria; mas omite as tartarugas e ministra outros pormenores: muitos patos, grande fartura de figos, diferentes dos nossos em que crescem desde o pé da árvore, pelo tronco e pela casca dos ramos *(Ficus capensis)*;

«e ali havia muito feno»[1], expressão que corresponde às ervagens de *Hiparrhenia hirta*, ressequida e amarelada no fim da estação seca, que já então cobririam grande parte do solo das ilhas.

Descobertas as ilhas orientais de Cabo Verde em 1456 por Cadamosto, ou mais provàvelmente em 1460 por Diogo Gomes e António de Noli, foram, logo nesse ano e morto o infante D. Henrique, doadas ao infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V. Noli pediu ao rei a capitania de Santiago, de que lhe foi concedida a parte meridional, que conservou até à morte, transmitindo-a a sua filha e herdeira. Dois anos depois, Diogo Afonso, escudeiro de D. Fernando, descobriu, ao mando deste, as ilhas restantes; a doação foi confirmada ao infante e ampliada a todo o arquipélago, recebendo o descobridor a capitania da parte setentrional de Santiago. Nesse ano de 1462, depois de uma viagem de reconhecimento que se vislumbra através da mudança de nome da ilha Chã em ilha do Sal, e que provàvelmente terá sido a própria exploração de Diogo Afonso, iniciou-se a ocupação da ilha que apareceria aos navegantes como a maior e mais favorável.

2. POVOAMENTO DA ILHA DE SANTIAGO

De facto, num privilégio de D. Afonso V, datado de 12 de Janeiro de 1466, diz-se que Santiago se começara a povoar «haverá quatro anos», pelos cuidados do infante D. Fernando, seu irmão e senhor da ilha; mas «por ser tão alongada de nossos regnos a gente não quer em ela ir viver senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesa sua». Por isso, e a rogo do infante, concedeu o rei «que os moradores da dita ilha que daqui em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prouver poderem ir com navios a tratar e resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné», reservando apenas para a Coroa «o nosso trato de Arguim». O resgate na costa da Guiné constituía monopólio real e apenas por privilégio expressamente concedido podia ser exercido por estranhos. Deste tráfico pagariam o quarto à Coroa, que por intermédio dos seus oficiais, «prestes e diligentes», o faria arrecadar. Também ficavam isentos

[1] «Et illic erat foenum multum», que GABRIEL PEREIRA traduz demasiado livremente por «e ali também vimos farta pastagem».

da dízima pelos produtos das suas herdades que daí trouxessem ao Reino e de todos os direitos de comércio que exercessem «em todas as outras ilhas do mar oceano». Privilégios consideráveis, onde avulta o comércio de escravos, de que Santiago não tardaria a constituir um entreposto.

Até esse ano de 1466, nos quatro que haviam transcorrido desde o início do povoamento, não parece que este houvesse tomado qualquer importância. Uns religiosos que se estabeleceram em Santiago acharam a terra como desejavam, «só e destituída de povos, excepto alguns Genoveses, que mais tratavam de colher algodão pelo mato»[1]; viveram os frades em grande retiro e, já por isso, já pela pouca caridade dos vizinhos, sustentavam-se principalmente de algum peixe que pescavam. Nenhum indício de agricultura regular; apenas o algodão, introduzido da costa africana, ràpidamente se tornara subespontâneo, crescendo pelos matos, onde era preciso ir colhê-lo. Os próprios privilégios concedidos, que iriam dar incremento à vida na ilha, abrangiam essencialmente o comércio e a navegação e mostram, embora indirectamente, como deviam ser insignificantes os recursos locais.

Em 1469, dois Castelhanos moradores em Sevilha obtinham o privilégio do trato da urzela, em que é de crer já antes negociassem nas Canárias. Primeiro produto de comércio extraído do solo das ilhas, constituiu monopólio da Coroa até ao fim do século XVIII e foi sempre considerado, depois do sal, o mais importante e rendoso. A urzela é, como se sabe, um líquen que, macerado em urina podre e tratado com cal e outras substâncias, dava um corante muito apreciado em tinturaria. A sua exploração fazia-se, na Idade Média, nas ilhas do Mediterrâneo oriental; descoberto nos Açores, nas Canárias, nas ilhas de Cabo Verde, o seu preço baixou logo no mercado, sem deixar de ser considerado produto muito valioso. Aqui, havia de dar lugar a intenso contrabando, cessando totalmente a exploração apenas com o emprego de corantes sintéticos, há pouco mais de um século.

O tráfico nos tratos da Guiné dera lugar a abusos que o monarca procurara reprimir, enviando a Santiago um oficial inquiridor, investido dos mais latos poderes judiciários e fiscais (30. IX. 1481); outra carta régia, com a mesma data, encarregava-o ainda de, «por nós e em nosso nome em quaesquer pessoas da Ilha de Cabo Verde trautar e contrautar acerca daveer pera nós algodões e quaesquer mercado-

[1] SENA BARCELOS, *ob. cit.*, p. 28.

rias que a nosso serviço forem necessarias». Curiosa associação, no mesmo oficial de confiança, de um encargo de comércio e de uma alçada judicial, que julgava sem apelo nem agravo, executando os bens dos culpados e impondo a todos penas de prisão e de degredo, perdimento de ofícios, fazenda e dignidades. Os mesmos capitães lhe deviam obediência e ajuda, como ao próprio rei, sob pena de perderem as capitanias e sofrerem outros duros castigos. Ambos os diplomas falam «da ilha de Cabo Verde», como se o arquipélago se reduzisse à sua única ilha povoada[1]; mas nessa, em cerca de quinze anos[2], medrara a cobiça desenfreada e a prepotência dos poderosos, seguro índice de que já se faziam rendosos negócios...

3. ANÁLISE DAS CARTAS DE DOAÇÃO DE CAPITANIA

As cartas de doação de capitania, moldadas nas que haviam sido concedidas aos donatários dos arquipélagos da Madeira e dos Açores[3], mostram, através de um formulário em tudo idêntico, que a ocupação da terra se fazia de modo análogo ao daquelas ilhas, sem que seja possível destrinçar o que a cada grupo seria específico.

A criação das primeiras capitanias não se seguiu imediatamente ao descobrimento, mediando entre os dois factos um lapso de tempo suficiente para que tivesse começado, de modo espontâneo e insensível, a ocupação do solo e o povoamento[4]. Tal como sucedera com as cartas de foral, que, na maioria dos casos, não *fundavam*, mas

---

[1] A não ser que se trate de uma expressão paralela à que ainda hoje correntemente se aplica tanto à Madeira como aos Açores: F. é «da ilha», queijo «da ilha» (principalmente de São Jorge), bordados «da ilha» (Madeira), etc. Para a maioria dos Portugueses, o mundo insular do Atlântico Norte é abrangido por completo dentro desta vasta expressão.

[2] Desde a concessão dos privilégios de 1466.

[3] O paradigma parece ser a carta de doação da ilha do Porto Santo a Bartolomeu Perestrelo, de 22 de Outubro de 1446. Publicada por J. M. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, Lisboa, 1944, pp. 447-448. As cartas de capitania dos Açores podem ver-se em M. M. VELHO ARRUDA, *Colecção de Documentos Relativos ao Descobrimento e ao Povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.

[4] A Madeira, por exemplo, ocupada provàvelmente em 1419 e começada a organizar cerca de 1425, recebe, talvez no ano seguinte (*Descobrimentos Portugueses*, supl. ao t. I, p. 109), um primeiro regimento da ocupação, mas apenas em 1450 a sua primeira carta de capitania. Nos Açores, a organização das capi-

organizavam núcleos povoados, as cartas de capitania davam à sociedade incipiente um estatuto por que ela se regesse, quando o número de povoadores e a ocupação e rendimento da terra o justificavam. Em Cabo Verde, porém, parece terem elas sido um factor de incremento, pois os primeiros donatários, que entre si dividiram o Sul e o Norte da ilha mais importante (Santiago), foram os descobridores (reais ou pretensos) dos dois grupos de ilhas do arquipélago: António de Noli e Diogo Afonso. Aquele já figurava como «capitão da ilha» em 1466, exercendo o governo em colaboração com um irmão e um sobrinho; este, falecido em 1473, deixou o cargo a um sobrinho que nesse ano se apresentou a solicitar confirmação a D. Afonso V. Serviam de sedes, respectivamente, às capitanias do Sul e do Norte da ilha as vilas de Ribeira Grande, representada pelas ruínas da chamada Cidade Velha, numa abra da costa do Sul cerca de duas léguas a poente da Praia, e de Alcatrazes, de que nada resta e se supõe estava situada num recesso do litoral leste, próximo da Praia Abaixo.

A carta de capitania do Norte de Santiago, cuja data se ignora, é conhecida por uma transcrição de 1485[1], confirmando no cargo de capitão o sobrinho e herdeiro de Diogo Afonso. Os direitos e regalias são em tudo análogos aos outorgados aos donatários da Madeira e dos Açores. Tinham jurisdição no cível e no crime, salvo em caso de morte ou talhamento de membro, que pertencia à alçada do rei; só os capitães, ou alguém com licença deles, podiam fazer moinhos de pão, atafonas (moinhos tocados a animais), serras de água (serragens de madeiras movidas pela corrente), fornos de poia (isto é, de que o forneiro se cobrava em pão por cada fornada) e quaisquer engenhos; exceptuavam-se as «vieiras» ou minas (cujo monopólio pertencia à Coroa) e as mós de braço e fornalhas, que cada um era livre de fazer para nelas moer a sua farinha e cozer o pão de casa «e não pera outro nenhum». A ninguém era permitido vender sal enquanto os capitães não tivessem esgotado o deles; pertencia-lhes «de dez um» de todas as rendas da capitania, excepto o que cabia ao rei segundo

---

tanias, para que se tomaram como modelo as da Madeira, só foi uniformizada em 1474, embora em diplomas anteriores se façam doações de várias ilhas a diferentes personagens; os grupos ocidental e central do arquipélago estavam reconhecidos, pelo menos, desde 1439 e a partir dessa data algumas ilhas se teriam começado a povoar.

[1] SENA BARCELOS, *ob. cit.*, pp. 41-43.

o foral. Os capitães podiam dar as terras (em *sesmaria*[1]) a quem lhes aprouvesse, com a condição de, no prazo de cinco anos, as aproveitarem, sob pena de as perderem em proveito de outros, o mesmo sucedendo a terras já cultivadas que, por igual período, tivessem sido abandonadas. A venda das herdades era livre, podendo os vizinhos mudar-se de um lugar para o outro; mas os que fizessem malefício e fugissem seriam, quando os apanhassem, castigados no local do crime. Os gados bravos eram património comum, salvo os que seus donos tivessem lançado em lugar cerrado; os gados mansos podiam pascer livremente, pagando os donos os danos que eles fizessem.

As disposições deste diploma são em tudo análogas às das cartas de capitania das ilhas anteriormente ocupadas: nada aqui se encontra de novo ou de diferente, o que indica tratar-se de um estatuto genérico, que a experiência mostrara abranger os casos principais ocorridos na Madeira e nos Açores depois de vinte a trinta anos de colonização. Dos vários «engenhos» enumerados, que fazem parte do património etnográfico daquelas ilhas, Cabo Verde apenas conservou o mais simples de todos — a mó de braço. E neste facto se deixa ver quanto o destino destas ilhas foi, em comparação com as demais, singularmente desfavorecido.

A mó manual, semelhante às que ainda se usam no Algarve, na Madeira e nos Açores, consta de duas pedras, uma fixa e outra rodando sobre ela accionada à mão. Instrumento rudimentar e de uso doméstico, ocupa enorme área de difusão, que vai da China ao Mediterrâneo e à Escandinávia, ligado a velhas civilizações agrárias que têm como base a cultura de cereais. Em Portugal é hoje apenas corrente no Algarve, e na sua difusão em todas as Ilhas Atlântidas e na sua falta em São Tomé e no Brasil, onde é substituída pelo pilão africano, parece lícito ver a influência de uma vaga de colonização algarvia nos primeiros tempos da expansão portuguesa, que por isso apenas abrangeu aquelas ilhas, quando, nos lugares ocupados depois, se faz sentir principalmente a influência, mais importante e duradoura, da gente do Noroeste[2]. Em Cabo Verde, onde os escravos negros introduziram também o pilão, imbricam-se as áreas das duas soluções de moenda: a mediterrânea e a africana. Da ausência de «moinhos de pão» (de água e de vento) e de atafonas tocadas por animais, apare-

[1] Esta palavra não figura nas cartas de capitania.

[2] Vid. p. 22-26 deste volume.

lhos mais potentes, dotados de rodízio multiplicador, que não utilizam a energia humana, pode inferir-se a escassa importância que os cereais teriam na economia local; o que aliás um importante texto — a descrição de VALENTIM FERNANDES — não tardará a confirmar.

4. AS PRIMEIRAS ILHAS OCUPADAS

Das duas vilas e sedes de capitanias, Ribeira Grande, pela situação, excelente ancoradouro e melhores terrenos, avantajou-se sempre à de Alcatrazes. Nela residiam de preferência os donatários e outras pessoas de importância, não desdenhando fidalgos da casa real, como o navegador Tristão da Cunha, solicitar carta de «vizinho da ilha», para poderem gozar dos privilégios e liberdades que a eles haviam sido outorgados. Em ambas as vilas havia «câmaras» e «homens bons», mas na Ribeira Grande, onde já existia uma igreja importante sob a invocação do Espírito Santo (culto que parece tão ligado aos primeiros tempos da expansão portuguesa)[1], fundou D. Manuel um hospital (1497), sustentado com as rendas das fazendas dos que, falecendo sem testamento, não deixassem herdeiros conhecidos.

Na enseada de Porto da Praia, não longe da Ribeira Grande, fundeou a armada de Vasco da Gama (27 de Julho de 1497), e aí se demorou uma semana, fazendo provisão de carnes, água e lenha, e concertando as vergas dos navios; aqui se separou Bartolomeu Dias para, segundo as instruções que trazia, se dirigir, no navio que comandava, à fortaleza de São Jorge da Mina, para onde ia por capitão. Desta data em diante, nunca mais o arquipélago — especialmente a ilha de Santiago — deixará de estar ligado às grandes rotas da navegação atlântica, como ponto de escala e de refresco no caminho da Costa da Mina, do Brasil e do Oriente. Esta posição privilegiada foi a maior fortuna das ilhas: e dela resultou um enriquecimento do património agrário em produtos tropicais, que iriam permitir o desenvolvimento e a subsistência da sua população.

A segunda ilha a povoar-se, por estar mais cerca de Santiago, foi muito provàvelmente o Fogo, onde em 1500 havia uma igreja da invocação de São Felipe (nome que ainda se dava à ilha), que um rico habitante contemplou com a esmola de 300 quintais de algodão e um cálice, deixando além disso aos pobres e órfãos uma fazenda

[1] E ainda tão vivo no Senhor Santo Espírito nos Açores.

para seu socorro. O que parece mostrar, por este indício da diferenciação social, uma ocupação não recente, cujas origens permanecem na mais completa obscuridade. Os seus rendimentos reais, juntamente com os de Santiago, foram arrendados a três indivíduos, que os conservaram, durante seis anos, até 1510.

A ilha da Boa Vista aparece mencionada como lugar de criação de gado num alvará de 1490, confirmado seis anos depois, passado a favor do donatário do Norte de Santiago, Rodrigo Afonso, que, fazendo-o primeiro saber ao rei, aí podia matar ou mandar matar o gado bravo que entendesse, pagando o dízimo das peles, carnes, sebo e tudo o que aproveitasse. Estas regalias eram apenas vitalícias, passando ao rei, por morte do beneficiário, não só o gado mas ainda as casas «e bestas e cães e todo outro aparelho de matar o dito gado» que na ilha possuísse[1]. Mas, fora do tempo da matança do gado e da apanha do algodão, trabalhos executados provàvelmente por escravos negros de Santiago, a ilha era despovoada e assim se conservava ainda uns quinze anos depois da concessão destes privilégios.

Provàvelmente na mesma data, obteve ainda o mesmo Rodrigo Afonso a doação da ilha de Maio, que se conhece apenas indirectamente por uma confirmação a seus genros em 1504; mas também esta por muito tempo permaneceu despovoada, embora lá se matasse gado e colhesse algodão. Os animais aí lançados haviam-se reproduzido espantosamente, pois o citado diploma admite que na primeira matança na ilha se ultrapassassem 4000 cabeças, limite de certas isenções em parte do tributo devido ao rei.

Nas mãos da família do donatário da capitania de Alcatrazes andava pois o principal rendimento das ilhas despovoadas. Um filho dele obteve, além do gado bravo da Boa Vista, a renda da saboaria da ilha de Santiago, quer para ele vender ou mandar vender o sabão, de que tinha o exclusivo do fabrico, quer para por seu turno a arrendar, «como lhe mais aprouver» (1505).

5. O ARQUIPÉLAGO NOS ALVORES DO SÉCULO XVI

A primeira descrição das ilhas de Cabo Verde, acompanhada da respectiva cartografia, deve-se ao conhecido impressor da Morávia, VALENTIM FERNANDES, e figura numa compilação de notícias e de

[1] SENA BARCELOS, *ob. cit.*, p. 50.

mapas de todos os arquipélagos atlânticos[1], atribuída aos primeiros anos do século XVI. Aproximadamente da mesma época são as referências do insigne roteirista DUARTE PACHECO PEREIRA[2] às «ilhas que estão em mar cem leguas do dito cabo (Verde)».

As ilhas são dez e mais dois grandes ilhéus (D. P.) e tinham já nessa época os nomes actuais, à excepção da *ilha de Má Sombra* (D. P.), correspondente ao ilhéu Branco. Santiago «é a maior delas» (D. P.) e em tudo a principal, assim de gente como de produtos. A data do descobrimento é atribuída por VALENTIM FERNANDES ao ano de 1456 (segue as narrativas de CADAMOSTO e DIOGO GOMES) e por DUARTE PACHECO ao tempo do «virtuoso infante D. Henrique», que «as fez povoar»[3]. O início da colonização dataria assim de cerca de meio século, para mais e não para menos. Sem embargo deste largo lapso de tempo, apenas estavam habitadas Santiago e o Fogo; as outras «eram povoadas de cabras e não de gente» (V. F.).

As ilhas apareciam aos navegantes como terras inóspitas, cortadas de altas arribas, secas e, pela maior parte, despidas de verdura e de arvoredo. «Estas ilhas são estériles porque são vizinhas do trópico de Cancer, e tem muito pouco arvoredo por causa de nelas não chover mais dos ditos três meses: são serras altas e fragosas e serão más de andar» (D. P.). «Nesta ilha Santiago há 3 meses de Inverno s. (*scilicet*) Junho, Julho e Agosto; e este Inverno não se chama por frialdade senão pelas chuvas» (V. F.); Agosto, Setembro, Outubro — indica mais exactamente DUARTE PACHECO —, são meses chuvosos; por isso «os fruitos não se dão nesta terra senão de regadio»; desta ilha «e assi das outras em cada ano vem muita pilitaria (peles)

---

[1] O texto na íntegra foi publicado pela Academia Portuguesa da História, em leitura de ANTÓNIO BAIÃO: *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, Lisboa, 1940; A. FONTOURA DA COSTA reproduziu, com eruditos comentários, a parte relativa ao arquipélago: *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, 1939 (V. F.).

[2] *Esmeraldo de Situ Orbis*, edição crítica de EPIFÂNIO DIAS, Lisboa, 1905, p. 84 (D. P.).

[3] O descobrimento foi por certo de sua iniciativa, pois o primeiro documento que se refere às ilhas é posterior apenas de um mês à morte do Infante; já se viu que o início da colonização de Santiago se deve ao infante D. Fernando, cerca de 1462.

de gado cabrum para Portugal, e assi muita coirama de gado vacaril e muitos sevos (sebos) e algodões assaz finos» (D. P.).

As cabras abundam por toda a parte: umas bravas, como no Sal, onde bebiam água do mar por falta de outra, outras de criação, como na Boa Vista, no Fogo, na Brava; mas em todas as ilhas se indica expressamente a existência destes animais, que não faltavam sequer nos ilhéus (V. F.); isto mostra que haviam sido lançadas em quantidade, provàvelmente nos primeiros reconhecimentos das ilhas, com o intuito de servirem de refresco aos navios que, na derrota para a costa africana, passavam à vista delas. Por «criação de cabras» deve entender-se lugar onde elas se criavam, mas ao abandono, indo gente apanhá-las e matá-las de vez em quando.

«Em todas as ilhas de Cabo Verde há grandes pescarias de muitos pescados e grandes» (V. F.) e, de Maio a Agosto, grande quantidade de tartarugas, com que saravam os gafos; os ares, a princípio saudáveis para os infelizes portadores desta doença[1], corromperam-se com a vinda de escravos negros, ficando como os das suas doentias terras de origem[2].

Santiago é a única ilha para a qual se indicam as culturas. A principal seria o algodão, que, quando regado, dava duas novidades cada ano. No fogo nascia também muito, mas, por não ser possível a rega nesta ilha (ribeiras muito encaixadas, poços de água salobra à beira-mar, na base das arribas, a que alude V. F.), cultivava-se apenas pelos matos. Por falta de água as culturas estariam aqui menos desenvolvidas; mas algumas se fariam para alimentar a população, que vivia em casa de pedra solta («ensonsa»), não se usando casas de pedra e cal ou de madeira, ao contrário da ilha vizinha.

Santiago «dá todas as fruitas de Portugal que nela prantam, figos, uvas, melões, açúcares e todas as outras fruitas há por todo o ano; não dá trigo nem cevada; dá milho e arroz como na Guiné. Ela tem grandes criações de animalias e gados» (V. F.). Esta enumeração é preciosa. O património agrário incipiente tinha-se constituído com os produtos de Portugal e culturas que aí se fizeram antes

---

[1] Cf. a lenda da ocupação das Canárias por um cavaleiro francês leproso, recolhida também por VALENTIM FERNANDES.

[2] Certamente que os Africanos trouxeram e espalharam nas ilhas doenças tropicais atribuíveis, até às descobertas da Bacteriologia, à «corrupção» dos ares.

de as difundir nas Ilhas Atlântidas: o açúcar e o algodão, trazidos pelos Árabes do Oriente, cultivados nas hortas muçulmanas da Sicília e da Andaluzia e ensaiado o primeiro no Algarve e noutros lugares de rega (o Campo de Coimbra, por exemplo), sem que a sua difusão em larga escala pelas ilhas o tivesse logo feito desaparecer no Continente. Mas, em relação a outros produtos essenciais da agricultura tradicional portuguesa, as ilhas de Cabo Verde estavam singularmente desfavorecidas. A oliveira não se dava, dum modo geral, nas ilhas envoltas em massas de ar húmido e por isso não foi cultivada também na Madeira e nos Açores. A manteiga e a banha de porco, usadas também ao tempo em Portugal, poderiam compensar a falta de gordura vegetal. Quanto aos cereais, o caso era mais grave. O trigo e a cevada (e os outros cereais de pragana) encontravam na conjunção desfavorável do calor e da chuva um obstáculo à sua propagação. Daí terem-se introduzido do litoral africano cereais que nunca entraram naqueles arquipélagos: o arroz e o milho da Guiné, provàvelmente o sorgo ou *milho zaburro* ou outra espécie de milho miúdo[1], corrente na alimentação dos Negros, que com ele introduziram o pilão, instrumento comum para o seu descasque. O arroz figuraria entre as culturas regadas de Santiago, com a cana e o algodão, e a sua difusão estaria limitada às pequenas áreas de terras baixas do interior da ilha onde a rega é possível; o milho (sejam quais forem as espécies cultivadas, designação genérica de um grupo de pobres cereais) não se prestava ao fabrico do pão e mal satisfaria, portanto, as necessidades alimentres de uma população de origem europeia.

Na carência de cereais, base da policultura de subsistência no mundo de antigas civilizações rurais mediterrâneas de que Portugal faz parte, se pode buscar o motivo do atraso da colonização nas ilhas de Cabo Verde. Na Madeira e nos Açores (à excepção das ilhas distantes e verdadeiramente *isoladas* das Flores e Corvo, ainda também desertas), o povoamento seguiu-se de perto ao reconhecimento. A ocupação do solo compreendia dois instrumentos essenciais: uma

---

[1] Na costa da Guiné, antes da introdução do milho maís, de origem brasileira, cultivavam-se várias plantas dos géneros *Pennisetum* e *Sorghum*, a que se aplica ainda hoje genèricamente a designação de milho: por confusão com estes, alguns autores do século XVI deram o milho maís como originário da Guiné. Vid. o meu artigo «Cultura do milho, economia agrária e povoamento», *Bŏlos*, vol. XVII, Coimbra, 1941, pp. 645-663.

policultura alimentar, com base nos cereais de pão, e culturas de rendimento, como o açúcar, a vinha, o algodão (em quantidade muito reduzida) e o pastel, usado na tinturaria e cultivado em larga escala nos Açores. Cabo Verde não possuía a primeira e desconheceu, em relação às segundas, importância comparável à daqueles arquipélagos. Os produtos principais do seu comércio vinham da ganadaria — carnes, peles, sebo — e do algodoeiro, que nalguns lugares cresceria quase como planta silvestre. Assim não admira que, nos alvores do século XVI, duas ilhas apenas estivessem povoadas: Santiago, com «muita gente» e culturas disseminadas pelas suas «muitas ribeiras de águas doces e boas»; e, à sombra dela, São Felipe, em cujo cimo ardia o fogo donde lhe veio o nome que prevaleceu. As outras jaziam quase abandonadas. Numas opunha-se a aridez à ocupação humana: Boa Vista, Sal, Maio, São Vicente, faltas de água e «arvoredos poucos»; noutras o relevo: ilhas com ribeiras de boas águas, arvoredos e dragoeiros (especialmente mencionados para São Nicolau e Santo Antão), mas «altas e fragosas», sem bons ancoradouros; em todas, a falta de plantas adequadas a uma agricultura de subsistência. Antes de se tornarem frequentes as relações marítimas com o Brasil e com o Oriente, as perspectivas de povoamento do arquipélago pareciam singularmente limitadas. Santiago até aí não seria mais que um entreposto e a sua povoação principal um porto de comércio. A fortuna das ilhas dependeria essencialmente da importância da navegação atlântica.

6. NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO

Em 1510 foram arrendados conjuntamente a um tal António Rodrigues Mascarenhas os direitos reais das ilhas de Santiago, Fogo e Maio; o respectivo alvará é documento de grande importância para o estudo da vida económica destas ilhas. Não mencionando quaisquer outras, é de presumir que continuassem despovoadas; a própria ilha da Boa Vista, referida como lugar de criação de gado em diplomas anteriores, não figura neste, e isto leva a pensar que, por causa da maior distância a que fica de Santiago, tivesse sido abandonada.

Mencionam-se, como artigos de exportação, peles, coiros e sebo, cuja dízima tanto se podia pagar no porto como nas casas das povoações onde o gado era abatido, algodões, cavalos e ainda escravos, que os rendeiros podiam livremente trazer ao Reino ou à ilha da Madeira

«sem pagar direito algum». Pertenciam-lhes ainda o «quarto e vintena» dos tratos da Guiné, entre os quais os escravos constituíam o principal valor. Para o seu resgate armavam muitos navios e o preço do arrendamento era pago nesta mercadoria humana: «nove centos mil réis em paz e em salvo pagos em escravos», durante três anos, período estipulado para a duração do contrato. Santiago tornou-se assim um entreposto neste comércio, frequentado pelas «naus e navios de El-Rei, e assim para os navios de S. Tomé, do Príncipe e para os que vêm dos portos do Brasil e da Mina e todas as partes da Guiné; que quando aqui chegam perdidos, sem mantimentos e sem gente, são remediados e providos de tudo»; uma armada em que voltava da Índia Afonso de Albuquerque aqui recebeu dinheiro e setenta escravos «para tocarem a bomba», evitando-se assim a sua perda; mas, chegada a Lisboa, não mais se houveram novas deste empréstimo... [1].

Assim, fosse qual fosse o seu destino ou a sua proveniência, a maior parte da navegação portuguesa do princípio do século XVI passava por Santiago. A relação das cargas que as caravelas transportaram de Santiago para Portugal nos anos de 1513, 1514 e 1515 mostra, a par dos produtos das ilhas de Cabo Verde — coiros e peles, o algodão do Fogo —, outros que vinham da costa africana: marfim e muito provàvelmente cera; o arroz e o milho é lícito pensar que também, pela maior parte, daí proviessem. Infelizmente é impossível saber se se trata ainda de milhos africanos ou de cereal que, por esta altura, já podia ter-se introduzido do Brasil. Um indício porém parece falar a favor da última hipótese. Na arrecadação dos direitos reais da ilha de Santiago, em 1515, estabeleceu-se que parte deles pudesse ser paga em algodão limpo ou sujo, dinheiro, milho ou cavalos. Não é provável que os pobres cereais da Guiné figurassem a par de mercadorias valiosas. Em todo o caso, a cultura do novo cereal seria ainda muito reduzida, porquanto, entre as importações dos anos de 1514 e 1515, de Portugal e Espanha, várias classes de panos, roupas, calçado, louças e bugigangas, vinho, azeite, figos e passas de uva, figuram, em grande quantidade, farinha e biscoito. Assim, a população de origem europeia, que conservava os seus hábitos alimentares, era cliente da Península em larga parte do que consumia — não obstante alguns desses produtos se terem intro-

[1] SENA BARCELOS, *ob. cit.*, p. 69.

duzido em Santiago — e por aqui se vê a escassa importância da sua agricultura.

Além deste tráfico, os escravos. Nos três anos mencionados desembarcaram na ilha perto de 3000 escravos, a maior parte na Ribeira Grande, e apenas 185 em Alcatrazes e 132 no Porto da Praia. 62 p. 100 foram «avaliados», certamente por se destinarem a ser vendidos para fora da ilha: os outros arquipélagos atlânticos, a Península e o Brasil seriam os seus lugares de destino. Proibido aos estrangeiros o seu resgate na costa africana, nada os impedia de virem prover-se desta valiosa e indispensável mercadoria humana no porto da Ribeira Grande. Aí viviam as pessoas principais da ilha: SENA BARCELOS menciona umas oitenta, contra vinte e cinco apenas em Alcatrazes. Com o desembarque de uma carga de escravos no Porto da Praia, em 1515, temos a primeira notícia do povoado que aí começou a formar-se. Numa «achada»[1] praticável, dominando ao mesmo tempo um vale fértil e ameno e uma das melhores baías da ilha, o seu desenvolvimento seguiu muito de perto o declínio e o abandono da vila de Alcatrazes e veio a superar a Ribeira Grande.

Os direitos reais das três ilhas antes mencionadas, até aí arrendados conjuntamente, passaram em 1515 a fazer-se em separado, talvez porque se houvessem tornado mais avultados. Na ilha do Fogo havia alguns proprietários importantes que, pela maior parte, residiam na Ribeira Grande; sendo um deles nomeado arrecadador do rendimento dos cativos, foi nessa ilha que passou a fazer-se o seu quartejamento. Santiago e o Fogo serão mencionadas conjuntamente, como as únicas ilhas povoadas, nos privilégios concedidos ou coarctados aos seus moradores nos tratos da Guiné. Na carta de doação da capitania da ilha do Fogo ao conde de Penela (1528) faz-se menção das terras maninhas e montados (isto é, terrenos baldios, *de monte*) para «se aproveitar delas em criação de gado e em algodões»: um feitor se ocuparia especialmente, a partir de 1532, do trato desta mercadoria, que foi objecto dum minucioso regulamento; dela se tiraria por certo maior rendimento do que dos pequenos espaços regularmente cultivados. A troco de algodão se obtinham nesta ilha escravos e mantimentos; e o valioso produto, que circulava como

[1] Planalto de lava de uma regularidade perfeita, onde ainda hoje assenta a parte principal da cidade.

moeda, era posto a bom recato, antes de ser embarcado para Santiago e daí para o Continente.

Assim, neste segundo quartel do século XVI, apenas duas ilhas de Cabo Verde se achavam povoadas. O algodão, as peles e coiros e o gado seriam os únicos produtos de uma terra pela maior parte estéril. Agricultura regular, talvez apenas a que sustentava a principal aglomeração das ilhas — Ribeira Grande — e uma ou outra fazenda de algum senhor mais opulento. Mas os tratos da Guiné, principalmente os escravos e o marfim, atraíam às enseadas de Santiago muitos navios. Na ida ou no regresso das longas rotas da Mina, do Brasil e do Oriente, aqui encontravam refresco, corregiam as vergas e embarcavam escravos para substituir as tripulações dizimadas pela fadiga e pelas doenças.

7. RIBEIRA GRANDE, CIDADE E BISPADO

Sendo a ilha de Santiago bem habitada e frequentada e havendo nela uma povoação notável, com uma igreja paroquial ilustre, determinaram as autoridades competentes (1533) que a vila da Ribeira Grande fosse erguida à categoria de cidade e nela erigido um bispado, para tanto se desmembrando da jurisdição do Funchal as ilhas de Cabo Verde e 350 léguas da terra firme fronteira. O cabido da Sé catedral compreendia 17 dignidades e, logo em seguida à erecção do bispado, D. João III deu provimento a mais de uma dúzia de autoridades, criando também a alfândega da cidade e nomeando, por tempo ilimitado, um corregedor.

Se a erecção da nova diocese procedia de uma medida de ordem geral[1], a criação ou o provimento de tantos cargos fiscais e judiciários deve tomar-se como indício da importância da nova cidade e da ilha a que servia da capital. A narrativa a seguir utilizada atribui-lhe quinhentos fogos; GASPAR FRUTUOSO[2] diz que «será

[1] D. João III obtivera do Papa, nessa mesma altura, a criação das dioceses de Angra, São Tomé, Goa e a elevação da Sé do Funchal à dignidade metropolitana, ficando as outras sufragâneas dela: pouco depois, passaram a depender todas de Lisboa.

[2] *Apud* A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», in *Garcia de Orta*, Lisboa, 1961, pp. 27-29. Texto dos fins do século XVI.

a cidade de duzentos vizinhos». Estes números apenas indicam uma ordem de grandeza. Com a escravaria numerosa, a população poderia contar alguns milhares de habitantes.

8. A ILHA DE SANTIAGO NOS MEADOS DO SÉCULO XVI

Um piloto português, cujo nome se desconhece, costumava, nos meados do século XVI, ir carregar açúcar à ilha de São Tomé, onde esteve por cinco vezes. Para satisfazer os desejos de ilustres senhores italianos, compôs uma narrativa da viagem e uma descrição minuciosa desta ilha. Como Santiago ficava no caminho, alude a ela, de passagem, nos seguintes termos:

«Esta ilha tem dezassete léguas de comprido e uma cidade sobre o mar com um bom porto chamado Ribeira Grande, porque está situada sobre dois montes altos, e passa-lhe pelo meio um rio caudaloso de água doce, que nasce duas léguas acima, e da nascente do rio até à cidade, de uma banda e da outra, há infinitos jardins de laranjeiras, cidras, limoeiros, romeiras e figos de toda a qualidade, e de alguns anos para cá plantam palmeiras que produzem cocos, vulgarmente chamados nozes-da-índia.

«Nascem também aqui, e se criam perfeitamente todas as castas de hortaliça, mas as sementes que produzem não são boas para semear no ano seguinte, e, cada ano, é necessário trazê-las novas de Espanha. Esta cidade está exposta ao sul e tem boas casas de pedra e cal, habitadas por infinitos cavalheiros portugueses e castelhanos, contendo mais de quinhentos fogos. Assiste aqui um corregedor do nosso rei, e, cada ano, se elegem dois juízes, um dos quais é para as causas dos navegantes e do mar, e o outro administra a justiça aos habitantes desta ilha e das circunvizinhanças.

«Todo o terreno é muito montuoso e tem muitos lugares fragosos e despidos de toda a casta de árvores, porém os vales são muito cultivados. Quando o Sol entra em Cancro, que é no mês de Junho, chove quase contìnuamente e os Portugueses chamam a este tempo a lua das águas. Em os primeiros dias de Agosto é que principiam a semear o grão, que se chama milho zaburro, e nas ilhas ocidentais maís; é como o chícharo, branco e comum a todas as ilhas sobreditas e a toda a costa de África, e, com ele, se sustentam os habitantes, mediando entre a sementeira e a colheita quarenta dias. Semeiam também bastante arroz e algodão, o qual produz muito

bem, e, depois de colhido, obram com ele diversas castas de panos listrados de várias cores, que depois se expedem para toda a costa de África, isto é, para as terras de Negros, e se dá em troca de escravos»[1].

Em relação ao tempo de VALENTIM FERNANDES, o património agrário havia-se enriquecido. Nos vales e baixadas, em parte graças à rega, desenvolvera-se uma agricultura variada, onde, a par das «fruitas de Portugal» e do arroz e algodão originário da Guiné, mencionados todos, meio século antes, naquela descrição, aparecem plantas de origem remota e de introdução posterior: o coqueiro, «noz-da-índia», trazido das paragens donde tomara o nome, e o milho maís, de que então se sustentavam principalmente os habitantes, muito provàvelmente do Brasil. O novo cereal aparece confundido com o milho zaburro (sorgo) da Guiné, como também o fora no Continente; mas a descrição («como o chícaro») e o nome que lhe davam nas ilhas ocidentais (Antilhas, onde primeiro os Espanhóis o encontraram cultivado em larga escala) — *maiz* — tiram qualquer dúvida quanto à sua identificação. Um texto do fim do século XVI distingue-os claramente: «Não dá trigo esta terra, senão muito milho branco e grado, de maçaroca, e tanto que carregam dele navios para muitas partes. E também dá outro milho miúdo» (GASPAR FRUTUOSO). O coqueiro, cujas frondes graciosamente agitadas pela brisa são hoje inseparáveis das praias do Brasil central, foi para aí levado das ilhas de Cabo Verde. Das duas plantas mencionadas como de introdução recente em Santiago, uma foi recebida do Brasil e outra enviada para lá: exemplo de relações distantes e destes produtos, que, circulando deste o litoral atlântico da América até às Molucas, a navegação portuguesa difundiu em todo o mundo tropical. Foi graças a estas relações que se constituiu e enriqueceu o património agrário das ilhas de Cabo Verde[2] e, como se verá, estas puderam desenvolver e sustentar a sua população. O milho é ainda hoje, mais do que nos outros arquipélagos atlântidos, a base, às vezes quase exclusiva, da alimentação.

Alude ainda o piloto à importância do algodão, que os documentos confirmam amplamente. Produto de exportação, alimentava também uma indústria de panos que se praticou nas ilhas até ao terceiro

[1] *Viagem de Lisboa à Ilha de S. Tomé*, publ. por A. REIS MACHADO.

[2] O assunto é tratado com desenvolvimento na minha memória *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*, Lisboa, 1954, pp. 110-115.

quartel do século XIX. Introduzida a partir de Portugal, a planta era também cultivada no litoral da Guiné, devendo-se aí aos Árabes a sua difusão. Por sua vez, os escravos negros podem também ter trazido o algodão; foram eles que difundiram os teares estreitos e toscos, onde teciam longas faixas de pano que depois seria destinado ao resgate de novos cativos. Não é raro ainda hoje, e a despeito da concorrência dos tecidos de fabrico europeu, ver o algodão cultivado nos quintais das aldeias da Guiné e um outro Negro, à sombra espessa da mangueira, manejando destramente o seu tear primitivo. Em Cabo Verde desapareceu completamente, encontrando-se apenas o algodoeiro entre as ervas daninhas nos campos abandonados[1].

9. A INTRODUÇÃO DO MILHO E OS SEUS POSSÍVEIS CAMINHOS

Assim, no decurso de quase um século, a colonização das ilhas de Cabo Verde passou por duas fases distintas. A primeira, mais prolongada, é dominada pela importância dos tratos da Guiné e pelas vantagens concedidas aos moradores de Santiago no resgate de escravos e de mercadorias. O descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o do Brasil, enlaçando os portos desta ilha com as grandes rotas da navegação do tempo, deu à ocupação do solo certo incremento. Mas faltava a base que iria permitir o povoamento em larga escala, e essa só foi fornecida pelo milho americano, o cereal que melhor se adaptava às condições do clima local. A prosperidade da Ribeira Grande, elevada à categoria de cidade e de bispado e provida de autoridades, o início da colonização de outras ilhas (Brava, 1545; Santo Antão, 1548), onde se esperava que os respectivos donatários viessem a «fazer fazenda», e não apenas criação de gado e apanha de algodões, o relativo desenvolvimento da agricultura de Santiago, que deixa entrever a narrativa do piloto anónimo, marcam o início da segunda fase. Só uma agricultura de subsistência pode alimentar população

[1] No fim do século XVI, GASPAR FRUTUOSO menciona criação de gado mais ou menos em todas as ilhas, algodão do mesmo modo, mas depreende-se que apenas em São Nicolau, além de Santiago, haveria alguma cultura: «tem muitas árvores de espinho, como laranjeiras e cidreiras, e muitos arvoredos estrangeiros» (exóticos). Mas a sua narrativa, além de muito sumária, não merece confiança por omitir a ilha que, em segundo lugar, mais se desenvolvera — o Fogo. Vid. a ob. cit., pp. 94-98.

numerosa e só assim ela se consegue enraizar numa terra que durante mais de meio século se afigurou inóspita e nada promissora. A introdução do milho grosso é portanto facto da maior importância na história das ilhas de Cabo Verde: foi ele que permitiu, a despeito das limitações de uma natureza hostil, a fusão de raças e de civilizações que constitui a maior originalidade destas ilhas.

Dada a escassez de documentos que ao assunto directamente se reportem, e a confusão frequente entre o milho e os cereais africanos, será difícil, se não impossível, tentar esclarecer por completo as circunstâncias da sua introdução. Na falta de uma demonstração irrefutável, procurarei formular uma hipótese coerente e, tanto quanto possível, documentada, da origem brasileira do milho nas ilhas de Cabo Verde, aí introduzido primeiro que se tivesse divulgado em Portugal e muito antes de conquistar a maior extensão dos campos dos Açores e da Madeira.

O milho era cultivado largamente pelos índios quando os Europeus chegaram à América, parece que em duas áreas: a variedade de grão duro na América Central, a de grão mole nos Andes e no Brasil[1].

Foram os Espanhóis que primeiro entraram em contacto com o novo cereal, na ilha de Haiti (ou Espanhola), onde constituía,

---

[1] O excelente artigo de R. PORTÈRES, «L'introduction du maïs en Afrique» (*Journal d'Agriculture tropicale et de Botanique appliquée*, Paris, 1955, II, pp. 221-231), resume o problema da introdução do milho em África. M. D. W. JEFFREYS, «The origin of the Portuguese word zaburro as their name for Maize» (*Bulletin de l'IFAN*, série B, Dakar, 1957), insiste na existência «pré-colombina» do milho em África, apoiado em argumentos inconsistentes (cerâmica yoruba da Nigéria, *considerada* anterior ao descobrimento da América, com impressões, que *se supõem* obtidas rolando uma espiga de milho enquanto o barro está fresco: in *Nature*, London, n.º 4386, 21. XI. 1953) e sugestionado pela confusão, frequente em vários textos portugueses do século XVI, entre o maís e o sorgo. Dessa confusão se encontra eco em RAMUSIO (*Delle Navigationi et Viaggi*, Venetia, 1554), que insere o desenho de uma espiga de milho, com o seguinte comentário: «La mirabile & famosa semenza detta maiz nell'indie occidentali, della quale si nutisce la metà del Mondo, i Portoghesi la chiamã miglio zaburro...», do qual já se haviam introduzido na Itália as variedades branca e vermelha. JEFFREYS não teve em conta o trabalho fundamental de L. MESSEDAGLIA, *Il Mais e la Vita Rurale Italiana*, Piacenza, 1927, onde o assunto é esclarecido, com toda a proficiência, no cap. XIV. A presente nota responde, pela maior parte, ao amável *desafio* que me lançou o autor inglês a propósito do meu artigo citado a p. 141 acerca da introdução do milho em Portugal.

com a mandioca, o principal da alimentação dos indígenas. Aqueles logo começaram também a «comer o pão destes índios». As duas plantas são minuciosamente descritas por GONZALO FERNANDEZ DE OVIEDO na sua preciosa *Historia general y natural de Indias*[1], composta pela maior parte durante o segundo quartel do século XVI. As exigências ecológicas, e portanto as áreas de difusibilidade das duas plantas, são diversas, não podendo a mandioca ir muito além da zona intertropical; mas o milho cedo foi introduzido em Espanha e, com a nova planta, importou-se o nome americano, *maiz;* outras vezes era designado por *trigo de Índias*, o que, por um lado, indicava a sua origem exótica, por outro lado, a sua qualidade e o seu emprego como cereal de pão. Parece que já em 1500 se ensaiava, nos arredores de Sevilha, a nova cultura, e foi certamente da Espanha que ela se espalhou, com o andar do tempo, por todo o mundo mediterrâneo, onde se cultiva a variedade de grão duro.

Em Portugal são confusas as primeiras notícias que se referem ao milho[2]. Por alguma semelhança da planta com outros cereais ao tempo ainda largamente cultivados, e pela identidade na sua utilização, deu-se-lhe o nome igualmente de milho, também aplicado ao *milho painço* e *milho miúdo* ou *milho alvo*. Para os distinguir, chamou-se ao novo cereal *milho grosso, milho de maçaroca* e *milhão;* mas a designação de *milho maiz* ou *maez*, ainda hoje popular no Minho, atesta incontestàvelmente a sua introdução através da Espanha. Alguns dos nossos clássicos confundiram o milho maís com o sorgo ou milho zaburro, cultivado na Guiné e, parece, também introduzido em Portugal, e atribuíram-lhe assim, erradamente, origem africana. O novo cereal fez a sua aparição nos nossos campos talvez ainda no primeiro quartel do século XVI e ràpidamente se difundiu: em 1533 havia suplantado, nos mercados, o centeio, a cevada e o milho miúdo, avantajando-se a estes em preço e estimação; por esse tempo, era descrito minuciosamente, como coisa nova, entre as culturas tradicionais que se faziam «em roda da cidade de Lamego duas léguas». A sua difusão nos terrenos húmidos ou regados de Portugal atlântico (Entre Douro e Minho, ocidente e centro da Beira) foi muito ràpida e era geral no princípio do século XVII; mas a expansão

[1] Liv. VII, cap. 1.º ou cap. 4.º do «Sumário».

[2] A introdução do milho em Portugal foi estudada por CUNHA COUTINHO, *Origem e Aclimação do Milho em Portugal*, Lisboa, 1917 e, com novos elementos, no meu artigo citado.

do milho não parou: ganhou a Galiza e o Norte da Península, subiu na montanha até onde o clima lho permitiu, cultivado como forragem onde já não frutificava vantajosamente; espalhou-se pelas charnecas do Sul, no início das grandes arroteias do terceiro quartel do século XIX, a ponto de ocupar metade da área dos cereais de pão cultivados em Portugal. O seu declínio é recente e deve-se ao progresso dos modos de viver urbanos, favorecido pelo desenvolvimento das comunicações, que em toda a parte impõe o uso do pão branco de trigo. Mas, na área de maior densidade de população rural portuguesa, a extensão dos campos de milho de regadio e o uso da broa mostram o enorme contributo deste cereal americano para o seu desenvolvimento e sustentação.

Assim, o milho fez a sua aparição entre nós mais de um século depois do início da expansão portuguesa. Tão familiares nos são hoje os seus pés e maçarocas que só pelo conhecimento da história o eliminamos da bagagem de tradições agrárias dos primeiros colonizadores; em compensação, a cana-de-açúcar e provàvelmente o algodão, plantações hoje totalmente ignoradas, eram então, se não correntes, conhecidas.

Além das culturas de rendimento, procuraram os Portugueses, por toda a parte e até onde o clima lho permitia, introduzir os elementos essenciais do seu património agrário e aqueles que mais correspondiam aos seus hábitos ou necessidades alimentares. Assim, o trigo foi logo cultivado na Madeira, nos Açores, no Sul do Brasil, e até em São Tomé, onde só dava palha muito basta mas não conseguia frutificar. Encontrando naqueles arquipélagos condições favoráveis, a ponto de ser exportado em larga escala, só muito tarde cedeu em parte o lugar ao milho, introduzido nos Açores no século XVII em terrenos que a decadência do pastel deixara devolutos[1], e na Madeira, parece, só se generalizou nos meados do século XIX[2]. Assim, o milho não fazia parte das culturas introduzidas no início da

---

[1] RAQUEL SOEIRO DE BRITO, *A Ilha de São Miguel*, Lisboa, 1955, p. 96; vid. nota seguinte.

[2] *Elucidário Madeirense*, s. v. «milho». A tardia difusão do milho americano nos dois arquipélagos, que certamente conheceram a nova planta ao mesmo tempo que a Península, não deixa de causar estranheza, tanto mais que outros elementos do património agrário tropical cedo se generalizaram em ambos. O milho não se espalhou no Noroeste em detrimento da área do trigo, mas de cereais menos prezados do que ele. Pode pensar-se que o êxito desta

ocupação da ilha de Santiago, nem tão-pouco das que se praticaram nos outros arquipélagos portugueses do Atlântico, com que Cabo Verde mantém tão estreitas relações. Depois deste surto agrário inicial, o contributo do Continente para a agricultura das ilhas é insignificante. Compreende-se: a Índia e o Brasil, terras tropicais também, forneciam plantas que, ensaiadas em Cabo Verde, não traziam aos colonos qualquer dificuldade ou desilusão. Documentadas as relações de Cabo Verde com o Brasil, aparece muito forte a probabilidade de as ilhas terem recebido daqui directamente o novo cereal[1].

10. RELAÇÕES COM O BRASIL

Servindo de entreposto no tráfico de escravos, muitos Negros da Guiné teriam passado pelos mercados da Ribeira Grande, onde eram avaliados, seguindo daqui com destino ao Brasil nas cargas dos navios que, escalando os portos de Santa Cruz, se dirigiam à Índia. Mas com os homens foram outros produtos, da Europa, da África e do Oriente, reunidos em Santiago e, de certo modo, *ensaiados* antes de passarem ao novo continente. Cabo Verde foi assim, ao mesmo tempo, um centro de concentração e de difusão de plantas, animais e homens, como porventura nenhum outro nos vastos territórios do mundo tropical.

GABRIEL SOARES DE SOUSA, que foi senhor de engenho de açúcar e dono de roças e fazendas na Baía, autor da *Notícia do Brasil*[2], de 1587, repositório inexaurível de notícias especialmente minuciosas em relação ao território que ele habitou, dá a este respeito seguras

---

cultura, tanto nos Açores como na Madeira, eliminaria um concorrente; por outro lado, os andares inferiores de vegetação eram reservados a produtos ricos (cana-de-açúcar, vinha); para aquela se abriram, na Madeira, a maior parte das levadas. É provável que, como na Península, o milho acompanhasse um surto demográfico.

[1] As duas variedades de milho podem distinguir-se genèticamente; a de grão mole, própria dos climas húmidos, foi a que se difundiu na África tropical, provinda por certo do Brasil (PORTÈRES, art. cit.); mas, através do estudo da variedade actualmente cultivada nas ilhas de Cabo Verde, é impossível inferir qual tenha sido introduzida. Durante as grandes fomes que o arquipélago tem sofrido consome-se até ao último grão, esgotando-se as reservas e importando-se novas sementes.

[2] Edição, eruditamente comentada, de PIRAJÁ DA SILVA, São Paulo, s. d.

indicações. Não tinha transcorrido o espaço de uma geração desde que, sob a direcção de Tomé de Sousa e com especial empenho de D. João III, se fundara definitivamente a cidade do Salvador e a agricultura e a criação de gado tinham ganho as melhores terras dos «recôncavos» da Baía: a *Notícia* é, assim, quase contemporânea dos factos que regista.

«As primeiras vacas que foram à Baía, levaram-nas de Cabo Verde[1] e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição, que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas». «As éguas foram à Baía de Cabo Verde, das quais se inçou a terra» a ponto de se venderem muito baratas, sendo tão formosas como as melhores da Península; da Baía se levavam cavalos a Pernambuco, onde se vendiam por bom preço. «As ovelhas e cabras foram de Portugal e de Cabo Verde, as quais se dão muito bem». Para os jumentos, porcos, galinhas, pombas, perus, patos e gansos, que todos se davam muito bem no seu novo *habitat*, não se indica a proveniência: apenas se diz, genèricamente, que eram iguais ou melhores do que em Espanha (Península Ibérica) ou Portugal[2].

Da mesma forma, Cabo Verde aparece mencionado a propósito das espécies que se cultivavam na Baía[3]. «E comecemos nas canas de açúcar, cuja planta levaram à capitania dos Ilhéus das ilhas da Madeira e de Cabo Verde»; a terra recebeu-as de tal maneira que, em tamanho, duração e falta de exigências, se avantajavam aos demais sítios onde eram cultivadas. «As palmeiras que dão os cocos, se dão na Baía melhor que na índia, porque, metido um coco debaixo da terra, a palmeira que dele nasce dá coco em cinco e seis anos, e na índia não dão estas plantas fruto em vinte anos. Foram os primeiros cocos à Baía de Cabo Verde, donde se encheu a terra...»; a árvore, originária do Oriente e trazida da índia a Cabo Verde, tornou-se no litoral do Brasil muito mais importante do que nas ilhas que serviram de elo na cadeia da sua expansão. O gengibre, também originário da índia, foi levado à Baía da ilha de São Tomé. O arroz, que tanto se semeava em brejos como em terra enxuta, «é tão grado e formoso como o de Valência». «Levaram a semente do arroz ao Brasil de Cabo Verde». «Da ilha de Cabo Verde[4] e da de São Tomé foram à

---

[1] Entenda-se sempre: as ilhas de Cabo Verde.

[2] T. I, 2.ª parte, cap. 33.

[3] *Id.*, cap. 34.

[4] Sobre «ilha de Cabo Verde», vid. nota 1 a p. 134.

Baía inhames que se plantaram na terra logo, onde se deram de maneira que pasmam os Negros da Guiné, que são os que usam mais dele»[1].

Temos aqui múltiplos exemplos de animais e plantas que passaram ao Brasil por intermédio desta espécie de *estação experimental* que constituía a ilha de Santiago. Mas, por outro lado, assim como esta recebeu da Europa, da África e da índia os elementos do património agrário e pecuário que depois difundiu pela América, recebeu-os também certamente do Brasil, sob a forma de dois importantes produtos alimentares que ainda hoje detêm o primeiro e o segundo lugares entre as plantas cultivadas no arquipélago de Cabo Verde.

11. A MANDIOCA E O MILHO: PREFERÊNCIA DO SEGUNDO NAS ILHAS DE CABO VERDE

Entre os mantimentos naturais da Baía, conta GABRIEL SOARES, o principal e de mais substância era a mandioca, «a que em Portugal chamam farinha de pau», designação ainda corrente. Divulgou-se ràpidamente o seu uso entre os Portugueses, de cuja farinha faziam pão, doces, massas, usando dela para mantimento de escravos e criadagem, carregando-a nos navios para sustentar as tripulações até Portugal e preferindo-a as mulheres à farinha de trigo, se a que vinha do Reino não era muito alva e fresca; até governadores e pessoas principais, uma vez no Brasil, a usavam em lugar daquela, por a considerarem mais saudável. «E porque tudo é mandioca, concluamos que o mantimento dela é o melhor que se sabe, tirado o do bom trigo, porque o pão de trigo do mar[2], de milho, de centeio, de cevada, não presta a par da mandioca, arroz, inhames e cocos[3].

O milho era assim alimento menos estimado, tanto entre os índios como entre os Portugueses, que os imitavam, comendo-o ou bebendo o vinho que dele se fazia[4]. Estes semeavam-no para o gado;

---

[1] *Id.*, cap. 35. *Inhame* é designação genérica de vários tubérculos comestíveis usados em África. Tanto pode tratar-se de *Colocasia esculentum*, de grandes folhas cordiformes, como de *Dioscorea*, várias espécies trepadoras. CAMINHA, na carta sobre o achamento do Brasil, chama assim à mandioca.

[2] Trigo trazido pelos navios?

[3] *Id.*, caps. 37 a 43.

[4] *Id.*, cap. 44.

os Negros preferiam o da sua terra; mas de uma variedade mole também se faziam doces, pão e, quebrado no pilão, comia-se cozinhado com carne, peixe ou galinha ou, curado ao fumo, conservava-se de um ano para o outro.

GABRIEL SOARES identifica o milho «a que os índios chamam ubatim» com «o milho da Guiné, que em Portugal chamam zaburro». Confusão corrente, que mostra como este era conhecido em Portugal antes da introdução do milho americano. Em todo o caso, dá-o como «natural da mesma terra», isto é, do Brasil.

Por que razão, entre os dois produtos que passaram às ilhas de Cabo Verde e, dum modo geral, ao litoral africano[1], foi dada ali preferência ao que, no lugar de origem, era tido em menos estimação? Creio que por ser um grão, um cereal que se podia meter no moinho de mão, reduzir a farinha e tratar, em pão, papas ou bolos, como os cereais tradicionais; e ainda porque a mandioca é mais exigente na qualidade das terras (hoje em Cabo Verde só se cultiva nas melhores), tem um preparo mais complicado, que obriga a extrair o suco nas variedades venenosas, antes de a reduzir a farinha espremendo-a e passando-a ao fogo; em Cabo Verde, aliás, apenas se cultiva a variedade doce (*aipim*), isto é, não venenosa, que também é a mais corrente na África continental. Aqui, pelo contrário, a mandioca teve maior fortuna que o milho: em policulturas constituídas em torno de tubérculos — os inhames — esta tinha mais fàcilmente o seu lugar do que nos sistemas que têm por base os cereais.

Outra razão levou os Portugueses a adoptarem-na prontamente na colonização da Baía: a numerosa população que tinham de alimentar, constituída pelos senhores e colonos europeus e pelos escravos que trabalhavam nos canaviais e engenhos de açúcar. Aqui era natural recorrer ao mantimento que na terra era mais corrente e mais estimado. Em Cabo Verde, o milho, se é certo que as primeiras referências mencionadas[2] lhe dizem respeito, apareceu quando ainda era escassa a população de Santiago e quando dominava na sua agricultura a tradição agrária portuguesa. Ele veio assim tomar o lugar, por um lado, do trigo e da cevada, que não frutificavam neste clima; por outro, dos pobres cereais africanos, introduzidos para os substi-

---

[1] O milho amaricano é conhecido no crioulo da Guiné portuguesa por *milho basil* (Brasil), para o distinguir dos outros cereais com o mesmo nome.

[2] Vid. p. 141.

tuir com os primeiros cativos da Guiné. Com o aumento da população negra e crioula, triunfaram os costumes alimentares africanos: e nas diferentes maneiras como se prepara o milho[1] não figura o pão, não havendo aliás uma farinha que se junte a ele para lhe dar consistência no amassar.

12. PAPEL DAS ILHAS DE CABO VERDE NA EXPANSÃO PORTUGUESA

Quando os Portugueses chegaram às ilhas de Cabo Verde não se podia imaginar lugar mais desfavorecido para a ocupação humana[2]. Opunham, por toda a parte, obstáculos, um relevo tão enérgico como nos Açores e na Madeira e, se não os densos bosques que revestiam estas ilhas e que foi preciso derrubar pelo fogo e pelo machado, um inimigo feroz, persistente e implacável: o regime das chuvas, escassas no geral, irregulares, caindo em bátegas violentas que provocam enxurradas e tudo arrastam no caminho. Com isso, uma absoluta falta de recursos alimentares, pois entre o que hoje se come em Cabo Verde, à excepção do peixe e das tartarugas, apenas a vagem doce e adstringente do tamarindo, de que se faz uma bebida refrescante, parece ser espontânea nessas ilhas. A introdução das cabras, que logo se lançaram em todas as ilhas, não veio favorecer estas condições, muito pelo contrário. Multiplicando-se espantosamente, elas contribuíram para ajudar à destruição das matas e à degradação dos solos, alargando desmesuradamente as peladas constituídas pelas arroteias para cultura ou para pasto. Mas, uns quarenta anos depois de descobertas, quando apenas duas ilhas se encontravam povoadas, já as «esterilidades» afligiam a sua incipiente agricultura. A falta de arvoredos foi notada em muitas ilhas e, mesmo onde os havia mais bastos, grandes ervaçais denunciavam a existência natural de associações abertas, tendendo para a aridez.

Ao contrário da Madeira, com um regime de chuvas semelhante ao do Sul de Portugal, e dos Açores, com um regime que mal exagera o do extremo norte, as ilhas de Cabo Verde possuem já um regime

---

[1] Vid. a minha memória sobre *A Ilha do Fogo*, pp. 121-122.

[2] Sobre o quadro físico e os traços gerais da ocupação humana, vid. o meu estudo da ilha do Fogo e a bibliografia aí citada.

tropical, com chuvas concentradas em três meses do ano e a coincidência, desfavorável aos cereais de pragana, de calor e humidade. Portanto, se muitas culturas tradicionais puderam ser introduzidas, dando-se aí a maior parte das frutas e hortaliças da Europa, chegando-se, por exemplo, a produzir vinho em quantidade suficiente para ser vendido para o Brasil, as ilhas careciam em todo o caso das condições que permitissem, em larga escala, uma policultura alimentar com base nos cereais e uma cultura de rendimento, como era a cana-de-açúcar. A água escasseava para a rega: por isso o arroz, introduzido em Santiago, foi sempre modestamente cultivado; pela mesma razão os canaviais, que houve até há meio século, vieram a ocupar área insignificante na superfície agrícola das ilhas .

Uma terra que assim aparecia inóspita e desfavorecida, para mais tão distante da Metrópole, só por vantagens especiais concedidas aos moradores se chegaria a povoar. Essas vantagens foram os tratos da Guiné. Das relações com a costa africana fronteira vieram não só o arroz, os milhos indígenas, o algodão, principal recurso da terra depois da apanha da urzela e da extracção do sal (produtos estes em cuja criação o homem não intervém), como ainda artigos de comércio — o marfim foi o mais importante — e, acima de tudo, os cativos da Guiné. Estes Negros, resgatados em África e *quartejados* em Santiago e no Fogo, eram depois encaminhados para a Europa e outras ilhas atlântidas e, em escala crescente à medida que progredia a colonização, para o Brasil.

Numa terra tão desfavorável à agricultura não era possível uma colonização de povoamento do tipo da Madeira e dos Açores. Brancos, Portugueses, um ou outro Italiano ou Castelhano, alguns Israelitas ou Cristãos-Novos, seriam apenas negociantes, armadores, senhores de terra e de gado, «chefes de empresa» como se diria hoje, porventura alguns exercendo «ofícios mecânicos», mas raramente verdadeiros colonos, como naquelas ilhas, que por suas mãos desbravassem e cultivassem a terra. À roda da cidade e das casas principais, nas suas hortas e jardins, haveria apenas uns «mimos» de produtos europeus, para regalo dos olhos e da mesa da gente principal. O trabalho manual, porém, estava entregue aos escravos, e seriam eles, ocupados nos canaviais, na apanha de algodões, nas carnagens de gado e na extracção de sal, que constituiriam o grosso da população. Em breve os veríamos cruzar-se com os Brancos, e a multiplicação dos Mestiços subir em número, importância e dignida-

des. Uma sociedade que se havia de desenvolver paralelamente à da Baía, do outro lado do Atlântico, mas, afinal, com os mesmos elementos e caracteres, que ainda hoje, a despeito das diferenças de ambiente natural, as fazem tão afins.

As ilhas de Cabo Verde, além deste cadinho de gentes, foram ainda a grande encruzilhada das rotas oceânicas. Por aqui se passava a caminho da Costa da Mina, de Angola, do Brasil, do Oriente: às vezes entre as ilhas, outras ao largo, não raro escalando as seguras enseadas da Praia ou da Ribeira Grande. Mas se na ida as naus e caravelas, bem aparelhadas para a longa travessia, passavam sem se deter, no regresso paravam quase sempre, para tomar refrescos, fazer aguada, correger as vergas, obter dinheiro ou embarcar escravos que tocassem às bombas, acudindo aos navios em perigo de água aberta.

Destes contactos resultou a troca de produtos, recebendo as ilhas, do Brasil e do Oriente, grande número das suas plantas cultivadas, e enviando para o Brasil animais originários de Portugal e sementes de toda a proveniência. Seria do maior alcance estudar, debaixo do aspecto comparativo, as relações entre estas ilhas, cujo desenvolvimento a natureza desfavorável cerceava, e os prósperos e progressivos estabelecimentos do outro lado do Atlântico, fundados em terra rica e promissora. Desde já se deixa ver com clareza o enorme contributo que o Brasil trouxe à colonização de Cabo Verde. Se as ilhas saíram do marasmo em que permaneceram quase um século, isso se deve ao encontro de uma planta providencial, em torno da qual se pôde organizar toda a vida agrícola: o milho e, com ele, os feijões e abóboras que é de uso semearem-se na mesma cova, e a mandioca, suplemento importante na alimentação.

Tiveram portanto as ilhas de Cabo Verde lugar de relevo na expansão portuguesa, menos pela importância que vieram a alcançar do que pelo significado das suas relações e pelos problemas que, pela primeira vez, surgiram ao ocupar gente de origem europeia uma terra tropical. Sem a solidariedade que a navegação portuguesa criou entre os três blocos continentais, separados até aí pela vastidão dos oceanos intransponíveis, dificilmente se conceberia uma ocupação efectiva das ilhas de Cabo Verde. Por outro lado, pelos escravos negros, os gados, as sementes que a Baía daqui vai receber, elas constituem como um lugar de ensaio para a grande empresa da colonização do Brasil.

13. REMATE

Episódio de tal relevo no decurso da nossa expansão, admira que não tenha preocupado os historiadores, embrenhados apenas nas minúcias do descobrimento. Tentei este esboço socorrendo-me principalmente dos factos coleccionados por SENA BARCELOS, numa compilação que deixa ao profano a dúvida de assentar numa ampla recolha documental; pior: de que muitos documentos teriam sido incompletamente aproveitados, passando o autor ao lado das coisas que regista sem lhes aperceber a importância e as explorar nas suas ramificações profundas.

A minha justificação, aproximando factos averiguados mas até agora desconexos, comentando textos tão conhecidos como inaproveitados, formulando conjecturas onde faltavam os elos de um encadeamento plausível, é apenas o conhecimento dos lugares e a luz que a vida actual projecta nas obscuridades do passado. Traz-se assim um exemplo das íntimas relações que unem a Geografia à História. Sem a análise destes primórdios, fica incompreendida a ocupação de uma terra onde os homens irão viver rasando os limites extremos das suas possibilidades naturais; sem o conhecimento das coisas e dos sítios, não se vivificam os documentos nem se eleva a História acima do nível da simples erudição. Se o objectivo desta disciplina é, na verdade, «o estudo dos homens no tempo», como é possível desenrolar o drama da sua evolução sem delinear o cenário, e enumerar grandes feitos e destinos ilustres sem que se conheçam as formas da vida quotidiana e humilde e as necessidades fundamentais da população, que em toda a parte procura modos de subsistência e de actividade produtiva?

A ILHA DE SÃO TOMÉ NO QUADRO DA EXPANSÃO PORTUGUESA[1]

A recente e bela tese de FRANCISCO TENREIRO acerca da ilha de São Tomé[2] insere-se num conjunto de preocupações de geografia *insular*, iniciada com a publicação do meu estudo da Madeira em 1949[3]. Destinado a servir de livro-guia de uma excursão do Congresso Internacional de Geografia, que nesse ano se reuniu em Lisboa, o trabalho ressente-se não tanto da pesquisa, conduzida com a minúcia necessária, como de uma redacção apressada, que deixou muita coisa de fora. Dentro da mesma orientação, mas com outros vagares, a tese de RAQUEL SOEIRO DE BRITO[4], «rica de substância e palpitante de vida», constitui um inventário minucioso dos aspectos geográficos da mais extensa, povoada e importante ilha dos Açores, já apontado como exemplo da qualidade de trabalho da modesta escola de geografia[5] que, a despeito de tantas dificuldades e limitações, criei e me tenho esforçado por manter ao nível das exigências actuais da Ciência. A curiosidade sempre desperta pelos fenómenos naturais levou-me à ilha do Fogo no decurso da sua erupção de 1951, que, sem essa indiscrição de geógrafo, teria talvez ficado por descrever[6]. Mas, nas duas viagens que aí fiz, foi-me possí-

---

[1] Único trabalho inédito entre os coligidos neste livro, utiliza e amplia a «argumentação» da tese a seguir citada.

[2] *A Ilha de São Tomé (Estudo Geográfico)*, Lisboa, 1961. Dissertação de doutoramento em Geografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano de 1961.

[3] ORLANDO RIBEIRO: *L'Ile de Madère. Étude Géographique*, Lisbonne 1949.

[4] *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico*, Lisboa, 1955.

[5] PIERRE GOUROU: *São Miguel des Açores (Annales de Géographie*, n.º 362, Paris, 1958, pp. 367-370).

[6] ORLANDO RIBEIRO: *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*, Lisboa, 1954.

vel reunir materiais que me permitiram elaborar uma monografia completa dela. O Fogo não é a mais importante das ilhas de Cabo Verde: a todas sobreleva Santiago, apenas mais extensa do que Santo Antão, mas a que primeiro foi povoada, a que possui mais população, mais culturas, e por isso, tendo recebido mais escravaria, a que conserva carácter mais africano, com metade da sua gente preta. ILÍDIO DO AMARAL prepara acerca dela um estudo cujas primícias garantem a minúcia com que está sendo conduzido. Todos os arquipélagos portugueses do Atlântico têm assim estudada a ilha mais importante (ou das mais importantes), o que permitirá tentar em breve uma síntese deste variado e original mundo insular.

Mas o livro de TENREIRO pertence também a outra linha de pesquisas, esta de mais ampla perspectiva: a geografia da expansão portuguesa. Por mim ou pelos meus discípulos, apenas Timor não foi ainda estudado. Neste mundo em subversão, não se sabe que destino se reserva a alguns territórios onde a nossa influência se exerceu. Em parte de Goa, só com muita dureza e implacáveis destruições do que é hoje património de uma grande civilização ela poderá ser apagada. Recordo, por exemplo, a emoção com que ouvi, numa festa do Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, em 1938, Javaneses tocarem uma toada de sabor português, o que não causava estranheza porquanto (como em Malaca) a gente antiga falava ainda um crioulo da nossa língua.

Uma passagem por São Tomé em 1935, alguns dias de permanência em 1951 e, sobretudo, o rico material coligido neste livro, permitirão, discutindo algumas das suas ideias, colocar a ilha de São Tomé no quadro da expansão portuguesa, onde ocupa, creio eu, posição ambígua e, por isso mesmo, singular.

A Madeira e os Açores constituem províncias da Metrópole e são inteiramente *europeias* na sua expressão humana. Um longo Verão mediterrâneo levou, naquela ilha, a utilizar o contraste entre a vertente norte, abrupta e chuvosa, e a vertente sul, menos áspera e mais seca. As águas são desviadas ao longo de mais de 100 km de *levadas* e constituem, com os *poios* ou socalcos e o estrume do gado grosso, as bases de uma intensa ocupação agrária. As vacas são assim uma espécie de máquina destinada a produzir excremento e leite, que o *vilão* leva à desnatadeira, guardando o almece para sua alimentação e dos porcos criados à pia. As casas disseminam-se por entre minúsculos retalhos de um campo em grande parte *construído;*

acima da levada cessa toda a cultura e uma faixa de loureiros espontâneos e de pinhais introduzidos separa o campo do *montado*, esporàdicamente utilizado para o pasto, roça de mato e corte de lenha ou madeira.

Nos Açores, onde o anticiclone assim chamado poucas vezes permanece sobre o arquipélago, a zona da condensação das nuvens limita muito em altura cultivos e povoamento. Este dispõe-se em «bichas» ao longo das estradas e caminhos, e as *canadas*, entre muros ou sebes, levam aos cimos, onde, na morna humidade do ar, vacas não estabuladas utilizam (às vezes até ao esgotamento) *pastagens*, isto é, pastos semeados e melhorados que, em grande parte, ocupam o lugar de antigos bosques ou até de terras lavradas. Apenas em São Miguel se rega num ou noutro lugar. Agricultura e criação de gado beneficiam de um clima de chuvas de todo o ano, onde o Estio se marca por uma depressão tão ténue que apenas tem paralelo no clima «sempre-húmido» das finisterras atlânticas da Europa média.

A aspereza do solo vulcânico não constitui novidade para os montanheses da metade norte de Portugal ou da Serra algarvia. O património agrário, enriquecido como o foi entre nós com o milho e o feijão de origem americana, apenas se encontra desfalcado de um elemento fundamental — a oliveira, difícil de ajustar-se ao clima excessivamente húmido e ventoso das ilhas. Em contrapartida, principalmente nos lugares quentes e soalheiros da beira-mar, existe um verdadeiro *estrato tropical*, que a doçura dos Invernos atlânticos leva até ao paralelo de 40°, ocupado outrora pela cana-de-açúcar e hoje pela bananeira, não exclusivo porque estas e outras plantas (inhame[1], batata doce, maracujá, abacate, etc.) se misturam com vinha e arvores de fruto do Mediterrâneo.

Nada, no ambiente humano destas ilhas, na vida dos seus camponeses ou nas suas modestas vilas e pequenas cidades, faz mais diferença das *províncias* portuguesas do que qualquer delas entre si. Um ar de família aproxima-as mais do Norte do que do Sul, a não ser nas ilhas mais pequenas, menos húmidas, inicialmente cobertas de bosques menos densos e, por isso e por serem as primeiras na rota da navegação, as que mais cedo foram ocupadas: Porto Santo e Santa Maria, ambas muito próximas de ilhas grandes, cujo desen-

[1] *Colocasia esculentum*, de grandes folhas cordiformes, usado entre nós como planta ornamental.

volvimento as deixou como que adormecidas, conservando por essa razão certa afinidade com o Algarve, donde teriam vindo os seus primeiros povoadores.

Ao empreender o estudo da Madeira e de São Miguel, à parte os problemas de ajustamento a uma natureza diferente e à *insularidade*, não foi necessário recorrer a métodos que a geografia de Portugal não tivesse já amplamente experimentado. A uma população branca transposta (onde a percentagem de escravos negros não seria mais elevada do que em certas cidades do Continente) corresponde, como moldura, uma paisagem rural em grande parte também transplantada.

O arquipélago de Cabo Verde é outro mundo físico e humano. Se estivesse situado um pouco mais ao sul, receberia com regularidade a pulsação da frente intertropical e as chuvas abundantes que caracterizam a massa de ar que ela limita; um pouco mais ao norte, estaria em cheio na zona dos «ventos gerais», comparticipando do carácter desértico de parte do arquipélago das Canárias, onde se pratica uma agricultura de oásis e se pode ver, sobre o tom fulvo das ilhas escalvadas, a mancha verde dos campos regados. As ilhas de Cabo Verde pertencem, sem sombra de dúvida, aos trópicos, mais exactamente a África: pelo seu património agrário, onde, a despeito do contributo europeu, avultam plantas de origem americana, africana e oriental; pelas suas técnicas rurais rudimentares, sem arado e sem carros, onde o trabalho se faz a braço e o transporte a lombo de muares; e pela sua população de Mestiços (69 p. 100) e Pretos (29 p. 100), onde os Brancos constituem ínfima minoria (2 p. 100, 7 p. 100 na Brava, a ilha onde são mais numerosos). Mas no estilo de vida, na linguagem (um crioulo que obedece, na sua estrutura, às normas das línguas românicas), no ambiente espiritual como no arranjo do campo, prevalece a influência portuguesa. Estas ilhas são assim, a 16° de latitude, como que «o derradeiro eco da Europa». A sua extrema pobreza, motivada pelas «crises», fez com que se perdessem os vínculos, declinando socialmente o que teria sido a sua modesta aristocracia branca, ao passo que se libertavam os escravos e ascendiam os Mestiços, a que o comércio e principalmente a emigração garantiam certa prosperidade. Senhores das terras, donos das lojas, nas profissões liberais ou na administração, os Cabo-Verdianos mandam realmente na sua casa. Raça e cor nada têm a ver com o *status* social, onde o favor ou desfavor da fortuna pode elevar um Preto e abaixar um Branco. Numa fórmula concisa,

poder-se-ia dizer de Cabo Verde que são *ilhas portuguesas de expressão crioula.*

Mas, ali como nas ilhas do golfo da Guiné, como, dum modo geral, em todas as ilhas tropicais de colonização europeia, deram-se encontros de civilizações e de raças, conflitos ou estimulações económicas, onde se reflectem influências distantes, de vários continentes e oceanos e de diversas zonas terrestres. Daí a necessidade de «certo alargamento sociológico» de uma tese de Geografia, do qual FRANCISCO TENREIRO, sociólogo de formação, julgou prudente desculpar-se...[1] Eu próprio sentira a mesma necessidade ao introduzir, no estudo do Fogo, uma rubrica sobre «A sociedade: elementos e classes». A Geografia é, cuido eu, ao mesmo tempo ciência de base, de convergência e de transição: uma ponte lançada entre o estudo da natureza e o estudo do homem, uma encruzilhada onde se chega por vários caminhos, que afinal têm enriquecido o seu conteúdo, tornando imprecisas as suas margens e permitindo que, por elas, se alarguem ou se renovem os horizontes de pesquisa. São Tomé, nas suas paisagens impregnadas de humanização de quatro séculos e meio, tão intensa que é difícil separar dela os elementos «naturais», seria incompreensível se não se tivessem em conta estratificação social e conjuntura económica, que dominam a linha da sua evolução humana e sobrepõem, no mesmo exíguo território, dois estilos de vida.

São Tomé, com o seu clima «doentio», que não poupava os poderosos e até hoje deixou a triste lembrança de imigrantes cedo ceifados pelas «febres», nunca teve contributo de gente branca comparável à Madeira ou aos Açores. Mas ele foi também fraco em Cabo Verde, o que não impediu todas estas ilhas de se aproximarem da fisionomia humana do litoral do Brasil: um sistema de ocupação do solo onde a cana-de-açúcar representou o elemento preponderante, utilizando mão-de-obra servil através de relações de senhor-escravo, que não excluíam certa humanidade e abriam o campo a fecundos contactos de civilização.

Em São Tomé, o fim desta sorte de escravatura paternalista permitiu que se aproximassem, económica e socialmente, pequenos roceiros e «filhos da terra», descendentes de libertos: dessa aproximação resultou um processo de mestiçagem (7 p. 100) que ainda hoje

[1] Por exemplo a pp. 10 e 110.

torna esta ilha mais afim do Brasil (33 p. 100) ou de Cabo Verde (69 p. 100) do que das terras portuguesas do continente africano, onde os Mestiços são menos de 1 p. 100 e apenas em raras cidades (Benguela, Quelimane) constituem ainda elemento de algum relevo na vida local.

A uma época de prosperidade, que poderia chamar-se o «ciclo do açúcar», sucedeu o «grande pousio» de três séculos: a insalubridade, a instabilidade administrativa, as lutas entre poderosos, os ataques de corsários e a ameaça permanente do *quilombo* de Angolares (ao que parece escravos provenientes de Angola escapos de um naufrágio, que se internaram nas matas da ilha, donde saíam a atacar os «engenhos» e os povoados) deram a São Tomé uma espécie de vida amortecida, de que a sociedade local pôde tirar vantagem.

«No princípio do século XIX vamos encontrar a ilha com população rala, em que o elemento preponderante é o Mestiço. A propriedade está, em geral, nas mãos dos mulatos, descendentes dos primitivos colonos e de suas escravas negras, quase todos dedicados a pequenas culturas de quintal, apenas destinadas à subsistência. A mão-de-obra era ainda a escrava, embora o tráfico não constituísse já o negócio rendoso do século XVII. Como «estalagem do oceano», a única fonte de receita era o abastecimento de boas águas, frutas e legumes à marinhagem que a demandava, sujeita a longas e penosas viagens. A Metrópole, como não podia deixar de ser, mantinha contacto precário com a ilha, pelo que, à excepção do sector do Nordeste, onde a população se adensava, esta apresentava um aspecto quase desértico. Na realidade, com o retraimento da cultura de cana sacarina, que levara por todo o litoral a penetração e fixação de moradores e a subida de importância relativa do porto de Ana Chaves, por via das aguadas que de quando em quando os barcos ali faziam, a população tendeu a concentrar-se no sector sobranceiro à cidade, com o subsequente abandono das regiões costeiras do norte e do sul. Só os angolares continuariam vivendo em *quilombos* no sul da ilha.

«Foi assim que os matos se refizeram, confundindo-se as «capoeiras», ou florestas degradadas, com a floresta primitiva, dando ao observador a ilusão de terrenos que nunca tivessem sido ocupados. Só as ruínas de alguns engenhos abandonados e os vestígios de uma vegetação introduzida (coqueiros, bananeiras e cana principalmente) poderiam recordar, no emaranhado das «capoeiras», a permanência antiga e a luta dos homens contra uma natureza pujante.

«Mas o renascimento económico das ilhas após o grande interregno dos séculos XVI e XVII vai dar-se à custa de dramas de toda a espécie, cujo confronto só poderá ser encontrado no Nordeste do Brasil e nas Antilhas. Pode dizer-se que este período se caracteriza pela introdução de novas culturas de rendimento, tais como o café e o cacau, pela substituição do regime de escravidão pelo de servidão e pela luta da posse da terra, com a consequência de um arroteamento amplo dos solos e atracção e investimento de grandes capitais na terra. Um processo sociológico e económico de recuperação, tendo início simbólico no dealbar do século, com a introdução do café, desenvolveu-se até 1880, data em que, com a ascensão ao pico de São Tomé por Mateus Sampaio, se pode considerar ter sido a ilha redescoberta» (pp. 77-78).

O café, introduzido em 1800, e o cacau, na ilha do Princípe, em 1822, mas de difusão muito mais lenta, restituiram à ilha a prosperidade que o declínio do açúcar lhe havia retirado; de tal modo que, deixando de fabricar-se este produto em 1844, a economia em nada se ressente. O sobressalto havia de ter outra origem. Pouco tempo depois começou o processo de libertação dos escravos, desde as primeiras pressões da Inglaterra para fazer cessar o tráfico, até à definitiva abolição da escravatura em 1869, dezanove anos antes do Brasil. O desenvolvimento das novas culturas, e com ele a revalorização da terra, fazem-se num «ambiente de paixão», com queixas e revoltas de escravos, torturas a que alguns são submetidos, senhores assassinados, oposição entre os governadores, que procuravam fazer cumprir as leis, e os proprietários, que se arrogavam o direito de as desprezar. A depressão económica que sucedeu à euforia inicial estancou-se com o recurso ao contrato de «serviçais» em Angola (1867) e, mais tarde, em Moçambique. Por essa época fazem-se em São Tomé investimentos, créditos e empréstimos a longo prazo. Mas a um regime de escravatura paternalista sucedeu um capitalismo desumano, que introduziu novos e poderosos senhores, ávidos de lucro e libertos de escrúpulos na maneira de o conseguirem. No «Romance de seu Silva Costa» deu FRANCISCO JOSÉ TENREIRO[1] a sugestão poética desta apropriação brutal da terra, contada para a Baía nas vigorosas novelas de JORGE AMADO.

---

[1] *Ilha de Nome Santo (Novo Cancioneiro)*. Coimbra, 1942.

«Logo que os produtores do café e do cacau se sentem apoiados pelo crédito bancário e pelo Governo, que lhes facilita mão-de-obra, procuram afanosamente alargar as áreas de culturas, iniciando-se um período agitado de luta pela posse da terra.

«Como atrás frisei, os donos da terra eram na generalidade mestiços descendentes dos primeiros colonos brancos e negros. Constituíam uma «aristocracia» curiosa: habituados a viver de pequenas lavras que davam o suficiente para se manterem sem grandes esforços, num círculo fechado de economia quase sempre familiar, rotineiros e avessos a qualquer modificação. Vítimas, em princípio, de um estado de coisas que levaram ao abandono de São Tomé, foi-lhes imputada toda a responsabilidade no estado de atraso em que a ilha se encontrava no alvorecer do século XIX. «Aristocratas» por posição na hierarquia social da ilha, quando se deu a libertação dos escravos, procuraram, por todas as formas, mostrar que estavam acima destes. Facto que se compreende bem se atentarmos que eles próprios, proprietários livres desde o século XVI, eram também donos de escravaria. Dotados de confiança sem limites e pouco previdentes, estavam condenados a ser as principais vítimas do estado convulsivo que a abolição e introdução de novas culturas trouxeram a São Tomé.

«A notícia da prosperidade do café e do cacau e a tradição da fertilidade dos solos atraía a pouco e pouco capitais da Metrópole. Os novos proprietários, na grande maioria europeus, começam por comprar importantes tractos de terreno, que os naturais vendiam de início a preço conveniente e sem dificuldades. Quando, porém, estes procuraram resistir à tentação da venda e eles próprios se arvoraram em cultivadores de produtos ricos, inicia-se a luta. Pela calada da noite mudam-se divisórias e marcos: atraem-se os proprietários a festas a pretexto de «papas e bolos», enquanto homens hábeis lhes mudam de sítio as frágeis casas de madeira. Outros recorrem à violência : juntam homens armados e dizem simplesmente: «vou rumar de tantos quilómetros para leste de tal ponto»... Invocam os naturais os seus direitos, mas os governos, em presença de factos consumados, são fracos ou incapazes de acção» (p. 81).

É aqui que São Tomé se distancia definitivamente da harmoniosa evolução humana de Cabo Verde. A pobreza destas ilhas pô-las a coberto de cobiças estranhas e é a sua gente que, no geral, continua na posse de terras onde a flutuação do clima tanto pode trazer a miséria e a fome como a suficiência, mas nunca a abastança. Em São Tomé, o capitalismo, nivelando os forros com os antigos donos

espoliados das suas terras, pôs fim à aristocracia crioula, ao mesmo tempo que fazia persistir formas mais ou menos veladas de servidão: os *tongas* ou *filhos do terreiro,* isto é, nascidos nas senzalas das roças, são confiscados aos pais e adstritos ao trabalho no lugar onde nasceram; por todas as formas se procura iludir ou prolongar o repatriamento dos serviçais, e muitos deles, cortados da família e da aldeia, por aqui ficam, arrastando a miséria e o desamparo da velhice quando lhes minguam as forças de pobres animais de trabalho.

O resultado desta evolução é a coexistência, em São Tomé, de três grupos humanos profundamente separados: um pequeno número de Brancos *de passagem* (à roda de um milhar), funcionários, negociantes e, principalmente, empregados das roças (quase todas hoje na mão de sociedades), onde fazem uma carreira que vai de capataz do mato a administrador, na mira de se aposentarem na Metrópole; os «serviçais», cujo número oscila ao sabor do mercado consumidor dos produtos que cultivam (café, cacau, oleaginosas...) : 16 000 em 1895, 38 000 em 1921, 14 000 em 1953, consoante as variações da cotação do cacau, e constituem na verdade uma população flutuante e desenraizada, alimentada por gente de Angola e de Moçambique e hoje também Cabo-Verdianos, que fogem à miséria das suas ilhas e, imbuídos de civilização portuguesa, se distanciam destes *pretos do mato,* na língua, nos usos, na falta de robustez no trabalho; finalmente, os «filhos da terra», que constituem mais de 60 p. 100 da população total, mas, dedicados a uma agricultura de subsistência e a pequenos mesteres, quando não à vadiagem, vivem num estado de «marginalidade económica» (a 52 p. 100 da população cabe menos de 1 p. 100 do total dos produtos ricos!) que explica a sua «marginalidade sociológica».

«Foram muitos os que perderam terra e tiveram de abandonar um estilo de vida no todo semelhante ao dos Portugueses abastados, burgueses e fidalgos, da Metrópole: filhos que se mandavam para os melhores colégios de Portugal e até da Inglaterra, que se enviavam para a Baía para se ordenarem padres, festas animadas a que uma multidão de criadagem dava grande luzimento... Era uma população identificada com o estilo de vida do grande senhor da terra de Portugal. Desta opulência restam os vestígios de uma ou outra casa onde, no seu interior, vive ainda no arranjo do mobiliário o perfume das velhas casas portuguesas; os álbuns de família que ostentam os retratos de avós e bisavós, em que as senhoras mostram belos vestidos, extraídos dos melhores figurinos da época, e os cava-

lheiros, de fortes bigodes, envergam muitas vezes fraques e sobrecasacas, colarinhos engomados e usam chapéu alto. Daquela abastança ficou numas quantas famílias a dignidade com que se recebe hoje ainda o forasteiro, o gosto pelo lauto banquete, onde não faltam nem o requinte da etiqueta nem a delicadeza dos melhores manjares. Mas a revolução económica e social da segunda metade do século transacto subverteu ràpidamente este estilo de vida e os luso-descendentes decaíram como grupo predominante, aproximando-se e até amalgamando-se com os forros ou os libertos» (p. 177).

A harmonia social foi assim sacrificada à riqueza e à estabilidade da economia? É o que parece depreender-se da citação de um autor tão arguto como OLIVEIRA MARTINS, comparando São Tomé com as outras colónias, o seu excedente de exportação sobre a importação, a posição privilegiada que Portugal ocupa numa e noutra, o rendimento elevado das plantações por hectare: «Que outra cultura, que espécie de mina, apresenta semelhantes resultados?» (cit. a p. 84).

Isto foi escrito em 1893; cinco anos depois São Tomé ocupava o primeiro lugar entre os exportadores africanos, com 11,5 p. 100 da produção mundial. No entanto, o «ciclo do cacau» desenrola, em cerca de três decénios, as fases de desenvolvimento, apogeu e declínio, entrando nessa altura as oleaginosas (coqueiro e palmeira dendém) entre os produtos cultivados nas roças. Apesar da implacável defesa que os roceiros sempre fizeram do trabalho mais ou menos constrangido, no mato e no terreiro, e dos lucros que as roças continuam a proporcionar aos principais capitalistas que se assenhorearam da terra, os métodos de cultura não se modernizam, rompem-se solos desfavoráveis que não tardam a esgotar-se, as plantações envelhecem e, actualmente, a produção por hectare (300 kg) é cerca de metade da do Brasil ou de Ghana. Ali, depois de ter desencadeado uma avidez sem escrúpulos na luta pela posse da terra; aqui, partindo da modesta cultura dos quintais dos trabalhadores pretos, a quem proporcionou a elevação social a que justamente aspiram as populações africanas: evolução contrária ao declínio do elemento mestiço de São Tomé, sacrificado a uma organização económica que, irrisòriamente, não suportou a concorrência do litoral fronteiro! Sujeita a crises desastrosas, como é de regra em tantos produtos dum país que, se cultiva mal, ainda vende pior, a economia da ilha é em extremo «sensível e frágil»: a ela corresponde, para dizer tudo, uma sociedade *insustentável*, uma e outra carecentes, para subsistir, de profundas

transformações de estrutura. Não é de crer, nem de desejar, que São Tomé escape à influência desta espécie de implacável «vaga de fundo», que agita o mundo negro no seu desejo e capacidade de ascensão social pela dignificação da vida de uma raça espoliada, durante séculos, do mais incontestável direito de todos os homens — o de ser livre.

Ao longo do seu estudo, onde se combinam harmoniosamente o rigor das observações com o colorido das imagens e o equilíbrio da elaboração, procura FRANCISCO TENREIRO mostrar que a *sua* ilha, a despeito do encontro de elementos de civilizações de vária proveniência e da dominante africana em alguns aspectos da vida, é um prolongamento ou um eco do mundo mediterrâneo português. A linha de clivagem situa-a ele entre as ilhas atlânticas e o Brasil, por um lado, e a África continental, por outro. A antiga e intensa humanização da paisagem; o sistema de exploração da terra, análogo à *fazenda* do Brasil, esta e a *roça* filiando-se no *monte* alentejano, que ocupa numeroso pessoal assalariado e produz para a venda mais do que para o próprio consumo; certos traços da casa e do quintal, a despeito da promiscuidade das culturas e dos processos africanos de as trabalhar; as usanças e tudo o que representa expressão profunda e sincera da vida: língua (um crioulo ainda por estudar), religião, laços sociais espontâneos (importância do «padrinho»); finalmente, a eclosão precoce desse «homem novo» — o *mulato* — que desempenhou papel de tanto relevo na população local; aproximam São Tomé das regiões onde se não perverteu ou desviou o melhor da nossa tradição colonizadora. A própria cidade evoca ainda hoje o ambiente da Luanda «mulata» de há vinte e cinco anos, das velhas cidades do Brasil, tão diferentes, no harmonioso convívio de raças, da insipidez «branca» de Nova Lisboa, de Nampula, ou do centro de Luanda nos nossos dias.

Isto é certo, mas é certo também que os elementos africanos, ou tropicais, são relevantes. A «marginalidade económica e social» do grupo humano mais numeroso faz com que as paisagens da ilha estejam marcadas pelo sistema da *plantation*, concebido pelos Brancos para explorar em seu proveito, com o trabalho da gente de cor, os produtos ricos. A despeito de todos os defeitos na organização da *roça*, desde a cultura ao comércio, a gente de São Tomé é pobre porque foi sacrificada à *riqueza* da ilha (e não apenas por ser preta ou mestiça). RAQUEL SOEIRO DE BRITO mostrou, no seu estudo de

São Miguel, como a ilha mais rica, pela variedade, quantidade e valor da produção rural, é a que possui mais fortes contrastes sociais, desde umas quantas famílias que têm na mão os comandos de toda a economia, até camponeses sem terra, obrigados a licitar uns campinhos onde semear o milho e a batata para comer, ou a emigrar, sendo desta ilha os únicos Açorianos a quem, pela muita pobreza, se acha vedado o caminho da América e se vêem obrigados a angariar trabalho em outras.

Mas o próprio arranjo *espontâneo* do campo possui uma incontestável «dominante» africana, que se reflecte, do mesmo modo, na alimentação, seja qual for a sua variedade de condimentos. Por um lado, a banana é a base e o fulcro da policultura de subsistência, tão forte que relegou para lugar secundário o milho, conhecido mas pouco usado; por outro lado, não só as culturas têm um «ar emaranhado e promíscuo», como parte delas se faz difusamente, no meio do mato, constituindo um conjunto de produtos de recolecção e parte importante dos recursos de subsistência. Nada evoca aqui as limpas culturas em *tarimbas* de Cabo Verde e a sua base alimentar, constituída por uma associação de grãos (como nas civilizações agrárias superiores) e não por frutos ou tubérculos.

Esta reserva, que não chega a ser divergência, resulta afinal da dupla personalidade da ilha: dum lado aquilo que podia ter sido o seu harmonioso e espontâneo desenvolvimento, do outro a estimulação económica de um capitalismo que tudo sacrificou à sua avidez de lucro.

«São Tomé esteve sempre nas minhas preocupações científicas e até nas de cunho sentimental, porventura tão importantes como aquelas» (p. 9). Não admira que o trabalho, conduzido dentro das exigências da Ciência, deixe, em tantas páginas, transparecer a amorosa aproximação da terra e da gente, inseparável de uma autêntica vocação de geógrafo. Mostrando as mazelas de economias e de sociedades onde são por de mais evidentes os sintomas de crise, debruçando-se sobre os sofrimentos e anseios dos humildes, cabe-nos utilizar os métodos da observação rigorosa e do juízo equânime em favor da construção de um mundo sem miséria e sem violência: um mundo modelado pela «compreensão humana», de que tanto se carece para consolidar uma África onde — e só por esse caminho — nos assista o direito de ficar.

ORIGINALIDADE DE GOA[1]

1. GOA NO QUADRO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

A expansão portuguesa teve como base o comércio marítimo; a fixação da população originou a criação ou o aproveitamento de uma agricultura de subsistência; a escassez numérica dos ocupantes criou um apelo de mão-de-obra e abriu o caminho à integração de gente estranha, sob duas formas: assimilação e mestiçagem. Estes caracteres, comuns a todos os lugares, suscitaram, em cada um deles, reacções diferentes; em Goa revestiram formas especiais, que provêm do alto nível da civilização hindu e da estrutura muito especial da sua sociedade. Por outro lado, aqui existiu e brilhou no máximo esplendor a mais importante das cidades que os Portugueses fundaram no mundo tropical, grande centro de proselitismo religioso de que dão testemunho as suas imponentes igrejas; todo o seu aro foi profundamente marcado por uma ocupação de quatro séculos e meio, onde se gastaram, sem contar, vidas, capacidades e dinheiro. Duas grandes civilizações, em tantos aspectos feitas para se repelir, entraram aqui em contacto fecundo; nesse contacto reside essencialmente a originalidade de Goa.

Em África, o fundamento do comércio marítimo foi constituído pelos escravos e pelo ouro; nas ilhas atlânticas, por produtos agrícolas de origem mediterrânea (açúcar, vinho, cereais, plantas tintureiras); no Brasil, pelo açúcar; na Índia, pela especiaria. Aqui, nenhuma inovação. Os Portugueses limitaram-se a ocupar, no Oceano Índico, uma série de posições-chaves desse comércio, a policiar os mares, reduzindo a concorrência, desviando para uma rota nova, de que conservaram o monopólio, um instrumento de permuta tradicional,

---

[1] Comunicação apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e publicada nas *Actas*, vol. I, Lisboa, 1959.

com que inundaram os mercados da Europa. Portanto, apenas ampliação de um tráfico praticado pelos Muçulmanos muitos séculos antes da sua chegada.

A agricultura indiana sofre ainda hoje vantajoso confronto com a agricultura mediterrânea tradicional. As ricas várzeas das Velhas Conquistas, que constituíram como que a periferia rural indispensável à manutenção de uma grande cidade, cultivadas de arroz e de coqueiros, contam-se entre as terras mais férteis e produtivas da costa do Malabar. Perante uma organização tão perfeita da propriedade e da cultura, os Portugueses também nada inovaram. Limitaram-se a transferir em proveito da sua administração os antigos impostos, em favor das igrejas e obras pias as antigas rendas dos pagodes, conservando intacta a organização tradicional das *comunidades* de aldeia. Ao contrário do Brasil, onde toda a lavoura da cana-de-açúcar tem vincada a marca portuguesa (em contraste com as técnicas indígenas do milho e da mandioca), nenhuma influência se revela em Goa da agricultura dos ocupantes. Goa foi, ao invés, o mais rico centro emissor de plantas que a colonização portuguesa havia de espalhar pela África e pela América (arroz, coqueiro, mangueira, jaca, ata, etc.), tornando-as hoje comuns a todo o mundo tropical; certamente por influência ainda deste contacto, o arroz entrou em tão larga escala nos hábitos alimentares tanto dos Brasileiros e Luso-Africanos como das próprias cidades de Portugal. Esta organização rural é tão forte que não penetram nela, por dispensáveis, duas plantas largamente difundidas a partir do Brasil — o milho e a mandioca —, e apenas o cajueiro, também originário desse país, pela sua rusticidade, veio a ocupar os estéreis planaltos de laterite que espartilham as várzeas. O Brasil desconhecia as organizações políticas indígenas capazes de se oporem, por uma acção de conjunto, aos ocupantes. As lutas travadas foram essencialmente contra hordas mal armadas de índios e a cobiça de concorrentes franceses e holandeses. Com os estados africanos da Guiné, Congo e litoral de Moçambique, formações políticas não raro poderosas mas evanescentes, estabeleceram-se relações na base do *resgate*, isto é, de uma economia de troca, em que o sal, os produtos do artesanato europeu (panos, quinquilharias) e mais tarde a aguardente de cana e o «fumo de corda» do Brasil representariam o principal papel. Os próprios senhores locais se encarregariam de organizar e encaminhar o tráfico de escravos, quando o mercado americano fez chegar ao continente negro o seu ávido e insistente apelo. As condições físicas

da África eram desfavoráveis à penetração; entre as feitorias litorais, centros destas permutas, a navegação portuguesa encontrava um mar livre de concorrência.

As condições do Oriente eram completamente diferentes. A navegação muçulmana dominava o Oceano índico, o império turco estendia até à índia a acção das suas poderosas frotas, a unidade religiosa do Islam fazia ver nos Portugueses não só inimigos encarniçados da sua fé como concorrentes perigosos do seu comércio. O domínio era precário e a cada passo disputado. Durante dez anos se aguentaram os Portugueses vivendo principalmente a bordo das suas naus. Nas feitorias se concentravam as especiarias e se fabricava o biscoito de que as armadas se proviam para a viagem de regresso; mas elas não ofereciam suficiente segurança. Perante a diplomacia oriental, hábil, dissimulada e tortuosa, as relações eram por vezes violentas e desastradas. Um punhado de homens arriscados e decididos não hesitava em recorrer a processos cruéis para fazer respeitar a sua fraqueza: cidades bombardeadas, navios incendiados, chacinas de prisioneiros. A conquista de Goa (1510), a ocupação das ilhas fronteiras e das terras de Salsete e Bardez, confinantes com a grande cidade, abriram novas perspectivas. Goa era um dos centros principais da navegação do Malabar, o melhor local para a invernada das naus, a posição mais conveniente para o policiamento da sua costa; mas era também, perto de uma portela dos Gates, constituída pelo sulco de erosão que marca o limite meridional dos *trapps* do Decão, uma das portas de entrada da índia, por onde se fazia o comércio com o interior. Ao abrigo de estuários profundos e fáceis de defender, protegidos pelo dédalo de canais que circundam as ilhas, podia um povo de marinheiros encontrar aqui um pouso que servisse de centro à sua acção.

Calculou-se em 2400 o número de homens que cada ano embarcava nas armadas da índia. Para uma população de pouco mais de um milhão de habitantes era um grande esforço, comparável aos máximos coeficientes da emigração portuguesa contemporânea. Para o «sorvedouro de gente, de armas e de dinheiro» em que a índia se tornou, um número exíguo, se atendermos à insalubridade dos navios, às acções militares dispersas pelo litoral do índico e dos seus mares e aos homens que voltavam à Pátria ou se fixavam nas cidades do caminho. Por outro lado, a ocupação de Goa levantou problemas complicados de administração. A recolha de impostos, a gerência dos bens das comunidades, o rendimento dos templos hindus destruídos, a

resolução dos litígios de propriedades em que é fértil uma terra densamente ocupada, só poderiam ser levados a efeito com o concurso do funcionalismo local, profundo conhecedor das engrenagens administrativas. Eram precisos *línguas* (intérpretes), agentes diplomáticos que negociassem com os potentados indianos, comerciantes que concentrassem as especiarias e outras riquezas, artífices que não abandonassem os seus ofícios, sobretudo agricultores que abastecessem a cidade, garantindo o cultivo das várzeas em torno dela; em suma, uma população que, vivendo à sombra do domínio português, continuasse a actividade tradicional, deixando aos novos senhores as funções da «conquista, navegação e comércio», com que se arrogava o título do seu rei distante. Dominava entre estes uma consciência de escol que imprimia a qualquer humilde soldado ou marinheiro uma arrogância de fidalgo. Um observador malicioso (PYRARD DE LAVAL) havia de revelar, com espanto dos naturais, que também entre os Portugueses se encontrava «gente mecânica» e homens que exercessem mesteres humildes. Eles, fatalmente, constituiriam os quadros, nunca a massa da população. Como aumentar esta? Pelos caminhos seguidos em todos os lugares onde os Portugueses se estabeleceram: assimilação e mestiçagem.

2. ASSIMILAÇÃO E MESTIÇAGEM

Inicialmente, a política de Albuquerque, implacável com os Muçulmanos que dominavam a região de Goa na época da conquista, garantiu o respeito da religião, dos usos e costumes dos Hindus; procurava-se assim, enquanto se levantavam os fundamentos de uma grande cidade portuguesa, assegurar a permanência da população local, conservar o comércio e a agricultura indispensáveis ao seu desenvolvimento e prosperidade. A breve trecho, porém, a religião, o mais forte símbolo da civilização do Ocidente, havia de penetrar pela força no âmago desta sociedade protegida. O gentio convertido via com espanto não só manterem-se os privilégios da sua posição social como abrir-se-lhe o acesso a altos cargos da administração local. As vantagens eram tentadoras, e onde elas falhassem restava o recurso à violência. Pois não iam já na primeira armada da Índia padres e frades encarregados da admoestação dos gentios, com instruções precisas para, se eles resistissem aos meios suasórios, persistindo no erro, «meterem tudo a ferro e fogo»?! A Inquisição velou depois pela duvi-

dosa pureza da fé destes convertidos e, através das suas proibições ou das suas tolerâncias, não é difícil surpreender a persistência de práticas rituais em que o Hinduísmo é tão rico. No pátio das casas, onde se erguia o *tulôsse,* aconselharam os Jesuítas a cultivar a *rosa-angôna,* para assim fazer perder a ideia daquela planta sagrada. Os pagodes foram implacàvelmente destruídos, erguendo-se as igrejas algumas vezes sobre os seus alicerces, abrindo-se para os antigos tanques das abluções rituais; grandes cruzeiros, de um estilo original luso-indiano, santificam o adro onde antes se juntavam os crentes hindus; uma profusão de cruzes e nichos consagram várzeas, comportas, pontes e caminhos; no alto dos outeiros erguem-se santuários e fazem-se romarias. Na margem dos rios e canais que constituem o limite das Velhas Conquistas levantam-se as igrejas rurais mais sumptuosas, lançando, como um desafio à terra ainda infiel, a imponência das suas fachadas. Raros lugares haverá em Portugal onde as marcas religiosas sejam tão aparentes; neste sentido se falou, com toda a propriedade, de «uma paisagem românica nos trópicos» (N. KREBS).

O centro desta acção evangelizadora foi a cidade de Velha Goa, na margem de um estuário acessível à pequena tonelagem dos navios dos séculos XVI e XVII. Abandonada aos poucos, quando a navegação requer maiores calados, e, principalmente, quando a concorrência holandesa, depois inglesa, derroga o domínio português do Oceano índico, assolada por epidemias, cortejo inevitável da desorganização urbana, os seus palácios sumptuosos caem em ruínas, exploradas como pedreiras de bela cantaria já aparelhada, e as habitações humildes, de paredes de taipa, sob a acção das chuvadas das monções, revertem lentamente à terra de que são feitas. Hoje Velha Goa é um sítio singular, pois dela restam apenas as suas enormes e sumptuosas igrejas perdidas no vasto espaço de um palmar deserto; aí se refugia o último alento de vida da antiga cidade. Sob as abóbadas da Sé, o maior edifício que os Portugueses levantaram no mundo tropical, ressoa o lento salmodear de um cabido todo indiano, que não escutam nenhuns fiéis; apenas, durante dias, a bela igreja jesuítica onde se guarda o túmulo de São Francisco Xavier atrai, numa festa litúrgica e de terreiro, semelhante a uma romaria portuguesa, grande parte da população cristã de Goa, não faltando os peregrinos distantes que aproveitam essa altura para visitar a terra e a família. Entre

os devotos do santo taumaturgo não são raros Hindus, Mouros ou Parses, impressionante exemplo de sincretismo e tolerância que dá bem ideia da irradiação do seu prestígio.

Esta acção religiosa foi verdadeiramente ampla e profunda, criando no flanco do Hinduísmo um quisto, imobilizado na sua expansão mas irredutível na sua permanência. Como no Peru, onde a igreja, para triunfar de uma civilização superior, ergueu os seus santuários sobre as ruínas incaicas e adoptou a língua do país para melhor penetrar na vida da população convertida, a igreja de Goa tomou uma cor local inconfundível: todo o clero é indiano, a língua das orações é o concanim (publicam-se jornais e obras pias nesta língua, a *única* da Índia que se escreve com caracteres latinos), a vida religiosa é intensa. As igrejas enchem-se à missa e nas horas de ladainhas. Uma companha de pescadores leva consigo, na sua deslocação, os santos padroeiros, a quem reza todas as noites, no regresso da faina; fazem-se devoções sem sacerdote, novenas privadas, romagens frequentes; um agrupamento de trabalhadores não deixa de rezar o terço ao cair da tarde; esta é uma das obrigações impostas aos homens sem família que se associam nos *clubs* de emigrantes goeses de Bombaim. Em torno de manifestações de uma fé viva, a população cristã mantém a sua coesão. Com a religião entraram nela usos, reacções, sentimentos, formas da vida de relação, maneiras de trajar, que aproximam dos Portugueses gente separada deles pela origem e pela língua. Porque, se algumas famílias de tradição educam os filhos em português, com o fito de futuros empregos do Estado, o concanim é, por toda a parte, a língua do lar e da rua, a única que entendem as camadas inferiores da população. Mas o dialecto cristão desta língua encheu-se de palavras portuguesas relativas à vida de intimidade, à religião, às relações sociais, que mostram como penetrou fundo na sociedade local a sua influência: *pai, mãe, casamento, família, sacramento, missa...* palavras que ao nosso ouvido, atento à conversação, perpassam com estranheza na língua incompreensível.

Mas, porque não penetrou nesta sociedade o sangue português, quando, em toda a parte, a colonização se tingiu fortemente das cores das mulheres da terra? Porque a isso se opunha o vigor do sistema das castas em que os Cristãos de Goa se encontram divididos. À população originária das Velhas Conquistas abriam-se apenas dois caminhos: submeter-se, convertendo-se para salvar os seus bens e privilégios, ou partir, abandonando e perdendo tudo. Enraizadas como são no solo das suas aldeias, com interesses poderosos ligados

à terra cujas comunidades administram e de que usufruem os proventos, as castas preponderantes ficaram — mas conservando a preponderância; com elas permaneceu a sua clientela rural.

As castas cristãs são as seguintes: 1) *Brâmanes,* que dominam no sacerdócio, na administração e nas profissões liberais; cedo reservaram para si os principais mosteiros e dignidades eclesiásticas; «através de vários senhores, foram sempre os Brâmanes que mandaram»; esta observação, feita por um Português e repetida com desvanecimento por um Brâmane, é, em grande parte, a expressão de um facto real; 2) *Chardós:* não têm hoje correspondência entre os Hindus, equivalendo, segundo uns, aos *Kxatrias* ou guerreiros, segundo outros aos *Vâichias* ou comerciantes; formam uma aristocracia rural preponderante em algumas aldeias, procurando confirmar com títulos de nobreza portuguesa esta posição privilegiada; no século XVII fundou-se um convento para eles, pois os Brâmanes vedavam-lhes a entrada nos seus mosteiros; 3) *Sudras:* camponeses ou artífices, umas vezes livres, outras mais ou menos dependentes dos senhores; 4) *Corumbins,* trabalhadores braçais sem terra, que representam as castas ínfimas da sociedade hindu e estão muito próximos delas nos seus usos e até nas práticas religiosas (entre eles a cristianização foi muito superficial; 5) *Farazes,* correspondentes a uma «casta» de intocáveis largamente representada entre os Hindus: reservam-se-lhes certos ofícios repugnantes, como o de coveiro dos cemitérios; mas, por outro lado, eles ajudam à vida da igreja e são geralmente os cozinheiros dos padres.

Das duas características principais das castas hindus, comensalidade e casamento, apenas a segunda persiste; não há entre os Cristãos qualquer restrição ao convívio ou vestígio de intocabilidade; mas respeita-se geralmente ainda hoje o uso de casar dentro da sua casta (diz-se que até entre os emigrantes goeses de Moçambique!) e as posições de hierarquia social são acatadas. Na igreja, os Sudras colocam-se longe do altar-mor; se há confrarias religiosas abertas a todas as castas, as mais delas são reservadas a cada uma; um Sudra fala sempre com respeito a um Brâmane, cuja superioridade lhe parece indiscutível. Entre os estratos inferiores da sociedade não é raro encontrar nos Cristãos muitos vestígios da sua origem hindu: certas profissões constituem um bairro especial no conjunto de uma aldeia; respeito da interdição de casar dentro da sua *gôtra* ou estirpe; desuso do casamento das viúvas; não comer carne de vaca; comer à mão, sentado no chão; lavar com água de bosta o chão da casa e

o pátio em frente dela. Naturalmente, a acção portuguesa faz-se sentir com mais força nas castas superiores: no trajo, no mobiliário, no ambiente não raro requintado do interior das casas, na maneira de comer, no recato da vida feminina, nada distingue esta gente de outro sangue dos luso-descendentes (mais ou menos mestiçados) do velho Brasil, de Cabo Verde ou de Macau; muito próximo portanto, também, da vida tradicional da província portuguesa.

Por que debilidade desta estrutura social poderiam os Portugueses penetrar, misturando o seu sangue com o das mulheres da terra? De facto, a mestiçagem corresponde, por um lado, à forte atracção que sobre eles exerceram as mulheres de cor; por outro, à carência de gente branca com que (excepto na Madeira e nos Açores, por onde se iniciou, e aqui com a colonização de Flamengos e outros Europeus) sempre lutou a colonização portuguesa. As Indianas não seriam particularmente repulsivas. «As mulheres aqui são feias e de pequenos corpos»; a esta observância displicente do roteiro de Vasco da Gama sobre as mulheres de Calecute pode opor-se a anedota, referida por CAMÕES, com tanto azedume contra o fundador do Estado da Índia, de certo fidalgo que ia dormir com as moças que Albuquerque trazia na câmara do leme da sua nau, pagando com a vida os seus ardores... O próprio Albuquerque se esforçou por promover os casamentos mistos, e o gentio, vendo «honradas» as suas filhas, ia consentindo no que, em princípio, lhe repugnava. Mas a maioria das ligações far-se-ia com duas classes especiais da população feminina: as bailadeiras e as viúvas. As primeiras conservam ligada à sua função ritual de hetairas a indignidade social que geralmete acompanha esta profissão — a ligação ao Português era uma forma de quebrar os vínculos da casta e da degradação a que ela as condenava. Quanto ao casamento das viúvas, rigorosamente interdito entre os Hindus e pouco habitual entre os Cristãos, há provisões eclesiásticas compelindo a ele as mulheres cristãs, «pelos muitos inconvenientes» que resultavam da sua abstenção.

Este influxo de sangue local explica que, no dialecto concanim cristão, os *descendentes* sejam designados por «mestiços» e que, a despeito das suas pretensões, não falte a muitos deles um comprometedor tom de pele bronzeado... *Descendentes* — palavra que em nenhum outro lugar de formação portuguesa se radicou; mais ainda, famílias que conservam o orgulho de raça, o espírito de classe, casando apenas entre si ou com gente da Metrópole; a convicção de que são eles, nesta terra distante onde entraram por direito de conquista,

os verdadeiros senhores. «Os Portugueses censuram o sistema das castas, mas introduziram na índia mais uma»; na sua forma caricatural, esta observação de um ilustre Brâmane cristão não deixa de exagerar um fundo de verdade. Tal atitude, insólita entre as regiões de formação portuguesa, representa a inevitável forma de reacção contra uma estrutura social onde o Português não conseguiu fazer-se admitir; e também uma certa saudade de um passado de preponderância e grandeza, derrogado pela indiscriminação, primeiro de raça, depois até de crença, que a pouco e pouco foi concedendo preponderância nos principais cargos da administração à gente da terra[1].

Assim se revestiu em Goa de uma forma muito especial um dos traços comuns a toda a expansão portuguesa — e em geral a toda a colonização: o contacto de civilizações. Com uma mestiçagem constituída a expensas principalmente de elementos marginais da sociedade, e sempre em grau reduzido, deu-se aqui uma transfusão de usos, de sentimentos, de modos de ser e de viver, quase sem influxo de sangue e conservando intacta a estirpe originária da sociedade indiana que abraçou o Cristianismo, que constitui porventura o mais paradoxal e demonstrativo exemplo da capacidade assimiladora do Português. Assim, o Goês cristão se integra sem esforço naquela «unidade de sentimento e de cultura» (GILBERTO FREYRE) constituída por todos os povos de formação portuguesa de quatro partes do mundo.

3. ENTRE DOIS MUNDOS

No decurso do século XVIII, à medida que declinava o poderio marítimo português e aumentava o poderio continental do império marata, Goa necessitou, para subsistir, de uma zona de segurança que alargasse o seu território até uma fronteira natural: a escarpa dos Gates. Mas as ambições evangelizadoras haviam sofrido desilusões cruéis, a Inquisição abrandava os seus rigores, ao proselitismo ardente sucedia apenas o desejo de manter a coesão de um punhado de Cristãos sem concitar contra eles o ódio e a perseguição religiosa.

[1] Em 226 lugares de maior relevo no funcionalismo, 134 eram ocupados por Goeses cristãos, 49 por Portugueses da Metrópole ou de outros lugares do Ultramar, 34 por Hindus e apenas 9 por descendentes (1956). Os descendentes subiam a pouco mais de um milhar numa população de meio milhão de habitantes.

Assim, nas Novas Conquistas, a religião, os usos e costumes, a estrutura social, até a própria administração dos poderosos senhores feudais *(dessais)*, foram cuidadosa e reiteradamente respeitados. Os pagodes, que do outro lado dos rios e canais constituíram a réplica dos templos hindus arrasados, não sofreram qualquer dano. O mundo hindu, integrado na vida goesa, permaneceu inviolado, mas estabelecendo mais íntimo contacto com o mundo de formação portuguesa. A evolução demográfica de lugares onde há muito reinava uma organização estável e uma administração cuidada fez expandir os Cristãos, desejosos de possuir ou de trabalhar a terra, para áreas inocupadas das Novas Conquistas, onde se foram organizando comunidades minoritárias em torno das novas paróquias. Por outro lado, as únicas cidades de Goa, os seus portos, os centros do seu comércio, estão nas Velhas Conquistas, para onde os Brâmanes hindus se sentiram atraídos quando, no seu desejo de preponderância, se viram obrigados a adquiri-la por um dos seus instrumentos nas sociedades modernas: o dinheiro. Assim, a pouco e pouco, passou às suas mãos o comércio, tradicionalmente apanágio de uma casta inferior à sua. Para outra forma de actividade se orientaram, correspondente também ao seu natural desejo de mando e de prestígio: o funcionalismo. A numerosa classe dos *Sinai* ou escrivães tem um acesso cada vez mais largo à administração e não é raro que seja um Hindu a gerir hoje os réditos de comunidades de aldeias onde todos os seus membros são cristãos. Assim, a pouco e pouco, a primitiva oposição entre Velhas e Novas Conquistas vai-se atenuando por esta interpenetração, superficial é certo, mas fundada na pacífica convivência e na tolerância religiosa.

Outro aspecto da vida goesa é a expansão dos seus filhos pelo mundo: Índia e Paquistão, estabelecimentos petroleiros do Médio Oriente, África Oriental Britânica, Ultramar Português, a própria Metrópole, onde todos os cargos estão abertos à sua inegável competência (houve ou há Goeses ministros, directores-gerais, directores e professores de Escolas Superiores, juízes, bispos, etc.). Emigração de qualidade, não de trabalhadores braçais, mas de criados e empregados do hotel e restaurante, de negociantes, de funcionários que a administração britânica preferiu na Índia e continua a utilizar em África. O viajante observa com surpresa a profusão de nomes portugueses em cidades da África inglesa; é quase certo que se trata de filhos de Goa. A eles se deve certa irradiação inegável que alcançou em torno do Oceano Índico este insignificante território perdido na imen-

sidão da Índia. Para a explicação deste facto intervêm em equilibrado doseamento causas imputáveis à natureza e à civilização. As terras mais férteis de Goa são as margens dos seus estuários e as aluviões dos seus deltas interiores. Mas este mundo verdejante de várzeas, que sustentam a prosperidade das maiores comunidades aldeãs, está «comprimido por um espartilho de laterite» (P. GOUROU), constituído por outro mundo, este debaixo do signo da desolação e do abandono. Há muito que toda a terra boa foi ocupada e que a necessidade de cultivar o magro solo que revestia as couraças dos planaltos lateríticos as desnudou, condenando-as à irremissível esterilidade. Fixado pela tradição o número de *gãocares* ou membros da comunidade aldeã, cuja imobilidade é a única defesa contra o empobrecimento, o aumento da população só tinha uma válvula por onde escapar-se: a emigração. Emigração dos ambiciosos e dos hábeis, *Brâmanes* ou *Chardós* qualificados para a luta e desejosos de triunfo; emigração também dos camponeses sem terra, dos *Sudras* que se transformaram em empregados competentes, em criados atenciosos ou, em ambientes de largas possibilidades, revelaram insuspeitadas aptidões.

Mas, por outro lado, «o Hindu faz da casa o seu mundo, o Cristão faz do mundo a sua casa» (SANVORDENCAR). Entre muitos traços da sua formação portuguesa recebeu o Goês o espírito de aventura, a coragem de deixar a aldeia para garantir a prosperidade da sua casa e realizar a ambição de acabar nela os dias sem que a miséria o ronde. Assim, enquanto a população hindu aumenta e permanece, invertendo em seu favor a maioria dos habitantes de Goa (42 p. 100 em 1881, 58 p. 100 em 1950[1]), diz-se que há um cento de milhares de Goeses cristãos espalhados pelo mundo.

Destes contactos, com o Português primeiro, com o mundo influenciado pela expansão ocidental depois, resultou para Goa uma fisionomia própria, que opõe de algum modo os dois espaços em que o seu território se divide. As suas cidades, as aldeias cristãs, com belas casas providas de varandas e amplas janelas, onde se combinam harmoniosamente traços portugueses e indianos, as igrejas, cruzeiros e oratórios espalhados com profusão na terra cristã há quatro séculos e meio, imprimem à fisionomia geográfica de Goa um matiz especial, tanto mais estranho quanto nada, na ocupação agrária do solo, a distingue de outros lugares do Concão. A análise dos elemen-

[1] População total: 547 000, dos quais 231 000 cristãos.

tos deste «duplo tesouro de civilizações» (P. GOUROU) não cabe dentro dos limites deste artigo. Quis apenas evocar as condições históricas e sociais que, de certo modo, constituem as premissas de tal estudo. São elas que explicam, por um lado, a originalidade de Goa no conjunto da expansão portuguesa: nenhuma inovação no comércio ou na vida rural, permanência das formas de ocupação e de organização do espaço, mas assimilação profunda acompanhada de uma insignificante mestiçagem; por outro, a originalidade de Goa na Índia, que as observações insuspeitas de autores estrangeiros (KREBS, GOUROU, SIEGFRIED, SPATE) várias vezes puseram em relevo.

A CRUZ E O TULÔSSE[1]

(Imagens de Goa)

Quer se chegue a Goa por navio ou por avião, o viajante desembarca no coração das Velhas Conquistas e são as imagens de uma terra cristianizada há quatro séculos as primeiras que lhe é dado observar: igrejas escrupulosamente caiadas, que se abrem para grandes adros com cruzeiros monumentais, capelas na margem dos rios ou no cimo dos outeiros, que dominam as várzeas onde brilha o verde-claro dos arrozais e se balançam as frondes mais amareladas dos coqueiros.

Um contacto mais íntimo com esta terra mostra por toda a parte as marcas da religião cristã: cruzes à beira dos caminhos, no meio das pontes, nas presas de água para as regas, em frente das casas, no interior das várzeas; capelinhas ou oratórios nas povoações menores ou na encruzilhada dos caminhos. Uma companha de pescadores vindos de longe nas suas embarcações, para se instalarem durante os meses de bom tempo, mal desembarcaram as redes e os comestíveis, antes de construírem um abrigo de folhagem, instalam encostado ao tronco de um coqueiro o painel do seu santo patrono, diante do qual rezam o terço quando terminam a faina. Nas missas dos domingos e dias santos a gente enche as igrejas até à porta e segue os ofícios com grande concentração. A piedade é forte, a devoção muito viva: novenas, ladainhas, entoadas na língua local com acompanhamento plangente de rabecas, mesmo sem a assistência de sacerdotes. No escuro da noite, brilha frouxamente a vela ou a candeia com que se alumia o nicho ou o cruzeiro. Esta intensidade de vida religiosa surpreende, e só a compreenderá quem visitar as enormes igrejas de Velha Goa e ouvir, no coro de uma catedral

[1] Publicado no *Diário Popular*, de Lisboa, em 9. II. 1956.

imensa e deserta, o cabido, *todo indiano,* salmodiar para os fantasmas da grande cidade desaparecida.

A evangelização foi uma obra intensa e profunda: na ilha de Goa e nas terras anexas de Salsete e Bardez, que constituem as chamadas «Velhas Conquistas», a população converteu-se ou exilou-se, os pagodes foram arrasados, as igrejas levantadas às vezes sobre os seus fundamentos, as rendas que sustentavam o culto hindu aplicadas à fábrica de edifícios religiosos e a obras pias, e a Igreja, sob o olho vigilante da Inquisição, aceitou integralmente a sociedade local, conservando a língua, a hierarquia das castas, o predomínio dos Brâmanes, que passaram a povoar seminários e mosteiros.

Ao contrário de outros lugares onde o Português, sensível à atracção das mulheres de cor, originou ràpidamente uma população mestiçada, opôs-se-lhe aqui a rigidez do sistema das castas, obrigando-o a formar outra — a dos «descendentes». O sonho de Albuquerque, de criar uma população luso-indiana, como D. Manuel insistentemente lhe recomendara, em breve se esvaiu. Apenas algumas mulheres, cuja casta as condenava a uma condição inferior, encontraram maneira de se elevarem socialmente pelo casamento com estes homens estranhos.

Ao contrário do Brasil, onde tantas famílias ilustres ou humildes entroncam numa ascendência lusitana, que timbram em reconhecer, a par de uma frequente mestiçagem; ao contrário de Cabo Verde, cuja população crioula está sentimentalmente tão perto de nós, porque os antigos escravos africanos absorveram na verdade o sangue dos seus senhores brancos; os Goeses conservaram a pureza da sua casta, mas revelam uma surpreendente assimilação dos nossos usos e maneiras de ser. Aqui a *mestiçagem* foi apenas de ordem espiritual. Custa a crer que não corra nenhum sangue português nas veias da nobreza rural de Salsete ou das antigas famílias cristãs de Margão. Os salões dos seus palácios, as camas de dossel, a vida patriarcal da família, tutelando numerosa criadagem, a cortesia um tanto reservada com que sabem receber, a presença discreta das senhoras da casa, a conversa que decorre sobre os nossos escritores e a vida provinciana que eles revelaram a quem nunca saiu de Goa, tudo evoca horizontes distantes da tradição portuguesa. Onde estamos? Na índia ou no Brasil, nos Açores ou em Cabo Verde, ou ainda entre velhas famílias da nossa aristocracia mais provinciana e mais autêntica?! Assim, não surpreende que o filho da casa, graduado por uma Universidade portuguesa, ocupe algures, no Ultramar ou na Metrópole,

lugar de relevo: tão português na aparência, nos modos e na expressão, que a sua origem de uma raça estranha fàcilmente passaria despercebida, se não fosse o sotaque especial, o cabelo negro e corredio e o tom bronzeado da pele.

Por outro lado, surpreende a pouca difusão que teve a nossa língua entre a população cristã de Goa. A gente culta fala com fluência e correcção, não raro até com eloquência. Muitas famílias de Margão usam o português entre si. Mas todos falam concanim com os criados e, entre o povo, esta língua é às vezes exclusiva. Mas, nas festas, nas conversas da rua, nas representações teatrais, o ouvido atento surpreende, no meio da língua ininteligível, o perpassar de palavras portuguesas: *pai, mãe, família, casamento*, e estas bastam para mostrar até onde foi funda a nossa influência na vida de intimidade.

Mas Goa não é só isto. A população cristã é hoje menos de metade da total, desfalcada no cento de milhares de Goeses que vivem na União Indiana, no Paquistão, na África Oriental ou espalhados pelos países árabes da Ásia do Sudoeste. Apenas em Salsete se encontram poucas aldeias onde não existe elemento hindu. Mas Margão, capital desta província, é uma cidade tìpicamente indiana: sendo o primeiro mercado de Goa, o seu comércio é quase exclusivamente exercido por Hindus. Estes ocupam em Goa todos os postos do Estado, desde guardas florestais ou encarregados dos correios até chefes de serviço. Desde que, em 1910, lhes foi aberto o acesso aos cargos públicos, eles participam largamente na administração da sua terra. Comerciantes, médicos, advogados, funcionários, encontram-se em todas as cidades e vilas e formam a população dominante das aldeias das Novas Conquistas.

Estes territórios, adquiridos já durante o declínio do império português do Oriente, formaram como uma cintura de segurança em torno das Velhas Conquistas e alargaram Goa até ao seu limite natural — a escarpa dos Gates. Enquanto, por um lado, se procurou constituir, em torno da grande cidade luso-indiana, o seu aro cristão, por outro lado garantiu-se, nas Novas Conquistas, o respeito da religião, dos costumes e, em grande parte, da administração dos Hindus. E, logo que a Inquisição abrandou os seus rigores e a paz sucedeu à luta, deu-se uma sorte de osmose da população de ambas as religiões através da fronteira das Velhas e Novas Conquistas: os Hindus de casta superior atraídos pelo comércio (as quatro cidades de Goa ficam todas ali) e depois pelo funcionalismo; os Cristãos de condição rural

humilde pela possibilidade de encontrarem, em áreas menos ocupadas, terra para cultivar.

Esta fronteira é hoje, em grande parte, uma fronteira histórica. É certo que separa dois mundos, mas dois mundos que se interpenetraram a ponto de encontrarem uma maneira de conviver na tolerância e no respeito mútuo das suas crenças.

Em frente de cada casa hindu, ou no seu pátio interior, no adro de cada templo *(devalaia)* levanta-se de uma peanha, às vezes tosca, outras artìsticamente decorada, uma planta sagrada — o *tulôsse,* à qual todos os dias se presta culto e fazem oferendas rituais. Com ela celebra o sacerdote um casamento simbólico; nesse dia, que lhe é especialmente consagrado, a peanha é iluminada e os fiéis reúnem-se à sua roda, lançando, como sobre noivos, um punhado de arroz. Estes sinais exteriores permitem reconhecer, em tantas aldeias onde a população vive misturada, as casas dos Hindus: no pátio em frente da habitação, cuidadosamente varrido e bosteado (a bosta dissolvida em água é um ingrediente ritual de purificação), levanta-se sempre a planta sagrada. Não raro a casa cristã fronteira exibe, no mesmo lugar, uma cruz. Estes símbolos de duas religiões resumem em si um dos aspectos mais originais da vida de Goa.

Cabe a um estudo moroso e complexo mostrar, para além de diferenças irredutíveis, a interpenetração do Cristianismo e do Hinduísmo. Nas margens do rio de Rachol, duas léguas acima do famoso seminário fundado por D. Sebastião, a igreja de Macasana está flanqueada por duas formosas torres de devalaia. Em Parxém, uma aldeia perdida do concelho de Perném, o templo hindu principal tem o seu peristilo fechado por uma fachada de pedra, que se inspira visìvelmente nas igrejas da Velha Cidade. Na primeira festa hindu a que assisti, impressionou-me ouvir contar a uma das pessoas principais como São Francisco Xavier lhe curara um filho de um mal que o afligia. Entre Hindus e Mouros é grande a devoção pelo Apóstolo das índias. Por outro lado, Cristãos vão também ao *zatrá* ou festa nocturna de Fatorpá, cuja divindade aparece em sonhos aos crentes para lhes fazer pedidos. Conta-se que tem chegado a pedir a batina a alguns padres, que lha vão levar a ocultas... Isto tem o valor de uma anedota: mas é inegável que, nos estratos inferiores da população, sob a capa das devoções cristãs, transparece muito do Hinduísmo primitivo. É também aqui que se encontram aldeias revertidas à religião anterior. Numa delas trabalha, com zelo apostólico, um jesuíta. A sua missão é uma página viva de história. Como nos tempos

heróicos da Companhia no Brasil, luta-se ali pela educação das crianças, pela dignidade dos homens, pela defesa dos humildes contra as prepotências dos poderosos.

Mas isto é a excepção. A igreja, a devalaia ou a mesquita (há alguns núcleos de Muçulmanos em Margão e em diversas aldeias) congregam os respectivos fiéis. Fora das suas devoções, convive-se em paz e boa harmonia. Nestas festas, nas reuniões, em encontros de acaso, a gente de todas as crenças aparece misturada. Os vendedores de estampas religiosas nos mercados de Margão ou de Pangim expõem simultâneamente imagens cristãs, divindades hindus, vistas de Meca ou versículos do Alcorão. Isso não causa estranheza a ninguém. Dum lado, a cruz que santifica uma várzea; do outro, o *tulôsse* à entrada de uma casa. Aqui, uma ermida solitária; além, a peanha que rodeia uma árvore sagrada do Hinduísmo.

Poderia recordar-se a dureza da Inquisição de Goa, mas isso pertence à história. Século e meio de liberdade religiosa produziu esta lição de tolerância, em que é grato meditar quando os jornais nos trazem notícia dos vexames e perseguições que os Cristãos começam a sofrer, da parte de fanáticos, na índia vizinha. A terra de Goa é pequena, escassa a sua população. Mas foi aqui que, pela primeira vez, Oriente e Ocidente entraram em contacto íntimo, directo e profundo. Neste exemplo, que vale a pena explanar em pormenor, tem o mundo de hoje ainda alguma coisa que aprender.

Porvorim, Bardez, 24. I. 1956.

A FESTA DE SÃO FRANCISCO XAVIER EM VELHA GOA[1]

Assim como foi a religião que impediu o desaparecimento total da velha cidade, é ela que num curto período a desperta e faz viver, num dia de cor e movimento, uma imagem do seu passado de grandeza e de esplendor. Este período é o da novena em honra de São Francisco Xavier e este dia é a data em que a Igreja celebra o glorioso Apóstolo das Índias. Com a festa religiosa coincide uma feira das mais importantes de Goa (24 de Novembro a 3 de Dezembro), criando uma e outra aquele contraste entre o bulício dos terreiros e o recolhimento no interior das igrejas, que é um dos traços mais salientes no ambiente das romarias do Norte de Portugal.

Na altura em que se levantam as primeiras barracas chegam de toda a parte também os primeiros peregrinos. Em frente do espaçoso adro da Igreja do Bom Jesus, onde está o túmulo do Santo, construiu-se uma casa destinada a albergar os que vêm de longe, e que em breve é insuficiente para os alojar. Então, a pouco e pouco, vai-se enchendo o claustro, as escadarias e os corredores do vasto convento anexo à igreja. Muitos vêm para fazer a novena, principalmente mulheres acompanhadas dos filhos pequenos. Instalam-se, estendem uma esteira para o repouso da família durante a noite, fazem lume nas traseiras do convento ou nas cozinhas postas à sua disposição. Outros vêm apenas para passar a vigília do dia de São Francisco Xavier e procurar, de madrugada, um bom lugar no interior da igreja. Estes acomodam-se de qualquer modo, com a indiferença completa que os Orientais revelam pelo conforto, no vão de uma janela, no degrau de uma escada, encostados a um pilar ou uma parede, quando, entre os que chegaram antes, já não encontram espaço para alongar os seus corpos fatigados. Os homens novos dormem geralmente à parte, reservando o melhor lugar às mulhe-

---

[1] Publicado em *Garcia de Orta*, número especial dedicado à Índia Portuguesa, Lisboa, 1956.

res, às crianças e às pessoas idosas. É esta a noite de maior afluência, mas continuam chegando, durante a madrugada e as primeiras horas do dia, camionetas apinhadas que vêm de longe e grupos das aldeias próximas, que, como um formigueiro, se deslocam em fila pelas estradas. No cais em frente do Arco dos Vice-Reis desembarca das *tonas* ou pirogas a gente chegada das ilhas e dos bairros da margem dos rios; antes dos transportes automóveis, assim vinha o maior número, através do dédalo de canais que envolve e penetra as Velhas Conquistas.

Ao cair da tarde começam a afluir grupos de peregrinos que rezam primeiro diante da imagem do Santo erguida no adro da igreja: enquanto se queimam as velas entoam-se cânticos e ladainhas, ao som plangente das rabecas. Na portaria do convento, reza-se em silêncio diante de outra imagem e toda a noite ardem velas na sua peanha. Velas e orações também nas duas grandes imagens colocadas a meio da nave do templo, uma de cada lado. Ao anoitecer fecham-se as portas da igreja, donde sai apenas a luz discreta dos lampadários: mas as devoções prosseguem no adro e no claustro do convento e, altas horas da noite, o silêncio dos que se deixaram vencer pela fadiga é quebrado ainda pelo reanimar monótono dos terços e ladainhas. As orações são ditas em concanim, mas não há aqui nada da estridência e do frenesim das festas religiosas hindus. Quando muito, algo do seu exibicionismo, na profusão de velas e devoções que se multiplicam pelas imagens do Santo; mas os rostos estão sérios e concentrados e cada fiel alheia-se da multidão para comunicar com Deus por intermédio do Santo, de quem espera a cura dos enfermos, a protecção dos membros da família que mourejam em terra estranha e, para si ou para os seus, auxílio, alívio ou conformidade em todos os reveses da vida.

Pela madrugada começam as missas, rezadas simultâneamente em vários altares da igreja. A pouco e pouco, a multidão torna-se cada vez mais densa. E, quando o cabido vem em procissão da catedral, entoando salmos, e as autoridades entram na igreja, com uma simplicidade onde nada recorda o fausto de que outrora se rodeavam os vice-reis e a sua corte, os fiéis enchem completamente a vasta nave do templo, o coro, as galerias e as tribunas. Destas, algumas são reservadas a entidades oficiais ou a pessoas principais. Mas a multidão que se apinha na igreja é verdadeiramente o povo, com a variedade e o colorido dos seus trajos, acotovelando-se na vastidão do espaço, que se tornou pequeno, gente de todas as raças, de todas

as castas e condições sociais. Por entre o murmúrio das orações, começa a ouvir-se a toada gregoriana dos cónegos, alternando com as vozes mais brilhantes das senhoras, no coro alto, acompanhadas de instrumentos europeus. Fora, à porta da igreja, toca a filarmónica de qualquer aldeia uma toada festiva que evoca as romarias da nossa infância. À elevação ressoam os clarins militares na vastidão da nave, enquanto o som cavo das salvas da artilharia recorda o troar das bombardas nas solenidades da velha cidade. E, nos momentos de maior recolhimento, ao ciciar das orações em concanim, sobrepõe-se o salmodiar em latim de um cabido ùnicamente constituído por cónegos indianos.

Muita gente fica de fora enquanto se celebram os ofícios divinos: uns rezam ao pé da grande imagem na portaria do convento, outros tocam o túmulo do Santo e beijam as suas relíquias. As mães levam ao colo os filhos mais pequenos e põem as suas mãozinhas na prata do sarcófago. Por toda a parte se celebram missas. No meio do bulício dos peregrinos que, na sacristia, procuram chegar ao túmulo de São Francisco Xavier, um sacerdote, sentado à vista de todos, recolhe a confissão de um fiel — um e outro alheios à multidão que desfila. À porta da sacristia benzem-se pães, imagens pias e os escapulários, que, entre o povo, permitem distinguir fàcilmente os Cristãos, enquanto um sacerdote e uma pessoa de relevo na sociedade goesa recolhem os donativos, inscrevendo em livro próprio os mais avultados. Acabada a missa solene, ainda muita gente fica na igreja, rezando, queimando velas, concentrando-se diante dos altares, enquanto uma ou outra mulher percorre de joelhos a vastidão da nave para cumprir a promessa feita num momento de aflição. Os que fizeram as suas devoções nas primeiras horas do dia, os que não puderam entrar na igreja e esperam o fim dos ofícios para se aproximarem das santas imagens, passeiam no adro do Bom Jesus ou nas alamedas em que se converteram a estrada principal e o caminho entre esta igreja e a Sé.

Aí se alinham, de ambos os lados, os estendais dos feirantes e as barracas de comes e bebes. À feira não vem roupa, calçado, panos, e são raras as alfaias agrícolas e utilidades que se encontram geralmente em outras. Predominam as barracas de artigos religiosos: imagens, terços, escapulários, devocionários em concanim, representações de cera de partes do corpo doente, círios e velas; brinquedos e bugigangas, vendedores de manilhas, que mesmo as mulheres cristãs usam em profusão, olaria de Bardez e as belas vasilhas de

cobre liso ou martelado que se fabricam em Mapuçá. Entre as barracas de comida, a doçaria é toda hindu: massa de grão, doces de farinha de arroz com *jagra* ou açúcar de coco. Mas aparecem também, ao lado das frituras muito condimentadas, os chouriços quentes metidos no pão e, a par dos cocos, que se abrem na hora para lhes beber a *água* refrescante, dos xaropes com soda, envasilhada como os nossos pirolitos, e de toda a variedade de bebidas espirituosas estrangeiras, o *soró* ou vinho, que, bebido com moderação, dá energia aos corpos e alegria às almas. Muita desta comida é preparada à vista do freguês, em fornalhas ou fogareiros no chão, onde se fritam os polmes e enchidos, que se servem quentes, como fazem ainda as Negras «de tabuleiro» da Baía, e, durante mais de três séculos, até ao predomínio da era mecânica, se podiam ver, também cozinhados por Pretas, no Rossio de Lisboa. Ao provar estas iguarias picantes e carregadas de outra especiaria, o viajante encontra nelas um ressaibo comum — aqueles sabores novos e fortes que as grandes viagens do século XVI introduziram na cozinha de todo o mundo português.

Atrás da correnteza das barracas, e longe do vaivém dos peregrinos, desenrolam-se as cenas da vida de cada dia: o preparo do arroz de caril, comido à mão, consoante as posses, num prato de metal ou numa folha de bananeira, os cuidados das crianças, o desmanchar das merendas ou o enfardar dos poucos tarecos indispensáveis aos que vieram passar aqui toda a novena. Depois, levantado o arraial, fica ainda entre os coqueiros o odor e o desarranjo que acompanham sempre as multidões instaladas sem conforto.

Toda Goa vem aqui, e esta é a melhor amostra da sua complexa sociedade. Antes da situação actual, vinha ainda muita gente da índia, principalmente de Bombaim, onde reside o maior núcleo de filhos desta terra; nos anos em que estes não puderam vir, não faltaram emigrantes de Moçambique e da África Oriental Britânica, que aproveitaram a festa de São Francisco Xavier para visitar as famílias e rever o torrão natal. Na multidão predominam as mulheres; quando os homens estão longe ou impedidos no trabalho, elas vêm, umas vezes apinhadas nas camionetas, outras caminhando horas seguidas, carregando nos quadris o filho pequeno e arrastando pela mão os mais crescidos; enquanto se queimam as velas e desfiam orações diante da santa imagem, o marido e o pai estão presentes nas súplicas ou agradecimentos e a família a que falta o homem encontra-se, apesar disso, espiritualmente reunida. Ao contrário das

festas hindus, onde a presença das mulheres é discreta ou recatada, elas vêem-se aqui por toda a parte, no templo, no adro e na feira, colorindo a multidão com os tons vivos das suas blusas e *saris*.

Estranha multidão esta, que vale a pena analisar de perto. Europeus, além das autoridades, que, por tradição, assistem sempre à festa, e dos militares dos batalhões ocasionalmente aquartelados em antigos conventos, são em tão pequeno número que podiam passar despercebidos. Mas é europeu o aspecto e o trajar de grande número de pessoas. Os índios cristãos da classe alta ou média vestem nesse dia as suas roupas «de ver a Deus»: os homens, de gravata e fatos de fazenda; as senhoras, com aquela elegância ao mesmo tempo cuidada e um pouco canhestra que caracteriza a nossa maneira de ser provinciana. As calças e camisas brancas, usadas pelo maior número de homens, dão à cor da multidão aquele fundo claro que, numa romaria portuguesa, seria substituído pelo uso das roupas escuras. As mulheres do povo, de *saris* de cores vivas; as *corumbinas*, a mais ínfima das castas trabalhadoras, vestem geralmente de vermelho, exibindo a profusão das suas manilhas, brincos e colares. Se bem que em muito menor número, não são raros elementos estranhos à sociedade cristã: os vendedores de doçaria são todos hindus e concorrem indiferentemente às romarias cristãs e às festas da sua religião; as figuras dos seus deuses e dísticos em marata ornamentam o pano de fundo das barracas, alguns doces têm a forma de edículos ou de animais sagrados; bastantes homens vestidos de *podvém*, ou pano das pernas, e de longa camisa, *corumbinas* de grandes pendentes nasais e uma profusão de brincos por toda a orelha, senhoras hindus de *cuncum* na testa e um enfeite na asa do nariz, aqui e ali o *fez* ou o *topi* vermelho de um Mouro; era um Hindu que à porta da igreja vendia as velas que os devotos queimariam em honra do Santo! E, por estranho que pareça, muitos entravam na igreja e aí permaneciam recolhidos, ou queimavam uma vela em lembrança de alguma graça recebida. Vem a propósito recordar a estranheza com que, numa festa da comunidade guzerate celebrada em Pangim, ouvimos uma das pessoas principais falar da devoção dos Hindus por São Francisco Xavier e contar-nos como o Santo curara um filho seu de uma enfermidade que o afligia.

São Francisco Xavier, padroeiro de Goa, é, na verdade, mais do que um santo celebrado no calendário cristão: é o verdadeiro patrono espiritual desta terra, a quem Hindus, Mouros e Parses prestam, se não culto, ao menos respeitosa veneração. Esta mistura

de raças e de crenças sob um enorme predomínio dos Cristãos mostra-nos, à parte a pompa das autoridades e da fidalguia portuguesa para sempre desaparecida, o que seria a sociedade de Velha Goa no apogeu da sua história. Para que a imagem seja completa, se faltam os escravos africanos, eles estão agora representados pelos nossos garbosos soldados pretos de Angola e Moçambique, olhados com um misto de curiosidade e simpatia pelos seus camaradas europeus.

No meio do falar concanim, o ouvido atento raras vezes surpreende uma conversação em português, de índios com Europeus, de *descendentes* de tez morena, índice de mestiçagem, de *naturais* educados em Portugal ou que empregam a nossa língua aprendida na escola, mas usada nas velhas famílias cristãs de Salsete; muitos Bardezanos, retornados da emigração, falam inglês entre si. A maioria dos vendedores, a grande massa do povo, não entende o português e não há Europeu que, ao fim de uns anos de permanência, não procure arranhar o falar da terra. É o concanim que perpassa nos lábios dos devotos e se ouve nos cânticos religiosos; nesta língua praticam os sacerdotes com os fiéis. Mas, se nos achamos separados pela fala desta multidão variegada, não ficamos, como numa festividade hindu, de todo estranhos aos seus sentimentos e à maneira de os exprimir. No trajar e nos gestos, nas reacções que se adivinham, mesmo sem entender as palavras que as acompanham, na profunda seriedade da devoção, tão diferente da ruidosa alegria dos cultos hindus, na animação um pouco reservada do terrreiro, no ambiente geral da romaria, surpreendem-se aspectos que não se afiguram estranhos a quem conheça a vida tradicional das nossas províncias. Se aqui não houve, esbarrando contra a força de uma sociedade imobilizada, a larga mestiçagem tão característica da restante colonização portuguesa, com uma fé nova entraram outros elementos da vida espiritual e afectiva, alguns comuns a todas as sociedades cristãs, seja qual for a sua origem, outros especialmente ligados ao carácter do povo que a formou. Através da estratificação das castas hindus, é este o filão que pode revelar a que profundidade chegou, numa sociedade estranha, a influência portuguesa.

Conta um velho cronista, relatando a festa em que se trasladou o sarcófago de São Francisco Xavier para a sacristia do convento onde repousa desde o ano de graça de 1652[1]: «E concurso tão grande

[1] P. PISSURLENCAR, *O Túmulo de São Francisco Xavier*.

que se não podia romper pelas ruas, por ser a novidade grande e o desejo de ver maior, e a consolação muita, e muitas as lágrimas de devoção e alegria por ser o dia mais alegre que teve Goa há muitos anos».

Desde então por diante, não deixou o santo lugar de constituir o fulcro de toda a vida religiosa da velha cidade. E quando nela tudo morreu, menos a fé, quando os palácios caíram em ruínas, depois exploradas como pedreiras, e os casebres de taipa se desfizeram e foram levados nas enxurradas da monção, quando a cidade se converteu num ermo e apenas o cabido entoa no coro da Sé ofícios que não escutam outros fiéis, Velha Goa revive, uma vez em cada ano, aquele seu «dia mais alegre». Depois que se encerra a igreja, os peregrinos dispersam e se desarmam as barracas dos feirantes, ela retoma o seu estranho aspecto: um palmar deserto, de que se levantam algumas igrejas monumentais e sempre fechadas e uma catedral, onde, por um capricho do destino, o único sinal de vida parece ser aquele soturno salmodiar para os fantasmas da grande cidade desaparecida.

Sanguém, Goa, 4 de Dezembro de 1955.

VIAGENS E NEGÓCIOS DE UM MERCADOR PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII[1]

A unidade do mundo tropical deve-se a uma convergência de factos, de natureza física: a simetria climática dos três blocos atravessados pelo equador e a larga comunicação que, em torno do continente antárctico, se estabelece entre os três principais oceanos. Mas estas virtualidades, contidas num dos principais traços da fisionomia do globo, só foram reveladas quando uma navegação frequente e regular aproveitou a imensidade dos mares para aproximar as costas distantes que eles banham. Se os coqueiros que ensombram, com as frondes agitadas pela brisa mais ténue, as praias de Java, do Malabar ou de Moçambique, tanto podem ter sido disseminados do Oriente à África pela disposição favorável das correntes oceânicas como pelas relações marítimas estabelecidas principalmente pelo comércio muçulmano séculos antes da viagem de Gama, é incontestável que o fruto, conhecido como «noz-da-índia» pelos cronistas e roteiristas do século XVI, deve às navegações portuguesas a sua difusão dum e doutro lado do Atlântico; assim ele acabou por se tornar tão típico do litoral do Brasil ou da Guiné como das ilhas do Oceano Pacífico de que é originário.

Poderiam multiplicar-se exemplos destas trocas entre a flora cultivada de lugares até aí separados, que tornam tão semelhantes certos traços da paisagem humanizada da Ásia e da América, principalmente no que toca às árvores de fruto dos quintais e arredores das povoações; poderíamos ainda alargá-los a outros elementos do património de civilização: difusão da taipa, no Brasil chamada *de pilão*, tanto aí como em Goa, onde é designada, em concanim, por um nome de origem portuguesa — *taip;* telhados de largos beirais ornados com telhas reviradas nos ângulos, de origem chinesa; uso

[1] Publicado em *Garcia de Orta*, vol. 6, Lisboa, 1958.

de telhados múltiplos e de ângulos arrebitados, à imitação dos pagodes, que se encontram em Luanda, em Goa, em Tavira e noutros velhos portos de mar da Metrópole; influências orientais na arte brasileira, como na pequena igreja de Nossa Senhora do Ó de Sabará (Minas Gerais), com a sua torre de pagode e a decoração interior de um templo hindu, e no cadeiral de charão vermelho da sé de Mariana; louça ao gosto oriental, fabricada em Goa, segundo o estilo chinês, para uso da população portuguesa ou assimilada, uma vez que os Hindus comem em folhas de plantas ou em pratos de metal: ornamento indispensável em todas as casas abastadas de famílias de tradição, na Índia como no Brasil. Procurei aflorar, noutros trabalhos, este tema aliciante e para o desenvolver continuo reunindo materiais.

O exemplo da vida, andanças e negócios, que a sagacidade indagadora de VIRGÍNIA RAU[1] acaba de revelar em relação a um mercador português dos fins do século XVII e princípios do imediato, constitui a mais clara demonstração de que entre o Brasil, a África e o Oriente as relações eram regulares e seguidas e de que pessoas e bens circulavam com frequência de um extremo ao outro do imenso sector abrangido pelas navegações portuguesas. Exemplo tanto mais demonstrativo, quanto se não trata de *descobrimento* de novas rotas ou de novas terras, mas de lugares há muito ligados por um elo de interesse mercantil e de caminhos marítimos onde, a despeito de inevitáveis riscos, a frequentação e o hábito animavam o tráfico e permitiam a esperança no lucro. Evoquemos essa vida segundo o relato, colorido e miùdamente documentado, da ilustre renovadora dos estudos de história económica entre nós.

António Coelho Guerreiro nasceu em Santiago do Cacém por 1653, de família alentejana, de lavradores acomodados e de funcionários municipais, cristãos-velhos e gente de sangue limpo; mas era «rumor insistente e geral» que lhe corria nas veias sangue de mãe ou avó mulata, que fora «cativa» de pessoas gradas de Almodôvar. Uma briga em que feriu o contendor, ou porventura a sugestão de lugares distantes que ouvira evocar na sua infância, levaram-no com cerca de 25 anos ao Brasil. Cabedais próprios ou herdados, um

[1] *O «Livro de Rezão» de António Coelho Guerreiro*, com uma introdução da autora (Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa, 1956).

grande desejo de se elevar socialmente, a ambição do lucro e múltiplas aptidões, permitiram a Coelho Guerreiro subir, ao mesmo tempo, os principais degraus da carreira administrativa do Ultramar e fazer grandes proventos em negócios «por sua conta».

Assim, serviu na capitania de Pernambuco, de 1678 a 1682, ascendendo de simples soldado a capitão de infantaria, distinguindo-se em entradas contra os Negros alevantados e em trabalhos de fortificação. Tendo em conta seus serviços e «honrado procedimento», proveu-o o governador no cargo de secretário de Estado da capitania, que desempenhou com geral satisfação. Em 1682 regressou a Portugal, onde obteve o perdão do crime que o levara ao exílio.

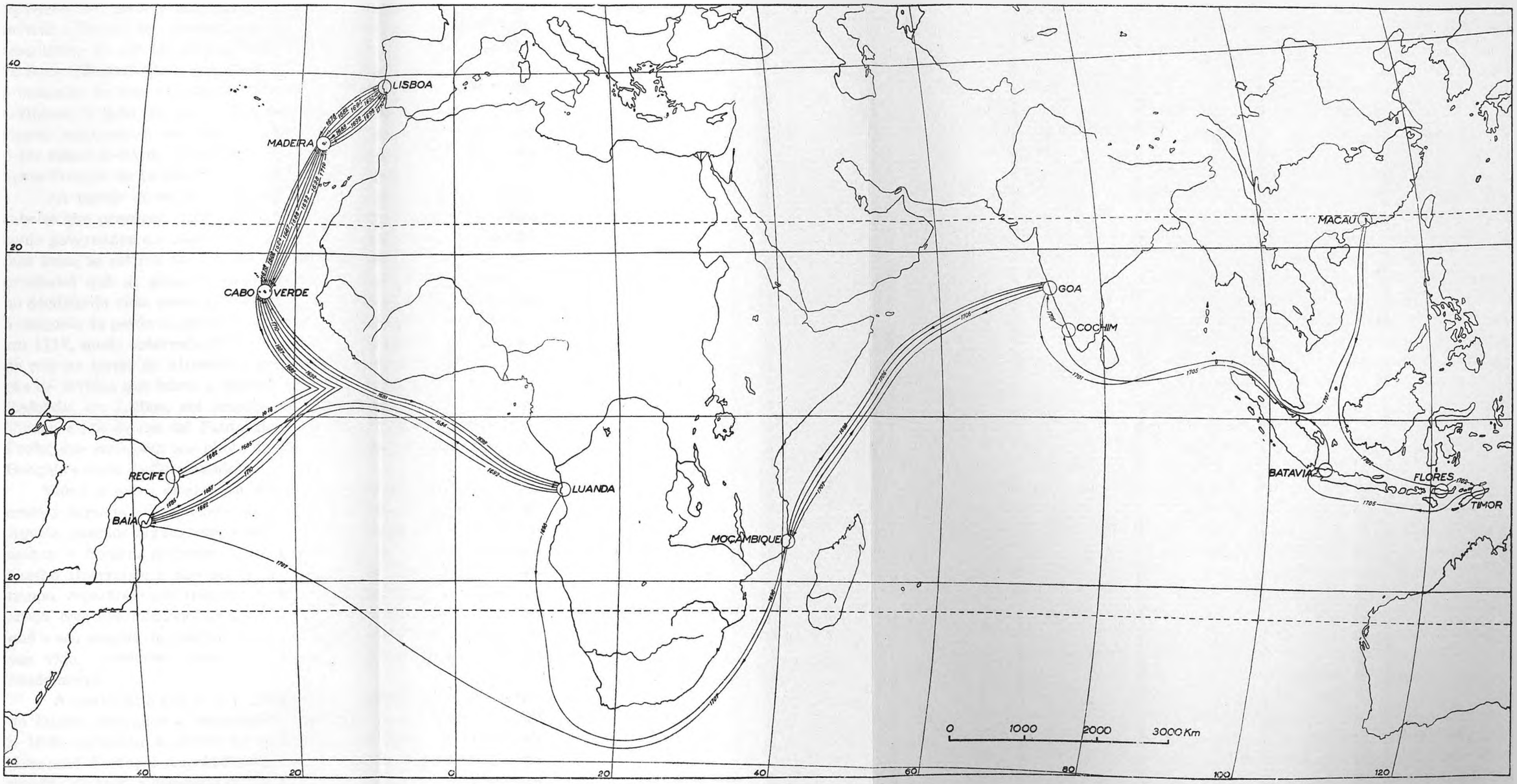
A Metrópole pareceu-lhe campo acanhado para a sua energia e ambições, embarcando em 1684 para Angola, em companhia de um governador-geral, a quem serviria de secretário, assistindo-o com bom conselho, honestidade e habilidade em tratar com potentados indígenas. Terminada a comissão de catorze meses, voltou a Portugal, permanecendo na Baía mais de ano e meio, retido pelos seus negócios. Instalado confortàvelmente em Lisboa, talvez com ideia de se demorar, voltou a Angola, outra vez como secretário, mas de nomeação régia, pelo espaço de três anos. Fixado em Luanda em 1688, aí desempenhou com distinção o seu cargo, ordenando os arquivos da secretaria, promovendo a reconstrução de fortalezas com o mínimo de dispêndio da fazenda real e assistindo, com muita assiduidade e bom conselho, ao despacho do governo, ao passo que negociava com a Metrópole e o Brasil; terminada a comissão, e depois de exercer importante cargo militar, demorou-se ainda em Angola e, de regresso, na Baía, ocupado com negócios. Nos fins de 1692 está em Lisboa, procurando sem êxito obter foro de fidalgo, o hábito de Cristo e a nomeação de familiar do Santo Ofício, de que a suspeita de mestiçagem o arredou. Vivendo com opulência, entre móveis e adornos de preço, trajando de luxo, servido por escravos, rodando de sege, é bem o prenúncio desta aristocracia do dinheiro, que desponta entre as ruínas da fidalguia, a que uma ou outra vez arrematariа os comprometidos patrimónios.

Talvez para se conformar da falta dos títulos de nobreza a que aspirara, casou, no Redondo, em 1694, com uma senhora de prosápias fidalgas mas de poucas posses, adiantando ao sogro dinheiro para o dote e outras despesas e lançando-lhe em débito também o juro... Por casamento ou por compra, adquiriu terras de semeadura e olivais, e nessa vila lhe nasceu a única filha. Alentejano pela cepa e pelo

nascimento, encontraria no Redondo o ambiente de lavoura e de consideração social em que se criara. Mas, à volta dos 45 anos, as suas ambições eram outras e necessitavam de mais largo espaço para se expandirem.

Assim, em 1698, voltou ao serviço público, despachado para o cargo de secretário do Estado da índia, por três anos. «Aí exerceu esse importante posto com prudência, zelo e capacidade, fazendo-se benquisto de todos e ninguém tendo de o arguir no seu procedimento, como homem desinteressado, abastado de bens e animoso que era». Negociante e honesto, não carecia de conspurcar-se naquela «cobiça e ambição» (CAMÕES) desenfreadas, que tantas vezes maculam os agentes da nossa administração na índia, ávidos de se encherem no escasso tempo que duravam as comissões. Em 1701, o vice-rei nomeou-o governador de Timor e Solor — tarefa pesada e perigosa, que envolvia a restauração do efectivo domínio português contra os régulos alevantados e as ameaças holandesas, a organização do comércio do sândalo com algum proveito para a Coroa e a luta contra as prepotências e rivalidades de poderosos que, por estarem tão longe, sentiam garantida a impunidade. Saindo de Goa carecido dos recursos militares que julgava indispensáveis, tentou obtê-los em Macau, onde se demorou cinco meses, à custa da sua fazenda, porque aí ninguém queria ter contas com o Estado! Em Timor se demorou de 1702 a 1705, procurando em vão obter da índia, de Macau e da Metrópole meios com que defender eficazmente a soberania portuguesa. Uma cabala local desapossou-o do governo, enquanto o Conselho Ultramarino, com as delongas habituais da burocracia nos negócios urgentes, estudava em Lisboa as suas extensas e prolixas cartas.

Coelho Guerreiro regressou a Goa, por Batávia e Cochim, fazendo viagem até aquela cidade holandesa na molesta companhia dos inimigos que o haviam destituído. Não encontrando apoio para as suas justas queixas, resolveu deixar a índia e voltar a Portugal; em Moçambique (cidade), escala habitual desta rota desde que ela se iniciara, teve conhecimento de que El-Rei o reconduzira por mais três anos no governo de Timor e Solor. Não hesitou e, revestido da nova autoridade que lhe dava a nomeação régia, tornou a Goa na primeira nau que passou; aí, a falta de decidido apoio do vice-rei e as reticências do Conselho de Estado, consultado sobre a conveniência do seu regresso, acabaram de assomar-lhe a dignidade e teve de renunciar a reassumir o cargo que desempenhara com «tantos riscos, tantos trabalhos e tantas misérias». Outros mais cúpidos e intriguistas



Viagens de António Coelho Guerreiro entre 1678 e 1710

(Mapa elaborado no Centro de Estudos Geográficos segundo indicações de Virgínia Rau)

encontrariam para o substituir: sempre se desfavoreceram os que servem a Pátria em proveito dos que são hábeis em servir-se dela. Desgostoso do serviço público, rejeitou o lugar de general dos Rios de Sena (Moçambique), que o vice-rei lhe ofereceu, aceitando apenas o comando da nau em que fez a viagem de regresso (1707); mas, arribando à Baía por ventos adversos, aí se deixou ficar por alguns meses, refazendo a sua vida de mercador; outra vez um temporal o fez voltar à cidade, donde só veio a partir em meados de 1710, em navio fretado de propósito e de que era um dos donos.

«A partir de então a sua vida torna-se quase impenetrável»; sabe-se que procurou, junto do monarca, justificação dos seus actos como governador e o pagamento dos soldos vencidos; e que, nos últimos anos, se retirou para a vila de Redondo, administrando as propriedades que aí possuía, emprestando a juros e conseguindo, já no declínio da vida, gozar um pouco de tranquila abastança. Aí sofreu o desgosto da perda da única filha e faleceu pouco depois, com 64 anos, em 1717, sendo enterrado com pompa na igreja matriz. Deixou bens de raiz no termo de Aljustrel e de Santiago, e uma complicada relação de dívidas que havia a receber nas duas mencionadas vilas e no Redondo, em Lisboa, em Angola, no Recife, na Baía, em Goa, em Timor, e até de um tal Pantaleão Fernandes, casado e morador no Porto, que navegava por piloto de um navio arménio de Manila para Bengala e costa de Coromandel.

Viúva e sogro desistiram dos encargos de testamenteiros, tais eram a minúcia e dificuldades de execução das suas últimas vontades. Aquela, passado algum tempo, voltou a casar. Nenhuma descendência deixou o homem enérgico e afortunado que se chamara António Coelho Guerreiro, a não ser que, como tantos Portugueses do seu tempo, repartisse por três partes do mundo os frutos de amores de acaso, com que mitigava as saudades da Pátria distante: conjectura que o seu sangue de mestiço torna verosímil mas a que a história da sua vida, totalmente omissa neste ponto, não empresta qualquer fundamento.

A penetrante análise que VIRGÍNIA RAU faz do «Livro de Rezão» do ilustre mercador e funcionário, que abrange o período de 1683 à 1696, permite-nos entrar no mecanismo das trocas do «triângulo comercial Portugal-Angola-Brasil». A Metrópole, que detinha o monopólio de todo o comércio do Ultramar, enviava para os principais pontos do Brasil (Baía e Recife) e Angola (Luanda e Benguela) mercadorias da Europa e do Oriente, quer objectos da vida quotidiana

que se não fabricavam aí, quer artigos de sumptuária com que uma burguesia endinheirada no negócio competia em ostentação com a nobreza rural.

Entre o que provinha de Angola apenas avultavam escravos e marfim, produtos especìficamente africanos, sem paralelo do outro lado do oceano. Além disso, ao passo que no Brasil se desenvolvera uma vida rural em torno das suas «drogas» — açúcar e fumo — e despontava a era da mineração, a exploração do solo e subsolo africano quase não contava perante o predomínio de uma exclusiva economia de resgate, alimentada pela caça ao homem e ao elefante: marfim branco e marfim preto, dizia-se, forçando a analogia para lhe dar maior expressão...

A Baía, o maior mercado consumidor do Brasil, tanto em produtos da Metrópole como em escravaria, fornecia açúcar, tabaco, aguardente de cana. Como a produção nacional não podia fazer face às necessidades dos centros de consumo de além-mar, Portugal escoava inúmeros artigos estrangeiros, pagos com o açúcar e a especiaria, o ouro e a prata, que lhe ministrava o Ultramar e sustentavam a parte mais vultosa da sua exportação. Entre os litorais fronteiros do Brasil e de Angola fazia-se algum comércio directo, sem passar pela Metrópole. Para organizar o negócio, dispunha Coelho Guerreiro de correspondentes em todas as praças e, além da mercadoria, fazia circular dinheiro e letras de crédito, emprestando *a risco* com juro alto (15 a 30 p. 100) para cobrir as incertezas da *aventura marítima*. Ele próprio fretava navios e tinha parte neles, como armador e como proprietário. Negociava com particulares e com a Coroa, às vezes por intermédio da mesma pessoa, tendo o cuidado de escriturar à parte as transacções que lhe diziam apenas respeito e aquelas em que tal pessoa intervinha como representante da fazenda real. Foi contratador do monopólio de escravos de Angola e, em terras suas ou arrendadas do Alentejo, fazia seguir a lavoura em que se criara e em que havia de acabar os seus dias.

A sua actividade mercantil é em extremo variada e pode dizer-se que reflecte, em inúmeras facetas, toda a diversidade do comércio português do seu tempo. Negociante e banqueiro, organizava ainda o trânsito marítimo das suas mercadorias, efectuava transacções em representação de alguns clientes e, como procurador de outros, «fazia cobranças, compras, vendas e liquidava heranças». Que exprime esta desconcertante actividade? Avidez no ganho, grande desembaraço do mercador-soldado-funcionário que a tudo deitava mão com êxito, ou

antes a natureza rudimentar de um negócio que só se mantinha, por deficiência de investimento, à custa de inúmeras e dispersivas operações a retalho? Esperemos que VIRGÍNIA RAU, ou algum dos historiadores que actualmente pesquisam no mesmo terreno, nos dêem um dia o confronto entre as «perspectivas» dos mercadores portugueses e dos grandes *hommes d'affaires* dos mais prósperos países europeus.

Por esta altura, o mercado consumidor estava inundado de açúcar das Antilhas Britânicas e Francesas e os lucros do produto dos engenhos do Recôncavo, outrora avultados, eram agora modestos, uma ou outra vez volvendo-se em prejuízo. A esta baixa da «droga» do Brasil correspondiam algumas compensações com o marfim e principalmente os escravos, «as mais ricas minas que têm estes reinos de Angola», segundo um cronista do tempo: «estas são as minas mais certas», escoando cada ano, pelo porto de Luanda, 7000 a 8000 cabeças. Só um governador-geral de Angola, apesar de lhe ser defeso negociar, exportou para o Brasil, em vinte viagens, 8458 pretos e 292 crias. A unidade de medida era a chamada «peça de índias» (note-se a designação genérica desta expressão), onde se convertiam velhos, mulheres e crianças a uma espécie de «cabeça normal» de gado humano.

O preço por que se vendia um escravo em Pernambuco podia ir ao dobro do que ele custava em Luanda. Alguns aprendiam ofícios no Brasil, aumentando assim o seu valor. O frete, da Baía para Lisboa, alcançava quase o custo inicial da mercadoria. É de crer que do Brasil viessem para a Metrópole os escravos mais valiosos, já instruídos na língua e em boas maneiras, num convívio social que as cidades angolanas estariam muito longe de possuir.

Para resgatar escravos e marfim, fizera-se Coelho Guerreiro grande negociante de panos, mercadoria principalmente usada no escambo com os potentados indígenas. Alguns seriam de importação estrangeira, outros de imitação. Mas a produção nacional está presente: *londres da Covilhã, londres manteiga* (de Manteigas, presumo), *panos da serra,* indicam o mais importante centro de lanifícios, que as pastagens da Estrela e as rodas de água haviam localizado nas faldas da mais alta montanha portuguesa. O Brasil fornecia a jeribita ou aguardente de cana e os rolos de fumo, forma tradicional de apresentação ainda hoje corrente tanto aí como em África. A necessidade de importar estes artigos mostra como era deficiente a agricultura

angolana, onde as condições naturais lhe seriam tão favoráveis como no Brasil.

A escrita de Coelho Guerreiro permite ainda conhecer muitos pormenores curiosos do seu negócio, desde o comércio de artigos de luxo (onde não faltam as cabeleiras, usadas sob o calor dos trópicos!) às quantias que despendia com a alimentação e a disciplina dos escravos (cadeias com que se acorrentava um lote ou se punham como castigo). Como as «peças de índias» constituíam o forte do seu negócio, as embarcações que fretava eram «acima de tudo, navios negreiros», que levavam escravos para a Baía e traziam aguardente e «fazendas secas» (?): o «Livro de Rezão» conserva o nome de treze. A avidez do lucro era geral e, assim, Coelho Guerreiro teve negócios com quatro governadores, um inquisidor e um jesuíta, a quem as leis humanas ou divinas proibiam dedicar-se à «mercancia».

Quarenta são as pessoas com quem Coelho Guerreiro negociou (entre elas três mulheres). De treze conseguiu VIRGÍNIA RAU reunir achegas biográficas que dão «ideia das actividades de certos portugueses em fins do século XVII, na Metrópole e no Ultramar». Tudo gente de cabedais e de qualidade, portanto ; alguns têm origem humilde e subiram pela ambição, o esforço e a capacidade, mostrando como o dinheiro rompera já os quadros de uma sociedade tradicionalmente hierarquizada e introduzira nela grande mobilidade. Vale a pena recordar, com a autora, alguns traços destes curiosos e esclarecedores destinos.

Manuel de Sousa Crespo era natural do Porto e de estirpe modesta: filho de um carpinteiro e neto de um barqueiro. Foi marinheiro de armadas da costa e embarcou várias vezes para o Brasil, servindo, depois da restauração de Pernambuco, na respectiva capitania, com o posto de capitão de infantaria, ao passo que negociava como mercador de loja aberta. Apesar da sua origem humilde, em consideração dos serviços prestados, recebeu uma tença acrescida do hábito de Cristo. Morou e faleceu em Olinda e deu o nome a uma rua do Recife, onde talvez tivesse o seu negócio.

Domingos Fuzeiro Leote parece ter começado a carreira militar em Tânger, como soldado, servindo depois na capitania do Rio de Janeiro e nas campanhas da Restauração. Subiu todos os postos inferiores e recebeu, como recompensa de catorze anos de serviços, a patente de capitão para o presídio de Benguela, que acumulou com outros lugares. Aí traficou em escravos, luzindo a sua importância

debaixo de um pálio com varais e argolas de prata. Morreu em Luanda, ao cabo de dez anos que passou em Angola.

Manuel do Porto Barbosa era morador e negociante no reino de Angola e pouco escrupuloso nos seus processos, descaminhando marfim, carregando escravos além da capacidade dos navios e, aproveitando as suas funções de avaliador, metendo a bordo *crias* por *cabeças*[1]. Estas irregularidades trouxeram-no preso a Lisboa; novamente em Angola, licitava o contrato de escravos, o que indica ser pessoa abonada; não o conseguiu e, ao fim de alguns anos de negócios menos favoráveis, obteve licença régia para se recolher a Portugal com a família e todos os seus bens, incluindo os escravos.

D. João de Lencastre, destinado pelos pais à vida religiosa, teve «mais vocação às armas que às letras e seguiu a vida de soldado», começando nas campanhas da Restauração, batendo-se desde os 16 anos e havendo-se de modo a não desmerecer o lustre do seu nome fidalgo. Certa vez comandou parte da esquadra que saía a correr a costa para comboiar as naus da Índia. Ascendendo ràpidamente, pelo seu valor e nobreza, ao posto de mestre-de-campo, foi nomeado governador-geral de Angola em 1688 e do Brasil em 1694, cargo que exerceu nove anos com grande agrado do rei; terminou em Portugal a carreira militar, como comendador de Cristo e governador e capitão-geral do reino do Algarve.

Soldado e funcionário, Domingos Rodrigues de Aguiar serviu também em Angola, ocupando por três anos e sem vencimento o lugar de oficial de secretaria do respectivo reino; em recompensa do seu zelo e aparente desinteresse (que negócios faria à sombra do cargo ignora-se!), obteve o posto de capitão da companhia de infantaria que servia no presídio da ilha do Príncipe.

Diogo da Fonseca Henriques era filho de negociante e, por morte do pai, encontrou-se com sua fazenda espalhada por Angola e todo o Ultramar ; licitara por isso o contrato dos direitos reais de Angola, que aquele arrematara em sociedade, alegando como motivo de preferência cobrar o que lhe pertencia e não ganhar, onde seu pai notòriamente perdera. Sem cabedal nem crédito, parece que até sem experiência, viu-se envolvido em querelas com os governadores e outras autoridades, que usavam de prepotências e ameaças

[1] No estudo de VIRGÍNIA RAU, p. 55, está «cabeças por crias», lapso manifesto.

contra os inimigos ao passo que protegiam escandalosamente os amigos e negociavam à sombra dos seus cargos. Difamado e sob a ameaça de falência, foi preso o contratador e confiscados os seus bens para garantir o que devia à fazenda real. Remetido para Lisboa sob prisão, pobre, doente e carregado de filhos, obteve licença para ir para casa, sob fiança de «fiéis carcereiros» que indicara; o seu processo arrastou-se por uma dezena de anos e a história da sua vida é bom exemplo das tristes desavenças em que se envolviam as pessoas gradas e pouco escrupulosas do Ultramar. Com ele fez Coelho Guerreiro vários negócios de vulto, de escravos, marfim, fretando em sociedade ou utilizando navios seus nos transportes entre Luanda e Pernambuco e a Baía.

Rodrigo da Costa de Almeida era natural de Faro; com 14 anos partiu para a Baía, servindo como militar e, depois de breve passagem por Lisboa, com 22 anos, continuou a carreira das armas em Angola. Duas vezes fez viagem ao Brasil, e navios seus transportaram gratuitamente soldados, degredados e cavalos deste reino para aquele, pela preferência de carga e despacho que tais serviços lhe garantiam. Perito em artilharia e fortificações, pessoa de relevo na capital de Angola, exerceu cargos militares e civis importantes, acudindo com os seus escravos às fortalezas desmanteladas, desempenhando à sua custa a Misericórdia de Luanda e reconstruindo o hospital. Pelos serviços prestados recebeu várias mercês, como «um dos principais vassalos» que El-Rei tinha naquelas conquistas. Enriquecido no contrato dos direitos reais, que reservava para si o embarque do marfim (ou a quem por tal lhe pagasse), possuidor de navios que faziam viagem entre Angola e o Brasil, resolveu atravessar o Atlântico e estabelecer-se em Salvador, centro dos seus negócios, para onde mudou sua casa e família, aí exercendo o ofício de provedor da alfândega, até que dele renunciou num filho, como noutro havia renunciado o cargo que exercera em Angola. Senhor de engenho no Recôncavo, viveu à «lei da nobreza, tratando-se com muita ostentação e magnificência», como um dos homens mais ricos daquela terra; foi tronco, na Baía, de uma família ilustre e abastada, que se mantinha do rendimento de suas fazendas e engenhos.

João Baptista Campeli, filho de Italiano mas nascido na Guarda, onde seu pai casara e adquirira bens, foi ao mesmo tempo funcionário régio da capitania de Pernambuco, primeiro como oficial maior da Casa dos Contos, depois como escrivão da fazenda real e, interinamente, provedor, e um dos principais *mascates* do Recife;

outro exemplo de pessoa que, criada à «lei da nobreza», não desdenhava, pelos proventos do serviço público e do negócio, aumentar o lustre do brasão.

Um dos principais correspondentes de Coelho Guerreiro foi o capitão Teófilo Homem da Costa, que fora escrivão da fazenda real em Pernambuco, obtendo o cargo em atenção aos serviços do sogro no Brasil. Vivia em Lisboa por motivo de doença, e conseguira, com esse fundamento, licença para se fazer substituir no cargo, de que recebia pensão. Negociava em açúcar e remetia mercadorias várias para Angola e Brasil, cobrava letras e pagava rendas e seguros; a certa altura tomou de trespasse certo contrato de 400 «peças de índias», de que tempo depois trespassava metade a Coelho Guerreiro.

Os ourives da prata Manuel Leitão e Manuel Rodrigues são, de todas as personagens estudadas, as únicas de que não consta terem feito carreira no Ultramar. O primeiro trabalhou na Contrastaria e como afinador da prata na Casa da Moeda, onde ao tempo se começava a cunhar com o engenho novo, em substituição do martelo de cunhagem; a segundo, como fiel da prata e abridor de cunhos na mesma Casa da Moeda, onde se distinguiu por importantes inovações.

Caetano de Melo e Castro, filho de um vice-rei da índia, serviu no Paço como moço fidalgo, entrando em seguida para o terço da guarnição da Corte, onde chegou a capitão; durante esse tempo embarcou em sete armadas da costa, conhecendo pelejas e tormentas. Fez carreira de alto funcionário do Ultramar: governador e capitão-geral dos Rios de Sofala e Moçambique, capitão de uma nau da índia, governador e capitão-geral da capitania de Pernambuco, vice-rei da índia, com privilégio de embarcar todos os anos e no regresso várias mercadorias e de mandar vir do Reino cada ano vinte pipas de vinho; obteve ainda o privilégio de carregar quinhentos quintais de pau-preto, como lastro dos navios que da índia viessem a Portugal; tudo isto pontuado de várias mercês e honrarias, que fizeram dele, no regresso, homem rico e benquisto do rei.

Francisco Machado da Silveira bateu-se no final das guerras da Restauração; passou à Madeira como soldado e ascendeu a capitão; voltando ao Continente, embarcou para Angola, onde serviu como militar por cinco anos e meio; encurtando por doença o tempo da comissão a que se propusera, foi-lhe perdoado meio ano, recebendo como mercê o hábito de Cristo. Dez anos volvidos, aparece em Montemor-o-Novo, ligado a Coelho Guerreiro, com quem estava aparentado,

em vários negócios, principalmente no empréstimo de dinheiro a juros. Depois partiu para a Índia, servindo no terço da guarnição de Goa, foi sargento-mor de Solor e Timor, no tempo em que o seu sócio governou estas ilhas. Navegou por todo o Oriente, batendo-se em Mombaça e ajudando o parente e amigo em empresas de fortificação, na luta contra potentados indígenas e em missões de confiança, uma das quais à Metrópole. De regresso à Índia comandou uma nau destinada a socorrer Coelho Guerreiro, arribando a Goa, onde soube que aquele fora desapossado do governo; foi ainda a Timor na esperança de obter o governo em nome do amigo, mas sem êxito; numa fragata carregada de sândalo parece ter voltado ao Reino, por Macau. Sabe-se que foi pessoa de bens em Montemor-o-Novo, onde se lhe perde o rasto.

Dos exemplos reunidos ressalta a íntima solidariedade que unia Angola ao Brasil, peças da mesma unidade atlântica, como Goa e Moçambique o foram da unidade índica. Vários funcionários e negociantes tentavam a sorte em Angola, antes de se lançarem, nas grandes cidades de Salvador ou do Recife, em mais ousados empreendimentos. O carácter fruste da ocupação da África Ocidental, não obstante o grande valor da sua mercadoria humana, dominado por uma economia de *resgate*, contrasta com os horizontes mais vastos e seguros do Brasil, onde se haviam criado fontes de riqueza e desenvolvido formas superiores de vida urbana.

Certos traços comuns impressionam no destino destes homens. Fidalgos ou desejosos de adquirir graus e proventos de nobreza, sustentam com o negócio as suas prosápias — o que parece indicar ora uma aristocracia decaída das suas proeminências sociais, ora um desejo de ascensão, a que o dinheiro bastava como fundamento. Muitos querem servir o rei em ofícios de lucro aleatório, às vezes com manifesto prejuízo e «à custa de sua fazenda»; é uma espécie de investimento de capital que lhes permite, de regresso à Metrópole, solicitar mercês e recompensas pelos serviços alegados e como compensação de prejuízos, naturalmente exagerados... Licitam-se cargos públicos sem ordenado, pelas vantagens que deles se espera tirar, caminho inevitàvelmente aberto a uma administração corrupta e ávida de lucro. Finalmente, a associação do comércio com a função pública, civil ou militar, é a regra: até o vice-rei da Índia, do alto das suas prosápias, negociava em pau-preto em Lisboa e em vinho à sombra do seu palácio! O resultado desta confusão de ofícios públicos e de interesses particulares é uma maranha de prepotências e lutas mesquinhas, de

intrigas, denúncias e justificações, que enchem resmas de papel nos processos do Conselho Ultramarino e constituem a trama mais comum da história administrativa dos nossos territórios: a par de muito obscuro heroísmo, desinteresse e espírito de sacrifício, com que, neste desencontro de baixas paixões, eles se foram mantendo.

Raros livros se publicaram entre nós onde o curioso da história *menor* da expansão portuguesa encontre matéria tão rica e atraente. Nem Coelho Guerreiro nem nenhum dos seus comparsas, de que a autora pôde rastrear a vida, se elevaram à altura de grandes figuras nacionais ou participaram nos notáveis momentos de descobrimentos ou conquistas. Pelo fim do século XVII, emergindo de um período de espoliações e incertezas, os nossos domínios viviam obscuramente. Mas o grande facto que representa, na evolução humana, a expansão de um povo pequeno pelas cinco partes do mundo só será devidamente elucidado quando a nossa história deixar a perspectiva tradicional das grandes vidas e altos feitos, para reconstituir os passos e os modos de existência das figuras secundárias ou humildes e os traços da existência colectiva. Coelho Guerreiro, com os seus negócios e viagens, levando a par a carreira de funcionário civil e militar e os proventos de mercador, viajando, e por várias vezes, em todo o mundo aberto às navegações portuguesas, ilustra bem esta circulação de gente e de produtos — condição da unidade que a nossa civilização ajudou a criar nos trópicos. Estudo histórico do melhor quilate, serve assim os desígnios de outras ciências do homem e da terra: e nesta circunstância, rara na nossa bibliografia do assunto, reside porventura o seu maior interesse.